

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FERNANDO BIFFIGNANDI

**COMUNICANDO PARA COMUNIDADES DE BAIXA-RENDIA:
DECODIFICANDO CONCEITOS URBANOS**

FERNANDO BIFFIGNANDI

**COMUNICANDO PARA COMUNIDADES DE BAIXA-RENDAS:
DECODIFICANDO CONCEITOS URBANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Área de Concentração: Estudo das práticas e culturas da comunicação, Linha de Pesquisa: Práticas profissionais e processos sóciopolíticos nas mídias e na comunicação das organizações, apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social pela PUCRS.

Orientadora: Prof. Dr^a. BEATRIZ DORNELLES



Porto Alegre
2013



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B591c Biffignandi, Fernando
Comunicado para comunidades de baixa-renda :
decodificando conceitos urbanos / Fernando Biffignandi. - Porto
Alegre, 2013.
254 f. : Il.

Diss. (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de
Comunicação Social, PUCRS.

Orientação: Profª. Drª. Beatriz Dornelles.

1. Comunicação Social. 2. Habitação – Porto Alegre -
Aspectos Sociais. 3. Habitação Popular. 4. Políticas Públicas.
I. Dornelles, Beatriz.

CDD 301.361098165

FERNANDO BIFFIGNANDI

**COMUNICANDO PARA COMUNIDADES DE BAIXA-RENDA:
DECODIFICANDO CONCEITOS URBANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social pela PUCRS.

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Beatriz Dornelles
Orientadora
FAMECOS /PUCRS

Prof. Dr. Roberto Ramos
FAMECOS / PUCRS

Prof. Dr. Marcos Diligenti
FAU / PUCRS

Porto Alegre
2013

Dedico este trabalho ao meu pai, Jornalista José Ney, que me ensinou o gosto pela comunicação, a minha mãe Edilce, a minha irmã Márcia e em especial, a Vânia, minha esposa e companheira de todas as horas, pelo carinho e compreensão sobre a relevância desta obra.

AGRADECIMENTOS

A execução deste trabalho tornou-se possível somente com a colaboração e o estímulo de muitos amigos, aos quais desejo expressar a gratidão por terem aberto diversas portas em prol do meu conhecimento.

A Prof^a. Dr^a. Beatriz Dornelles, minha orientadora, que com sua incansável contribuição, abriu-me as portas do conhecimento acadêmico, aconselhando-me com dedicação e generosidade durante a caminhada.

A Prof^a. Dr^a. Cleusa Scroferneker que me abriu as portas da Famecos, acolhendo-me com interesse e respeito pelo projeto desde o seu início.

Ao Prof. Dr. Marcos Diligenti que me abriu as portas da Sustenfau, reafirmando a possibilidade de uma arquitetura social.

Ao Prof. Dr. Roberto Ramos que me abriu as portas da complexidade presente no diálogo transdisciplinar.

Ao Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt que, com seu respeitável conhecimento, me abriu as portas para a folkcomunicação.

Aos moradores das comunidades do Loteamento do Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolate e seus líderes que, literalmente, me abriram as portas de suas casas ao aceitarem participar desta pesquisa.

Finalizo agradecendo aos amigos do Demhab que reconheceram a importância do tema, sobretudo, aos colegas arquitetos, pela oportunidade de ampliar o conhecimento e contribuir para a qualificação dos projetos de habitação de interesse social.



“A comunicação coletiva não se faz entre um indivíduo e outro como tal, mas em forma colegiada: o comunicador é uma instituição ou uma pessoa institucionalizada que transmite a sua mensagem, não para alguém em particular, mas para quantos lhe desejam prestar atenção”.

Luiz Beltrão de Andrade de Lima
Folkcomunicação: Teoria e metodologia. São Bernardo do Campo: Umesp, 2004.

RESUMO

Este trabalho detalha as características da comunicação existente entre técnicos do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e os moradores de comunidades de baixa-renda. A pesquisa objetivou saber de que forma essas comunidades recebem as informações a respeito dos projetos executados através da política habitacional e o grau de eficiência no processo de comunicação utilizado pelos arquitetos do poder público. Para entender o problema da exclusão social das comunidades de baixa renda, decorrente da dificuldade de compreensão da linguagem técnica, utilizou-se como método a análise de conteúdo, realizada a partir do levantamento de dados realizado pelas técnicas de questionário e entrevista, aplicadas a partir de grupos focais com os moradores das comunidades do Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Choclatão. Os líderes comunitários foram ouvidos através de entrevistas com questões abertas. A pesquisa contou também com levantamento bibliográfico e documental, que contribuíram para produção do referencial teórico. Tomando como base os preceitos contidos na Educomunicação, de Paulo Freire, e na Folkcomunicação, de Luiz Beltrão, foi possível concluir que a importância da participação comunitária transcende as questões constitucionais, ao valorizar o conhecimento popular como o mais forte elemento de expressão da consciência cidadã. Os resultados evidenciaram a importância do referencial humano nos processos comunicacionais, refletida no diálogo entre as comunidades de baixa-renda e os arquitetos, responsáveis pelos projetos de habitação de interesse social de Porto Alegre. Ao considerar a urgência da revisão desse processo, sob a ótica das comunidades beneficiadas, a presente pesquisa reforçou o papel do arquiteto, não apenas como técnico, mas como agente social promotor da cidadania.

Palavras-chave:

Comunicação, arquitetura, habitação de interesse social, políticas públicas.

ABSTRACT

This work details the characteristics of communication between technicians of municipal housing department of Porto Alegre city, capital of Rio Grande do Sul, and the residents of low-income communities. The research aimed to find out how these communities to receive information about the projects implemented by housing policy and the level of efficiency in the communication process used by the architects of the government. To understand the problem of social exclusion of low-income communities, due to the difficulty of understanding the technical language was used as the method of content analysis, performed from the data survey conducted by questionnaire and interview techniques, applied from focus groups with community residents of Allotment Vale do Salso and Residential Nova Chocolate. Community leaders were heard through interviews with open questions. The inquiry also included bibliographic and documentary, which contributed to the theoretical production. Taking as reference the precepts contained in the *Educomunicação* of Paulo Freire and on the *Folkcomunicação* of Luiz Beltrão, it was concluded that the importance of community participation transcends constitutional issues by highlighting popular knowledge as the strongest element of expression of civic conscience. The results evidenced the importance of the human referential communication processes, reflected in the dialogue between the communities of low-income and architects responsible for the design of social housing in Porto Alegre. When considering the urgency of this review process, from the perspective of the beneficiary communities, this research reinforced the role of the architect, not only as a developer home but as a social agent promoting citizenship.

Keywords:

Communication, architecture, social housing, public policies.

RIASSUNTO

Questo lavoro mostra le caratteristiche di comunicazione tra il corpo tecnici del dipartimento di abitazione del Comune di Porto Alegre, capitale del Rio Grande do Sul, e gli abitanti di comunità povere. La ricerca ha lo scopo di scoprire come queste comunità ricevono informazioni sui progetti gestiti dalle politiche di abitazione e il grado di efficienza del processo di comunicazione utilizzato dagli architetti del governo. Per capire il problema dell'esclusione sociale delle comunità a basso reddito, a causa della difficoltà di comprendere il linguaggio tecnico è stato utilizzato come metodo di analisi del contenuto, eseguita dalla rilevazione dei dati effettuata con tecniche di questionario e intervista, applicato dal grupo focale con i residenti della comunità del Vale do Salso e Nova Chocolate. I rappresentanti delle comunità sono stati ascoltati attraverso interviste con domande aperte. L'indagine comprendeva anche bibliografico e documentario, che ha contribuito alla produzione teorica. Prendendo come riferimento i precetti contenuti nella *Educomunicação* di Paulo Freire e nella *Folkcomunicação*, Luiz Beltrão, si è concluso che l'importanza della partecipazione della comunità trascende le questioni costituzionali, mettendo in evidenza la conoscenza popolare come il più forte elemento di espressione della coscienza civica. I risultati hanno sottolineato l'importanza dei processi umani di comunicazione referenziale, che si riflette nel dialogo tra le comunità povere e gli architetti responsabili della progettazione di edilizia popolare a Porto Alegre. Quando si considera l'urgenza di questo processo di revisione, dal punto di vista delle comunità beneficiarie, questa ricerca rafforza il ruolo dell'architetto, non solo come progettista, ma come agente di promozione della cittadinanza.

Parole chiave:

Comunicazione, architettura, edilizia sociale, politiche pubbliche.

LISTA DE ABREVIATURAS

APP - Área de Preservação Permanente
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH - Banco Nacional da Habitação
CDRU - Concessão do Direito Real de Uso
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CMDUA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COP - Conselho do Orçamento Participativo
CRNC - Conjunto Residencial Nova Chocolate
DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação
DMCP - Departamento Municipal da Casa Popular
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICINFORM - Instituto de Ciências da Informação
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LVS - Loteamento Vale do Salso
OBSERVAPOA - Observatório de Porto Alegre
OP - Orçamento Participativo
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento
PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PRF - Programa de Regularização Fundiária
RGP - Região de Gestão do Planejamento
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAMPA - União das Associações de Moradores de Porto Alegre

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	218
Anexo B - Parecer da Comissão Científicas FAMECOS / PUCRS.....	219
Anexo C - Declaração de ciência e concordância – Vale do Salso.....	220
Anexo D – Declaração de ciência e concordância – C.R. Nova Chocolateira.....	221

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Questionário de Grupo Focal aplicado às comunidades.....	223
Apêndice B – Entrevista aplicada às lideranças comunitárias	224
Apêndice C – Súmula com as respostas dos questionários de Grupo Focal aplicado as comunidades.....	225
Apêndice D – Súmula com as respostas das entrevistas feitas com os líderes comunitários.....	247

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Indicação das comunidades na planta geral de Porto Alegre.....	031
Figura 02- Vista aérea do loteamento Vale do Salso.....	033
Figura 03- Degradação ambiental às margens do Arroio do Salso.....	034
Figura 04- As famílias e sua proximidade com o arroio do Salso.....	035
Figura 05- Mesmo após o período de chuvas os alagamentos persistem.....	036
Figura 06- Vista aérea da ocupação original da Vila Chocolatão.....	038
Figura 07- Os catadores de lixo em atividade na antiga Vila Chocolatão.....	039
Figura 08- O triste cenário formado pelos constantes incêndios.....	039
Figura 09- O contraste dos casebres com os edifícios	040
Figura 10- A comunidade foi deslocada de seu espaço original.....	041
Figura 11- A nova realidade dos moradores.....	041
Figura 12- As casas do Condomínio Residencial Nova Chocolatão.....	042
Figura 13- Vista aérea do Conjunto Residencial Nova Chocolatão.....	043
Figura 14- Entrevista com o Grupo Focal no Loteamento Vale do Salso.....	146
Figura 15- Entrevista com o Grupo Focal no Conj. Res. Nova Chocolatão....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Participantes do Loteamento Vale do Salso (LVS).....	054
Quadro 02- Participantes do Conj. Res. Nova Chocolateira (CRNC).....	056
Quadro 03- Glossário.....	057
Quadro 04- Lideranças comunitárias participantes.....	060
Quadro 05- Esquema da Folkcomunicação proposto por Beltrão.....	135
Quadro 06- Divisão das subcategorias de análise.....	144
Quadro 07- Convenções adotadas.....	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Perfil dos participantes do Grupo Focal – LVS.....	053
Gráfico 02- Perfil dos participantes do Grupo Focal – CRNC.....	055
Gráfico 03- Público-alvo total.....	145
Gráfico 04- Análise da Subcategoria A-1.....	149
Gráfico 05- Análise da Subcategoria A-2.....	151
Gráfico 06- Análise da Subcategoria A-3.....	153
Gráfico 07- Análise da Subcategoria A-4.....	155
Gráfico 08- Análise da Subcategoria A-5.....	157
Gráfico 09- Análise da Subcategoria B-1.....	161
Gráfico 10- Análise da Subcategoria B-2.....	162
Gráfico 11- Análise da Subcategoria B-3.....	165
Gráfico 12- Análise da Subcategoria B-4.....	167
Gráfico 13- Análise da Subcategoria B-5.....	168
Gráfico 14- Análise da Subcategoria C-1.....	171
Gráfico 15- Análise da Subcategoria C-2.....	173
Gráfico 16- Análise da Subcategoria C-3.....	175
Gráfico 17- Análise da Subcategoria C-4.....	177
Gráfico 18- Análise da Subcategoria C-5.....	178

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	015
1.1. Objetivos.....	022
1.2. Categorias de análise.....	024
1.3. Universo de pesquisa.....	029
1.3.1. Loteamento Vale do Salso.....	032
1.3.2. Conjunto Residencial Nova Chocolateira.....	036
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	044
2.1. Entrevistas de Grupo Focal (<i>Focus Group</i>).....	046
2.1.1. Participantes do Loteamento Vale do Salso.....	053
2.1.2. Participantes do Conjunto Residencial Nova Chocolateira.....	055
2.1.3. Validação dos questionários de Grupo Focal.....	056
2.2. Entrevistas com as lideranças comunitárias.....	057
2.3. Tratamento de dados.....	060
3. TRAJETÓRIA TEÓRICA.....	062
3.1. O desenvolvimento urbanístico.....	062
3.1.1. Urbanização em Porto Alegre.....	064
3.1.2. Habitação social, uma prioridade em Porto Alegre.....	070
3.2. Movimentos sociais e cidadania.....	072
3.2.1. A cidadania enquanto reivindicação de direitos.....	077
3.2.2. A cidadania representada na mobilização social.....	079
3.2.3. A cidadania através dos conselhos populares.....	082
3.2.4. A lógica do Orçamento Participativo.....	083
3.2.5. A cidadania como direito à valorização cultural.....	085
3.2.6. A função social do arquiteto.....	086
3.3. O processo de comunicação social como prática transdisciplinar.....	089
3.3.1. A epistemologia no processo de comunicação social.....	091
3.3.2. A complexidade presente nos processos comunicativos.....	093
3.3.3. A comunicação como identidade social.....	096
3.3.4. Resgate conceitual do processo de comunicação.....	098
3.3.5. Uma nova forma de compreender a comunicação.....	102
3.3.6. A comunicação e a interatividade humana.....	103
3.3.7. O diálogo como superação de barreiras.....	106
3.4. A cultura popular na vida cotidiana.....	107
3.4.1. A cultura como identidade.....	109
3.4.2. Competência padrão ou código linguístico.....	110
3.4.3. O papel social da variedade linguística.....	114
3.4.4. A língua como instrumento de poder.....	116
3.4.5. Ideologia linguística: poder e submissão.....	121
3.4.6. Código linguístico: analfabetismo ou preconceito social?.....	124
3.5. Utilizando os preceitos da Educomunicação e da Folkcomunicação.....	125
3.5.1. A Educomunicação.....	127
3.5.2. A Educomunicação de Freire.....	130
3.5.3. A Folkcomunicação.....	133
3.5.4. A Folkcomunicação de Beltrão.....	138
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	143
4.1. Tabulação dos dados.....	148
4.2. Análise das entrevistas de Grupo Focal.....	148

4.2.1. Categoria A: a exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental.....	148
4.2.2. Categoria B: o estereótipo da pobreza marginal.....	158
4.2.3. Categoria C: o poder da língua.....	169
4.3. Análise das entrevistas feitas com as lideranças comunitárias.....	179
4.3.1. Categoria A: a exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental.....	179
4.3.2. Categoria B: o estereótipo da pobreza marginal.....	183
4.3.3. Categoria C: o poder da língua.....	187
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	192
6. REFERÊNCIAS.....	204
7. ANEXOS.....	217
8. APÊNDICES.....	222

1. INTRODUÇÃO

A comunicação é parte fundamental na condição existencial de todo o ser humano. Cada vez mais presente na vida das pessoas, ela conecta os acontecimentos do mundo à sociedade, influenciando seu comportamento, alterando sentimentos e emoções no processo de relacionamento, enfim, refletindo o comportamento da sociedade com base na percepção de seus valores e identidade. Ao referenciar identidade, é necessário ter a consciência de que a espécie humana se distingue das outras por sua capacidade de construção cultural, respeitando suas variações geográficas, simbólicas ou tecnológicas.

Assim, cada sociedade, ao forjar seus valores, mais do que conferir um significado à vida, conserva a coesão entre os membros do mesmo grupo ou nação. O próprio Brasil, ainda que jovem, mas com uma extensão territorial continental, espelha uma diversidade composta de regiões culturalmente distintas, fruto da fusão de várias etnias, baseadas em tradições culturais.

Porém, se, por um lado, o condicionante cultural tem o poder de unir grupos, por outro, o econômico, de forma antagônica, os afasta. Nestas últimas décadas, a economia brasileira consolidou um modelo de desenvolvimento com origem na acumulação de capital e lucro, gerando uma concentração da riqueza e consequente aumento da pobreza. O processo de urbanização constante redimensiona o padrão econômico de muitas cidades brasileiras, trazendo consigo uma população de baixa-renda¹, devido ao grande número de desempregados, que, sem acesso à moradia, abdicaram de sua segurança e saúde, em troca da ocupação irregular de áreas livres, mas impróprias para a habitação.

No Brasil, o mapa do desenvolvimento mostra uma geografia de desigualdades sociais e econômicas, que define vastos territórios vazios e pouco desenvolvidos, ao lado de outros que apresentam alta concentração de pobreza. A distribuição espacial das cidades brasileiras configura uma rede heterogênea que se constitui um grande desafio à gestão do desenvolvimento urbano no plano federal (FERNANDES, 2003, p. 05).

¹ Como indicador de baixa renda, utilizou-se o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA que a define como a linha de até meio salário mínimo mensal de renda média familiar, per capita, para os meses de julho de cada ano (Fonte: IPEA).

Esse cenário de contínua deterioração da vida humana, fruto da ausência de políticas públicas, sobretudo, ao acesso à moradia digna, despertou na população um forte sentimento reivindicatório expressando as contradições presentes na sociedade brasileira. Movimentos populares urbanos, impulsionados por associações estudantis, de moradores ou sociedades de bairro, ganharam destaque através das manifestações sociais conhecidas como o *Movimento Diretas Já*. De forma concomitante, outras atividades coletivas promoveram a busca de alternativas, referendadas pelo pleno exercício da cidadania e a garantia legal dos direitos civis, políticos e sociais.

Com a abertura do processo de redemocratização (a partir dos anos 1980), os indivíduos resgataram seus direitos políticos e sociais, fortalecendo a união desse segmento marginalizado da população, desprovido de proteção do Estado, através dos movimentos comunitários. As discussões, originadas sobre a cidadania, motivaram o interesse pela valorização dos direitos básicos dos indivíduos como participantes ativos da construção da sociedade, reivindicando seus direitos e entendendo seus deveres, através do diálogo entre os movimentos organizados e a sociedade.

No entendimento de Maricato (2006), o desenvolvimento urbano incluyente exige uma atuação em dois eixos: urbanizar e legalizar a cidade informal, conferindo-lhe melhor qualidade e o *status* de cidadania, e produzir novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar. Como consequência dos fatos relatados, percebe-se que as ações governamentais passaram a reconhecer a importância das reivindicações sociais, consolidando seu caminho através da Constituição de 1988, que conferiu, entre outros direitos, a possibilidade de alterar seu formato de vida marginalizado, socialmente, passando a habitar de forma integrada em áreas regulares na cidade formal.

Partindo da premissa constitucional, onde todas as pessoas têm direito a um nível de vida digno, o direito à habitação desempenha um papel fundamental na garantia do espaço apropriado para a convivência social. Assim, para o enfrentamento dessas graves questões sociais e urbanas, diversos mecanismos legais foram desenvolvidos, de acordo com o grau da ocupação irregular e seus

problemas ambientais. Em 2001, coube ao Estatuto das Cidades² regulamentar o capítulo aprovado pela Constituição Federal de 1988, que versa sobre Política Urbana. Sua promulgação parametrizou as ações do poder público e da sociedade, ordenando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Sabe-se que o Governo Federal, através do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC tem buscado uma alternativa capaz de corrigir algumas dessas injustiças. Porém, é necessário que a política habitacional a ser implantada comece por ações inclusivas, que redirecionem a população à promoção do conhecimento, através da informação, premissa fundamental no campo da cidadania e da democracia. Aliás, para que o sentido de democracia se fortifique também na habitação de interesse social, é importante garantir o envolvimento de todos os cidadãos, participando e intervindo na política aplicada e nas decisões que englobem seus interesses. Cabe ao ente público, gestor da política habitacional, encontrar soluções e caminhos para que esse elo se fortifique através da transparência de suas ações, dentro da justiça e da solidariedade. É prerrogativa do poder público ordenar essa dinâmica da comunicação de forma objetiva, para que seus projetos sejam compreendidos por todos, sobretudo pela população atendida, de forma a amearhar conhecimento, derrubando barreiras que as separam de seu desenvolvimento social e cultural.

Atualmente, as ações governamentais são direcionadas às camadas mais pobres (com renda mensal de até cinco salários mínimos), buscando reduzir o déficit habitacional³, aqui relacionado como um dos maiores problemas sociais de nosso país, através de projetos habitacionais. Na verdade, os projetos de habitação de interesse social são a garantia da permanência dos moradores no próprio local, com vantagens que permitirão a integração dessas comunidades com a cidade, agregando melhorias na saúde, segurança, lazer e locomoção. As famílias, que antes viviam à margem da sociedade, deverão ter uma casa, um endereço, enfim a tão proclamada cidadania.

² Lei Federal nº 10.257/2001.

³ Déficit habitacional é o estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias. Desenvolvido em parceria com o Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Fonte: Fundação João Pinheiro - Secretaria de Planejamento e Gestão – Governo de Minas Gerais).

Em Porto Alegre, o quesito Habitação⁴ tem sido definido como prioritário dentro do Orçamento Participativo - OP⁵. A capital gaúcha desenvolve a sua política de habitação prioritária através do Departamento Municipal de Habitação – Demhab⁶ (autarquia municipal), responsável pela construção de moradias populares para pessoas de baixa-renda, cumprindo seu papel de construir, não apenas casas, mas a realização do sonho de muitas famílias de morar dignamente. A autarquia, há mais de meio século, envolve um grande número de profissionais técnicos de diversas áreas, na promoção da inclusão de pessoas em processo de vulnerabilidade social, no campo da habitação.

Este trabalho adota como conceito central a inclusão social sob a ótica da realidade brasileira e mundial, evidenciando os projetos e iniciativas que valorizem a ética e a cidadania como geradoras de transformações sociais e políticas para essas que se traduzam em melhores condições de vida para as populações desassistidas. Para os profissionais envolvidos, acima da produção de projetos, está a possibilidade de melhoria na qualidade de vida dessas famílias, através da adoção de um formato de comunicação adequado para as ações e empreendimentos de habitação de interesse social.

A proposta de pesquisar o relacionamento entre o Demhab e as comunidades de baixa-renda, sob a ótica dos moradores beneficiados, surgiu a partir do reconhecimento da deficiência estrutural nesse processo pela vivência do

⁴ Em Porto Alegre, o tema da habitação se consolida nas assembleias do Orçamento Participativo (1992 – 2011) como principal demanda da cidade. (Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acessado em 15.10.2011).

⁵ Desde 1989, os orçamentos públicos municipais de Porto Alegre (planos de investimentos e lei de diretrizes orçamentárias) são discutidos pelos cidadãos e aprovados pelo Orçamento Participativo. Os investimentos giram em torno de 15% das receitas totais anuais de Porto Alegre, nos últimos anos. De acordo com Avritzer (2002b), o processo de criação do Orçamento Participativo como uma instância de deliberação sobre o orçamento está ligado à ação de múltiplos atores e à superposição de dois elementos; Novos elementos culturais nas comunidades locais (forte movimento comunitário) e a recuperação da sociedade civil brasileira de retomar a ideia de cidadania.

⁶ O Departamento Municipal de Habitação - Demhab é o órgão executor da política habitacional de Porto Alegre. As necessidades são atendidas por meio das demandas institucionais e as defendidas no Orçamento Participativo (OP), buscando desenvolver a política habitacional do município, partindo da compreensão de que habitação de interesse social é aquela que visa retirar das áreas marginais urbanas seus atuais moradores, proporcionando-lhes novas e melhores moradias, para integrá-los na vida econômica e cultural da comunidade; promover a desapropriação de imóveis declarados de utilidade pública ou interesse social, para utilização na política habitacional; promover loteamentos destinados à moradia popular e manter o respectivo cadastro; adquirir, sempre que possível, por concorrência pública, áreas de terra para a construção de conjuntos residenciais; realizar convênios com entidades de direitos público ou privado para finalidades que se enquadram nas atribuições da autarquia; efetuar a venda de terrenos e habitações, sob financiamentos, mediante inquérito social; administrar seus bens e promover medidas objetivando a racionalização dos serviços a seu encargo. (Art. 3º da Lei nº. 2.902/1965) (Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acessado em 15.10.2011).

autor, com experiência de mais de uma década como arquiteto da referida autarquia.

Após a realização de diversos projetos voltados à habitação de interesse social, mantendo contato com lideranças e associações comunitárias, constataram-se diversas dificuldades na forma de relacionamento (essenciais nos processos de intervenção), acentuando os problemas na recepção das informações pelas famílias atendidas pelo poder público.

Trata-se de uma análise preliminar, que não coloca em julgamento a capacidade do corpo técnico no gerenciamento e na aplicação desta política, mas a forma como é desenvolvido o processo de comunicação presente, do ponto de vista dos moradores que habitam as comunidades de baixa-renda. O reconhecimento de que cada projeto habitacional envolve profissionais de diversos segmentos, tendo que trabalhar a informação em diferentes níveis, e que a difunde, por vezes, de forma empírica, do ponto de vista da comunicação.

A elaboração de um Projeto Urbanístico envolve um grupo de técnicos de diversas áreas, quando profissionais da área da arquitetura e engenharia trabalham na promoção do direito à terra urbanizada. A produção de novas unidades habitacionais ocorre em situações específicas, nos casos de edificações que estejam em área de risco, sobre leito de via projetada ou em situações de alto adensamento populacional. Antes de cada projeto, é necessário que aconteça um trabalho técnico–social⁷, que organize e cadastre cada comunidade beneficiada, respeitando as características da população e sua localização inicial, geralmente com alto adensamento populacional.

Em cada projeto, são dezenas de profissionais de arquitetura trabalhando nas plantas das novas unidades habitacionais que, por dever de ofício, têm a obrigação de compatibilizá-las, respeitando as características do segmento populacional atendido. Compreende-se que as famílias, ocupantes de áreas irregulares de alto risco ou impróprias para a moradia, devam receber o acompanhamento técnico durante a execução do projeto de urbanização de forma que sejam orientadas na transição desta nova etapa de suas vidas.

⁷ O trabalho técnico-social desenvolvido pelo Demhab é composto por ações educativas e participativas, identificando o caráter social, cultural e econômico das famílias beneficiadas, visando à construção coletiva e a sustentabilidade dos empreendimentos (Fonte: Demhab).

Transpondo esse direito à informação, como justificativa para o objeto de pesquisa, verifica-se o surgimento de alguns conflitos técnicos e sociais, detectados nas reuniões, como os registrados pelo Diagnóstico do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS⁸, publicado pela Prefeitura de Porto Alegre:

- A falta de informação técnica das comunidades no momento das demandas, gerando solicitações incompatíveis com a técnica e os recursos financeiros disponíveis;
- A comunicação ineficiente entre as Secretarias da Prefeitura de Porto Alegre, entre si, acarretando morosidade na aprovação dos projetos;
- A falta de integração entre as equipes do Demhab, as quais carecem de informações homogêneas e da definição de prioridades (DEM HAB, 2007, p. 240).

Desta forma, a pesquisa ***Comunicando para comunidades de baixa-renda: decodificando conceitos urbanos*** tem como função primordial a busca de alternativas que identifiquem as questões relativas ao direito à informação, através dos processos de comunicação.

Entendendo que essa premissa deve acompanhar cada passo dado no caminho da construção da cidadania, sem esquecer que o direito à informação está alicerçado nos direitos humanos, desde o contato inicial e seus fluxos de acompanhamento, incluindo o formato de comunicação, empregado como passaporte para que as comunidades carentes ingressem na cidade formal⁹.

Entende-se que a concepção de um projeto não passa apenas pelos livros e códigos de edificação, mas é obrigação de todo o arquiteto conhecer as necessidades básicas de quem vai habitar em qualquer tipo de edificação. A importância é saber enxergar o que muitas vezes está oculto, seja nas áreas

⁸ O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS é requisito de adesão dos municípios no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. É um instrumento de gestão pública e visa, prioritariamente, soluções para famílias com renda de zero a três salários mínimos (Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em : <www2.portoalegre.rs.gov.br >. Acessado em 15.10.2011).

⁹ Pereira (2009, p.137) entende que cidade formal é aquela caracterizada por áreas com boa oferta de infraestrutura, reguladas pelo mercado imobiliário e normalmente atendendo à legislação urbanística no que diz respeito às condições da edificação e ao uso do solo. De forma oposta, a cidade informal caracteriza-se pela implantação de loteamentos irregulares e clandestinos, bem como invasões de áreas públicas e privadas - ocupada pela população de baixa renda em decorrência da impossibilidade de acesso ao mercado imobiliária por esta parcela da população, e da pouca efetividade das políticas habitacionais de interesse social.

nobres da cidade, ou mesmo nas sombras de uma ocupação irregular¹⁰. Deve-se, pois, considerar as necessidades dos futuros moradores, suas carências e ansiedades, que muitas vezes não são expressas nas pesquisas e cadastros físicos. Um cenário onde a comunidade participa na execução das obras e na entrega das unidades habitacionais, com sua ocupação efetiva.

Um projeto urbanístico deve ser concebido como um processo de ação conjunta, onde as ideias são produzidas a partir do conhecimento técnico aplicado e, discutido com os verdadeiros interessados, aqueles que irão habitar o local. São famílias que passam a contar com um teto, com assistência e acompanhamento em sua nova vida, sendo impossível desassociar o relacionamento humano diferenciado em cada etapa realizada.

Ressurge, então, a importância dos valores da comunicação, referidos como elo na construção de um novo caminho que conduza à reflexão, para o despertar de uma nova relação entre as comunidades de baixa-renda e a sociedade. Como forma de resgatar o conhecimento mútuo nesse complexo processo é necessária a utilização de códigos comuns, indispensáveis ao ato comunicativo, como nos ensina Freire (1985), para que esse seja eficiente, a partir de um acordo entre sujeitos reciprocamente comunicantes. Constata-se, assim, a urgência em compreender a linguagem dos moradores, traduzindo seus anseios e necessidades, mas, também, fazendo com que as famílias compreendam a informação técnica que os profissionais querem transmitir.

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo estudar a relação, no âmbito da comunicação, entre um órgão público municipal, responsável pela habitação de interesse social, e seu público-alvo: as comunidades mais pobres da cidade, com alto grau de miserabilidade.

O trabalho tem como proposta identificar, descrever e refletir o formato com que as informações produzidas pelo Demhab são compreendidas no processo de desenvolvimento e qualificação social das populações de baixa-renda, buscando respostas para as seguintes questões:

¹⁰ Dentre outros transtornos causados pela ocupação irregular do solo urbano, destacam-se os seguintes: desarticulação do sistema viário, dificultando o acesso de ônibus, ambulâncias, viaturas policiais e caminhões de coleta de lixo; formação de bairros sujeitos a erosão e alagamentos, assoreamento dos rios e lagos; ausência de espaços públicos para implantação de equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança; comprometimento dos mananciais de abastecimento de água e do lençol freático. (Fonte: Carvalho Pinto. "Ocupação irregular do solo urbano: O papel da legislação federal", disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/direito/OcupacaoIrregulardoSoloUrbano.pdf>).

- De que forma as comunidades de baixa-renda recebem as informações a respeito dos projetos executados pelo Demhab?
- Qual é o grau de eficiência desse relacionamento, tomando como base o processo de comunicação estabelecido?
- A comunicação entre o poder público e as comunidades atendidas acontece de fato?
- Por fim, é possível admitir a inclusão social dessas comunidades, considerando o formato de comunicação que vem sendo praticado?

O processo de comunicação, visto sob esse prisma, não é uma tarefa fácil. Afinal, não existem formas prontas que garantam êxito numa relação tão desigual. Porém, se, verdadeiramente, a comunicação humana compõe uma dinâmica que reside na troca de informações, valendo-se de códigos e símbolos para sustentação dessa relação, é correto admitir-se que esse processo complexo (de inúmeras alternativas) somente terá sucesso a partir da escolha de métodos adequados para a transmissão de cada mensagem. Sabe-se que esse processo de integração é lento e que existem etapas a serem respeitadas na promoção da inclusão social, de acordo com os preceitos da comunicação.

Pesquisar a forma de comunicação adequada, com o objetivo de orientar, integrar e repassar informações, em todos os níveis, para as comunidades em vulnerabilidade social é um grande desafio.

1.1. Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar, de forma criteriosa, uma das etapas de cada processo de regularização urbana e fundiária¹¹, tão importante como a construção das casas: a maneira como o órgão, responsável pela

¹¹ A Lei Federal nº 11.977/2009 define regularização fundiária como o “conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Fonte: Ministério das Cidades).

habitação de interesse social, comunica-se com as comunidades de baixa-renda, preparando-as para o processo de construção de uma nova vida. Trata-se de abrir espaço no universo fechado da exatidão dos projetos arquitetônicos, próprios da construção civil e habitacional, buscando uma visão mais humana desse grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade¹² que, devido a sua condição de vida e de exclusão social, tem, na incapacidade de compreensão dos termos técnicos, sua dificuldade maior.

Os objetivos específicos foram direcionados ao campo da comunicação interpessoal, analisando o formato atual da relação entre o Demhab e as comunidades carentes de Porto Alegre, confrontando com os procedimentos atuais, adotados pelos técnicos no desenvolvimento de cada projeto urbanístico. Os objetivos específicos que constituíram as metas de elaboração desta pesquisa definiram as ações quanto aos aspectos metodológicos que tornaram possível chegar aos seguintes resultados finais:

- Identificação e análise sobre como a informação é repassada para os moradores na etapa de ocupação das casas;
- Aferição do nível de linguagem técnica empregada¹³, verificando seu papel no processo de participação comunitária;
- Avaliação do grau de eficiência na linguagem adotada e identificação das expectativas dos usuários com o formato de comunicação utilizado pelos técnicos do Demhab durante as etapas de desenvolvimento¹⁴ de cada novo projeto;

¹² Segundo Macklin (2003), pessoas vulneráveis são pessoas relativas ou absolutamente incapazes de proteger seus próprios interesses. A autora inclui nesta categoria as pessoas pobres desempregadas, alguns grupos étnicos e raciais minoritários, os sem-teto e os nômades.

¹³ Discutir a tradução de conceitos entre campos do conhecimento distintos é um esforço oportuno. Para a arquitetura, que nos últimos 30 anos assistiu a uma enorme influência dos estudos de linguagem sobre seu modo de pensar e de produzir, refletir sobre essas transposições é uma tarefa necessária (Fonte: MACIEL, 2008, p. 07).

¹⁴ Etapa 1 – Ações preliminares (reconhecimento da área de intervenção, definição dos critérios de atendimento e cadastro da comunidade beneficiada);
 Etapa 2 – Escolha e aquisição da área (definição do tamanho da área necessária);
 Etapa 3 – Projetos (levantamento topográfico, laudos, elaboração de estudo de viabilidade urbanística, projeto urbanístico e arquitetônico das unidades habitacionais);
 Etapa 4 – Orçamento e obra (licenciamento, cronograma físico-financeiro e abertura do processo licitatório);
 Etapa 5 – Pós-obra e entrega do empreendimento - entrega das unidades habitacionais e comerciais para os beneficiários e dos equipamentos públicos às secretarias competentes (Fonte: DEMHAB, 2007, p. 30).

- Identificação dos pontos frágeis do processo, a fim de qualificar esse formato de comunicação, atendendo às necessidades das comunidades carentes.

1.2. Categorias de análise

Para o entendimento do processo de comunicação entre os técnicos e as comunidades de baixa-renda, elegeram-se três categorias de análise:

a) a exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental¹⁵ (a decodificação dos termos técnicos);

b) o estereótipo da pobreza marginal¹⁶ (a carência cultural relacionada ao grau de pobreza do indivíduo);

c) o poder da língua (preconceito social¹⁷ ou linguístico?).

A primeira categoria de pesquisa analisou a utilização da linguagem técnica como indutora do processo de exclusão social. A linguagem científica tem uma gama de características próprias que a diferencia da linguagem comum, de uso cotidiano. As diferenças podem ser evidenciadas a partir dos valores étnicos e culturais presentes em cada sociedade. Isso posto, a organização das sociedades e suas condições econômicas refletem o padrão de cada variedade linguística adotada, trazendo consigo uma infinita composição registrada (sob a forma de escrita e fala), característica dos ambientes nos quais foram gerados.

¹⁵ Considera-se o conceito de 'linguagem instrumental', a língua 'tecnicizada', denominada por Heidegger em contra-posição a língua da 'tradição' (überlieferte sprache). Para Heidegger, tradição não é uma pura e simples outorga, mas a preservação do inicial transmitida pela própria língua, e de tal maneira que exige do homem que, a partir da língua conservada, diga de novo o mundo e por aí chegue ao aparecer do ainda não percebido (HEIDEGGER, 1995, p. 40).

¹⁶ Ao adotar-se a Teoria da Folkcomunicação, a expressão 'marginal', presente neste trabalho, tem como referência a conceituação de Luiz Beltrão, como aquele "indivíduo à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e fundiram totalmente" (BELTRÃO, 1980, p. 39).

¹⁷ Darcy Ribeiro afirma que "as diferenças profundas que separam e opõem os brasileiros em extratos flagrantemente contrastantes são de natureza social. A redução dessas diferenças constitui o mais antigo dos desafios que repta a sociedade brasileira a promover uma reordenação social que enseje a integração de todo o povo no sistema produtivo e, por essa via, nas diversas esferas da vida social e cultural do país" (RIBEIRO, 1995, p. 235).

Ao se aproximarem do mundo dominado pelo tecnicismo, os indivíduos passam a reconhecê-lo como uma exigência da modernidade, esquecendo-se de valores essenciais na simplicidade da compreensão da linguagem como instrumento vivo do relacionamento humano.

Heidegger (1995) questiona em que medida se torna necessário falar na língua dos tecnólogos, quer dizer, numa língua determinada pelo que a técnica tem de mais próprio? Compreende-se, então, o papel da língua exposta de uma maneira particular à exigência de dominação da técnica.

No processo de conhecimento da linguagem está a decomposição e a interpretação dos termos empregados, condição fundamental para sua desmistificação e acessibilidade plena dos indivíduos, não familiarizados necessariamente com a especialização. Observa-se, então, que muitos problemas poderiam ser evitados se houvesse uma preocupação na escolha adequada dos termos empregados.

Logo, a pressuposição de que o conhecimento técnico, aprendido nos meios acadêmicos e propagado no universo fechado dos escritórios de arquitetura e urbanismo, seja assimilado (ou minimamente compreendido) por cada morador de uma comunidade carente pode explicar a ineficiência desse tipo de comunicação. Tão importante quanto projetar casas, um processo de urbanização, feito em conjunto com seus futuros moradores, remete, em sentido figurado, à troca do terno e da gravata por uma roupa mais simples, para conhecer a realidade existente. Tratando esse processo pelo viés cultural, entende-se que também é função do poder público proporcionar a abertura do conhecimento.

Wolton (2010, p.12) afirma que o desafio é “menos de compartilhar o que temos em comum do que aprender a administrar as diferenças que nos separam, tanto no plano individual quanto no coletivo [...] O mais simples tem a ver com as tecnologias e mensagens, enquanto o mais complicado tem a ver com os homens e as sociedades”. Ou seja, no universo tecnocrata ainda persiste a ideia de que o emprego de termos específicos, expressões de conhecimento restrito e muitas vezes, em outro idioma, são fundamentais para que determinada ação comunicativa seja exitosa.

Sobre a segunda categoria de análise, o estereótipo da pobreza marginal (a carência cultural relacionada ao grau de pobreza do indivíduo), percebe-se que a

compreensão do termo estereótipo, comumente usado com o intuito de classificar ou rotular, por vezes, representa um equívoco de avaliação, conferindo uma visão simplista e distorcida da realidade, sobretudo quando essa avaliação recai sobre um determinado grupo social.

Barthes (2007) alerta que, mesmo a linguagem sendo um objeto poderoso, existe uma batalha contra o estereótipo, buscando evitar que o autoritarismo ganhe forma no discurso, contaminando-o, sob todas as formas, com o uso contínuo da própria linguagem até o surgimento de uma falsa naturalidade no uso das palavras.

Combater os estereótipos é, pois, uma tarefa essencial, porque neles, sob o manto da naturalidade, a ideologia é veiculada, a inconsciência dos seres falantes com relação a suas verdadeiras condições de fala (de vida) é perpetuada [...] Mas a luta contra o estereótipo e seu reino é certamente a tática mais segura para evitar que o discurso coalhe nas ilusões da naturalidade e nas tentações do autoritarismo (BARTHES, 2007, p. 56).

De acordo com Demo (2008), espera-se demais da educação para o instrumento de enfrentamento da pobreza a partir da desqualificação cultural entre os estereótipos mais comuns. A valorização do indivíduo acontece quando ele aprende a ler, a escrever e a contar, elementos fundamentais para se ter alguma chance na vida ou começar a pensar no mercado de trabalho.

De todas predomina, na ótica das famílias, a expectativa sobre o mercado de trabalho, em geral com a alegação de que os pais não querem para o filho a mesma situação pela qual estão passando. Vagamente se concebe que educação teria a ver com cidadania, por mais que este discurso vagueie por aí insistentemente, até porque, quando se visualiza esta noção, 'ser alguma coisa na vida' em geral se aproxima de 'vencer na vida' no mercado. Não se trata de desmerecer esta pretensão - afinal, os pais querem o melhor para os filhos! - tendo em vista que saber auto-sustentar-se é objetivo crucial (DEMO, 2008, p. 86).

Essa representação pejorativa da pobreza, gerada a partir do lugar social da classe dominante e em consonância com seus interesses, pode ser analisada também à luz da Psicologia. De acordo com Patto (1992), ela pode ser encontrada na Teoria da Carência Cultural¹⁸, ao evidenciar que o ambiente familiar na pobreza

¹⁸ A concepção do *handicap* sociocultural ou teoria da carência cultural surgiu a partir da década de 1960, nos Estados Unidos, expandindo-se para a Europa e a América Latina. O aluno que fracassa na escola passa a ser designado como *carente cultural*, *carente linguístico*. A noção de carência cultural estaria sustentada numa suposta precariedade de estímulos sociais e sensoriais perceptivos. (Fonte: Pires do Couto, Margaret. Disponível em:

é deficiente de estímulos sensoriais, de intervenções verbais, de contatos afetivos entre pais e filhos, de interesse dos adultos pelo destino das crianças, em um visível desconhecimento da complexidade e das nuances da vida que ocorrem nas casas dos bairros mais pobres. Trata-se, pois, de um pensamento simplista que busca encontrar soluções para remediar os problemas educacionais, centrando seus estudos na recuperação do ambiente não favorecido à criança na primeira infância.

Percebe-se que a relevância do tema, relacionando o processo de exclusão social, alia a deficiência da educação e da informação ao estereótipo da pobreza, transcendendo os aspectos econômicos. A transposição dessa visão para as comunidades pesquisadas possibilita compreender como um indivíduo que habita aquele lugar pode ser igualmente alijado dos processos sociais, tendo sua identidade e cultura desconsideradas ou relegadas a um plano inferior, reforçando o estereótipo de insociabilidade. Uma definição pode ser culturalmente expressa na classificação de um determinado grupo social, através de seus costumes e linguagem, atribuindo a seus componentes uma característica, frequentemente ofensiva, depreciativa, valendo-se da presunção de clichês para atingir seu objetivo.

Com relação à terceira categoria, o poder da língua (preconceito social ou linguístico?) foi possível compreender que, na maioria das vezes, a dificuldade de compreensão da linguagem específica, usada por técnicos profissionais, evidencia uma forma de demonstração de poder (que os diferencia pelo conhecimento). Essa é uma barreira que pode condenar parte dos envolvidos à ignorância permanente por não terem condições de decodificar a linguagem aplicada. Um dos maiores conflitos na batalha contra o analfabetismo reside, indiscutivelmente, nas injustiças sociais.

Desde os primórdios, o poder social brasileiro admitia o voto do analfabeto somente se esse possuísse bens e títulos¹⁹. Por outro lado, a atualidade nos

http://www.ebp.org.br/biblioteca/pdf_biblioteca/Margaret_Pires_do_Couto_Da_queixa_escolar_a_demanda_de_analise.pdf acessado em: 17.08.011).

¹⁹ De acordo com Backes (2001), durante o período do Império, eram realizadas eleições para a Câmara dos Deputados, Senado e Câmaras Municipais (o Imperador detinha o Poder Moderador e era o chefe do Poder Executivo; os Governadores de Província eram indicados. A participação popular nas eleições era muito baixa. É importante considerar que, até o advento da República, o voto era censitário, ou seja, só votavam as pessoas que pudessem comprovar uma determinada renda). (Fonte: BACKES, Ana Luiza. Legislação sobre o

mostra o sucateamento da educação, comprovando que a redução orçamentária tem levado a sua desqualificação.

Como distribuição de renda e educação são duas ações complementares, uma das razões do analfabetismo nas comunidades carentes deve-se à própria incapacidade das crianças e jovens permanecerem nas escolas (atingindo praticamente todas as faixas etárias). Assim, vincular o conhecimento ao simples conceito de letramento pode induzir ao equívoco de que basta apenas ao indivíduo saber ler ou escrever para que ele adquira plena competência no domínio da língua, como desenvolvimento sociocultural. Considerando esta imposição equivocada de poder, Barthes explica:

Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de desaprender, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: *Sapientia*: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível (BARTHES, 2007, p. 44).

Assim, mesmo os indivíduos mais pobres, com seus conhecimentos próprios, capazes ou não de ler ou escrever, poderão desempenhar tarefas adequadamente no desenvolvimento de sua comunidade. Não se está pregando a ideia de que a alfabetização não seja importante. Ao contrário, sua erradicação é necessária. Porém, até que esse objetivo seja alcançado, devemos evitar que os indivíduos que habitam as comunidades mais pobres sejam encarados como inaptos ou com algum tipo de retardo mental. Devemos compreender que todas as informações aprendidas nos processos formais podem coexistir também na informalidade ou nas vivências, formando um universo amplo e com muitas vertentes.

As informações que compõem o senso comum incluem um elenco de riquezas intangíveis, presentes na verdade dos fatos ou nas lendas, nas doutrinas religiosas, filosóficas ou mesmo ideológicas, adquiridas nas experiências

cotidianas. A valorização da capacidade de compreensão das comunidades mais pobres não pode ser medida por sua linguagem desarticulada dos padrões exigidos no formalismo da norma culta. Há que se aceitar como expressão, além da linguagem formal, aquela que representa o coloquial, livre de construções gramaticais.

Por essa razão, para se comunicar com as comunidades de baixa-renda (compreender e ser compreendido) os profissionais devem fazer suas concessões e adotar um padrão linguístico informal, comum a todos.

É possível, então, compreender que cada processo reveste-se de inúmeras dificuldades sociais, desde a definição das famílias reassentadas, a escolha da nova área e finalmente, a adequação dos projetos para as novas moradias. Para o cumprimento de cada uma dessas etapas, a comunidade atendida deve ser comunicada e sobretudo, ouvida num processo definido pelo município como de participação popular. Ou seja, existe um intrínseco conjunto de ações que devem ser percorridas de forma colaborativa, dentro de um processo coletivo de representação comunicativa para que se adquira a real percepção do todo.

1.3. Universo de pesquisa

Esta pesquisa buscou contribuir com a promoção e participação cidadã, através da comunicação e informação, ao analisar a realidade das comunidades de baixa-renda da capital gaúcha, beneficiadas pelas ações desenvolvidas pelo Demhab. Considerando que as Regiões de Planejamento do Orçamento Participativo²⁰ cobrem toda a área geográfica de Porto Alegre, este trabalho focou duas comunidades, com representatividade significativa e características distintas, garantindo a amostragem necessária para análise do tema.

Os dois grupos selecionados, antes de habitarem as novas residências, viviam em processo de irregularidade urbana, uma situação de vulnerabilidade social.

²⁰ Para que a sociedade possa opinar sobre o futuro da cidade, Porto Alegre foi dividida em oito Regiões de Gestão do Planejamento - RGP: RGP 01 - Centro, RGP 02 - Humaitá/ Navegantes/ Ilhas e Noroeste, RGP 03 - Norte e eixo Baltazar, RGP 04 - Leste/ Nordeste, RGP 05 - Glória/ Cruzeiro e Cristal, RGP 06 - Centro-Sul e Sul, RGP 07 - Lomba do Pinheiro/ Partenon, RGP 08 - Restinga/ Extremo-Sul (Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em : <www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acessado em 15.10.2011).

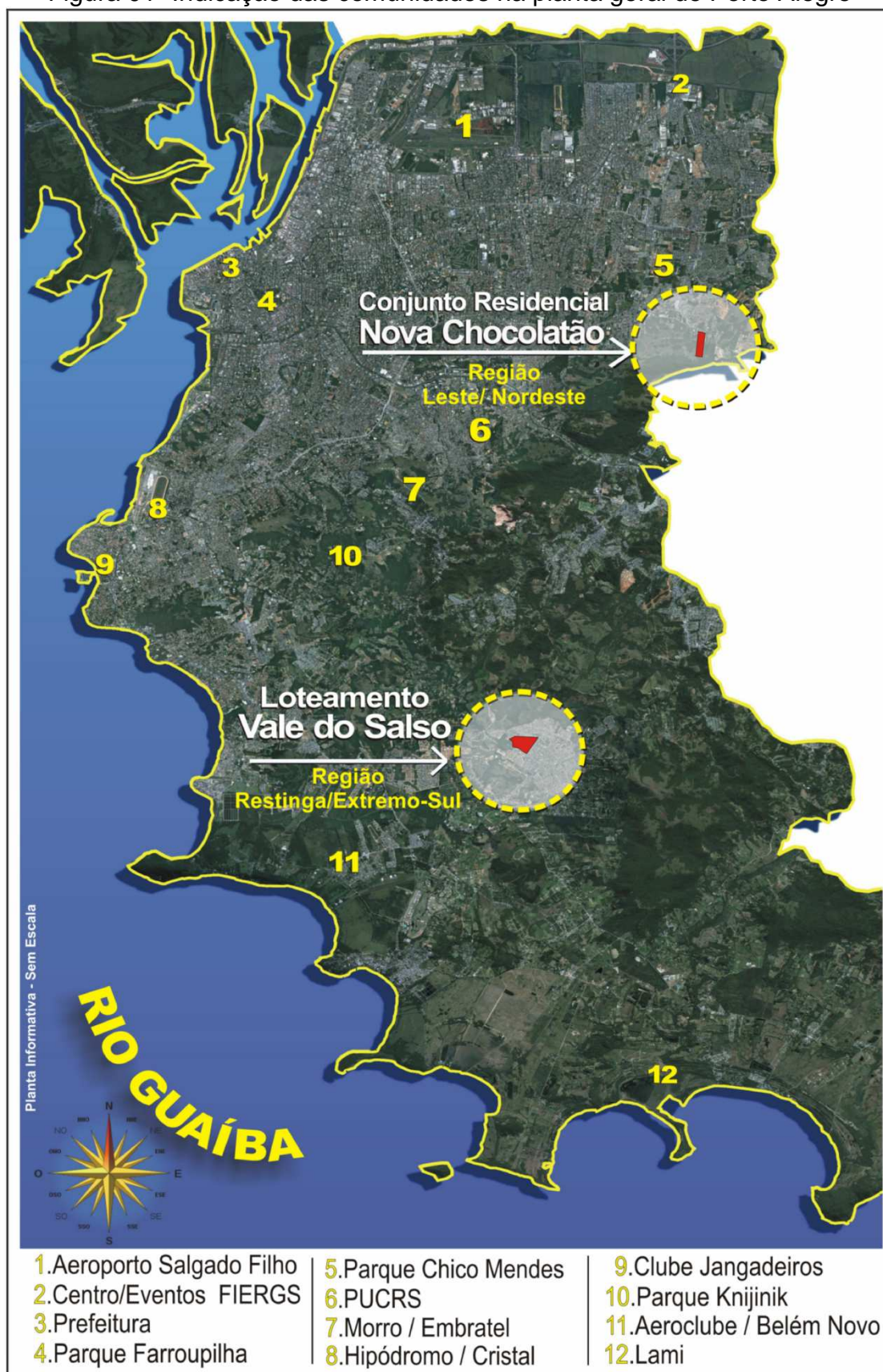
O primeiro, **Loteamento Vale do Salso** (antiga Vila Vale do Salso), localiza-se na Região de Gestão de Planejamento 4, zona sul da cidade e abriga famílias que habitavam áreas irregulares do ponto de vista ambiental, com alto risco ou impróprias para a moradia.

O segundo grupo, **Conjunto Residencial Nova Chocolate** (antiga Vila Chocolate) situa-se na Região de Gestão de Planejamento 8 e inicialmente ocupava um terreno na zona central de Porto Alegre e atualmente, adquiriu o direito à cidade formal²¹, morando na zona leste de Porto Alegre.

As duas comunidades podem ser visualizadas no mapa de Porto Alegre, destacado a seguir:

²¹ De acordo com a Arq. Kênia de Souza Barbos, o padrão de urbanização brasileiro criou cidades segregadas, onde de um lado tem-se a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e de outro lado a cidade informal, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana, sem atributos de urbanidade, exacerbando as diferenças socioambientais (Fonte: V Congresso de Direito Urbanístico: O Direito Urbanístico nos 20 anos da Constituição Brasileira de 1988 – Balanço e Perspectivas - Realização: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Disponível:< http://www.ibdu.org.br/imagens/DIN__MIC.PDF> acessado em 15.10.2011).

Figura 01- Indicação das comunidades na planta geral de Porto Alegre



Fonte: o autor.

1.3.1. Loteamento Vale do Salso

Situado no bairro Restinga²², o Loteamento Vale do Salso foi escolhido devido à sua importância como modelo de regularização urbanística e fundiária em Área de Preservação Permanente - APP²³.

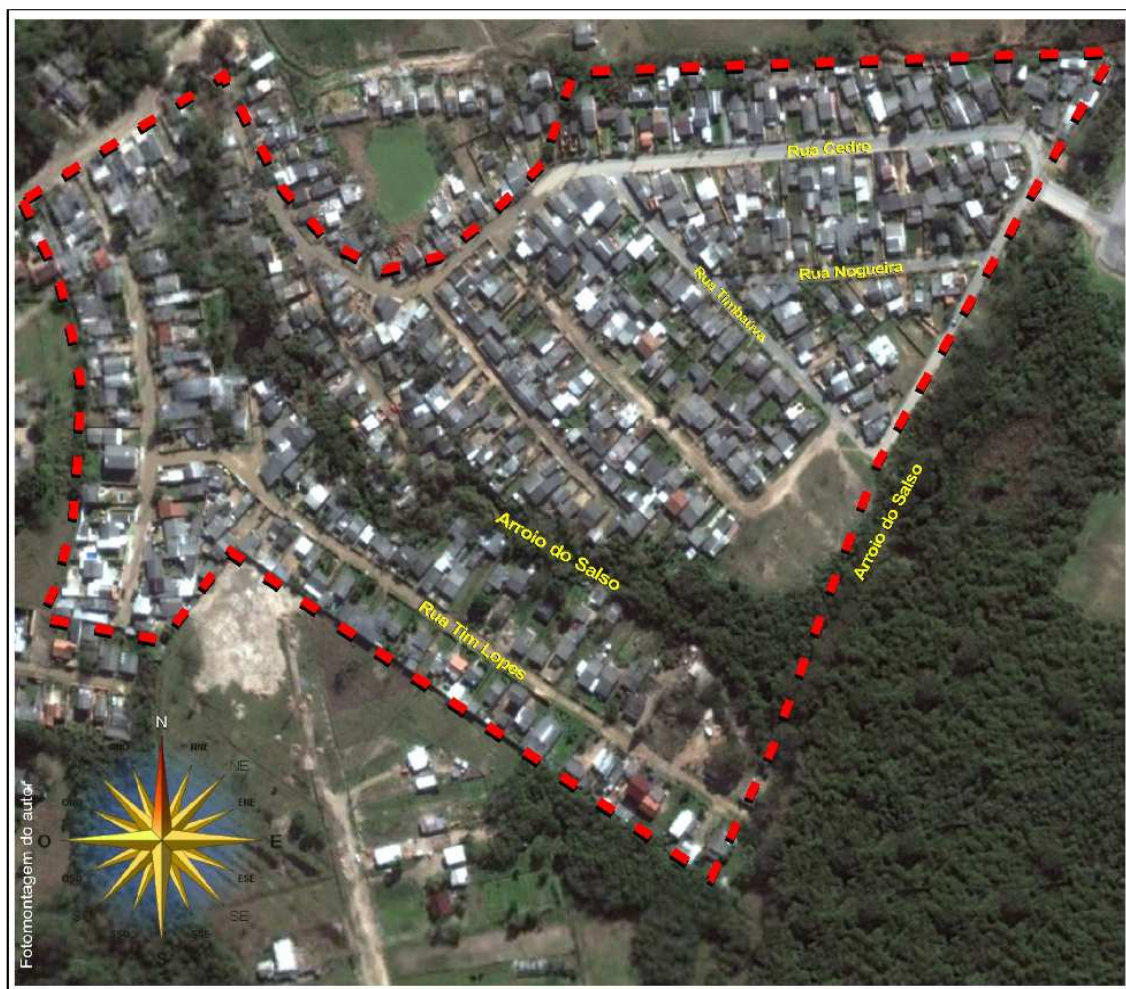
Dados de localização:

- Região de Planejamento 08;
- Restinga / Extremo-Sul;
- Rua Diretriz 7163 nº 200;
- População: 205 famílias (aproximadamente 820 pessoas).

²² O bairro Restinga foi implantado na zona sul de Porto Alegre como um grande projeto habitacional. Iniciado em 1970 e concluído na sua primeira etapa em 1971, foi considerado na época, o maior projeto habitacional do Brasil. A Restinga conta hoje com um contingente populacional três vezes maior do que aquele pensado inicialmente e, apesar de todos problemas estruturais que colocaram à prova seus primeiros moradores, foi através de um empenhado trabalho de sua comunidade que o bairro tornou-se oficial, contando hoje com transportes, telefones, posto de saúde e instituições de ensino, sendo considerado um autossuficiente (apesar de suas dificuldades) núcleo urbano dentro de Porto Alegre. (fonte: Prefeitura de Porto Alegre – Observapoa. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=153&hist=1&p_sistema=S acessado em 10.02.2010).

²³ As Áreas de Preservação Permanente - APP são consideradas como bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Fonte: Resolução nº 303, de 20/03/2002 – CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Figura 02 – Vista aérea do Loteamento Vale do Salso



Fonte: o autor.

Figura 03 – Degradação ambiental às margens do Arroio do Salso



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O desenvolvimento da Região Restinga fez com que muitas famílias ocupassem espaços, que pertenciam a pequenos agricultores, com seus sítios e chácaras, num processo lento de urbanização de uma área rural da cidade. Com o passar dos anos, aliando o crescimento desenfreado com a especulação imobiliária e o aumento da pobreza, muitas famílias se instalaram e construíram suas casas em áreas de ocupação irregular e clandestina. A antiga Vila do Salso foi mais uma ocupação irregular que teve sua origem na venda clandestina de terrenos dentro de um parque natural, ocasionando um grave dano ao patrimônio natural. Em meados de 1990, diversas famílias adquiriram pequenos lotes em uma área verde, junto à margem do Arroio do Salso. Enquanto algumas não tinham consciência de que era proibido ocupar uma área verde, outras seguiam ofertando e vendendo.

Cada família tem sua história dentro da vila. A escolha pela área rural ocorreu porque as famílias procuravam, além do espaço para a moradia, um meio de subsistência, a partir da agricultura. Ainda hoje é possível caminhar pela região e encontrar pequenas áreas cultivadas, dentro de cada lote, deixando transparecer uma face rural existente na cidade.

Com o passar dos anos, considerando as dificuldades do processo de regularização urbana, os moradores dessa comunidade se organizaram na busca

de providências judiciais, a fim de adquirir o direito a todos os serviços que a cidade oferece, sobretudo no que tange ao espaço público e infraestrutura.

O papel do Demhab foi modificar essa realidade danosa ao meio-ambiente, através de mecanismos técnicos e sociais, incluindo a implantação de um projeto que corrigisse essa distorção e, ao mesmo tempo, promovesse a inclusão social com as alterações necessárias para seu bom funcionamento. A autarquia ficou responsável pela regularização da área, onde a participação social foi fundamental na definição do cadastro e perfil das famílias, facilitando a compreensão do novo projeto, agregando valores humanos à inclusão, a partir do respeito e da informação.

Essa relação com a comunidade foi importante para o desenvolvimento de um projeto que, antes mesmo de corrigir uma situação irregular - a ocupação de uma área verde - fortificou o entendimento de que toda e qualquer ação destinada à preservação ambiental, configura-se como um elemento essencial no desenvolvimento urbano. Para tanto, foi necessário o aperfeiçoamento de ações, comprometendo a sociedade com o conhecimento da sua própria realidade, aprendendo a gerenciá-la, conduzindo e interagindo de forma a proteger o ambiente natural.

Figura 04 – As famílias e sua proximidade com o Arroio do Salso

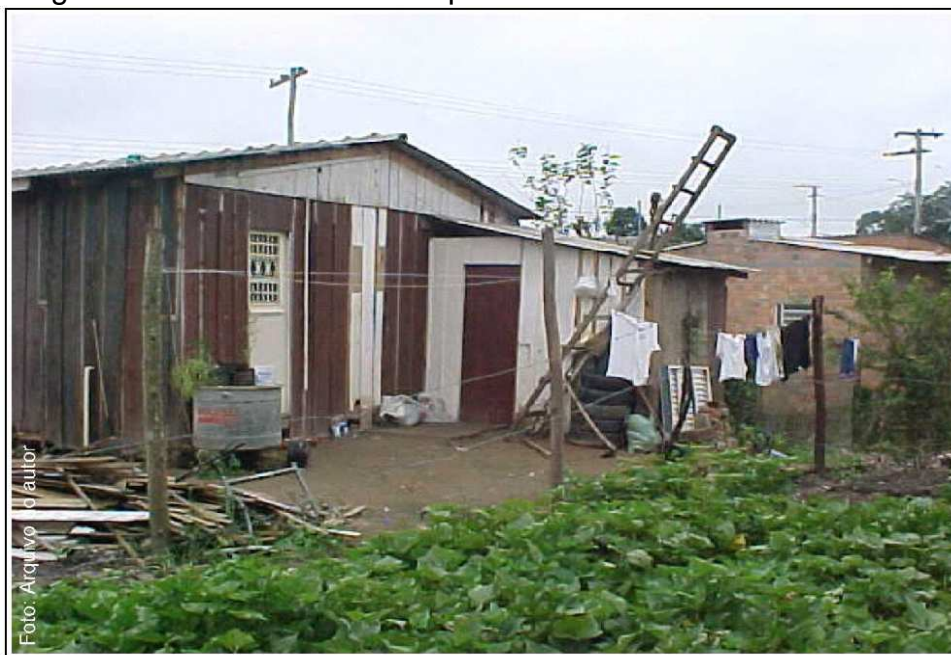


Foto: Arquivo
do autor

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 05 – Mesmo após o período de chuvas os alagamentos persistem.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

1.3.2. Conjunto Residencial Nova Chocolateão (antiga Vila Chocolateão)

O Condomínio Residencial Nova Chocolateão foi escolhido como objeto de pesquisa, devido ao processo de sua regularização fundiária e urbana estar baseado na remoção das famílias ocupantes de uma área central da cidade de Porto Alegre, junto à Receita Federal e a Câmara Municipal. Conforme Moraes e Anton (1999), a origem desta ocupação remonta a 1984, com a formação de núcleo irregular de catadores²⁴ em área pública federal, localizada atrás do edifício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do estacionamento existente ao lado do edifício da Justiça Federal, à Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha.

²⁴ Os catadores de materiais recicláveis formam uma parte da economia informal. Esses trabalhadores ganham a vida coletando, separando, reciclando e vendendo materiais descartados por outros. Em praticamente todas as cidades dos países em desenvolvimento milhares de pessoas podem ser encontradas coletando resíduos domésticos de lixeiras de calçadas, resíduos comerciais e industriais de caçambas, resíduos das ruas. (Fonte: Cidades inclusivas/ inclusive cities. Disponível em: <http://www.inclusivecities.org/pt/index.html> acessado em 17.02.2012).

A pesquisa analisou o relacionamento entre o Demhab e a comunidade atendida, observando as etapas anteriores e a atual (pós-entrega das casas), a partir do reassentamento para um local diferente da sua origem.

Dados de sua localização:

- Região de Planejamento 04;
- Leste / Nordeste;
- Avenida Protásio Alves nº 9.990;
- População: 181 famílias (aproximadamente 724 pessoas).

Figura 06 – Vista aérea da ocupação original da Vila Chocolateão



Fonte: o autor.

Figura 07– Os catadores de lixo em atividade na antiga Vila Chocolateão



Fonte: Laércio de Menezes.

É importante ressaltar que a situação vivida pelos ocupantes revestiu-se de um drama, compartilhado com boa parte da população do entorno, em cada um dos 13 incêndios²⁵ que ocorreram na antiga Vila Chocolateão, provocados, na maioria das vezes, pelas péssimas condições de instalações elétricas das casas.

Figura 08 – O triste cenário formado pelos constantes incêndios



Fonte: Gabriela Di Bella.

²⁵ "É como sair do inferno direto para o paraíso". É assim que o soldado Aragão, do Comando do Corpo de Bombeiros (CCB) define as condições de moradia do Conjunto Residencial Nova Chocolateão, no número 9099, da Avenida Protásio Alves, Morro Santana, zona leste de Porto Alegre. Não há exagero na observação dele. Especialista no combate a incêndios, habituado a dar cursos sobre o tema para plateias que incluem até mesmo oficiais, Aragão combateu seis dos 13 incêndios ocorridos na antiga Vila Chocolateão, durante anos, localizada ao lado do Tribunal Regional Federal, próximo ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre: disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_noticia=142624&CHOCOLATAO:+13+INCENDIOS+DE+POIS+A+SEGURANCA> acessado em: 20.09.2010).

Muitas pessoas tiveram suas casas e móveis destruídos, obrigando a ações emergenciais por vários órgãos da Prefeitura, a fim de socorrer as vítimas dos diversos incêndios.

O texto abaixo, publicado em um jornal da capital, ilustra bem a situação vivida pelos moradores da Comunidade da Vila Chocolate, quando ainda permanecia no seu terreno original:

As malocas não têm água encanada ou saneamento. A criança passeia de pés descalços em meio a línguas negras de esgoto a céu aberto, até por falta de que fazer – inexistem creches na vila. As poças de água misturada a fezes estão sempre repletas de mosquitos e larvas de insetos. Poucos barracos dispõem de banheiros, a maior parte utiliza sanitários coletivos doados pela Prefeitura (TREZZI, 2009).

Composta em sua grande maioria por catadores e recicladores de materiais descartados, coletados nas ruas do centro da cidade, a situação dessas famílias perdurou até o ano de 2008, quando a Prefeitura de Porto Alegre cumpriu a sentença de reintegração de posse, concedida pela Justiça, tendo em vista a área pertencer à União Federal.

Figura 09- O contraste dos casebres com os edifícios

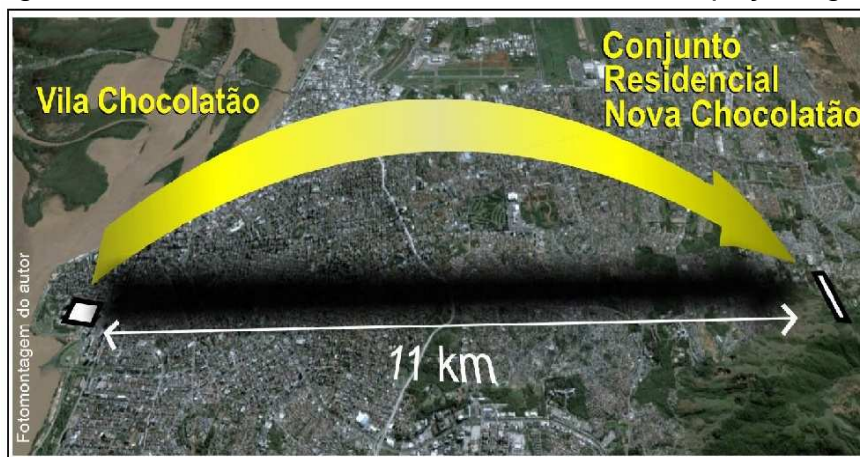


Fonte: Prefeitura de Porto Alegre.

Buscando evitar o despejo das famílias ocupantes, o Demhab, através de demanda institucional, fez acordo com a União, que cedeu uma nova área na

Avenida Protásio Alves nº 9.990 (distante 11 quilômetros da origem), visando o seu reassentamento.

Figura 10 – A comunidade foi deslocada de seu espaço original



Fonte: o autor.

A partir de 2008, iniciou-se um longo processo de preparação das famílias para o seu reassentamento, que ocorreu em maio de 2011, para uma nova área de aproximadamente 3.300 m², com 181 unidades residenciais, dispondo de área para creche, equipamento comunitário e praça equipada.

Figura 11-. A nova realidade dos moradores



Fonte: Prefeitura de Porto Alegre.

Figura 12 – As casas do Condomínio Residencial Nova Chocolateão



Fonte: Ivo Gonçalves.

Figura 13 – Vista aérea do Conjunto Residencial Nova Chocolateão



Fonte: o autor.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, detalha-se a metodologia utilizada na presente pesquisa, destacando sua natureza e tipologia, incluindo as fontes de informação e os instrumentos de coleta de dados. Sabe-se que a importância de uma pesquisa está em empreender um olhar particular sobre cada realidade existente, utilizando instrumentos adequados para o seu conhecimento, o que é fundamental para avaliar o objeto estudado com maior grau de precisão.

Para compreender as características que determinam a relação comunicacional entre os arquitetos do Demhab e as comunidades por eles assistidas, optou-se pela pesquisa no formato quantitativo e qualitativo, buscando garantir a precisão de resultados e evitar distorções de análise e interpretação (RICHARDSON, 1999).

Ao adotar as duas modalidades, quantitativa e qualitativa, a pesquisa buscou incorporar suas características principais ao produto final, considerando que as opiniões expressas, mesmo analisadas de forma qualitativa, fossem quantificadas a fim de traduzir em números para sua posterior classificação. Afinal, conforme Bardin (1977), na análise quantitativa, a frequência é necessária para definir as características do material coletado. Por outro lado, na análise qualitativa, o que deve ser considerado é a presença ou a ausência dessas características no mesmo material de referência.

A partir dos padrões da realidade, detectados por esse tipo de pesquisa, foram desenvolvidos conceitos, ideias e interpretações sobre os sujeitos envolvidos na construção deste conhecimento. O objetivo foi realçar valores e opiniões, possibilitando explorar e compreender os fenômenos pesquisados, através de diversos prismas, de acordo com o material coletado.

Com base nessa perspectiva, a metodologia do trabalho foi conduzida objetivando a qualificação do processo de comunicação, presente na relação entre os arquitetos e os grupos investigados (Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolate), a partir dos pressupostos contidos na análise de conteúdo, conforme as categorias de análise definidas:

a) A exclusão social decorrente do uso de determinada linguagem instrumental (a necessidade da decodificação dos termos técnicos);

b) O estereótipo da pobreza marginal (a carência cultural relacionada ao grau de pobreza do indivíduo);

c) O poder da língua (preconceito social ou linguístico?).

Ao adotar como método a análise de conteúdo e seu conjunto de técnicas para coleta e interpretação dos dados, foram confrontadas as evidências e as informações pesquisadas sobre o tema, extraíndo delas o máximo de elementos necessários para expressar a realidade pesquisada.

Bardin (1977) evidencia a importância do método como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem como meta obter indicadores que permitam a inferência²⁶ de conhecimentos relativos às condições de produção e/ou recepção das mensagens analisadas. A escolha da análise categorial considera o discurso desmembrado em categorias, cujos critérios de escolha e de delimitação devem orientar-se pela investigação dos temas e seu objeto de pesquisa, identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados. Assim, o investigador tem à disposição diversos instrumentos metodológicos que lhe permitem aprofundar o conhecimento sobre seu objeto de pesquisa, bastando apenas direcioná-los corretamente, escolhendo o caminho mais adequado.

Por esta razão, como o objetivo desta pesquisa residia na avaliação da comunicação estabelecida entre os técnicos do poder público e as comunidades de baixa-renda, a adoção da análise de conteúdo elencou as seguintes etapas para a coleta dos dados:

- pesquisa bibliográfica e documental;
- entrevistas a partir da técnica de Grupo Focal (questionário aberto, aplicado de forma escrita, aos moradores de cada comunidade); e
- entrevistas de formato aberto, aplicadas de forma escrita, com os líderes comunitários.

Para estruturar a pesquisa bibliográfica deste trabalho, foi realizada uma ampla verificação sobre o objeto de estudo, de forma a garantir uma quantidade

²⁶ Segundo Bardin (1977, p. 39), “inferência é a operação lógica pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”.

significativa das publicações pertinentes. A revisão documental analisou materiais existentes dentro do próprio Demhab, principalmente os dados referenciais e históricos e os diagnósticos sócio-cadastrais que possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre a realidade das comunidades pesquisadas.

A pesquisa bibliográfica, responsável pela sustentação teórica deste trabalho, adotou os conceitos de alguns autores com objetivo de discutir e contextualizar a importância dos processos comunicativos nos projetos de habitação de interesse social. Assim, ao considerar a importância da comunicação com os grupos marginalizados, a pesquisa fundamentou sua análise a partir dos preceitos de Paulo Freire e Luiz Beltrão, reforçando a necessidade da importância do diálogo e sua ação transformadora social.

Partindo desta concepção, foi realizado um mapeamento sobre o que tem sido difundido sobre o tema proposto pela pesquisa, coletando, identificando e classificando seus conteúdos, tratando de codificá-los. O fichamento de livros, periódicos e teses permitiram analisar o conteúdo das obras consideradas importantes, contribuindo para a obtenção de informações sobre a situação atual do problema pesquisado.

2.1. Entrevistas Grupo Focal (*Focus Group*)

Ao reconhecer o direito à informação como espinha dorsal da pesquisa, foi adotada a técnica do Grupo Focal para a investigação das questões que afetam os processos comunicativos, sob a ótica das comunidades de baixa-renda. O objetivo foi estimular a participação dos moradores, agregando a interação grupal ao processo de análise dos dados, enfatizando e discutindo a adequação da abordagem teórico-prática no campo da investigação social, onde o pesquisador utiliza pequenos grupos de pessoas reunidos na busca da avaliação determinada ou identificação de problemas.

A história mostra que a técnica de grupos focais vem assumindo, desde os anos 1980, uma posição de destaque em diversas áreas de estudo. Seu sucesso deve-se muito à incorporação de conceitos clássicos das ciências sociais, psicologia e serviço social, às modernas ferramentas de marketing, visando

conhecer em profundidade os anseios dos consumidores, buscando seus lançamentos futuros.

Para Gondim (2003), a noção de grupos focais está apoiada no desenvolvimento das entrevistas grupais, cuja diferenciação recai no papel do entrevistador e no tipo de abordagem. A autora entende os grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados baseada na interação, quando o moderador assume a posição de facilitador do processo de discussão, mantendo, contudo, neutralidade para com os entrevistados. Sua função se resume a ouvir a opinião de cada um e comparar suas respostas. Desta maneira, seu nível de análise é o indivíduo no grupo.

Para este formato de pesquisa, segundo Gondim (2003), os próprios processos internos trazidos ao grupo são o alvo da análise, com o propósito da orientação prática, centrada no “entendimento específico da linguagem do grupo, nas suas formas de comunicação, preferências compartilhadas e no impacto de estratégias” (GONDIM, 2003, p.13).

Costa (2005, p. 181), por sua vez, reconhece que o Grupo Focal como técnica qualitativa, tem como objetivo a percepção de valores e normas, referenciados por um determinado grupo, como se fosse uma “entrevista coletiva que busca identificar tendências”.

Deste modo, é possível compreender que, em um Grupo Focal, o pesquisador atua como um moderador que coordena a reunião, enquanto estimula a discussão dos participantes a respeito das questões levantadas.

Considerando que o trabalho de pesquisa envolveu a área pública, ao analisar o formato de relação existente entre o Demhab e as comunidades de baixa-renda, foi importante trazer a reflexão de Costa (2005), ao entender que, na área de políticas públicas, sua utilização ocorre na identificação de problemas, no planejamento, na implementação e na avaliação.

A proposta de Grupo Focal compôs uma base importante do universo escolhido para a pesquisa e o grau de amostragem. Essa etapa definiu a classificação correta na análise de conteúdo, representada pela escolha das categorias e sua correspondência com fatores como significação lógica e pertinência ao tema, seguindo os pressupostos de Bardin (1977), ao indicar

objetividade e fidelidade, bem como a possibilidade de uma categorização *a priori* (referencial teórico) e *a posteriori* (pós-análise do material).

Por todas as razões expostas e com o objetivo de conhecer como as comunidades analisadas se expressam (percepções, atitudes e representações sociais) foi utilizada a técnica do Grupo Focal, através da aplicação de questionários (formato aberto) para as comunidades do Loteamento Vale do Salso e do Condomínio Residencial Nova Chocolate, respeitando as três categorias de análise:

- a) a exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental (a decodificação dos termos técnicos);
- b) o estereótipo da pobreza marginal (a carência cultural relacionada ao grau de pobreza do indivíduo);
- c) o poder da língua (preconceito social ou linguístico?).

Foram realizadas quatro reuniões, duas para cada comunidade pesquisada, utilizando espaços públicos dentro da própria comunidade com o objetivo de preservar os referenciais comunitários e, ao mesmo tempo, favorecer a presença dos participantes do grupo (evitando deslocamentos).

Os espaços utilizados estiveram livres de ruídos, permitindo a interação sem interferências externas, e a disposição dos participantes no local favoreceu a que todos estivessem no mesmo campo de visão do mediador. A infraestrutura proposta para cada reunião contou com cadeiras, água e café, incluindo material de registro (papel e canetas), bem como um cavalete tipo *flip chart*.

Cada reunião teve duração aproximada de 1h30min. A operacionalização desse trabalho contou com um mediador (pesquisador) e um relator (assistente). A presença dos assistentes foi fundamental no apoio ao mediador, facilitando o desenvolvimento e conclusão dos trabalhos, na interação com os participantes.

Importante ressaltar que, em duas reuniões, as comunidades não permitiram que as reuniões fossem gravadas, assim sendo, o questionário aplicado aos indivíduos não alfabetizados teve seu preenchimento através de um membro da comunidade (não participante da pesquisa), que prestou assistência específica, visando garantir a isenção do processo.

As reuniões também foram úteis para que o mediador e o relator analisassem as expressões faciais ou gestuais, ocorridas nos trabalhos.

No início de cada reunião foram apresentadas as regras ao grupo, contidas no TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Comitê de Ética em Pesquisa (anexo A), fundamental para a execução dos trabalhos.

A preocupação com a ética e transparência do processo foi considerada com relação a todas as entrevistas. Portanto, ao considerar a vulnerabilidade dos participantes diante do tema, para evitar colocá-los em situação de risco, ao envolver grupos estigmatizados, a pesquisa foi apresentada e considerada aprovada para sua execução pela Comissão Científica da Famedcos / PUCRS (anexo B), posteriormente pelo Comitê de Ética da PUCRS / PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento²⁷, em conformidade com o Sistema Plataforma Brasil.²⁸

A partir da aprovação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, as reuniões seguiram um roteiro específico baseado na aplicação do questionário, contendo cinco questões (apêndices A e B), que abrangem as três categorias de pesquisa definidas *a priori* (a exclusão social decorrente do uso de linguagem inadequada, o estereótipo da pobreza marginal e o poder da língua) visando facilitar a dinâmica grupal e favorecer o aprofundamento progressivo da discussão.

A partir do planejamento da amostragem, foram definidos os participantes da população-alvo, de acordo com o interesse da pesquisa. A consulta bibliográfica sobre o tema Grupo Focal não apresentou um parâmetro exato quanto ao número de participantes, limitando-se às recomendações de Rea e Parker (2002), que indicam como ideal a formação de grupos de oito a doze participantes escolhidos, em cada comunidade analisada.

Adotando critérios de Costa (2005), os grupos foram definidos a partir do nível socioeconômico e grau de instrução semelhante, evitando inibições e

²⁷ O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS foi criado, em 17 de maio de 1990, com o propósito de adequar as práticas de pesquisa, que envolvem os seres humanos, às normas brasileiras (Fonte: Portal PUCRS).

²⁸ A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP / Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep, quando necessário - possibilitando inclusive o acompanhamento (Fonte: Ministério da Saúde).

constrangimentos. O processo para a definição da amostragem²⁹ ofereceu diversas possibilidades, considerando o grau de heterogeneidade das populações que habitam as comunidades pesquisadas. Nessa mesma linha, a prescrição de Lakatos e Marconi (1991) reforçou os critérios que nortearam a definição dos participantes de forma proporcional e estratificada, conforme a sua representatividade comunitária, respeitando sempre o envolvimento social.

A definição dos participantes, composta por um percentual de amostragem dentro do universo de moradores de Porto Alegre, representou cada comunidade pesquisada (Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolate).

Os percentuais de referência tiveram como base as informações oficiais do último Censo, realizado pelo IBGE³⁰ (2010), e pelos dados georeferenciados do Município de Porto Alegre, apresentados no Observatório ObservaPoa.³¹

Assim sendo, buscou-se adotar os dados do Censo Demográfico - 2010 / IBGE que indicam a população de Porto Alegre em 1.409.351 habitantes, o que representa 13,2% da população do Estado do RS, que é de 10.693.929 habitantes. A capital gaúcha teve um aumento populacional, em termos absolutos, de 48.935 habitantes, e apresenta uma taxa de crescimento de 0,35% ao ano em relação ao Censo de 2000. Assim, a pesquisa procurou reproduzir os percentuais de referência³² com base nos seguintes critérios³³:

a) Gênero

Os dados divulgados mostram que Porto Alegre tem 653.787 homens e 755.564 mulheres. A razão entre sexo é o número de homens para cada grupo de

²⁹ Rudio (2003, p. 62) classifica a expressão 'amostragem' como uma parte da população, selecionada de acordo com uma regra ou plano. O mais importante, ao sancioná-la, é seguir determinados procedimentos, que garantam que ela seja a "representação adequada da população, donde foi retirada, dando-nos assim, confiança de generalizar para o universo o que nela foi observado".

³⁰ Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

³¹ Observatório de Porto Alegre é o órgão municipal responsável pela base de informações georeferenciadas sobre o município de Porto Alegre.

³² A partir das informações censitárias, o plano inicial de amostragem para a escolha dos participantes das comunidades do Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolate, tentou aproximar-se ao máximo dos índices apresentados no último Censo realizado pelo IBGE em 2010. Todavia, considerando que as participações formam espontâneas, muitos moradores convidados não se dispuseram a participar da pesquisa, acarretando distorções de percentual nos quesitos gênero e faixa-etária.

³³ Considerando que as comunidades envolvidas já são classificadas como "população de baixa-renda" (0 - 3 salários mínimos) o quesito socioeconômico não foi incluído na amostragem.

100 mulheres expressa a relação quantitativa entre os sexos. Se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivale; acima de 100, há predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres.

b) Faixa-Etária

Segundo o IBGE, Porto Alegre é a capital brasileira que cresce em ritmo mais lento. Este crescimento mais lento vem acompanhado de um envelhecimento da população, conforme os dados apresentados pelo censo 2010.

A população idosa (60 anos ou mais) da cidade aumentou 32% em relação à de 2000, passando de 160.540 para 211.896 habitantes, enquanto que a população jovem da cidade (zero aos 24 anos) apresentou um decréscimo de 13,68% em relação ao censo anterior. Ainda mais Impressionante é a queda populacional na faixa etária do zero aos quatro anos: 24,45%.

c) Escolaridade (grau de instrução)³⁴

A taxa de analfabetismo entre os moradores de Porto Alegre que era de 3,44% no ano de 2000, diminuiu para 2,3% em 2010. Esta taxa indica o percentual da população com idade igual ou superior aos 15 anos, que não sabe ler ou escrever. Portanto, a queda na taxa de analfabetismo aponta que, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, em Porto Alegre diminuiu a parcela da população nessa faixa etária que não sabia ler e escrever.

Por faixas de idade, entre as pessoas com 15 anos ou mais, residentes em Porto Alegre, a menor taxa de analfabetismo foi verificada entre aquelas com idade entre 15 e 24 anos. Nesse grupo, a taxa passou de 2,3%, em 2000, para 1,5% em 2010. Apesar da diminuição, o analfabetismo ainda continua alto para esse

³⁴ Foram adotadas neste quesito, as categorias Alfabetizados, Semi-alfabetizados e Analfabetos, considerando sua presença nas vilas pesquisadas (de acordo com os percentuais adotados pelo trabalho técnico-social do Demhab). De acordo com Kleiman (2005), o conceito de alfabetização também denota um conjunto de saberes sobre o código escrito da sua língua, que é mobilizado pelo indivíduo para participar das práticas letradas em outras esferas da atividade, não necessariamente escolares. Daí se dizer que um indivíduo é 'analfabeto', 'semianalfabeto', 'semi-alfabetizado' para se referir aos modos, graus ou níveis desses saberes que ele apresenta. O conceito de alfabetização refere-se também ao processo de aquisição das primeiras letras e, como tal, envolve sequências de operações cognitivas, estratégias, modos de fazer. A prática da alfabetização, que tem por objetivo o domínio do sistema alfabético e ortográfico, precisa do ensino sistemático, o que a torna diferente de outras práticas de letramento, nas quais é possível aprender apenas olhando os demais fazerem. Em outras palavras, uma pessoa não-alfabetizada que conhece a função do bilhete, da carta, das etiquetas e rótulos de produtos participa, mesmo que de forma marginal, nas práticas letradas de sua comunidade, e por isso, é considerada letrada.

segmento, indicando um desafio para a cidade. Para as pessoas com idade entre 25 e 59 anos, a taxa passou de 2,9%, em 2000, para 1,7%, em 2010.

d) Estado civil

De acordo com o último censo, realizado em 2010, o perfil das 6,9 milhões de unidades domésticas unipessoais revela a característica eminentemente urbana do fenômeno. Porto Alegre é a capital com maior proporção de pessoas que moram sozinhas (21,4% ou 508,5 mil domicílios). Importante ressaltar que para efeito de classificação, a pesquisa considera o indivíduo que vive sozinho como solteiro. A análise dos dados sobre o estado civil dos que vivem só mostra diferenças em relação ao sexo do responsável pelo domicílio: entre as mulheres, cerca de 40% são viúvas, enquanto, entre os homens, 10% dos responsáveis possuem este estado civil e a maioria é de solteiros, 58,9%.

e) Atividade Profissional

Em 2010, a média da taxa de desemprego no Brasil foi 6,7%. De acordo com o IBGE, é a menor taxa média de 12 meses da série histórica e menor que a observada em 2009 (8,1%). Em 2003, a taxa média de desocupação era de 12,4%. Esse mesmo Censo mostra que Porto Alegre registrou a menor taxa de desemprego entre as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. No ano, o índice ficou em 3%, a menor taxa da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego, com início em 2002. No país, considerando as sete regiões, a desocupação encerrou 2010 em 5,3%.

Esses referenciais censitários nortearam o processo inicial da seleção dos participantes para as entrevistas de Grupo Focal. Com base nesses percentuais, os convites foram encaminhados para que os presidentes das associações de moradores solicitassem o comparecimento dos moradores, para que participassem das reuniões de Grupo Focal. Porém, cabe esclarecer que, como a participação comunitária foi espontânea, alguns quesitos pertinentes ao público pesquisado não corresponderam com exatidão aos percentuais definidos pelo Censo.

2.1.1. Participantes do Loteamento Vale do Salso

A fim de legitimar cada ação proposta na pesquisa, garantindo a liberdade de expressão, através do sigilo, foram disponibilizados códigos distintos para cada participante, respeitando seu envolvimento social na comunidade. Visando preservar suas identidades, os moradores do Loteamento Vale do Salso adotaram um elenco de pedras preciosas como codinome.

Gráfico 01- Perfil dos participantes do Grupo Focal – LVS



Fonte: o autor.

Quadro 01 – Participantes do Loteamento Vale do Salso (LVS)

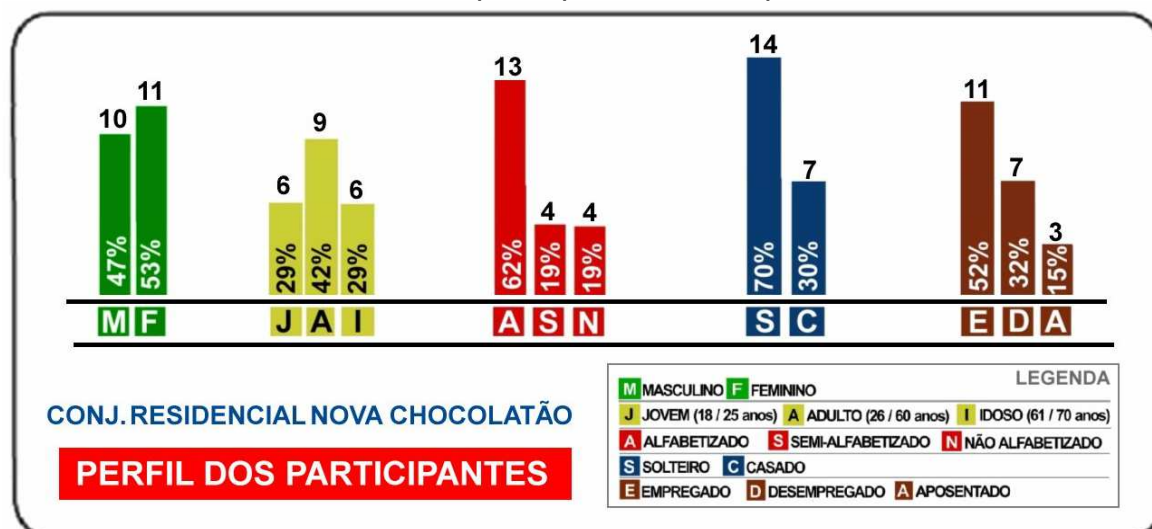
LOTEAMENTO VALE DO SALSO					
PERFIL DOS PARTICIPANTES / GRUPO FOCAL					
CODINOME	GÊNERO	IDADE	ESCOLARIDADE	E. CIVIL	ATIVIDADE
Diamante	Masculino	50 anos	4ª Série	Solteiro	Pedreiro
Saturno	Masculino	52 anos	1º Grau	Solteiro	Aux.Manutenção
Ametista	Feminino	53 anos	2º Grau	Solteira	Doméstica
Jaspe	Masculino	31 anos	Sup. incompleto	Solteiro	Desempregado
Pérola	Masculino	53 anos	1ª Série	Solteiro	Desempregado
Rubi	Masculino	20 anos	2ª Série	Solteiro	Desempregado
Cristal	Masculino	17 anos	2ª Série	Solteiro	Desempregado
Topázio	Feminino	47 anos	1º Grau	Solteira	Desempregada
Quartzo	Masculino	71 anos	1º Grau	Casado	Aposentado
Citrino	Masculino	25 anos	2º Grau	Casado	Encarregado
Opala	Masculino	20 anos	2º Grau	Casado	Pedreiro
Jade	Feminino	49 anos	1º Grau	Casada	Aposentada
Safira	Feminino	45 anos	2º Grau	Casada	Desempregada
Turquesa	Feminino	59 anos	1º Grau	Casada	Aposentada
Cristal	Masculino	38 anos	2ª Série	Solteiro	Desempregado
Zircônia	Masculino	16 anos	1º Grau	Solteiro	Desempregado
Esmeralda	Feminino	47 anos	Semi -Alfabetizada	Solteira	Paisagista

Fonte: o autor.

2.1.2. Participantes do Conjunto Residencial Nova Chocolate

Como indicado anteriormente, visando preservar suas identidades, os moradores do Condomínio Residencial Nova Chocolate adotaram um elenco de Corpos Celestes como codinome.

Gráfico 02- Perfil dos participantes do Grupo Focal - CRNC



Fonte: o autor

Quadro 02 – Participantes do Conjunto Residencial Nova Chocolate (CRNC)

CONJUNTO RESIDENCIAL NOVA CHOCOLATÃO					
PERFIL DOS PARTICIPANTES / GRUPO FOCAL					
CODINOME	GÊNERO	IDADE	ESCOLARIDADE	E. CIVIL	ATIVIDADE
Alfa-Centauro	Masculino	55 anos	Superior	Solteiro	Professor
Lua	Masculino	30 anos	7ª Série	Solteiro	Aux. Serv. Gerais
Galáxia	Feminino	20 anos	1ª Série	Solteira	Desempregada
Meteoro	Feminino	20 anos	2º Grau	Solteira	Desempregada
Andrômeda	Masculino	23 anos	1ª Série	Solteiro	Eletricista
Via-Láctea	Feminino	24 anos	Não Alfabetizada	Casada	Desempregada
Cometa	Masculino	65 anos	8ª Série	Solteiro	Aposentado
Estrela	Feminino	35 anos	2ª Série	Solteira	Doméstica
Estrela-Dalva	Feminino	77 anos	Não Alfabetizada	Solteira	Aposentada
Urano	Masculino	53 anos	Não Alfabetizado	Solteiro	Aposentado
Plutão	Feminino	32 anos	Não Alfabetizada	Casada	Desempregada
Marte	Feminino	25 anos	3ª Série	Solteira	Desempregada
Terra	Feminino	26 anos	5ª Série	Casada	Desempregada
Júpiter	Feminino	32 anos	2ª Série	Casada	Doméstica
Saturno	Masculino	25 anos	1º Grau	Casado	Autônomo
Cosmo	Feminino	14 anos	7ª Série	Solteira	Desempregada
Mercúrio	Feminino	59 anos	3ª Série	Casado	Desempregada
Asteróide	Masculino	57 anos	Semi- Alfabetizado	Solteiro	Aposentado
Nebulosa	Feminino	72 anos	Semi- Alfabetizada	Solteira	Desempregada
Galáctico	Masculino	49 anos	Semi- Alfabetizado	Solteiro	Autônomo
Constelação	Masculino	30 anos	Semi- Alfabetizado	Solteiro	Porteiro

Fonte: arquivo pessoal do autor

2.1.3. Validação dos questionários de Grupo Focal

As perguntas foram feitas aos grupos de forma a evidenciar a essência das três categorias de pesquisa, quais sejam:

- a) A exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental (a decodificação dos termos técnicos);
- b) O estereótipo da pobreza marginal (a carência cultural relacionada ao grau de pobreza do indivíduo);
- c) O poder da língua (preconceito social ou linguístico?).

Tendo em vista a heterogeneidade dos participantes, a fim de proporcionar melhor compreensão dos temas propostos, o vocabulário empregado no questionário de Grupo Focal (Quadro 03), foi adaptado ao linguajar falado dentro das comunidades. Muitos dos termos empregados são de fácil compreensão e de alguma forma estão incorporados à linguagem coloquial falada no país,

considerando, porém, as possíveis variações históricas presentes no extenso território brasileiro.

Dessa forma, segue-se abaixo, um pequeno glossário, com os termos adotados nas perguntas realizadas (acompanhados por um asterisco), visando facilitar a compreensão dos grupos pesquisados.

Quadro 03 - Glossário

TERMO EMPREGADO	SIGNIFICADO
Pessoal do Demhab.....	Técnicos do Demhab envolvidos nos projetos.
Pegar junto.....	Acompanhar o andamento das obras.
Desenho das casas.....	Projetos.
Papéis.....	Material gráfico distribuído.
Falar difícil.....	Usar termos técnicos.
Achar Legal.....	Correto, adequado.
Entender direitinho.....	Compreender de forma correta.
Chateado.....	Preocupado, triste.
Dar dica.....	Sugerir.
Colocado de escanteio.....	Preterido.
Ser gozado.....	Ser ridicularizado.
Fazer força.....	Incentivar.

Fonte: arquivo pessoal do autor

2.2. Entrevistas com as lideranças comunitárias

Com o propósito de explorar o tema da pesquisa, sob a ótica dos líderes de opinião, foram realizadas entrevistas com os representantes comunitários.

Sobre esta questão, é fundamental caracterizar precisamente as funções desempenhadas pelos líderes comunitários e líderes de opinião.

Os líderes comunitários são identificados na presente pesquisa como os presidentes de associação de moradores³⁵ e os conselheiros municipais³⁶, são

³⁵ Os presidentes das associações de moradores são eleitos pelas próprias comunidades e possuem função representativa similar a um condomínio residencial, com legislação regulamentada. A legislação que trata de associações é, como regra geral, o Código Civil vigente, artigos 53 a 61. Subsidiariamente, poderá conter em seus estatutos, regras previstas tanto no Código Civil vigente, referente a condomínios edifícios (art. 1331 a 1358), como os constantes da Lei nº. 4591/64 que trata de condomínios e incorporações (Fonte: o autor).

agentes oriundos das próprias comunidades que se distinguem pela capacidade de compreensão dos problemas sociais, desenvolvendo ações representativas que permitem realizar ações voltadas para o bem-estar coletivo. Os líderes de opinião, por sua vez, são aqueles indivíduos que exercem um papel fundamental na mediação das informações e opiniões emitidas pelos meios e os receptores. Pires e Boll (2011, p. 73) entendem que Beltrão concebeu o conceito de o líder de opinião, como “um membro da comunidade que concentra as informações, interpretando-as e repassando-as segundo a lógica do grupo e da maneira mais apropriada à sua comunidade”.

Dentre as questões que se referem ao planejamento da coleta de dados, a utilização da técnica de entrevistas abertas voltou-se à exploração e detalhamento com maior grau de precisão do objeto pesquisado. As perguntas foram respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador foi a mínima possível, tendo assumido uma postura de ouvinte.

Por essa razão, foram realizadas entrevistas de formato aberto (preenchimento escrito) com as lideranças comunitárias, visando acrescentar informações valiosas dentro do processo investigativo.

Ao reconhecer a necessidade da fidelidade no grau de amostragem, a pesquisa foi criteriosa ao selecionar participantes com comprovado comprometimento social comunitário e familiaridade com o tema estudado. Considerando o modelo de implementação dos programas de Política Habitacional em Porto Alegre (evidenciando a participação popular nas diferentes esferas do planejamento e gerenciamento de recursos), a escolha recaiu sobre o segmento que compõe a representação comunitária, respeitando seu envolvimento social perante a sociedade civil constituída e os Órgãos Públicos do Município de Porto Alegre.

A estrutura de entrevistas foi composta por oito entrevistados, divididos em dois grupos de quatro representantes para cada comunidade pesquisada (Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolate), assim disposta:

³⁶ Os conselheiros municipais são agentes de participação popular garantidos na Constituição Federal de 1988 e seu papel na gestão da cidade é um exercício de cidadania permanente, que fortalece a relação democrática entre o poder público e a sociedade, criando a possibilidade de produzir políticas públicas que atendam aos anseios e às necessidades da população. Os Conselhos Municipais são regulamentados constitucionalmente (Fonte: o autor).

- 1) Representante da Associação de Moradores ;
- 2) Primeiro Conselheiro representante do Conselho do Orçamento Participativo - COP³⁷;
- 3) Segundo Conselheiro representante do Conselho do Orçamento Participativo - COP;
- 4) Conselheiro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - CMDUA³⁸.

Essa escolha buscou oferecer múltiplos cenários de experiências comunitárias, possibilitando uma visão global (sobretudo na esfera institucional) do tema pesquisado.

De outra forma, esses elementos desempenham o papel de líderes de opinião ao representarem suas comunidades dentro do processo institucionalizado da política habitacional.

O roteiro das entrevistas iniciou-se com um convite formalizado por correspondência ou mensagem eletrônica (e-mail), reservando as datas com a devida antecedência. Após o agendamento prévio, foram efetuadas as entrevistas, respeitando as condições que garantiram ao entrevistado o sigilo total de suas respostas, através da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (similar ao apresentado para os participantes do Grupo Focal).

A definição do horário e local esteve a critério do entrevistado, o tempo de duração, considerando o formato aberto da entrevista, foi de aproximadamente 1h30min. A formulação das questões da entrevista previu a flexibilidade para cada

³⁷ O Conselho do Orçamento Participativo - COP, órgão máximo de deliberação do OP é composto pelos(as) conselheiro(as) eleitos(as) nas Assembleias Regionais e Temáticas (dois titulares e dois suplentes, em cada Região e Temática); dois (um titular e um suplente) são indicados pela União das Associações de Moradores de Porto Alegre - Uampa; dois (um titular e um suplente) são indicados pelo Sindicato dos Municipários - Simpa; e quatro (dois titulares e dois suplentes) representam a Prefeitura no Conselho, embora sem direito a voto nas deliberações. O COP planeja, propõe, fiscaliza e delibera sobre o conjunto de receitas e despesas do orçamento municipal. Também revisa anualmente, o Regimento Interno do OP, seus critérios gerais e técnicos (Fonte: Portal Prefeitura Municipal de Porto Alegre - http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo).

³⁸ O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental - CMDUA, é responsável pela formulação de políticas, planos e projetos, sugestão, modificação e o incentivo as discussões sobre a cidade, recebendo e colocando em debate ideias vindas da população. Ao CMDUA também foi atribuída a tarefa de examinar projetos de grandes empreendimentos propostos, tanto pelo Poder público, como pela iniciativa privada. Passou a zelar, igualmente, pela aplicação do chamado Solo Criado, cuja venda gera recursos para a construção de moradias populares. O CMDUA é composto por 28 membros, sendo 9 representantes da comunidade, 9 representantes das entidades não-governamentais vinculadas ao planejamento urbano e 9 representantes de órgão públicos (Fonte: Portal Prefeitura Municipal de Porto Alegre - http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo).

resposta dada, ao entender que, mesmo mantendo a estrutura inicial, poderiam surgir novos elementos a serem ajustados ao roteiro como contribuições importantes para a pesquisa.

Semelhante ao formato adotado para os participantes de Grupo Focal, a fim de garantir o sigilo nas respostas, cada líder comunitário participante no momento da entrevista recebeu um codinome, assim disposto:

Os líderes comunitários do Loteamento Vale do Salso adotaram o formato *Líder (LVS)* seguido pela numeração 1, 2, 3 e 4, ao passo que, o Conjunto Residencial Nova Chocolateão utilizou a expressão *Líder (CRNC)*, com igual sequência numérica (1, 2, 3 e 4).

Quadro 04 – Lideranças comunitárias participantes

LOTEAMENTO VALE DO SALSO					
PERFIL DOS LÍDERES / ENTREVISTAS					
CODINOME	GÊNERO	IDADE	ESCOLARIDADE	E. CIVIL	ATIVIDADE
Líder 1-LVS	Masculino	52 anos	2º Grau	Casado	Assessor
Líder 2-LVS	Feminino	51 anos	2º Grau	Casada	Autônoma
Líder 3-LVS	Masculino	72 anos	2º Grau	Casado	Aposentado
Líder 4-LVS	Feminino	52 anos	Superior comp.	Solteira	Nutricionista

CONJUNTO RESIDENCIAL NOVA CHOCOLATÃO					
PERFIL DOS LÍDERES / ENTREVISTAS					
CODINOME	GÊNERO	IDADE	ESCOLARIDADE	E. CIVIL	ATIVIDADE
Líder 1-CRNC	Masculino	72 anos	5ª Série	Solteiro	Aposentado
Líder 2-CRNC	Masculino	62 anos	3ª Série	Casado	Autônomo
Líder 3-CRNC	Feminino	49 anos	Sup. incomp.	Solteira	Autônoma
Líder 4-CRNC	Feminino	49 anos	Sup. incomp.	Solteira	Cabelereira

Fonte: arquivo pessoal do autor

2.3.Tratamento dos dados

Ao aprofundar os sentimentos presentes em cada uma das comunidades pesquisadas, tendo a comunicação como aspecto fundamental, a pesquisa adotou o uso da Análise de Conteúdo Categorical ou Temática, considerando a orientação de Bardin (1977). Nesse sentido, as reuniões serviram para que o mediador e o relator analisassem, além das respostas escritas, as ações, expressões faciais ou

gestuais, bem como qualquer alteração no tom de voz ocorrida na condução dos trabalhos.

Desta maneira, a fase de análise foi dividida em três etapas, ou, como sugere a autora, três pólos cronológicos, desmembrando do texto em seus diferentes sentidos e reagrupando em categorias, quais sejam:

a) Pré-análise: Foi realizada a leitura dos dados coletados, objetivando o aprofundamento do conteúdo para posterior análise e interpretação.

b) Exploração: o material foi lido e classificado de acordo com as categorias definidas conforme sua relevância com o tema da pesquisa.

c) Interpretação: os resultados foram analisados e relacionados de acordo com os pressupostos teóricos que embasaram a pesquisa.

3. TRAJETÓRIA TEÓRICA

3.1. O desenvolvimento urbanístico

A história mostra que o crescimento das cidades brasileiras foi marcado pelo desenvolvimento econômico, pelo seu processo de urbanização espontâneo e desordenado, responsável pela abertura das vias e quarteirões sem um prévio planejamento adequado. A partir dos séculos XVIII e XIX, durante o regime republicano, a sociedade brasileira iniciou seu processo de urbanização trazendo consigo a marca das heranças colonial e escravista. Somente a partir do século XX o processo de urbanização brasileira adquiriu importância, quando o modelo desenvolvimentista do Estado passou a comandar a economia e a valorizar o padrão urbano-industrial concentrador.

Nesse contexto, Strohaecker (2004) entende que as metrópoles adquiriram maior expressão com a mudança na estrutura de ocupação do território nacional, fruto de um conjunto de iniciativas, tanto por parte do Estado, quanto do Capital, que produziram uma valorização do urbano, em conjunto com a expropriação de pessoas do campo.

Os altos índices de desenvolvimento econômico, aliados ao crescimento demográfico, transformaram o Brasil de hoje em um país predominantemente urbano³⁹. Grande parte dessa expansão está calcada na inadequação de fatores político-econômicos, fruto da industrialização e de seus processos desordenados de migração interna, originados nos anos 1930 do século passado.

Se, por um lado, o desenvolvimento e a expansão produtiva destacavam o Brasil no cenário internacional, por outro, o modelo econômico vigente pouco interagia com as demais ciências sociais. Na verdade, a apropriação do território urbano abriga muitas formas de habitar, evidenciando, em seus contornos, as diferenças econômicas e sua desigualdade social, numa convivência entre a cidade formal e as ocupações irregulares.

Aspectos como a concentração de renda, a desigualdade social e o desemprego fizeram com que grande parte da população ocupasse as áreas das cidades menos valorizadas, projetando sua vida na informalidade, em

³⁹ O Censo de 2010 indica 84,0 % de taxa de urbanização no país. O órgão censitário entende como cidade toda a comunidade urbanizada, identificada como sede de município, não importando seu número de habitantes (Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE).

assentamentos irregulares. Esse triste panorama revela o alto grau de miserabilidade e degradação que atinge uma parcela significativa da população, nos mais diferentes estratos sociais.

As áreas periféricas de muitas cidades aumentaram consideravelmente, abrigando operários, imigrantes, desempregados e pobres, expelidos das áreas centrais para as áreas mais distantes. Na maioria das vezes, esses assentamentos, produzidos de maneira informal, ocupam áreas sujeitas a riscos de erosão, desmoronamentos ou alagamentos, próprios da precariedade habitacional e urbana. As áreas receberam grupos que vivem em condições sub-humanas, e sofrem com a falta de água e saneamento.

Por essa razão, as ocupações irregulares passam a refletir, no contexto urbanístico, a divisão entre bairros ricos e pobres, onde o contraste expressa a precariedade nas diversas formas de habitação, em contraposição à cidade e suas moradias regularizadas. Os mais pobres a se aglomerarem em casebres amontoados, multiplicam quartos em cima de quartos, dividindo o espaço, fortalecendo o mesmo conceito de vizinhança. As razões apontam para o excessivo custo da terra urbanizada nas cidades brasileiras, aliado à baixa capacidade de pagamento das famílias e à dificuldade de acesso às alternativas habitacionais oferecidas no mercado formal.

A fim de resolver esse problema, muitas propostas foram apresentadas para a construção de conjuntos habitacionais populares, sendo o exemplo mais forte aquele construído na zona oeste do Rio de Janeiro, o da Cidade de Deus.

Construído em 1960 pelo governo do então Estado da Guanabara, como parte da política de remoção de favelas, a Cidade de Deus⁴⁰, embora situada na vizinhança de bairros nobres da cidade, como a Barra da Tijuca, por muito tempo apresentou indicadores sociais entre os mais críticos na linha da pobreza.

Ao tratar do tema pobreza e exclusão no Brasil é indispensável citar um nome, cujos ensinamentos estão intimamente ligados ao respeito de seu trabalho e desprendimento: Dom Helder Câmara.

⁴⁰ Em 2002, o sucesso do filme *Cidade de Deus* colocou o bairro intensamente nos veículos de comunicação, reforçando o estigma de comunidade violenta e perigosa e favorecendo uma onda de preconceito e discriminação. A partir de 2003, vários processos fluíram, constituindo novas condições de organizações e articulação tendo em vista a transformação da realidade da Cidade de Deus. Após um processo intensivo de discussões, surgiu então o Comitê Comunitário Cidade de Deus, que veio a reunir diferentes entidades locais tendo em vista superar o isolamento e as divisões que pautavam a atuação dessas organizações (Fonte: Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/>).

Esse religioso cearense foi um peregrino contra a violência, o racismo e as desigualdades sociais, sendo o único brasileiro indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz, ao lutar contra as grandes distorções sociais existentes. Dom Helder assumiu a postura do diálogo progressista no campo social, mesmo no período em que o país era comandado pelo regime militar, e sua sensibilidade pode ser expressa na seguinte frase a ele atribuída: “A maneira de ajudar os outros é provar-lhes que eles são capazes de pensar”.

Infelizmente, a ausência de um pensamento social, aliado à insuficiência de políticas habitacionais para as famílias de baixa renda, o que levou um significativo contingente da população a viver em assentamentos precários, autoproduzidos de maneira informal, construídos em áreas ocupadas, sujeitas a risco de desabamento.

O tema da exclusão social no Brasil deveria conter uma análise dos direitos sociais legalmente estabelecidos. Uma análise que se limitasse a cotejar os direitos formais com seu atendimento deixaria de lado dois aspectos cruciais desta questão, que são os mecanismos pelos quais o setor público vem, ou não, procurando atender a esses direitos, e as formas que a sociedade tem buscado para garantir que esses direitos sejam atendidos e que na sua ausência, criam situações de exclusão (SCHWARTZMAN, 2004, p.38).

3.1.1. Urbanização em Porto Alegre

Em Porto Alegre, ao longo das últimas décadas, as Vilas Populares⁴¹ foram alterando o cartão-postal e a paisagem urbana em diversas regiões da cidade. Semelhante ao ocorrido em outras cidades brasileiras, o desenvolvimento urbano da capital gaúcha apresentou um crescimento no número de indústrias e a consequente movimentação de migrantes, provenientes, em sua maioria, do interior do estado em busca de emprego.

O processo de migração do meio rural e de cidades do interior, os baixos salários (devido à falta de qualificação profissional) somados ao início da exploração do solo urbano, obrigou esse contingente a se deslocar para áreas periféricas, sem a mínima infraestrutura. Em Porto Alegre, já em 1914, com o plano

⁴¹ Este trabalho adotará o termo 'Vila Popular', utilizado em Porto Alegre, para classificar os aglomerados de ocupação subnormais, porém, é importante referir, grande parte das regiões do Brasil, utiliza o termo 'favela' para designar a mesma situação.

de melhoramentos de Moreira Maciel⁴², essa situação começou a ficar insustentável para uma sociedade que à época, não estava habituada a dividir seu espaço com a pobreza. O implemento das malocas⁴³, classificadas de habitações anti-higiênicas, exigiram uma intervenção do poder público. É possível admitir que, naquele período, influenciado por um direcionamento higienista, o planejamento urbano brasileiro iniciava a reforma urbana⁴⁴ com um caráter voltado às intervenções destinadas ao embelezamento, ao saneamento e à expulsão das camadas mais pobres da população para áreas mais distantes. As ocupações irregulares, reconhecidamente insalubres, também foram o alvo dessas políticas saneadoras na cidade de Porto Alegre⁴⁵.

Sanear a cidade equivaleria a erradicar os casebres populares, evitando que os *focos* contagiosos se alastrassem. Esse panorama continuou por mais de uma década, quando foram adotadas ações pontuais, comprovadamente insuficientes para resolver a situação daquele grupo populacional que, com sua pobreza, continuava a ocupar o espaço de forma precária, em diversas partes da cidade.

⁴² O Plano Geral dos Melhoramentos de João Moreira Maciel (1914) foi um intento pioneiro para transformação da acanhada cidade “colonial” do início do século XX numa cidade moderna, saneada, equipada e embelezada. Inserido no planejamento conjunto da Comissão de Melhoramentos e Embelezamento (da qual Maciel era o secretário), envolvia de forma integrada saneamento, equipamento público, modernização urbana, circulação viária e legislação urbanística. Em um meio com forte hegemonia da doutrina positivista, o Plano era uma peça fundamental na estratégia de legitimação e controle político da capital. Maciel habilmente inverteu o lema “conservar, melhorando”, ilustrando um claro compromisso com a modernização (Fonte: ABREU FILHO, Silvio, *Porto Alegre como Cidade Ideal. Planos e Projetos Urbanos para Porto Alegre*, p. 03 disponível em <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/074.pdf>> - acesso em 15.10.2011).

⁴³ Conforme o Pesquisador Aldovan Moraes, o termo *maloca* era comumente usado pela população, imprensa e órgãos governamentais referindo-se às áreas de ocupação irregular, como o enunciado da Lei nº 3.506, de 1971, que dispõe sobre a remoção de malocas (Fonte: MORAES; ANTON, 1999).

⁴⁴ A reforma urbana inicia-se nos anos 1960, época em que os segmentos progressistas da sociedade brasileira demandavam reformas estruturais na questão fundiária. A principal bandeira era a realização da Reforma Agrária no campo, que já integrava o plano das Reformas de Base no governo do presidente João Goulart. A proposta de uma reforma urbana nas cidades brasileiras foi inicialmente formulada no Congresso de 1963, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (Fonte: SAULE JR, Nelson, UZZO, Karina, 2009).

⁴⁵ Em 1940, o levantamento realizado em Porto Alegre não registrava a existência de núcleos ou vilas permanentes. A partir de 1945 e 1946, convencionou-se assinalar como ponto de referência o surgimento e a progressão da irregularidade em Porto Alegre, porém, existiam os becos no centro da cidade, onde proliferavam os cortiços. Nestes anos, cresceram com grande rapidez a vila Dona Teodora e a Vila Graças a Deus, conhecida posteriormente como Vila Caiu do Céu. A partir de dezembro de 1944, a Prefeitura de Porto Alegre identificou cerca de 250 malocas dispersas pela cidade, sendo que, no início de 1945 parte delas é transferida, com apoio da Legião Brasileira de Assistência – LBA, para uma área distante do perímetro central (onde, atualmente, localizam-se os bairros Higienópolis e São João). A intenção era estabelecer, em um único espaço, as malocas existentes. Nesta área, as malocas são substituídas gradualmente por casas de madeira. Dados obtidos em: *Malocas: diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre – RS, 1973*, editado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, durante a gestão do Prefeito Telmo Thompson Flores (Fonte: DEMHAB, 2007).

Seguindo a lógica higienista, na década de 1950, a capital gaúcha constituiu o Departamento Municipal da Casa Popular - DMCP, autarquia que antecedeu o atual Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB, responsável pela execução de projetos urbanísticos sociais. A remoção de inúmeras ocupações irregulares aconteceu muitas vezes de forma traumática, para a periferia da cidade, sendo o caso mais emblemático a criação da Vila Restinga, que recebeu os ocupantes da ilha⁴⁶.

Segundo Gamalho (2009, p. 48), essas ações tiveram como propósito “libertar a cidade da proximidade com a pobreza manifesta nas vilas de malocas”. O resultado dessas ações desastradas foi a expulsão da população pobre do centro da cidade, para lugares distantes, com pouca ou nenhuma infraestrutura, onde se estabeleceu a maior parte dos conjuntos populares de Porto Alegre. Naquele contexto, foi a maneira mais viável que a Administração Pública encontrou para iniciar o processo de modernização da capital gaúcha.

De outra parte, durante o Regime Militar (1960-1985), através dos projetos financiados pelo Banco Nacional da Habitação - BNH⁴⁷, muitos estudiosos apostavam na criação de núcleos mais pobres como uma forma legítima de fazer habitação, ainda que a postura oficial vigente mantivesse como premissa básica a sua remoção.

⁴⁶ Atualmente, o bairro Cidade Baixa é habitado por uma população heterogênea mas, como pontos que referendam seu passado, estão o Ginásio de nome Tesourinha; o complexo habitacional denominado Lupicínio Rodrigues; o Solar Lopo Gonçalves, que é sede do Museu de Porto Alegre; a Fundação Pão dos Pobres, o Largo Zumbi dos Palmares; a Ponte de Pedra; a Travessa dos Venezianos, além de inúmeros estabelecimentos de entretenimento, principalmente noturnos, que lembram os tempos boêmios do Areal e da Ilhota.

A denominação de Ilhota deu-se em função de uma intervenção realizada em 1905 no fluxo do Riachinho, que acabou por abrir um canal, determinando a formação de uma pequena ilha. Posteriormente, o Riachinho foi canalizado, e teve seu curso modificado através de um projeto municipal, durante a administração de José Loureiro da Silva, em 1941, passando a ser conhecido por Arroio Dilúvio (Fonte: Observatório de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=116&hist=1&p_sistema=S> acesso em 13.10.2010).

⁴⁷ O Banco Nacional da Habitação – BNH foi criado pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 que, em sua emenda, diz: “Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. O banco foi extinto em 1986, através do Decreto-Lei nº. 2.291, de 21.11.1986, o repassou à Caixa Econômica Federal (Fonte: VILLAÇA, 1986, p. 28).

A famosa frase – ‘a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade’ – atribuída a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, expressa a preocupação de fazer da política habitacional, baseada na casa própria, um instrumento de combate às ideias comunistas e progressistas no país, em tempos de guerra fria e de intensa polarização política e ideológica em todo o continente. No entanto, foi o papel econômico desta política habitacional – que dinamizou a economia, através da geração de empregos e fortalecimento do setor da construção civil – que a transformou num dos elementos centrais da estratégia dos governos militares (BONDUKI, 2008, p. 72).

Porém, o espírito de modernidade e progresso não tinha condições de proporcionar benefícios a todos, sobretudo àqueles que não tinham condições mínimas de pagar sua casa, financiada pelo BNH. E uma vez mais, o caminho do progresso conduzia à segregação social, através das políticas institucionais de remoção, legitimadas pela filosofia de desenvolvimento vigente na cidade. Dessa forma, o poder público ao retirar a população pobre do centro urbano, iniciou um grave processo de segregação territorial, marcado pela divisão entre centro e periferia, onde, se a primeira tinha o benefício de um planejamento urbano completo, a segunda não dispunha nem mesmo de água encanada para beber em suas casas⁴⁸.

Esse panorama foi composto por duas dimensões distintas de convivência, classificadas por Ferreira (2000) como “verdadeiras ilhas de Primeiro-Mundo, dentro do mar de pobreza das metrópoles subdesenvolvidas”.

Para Alfolsin (2002), o universo de clandestinidade e a consequente falta de segurança da posse da terra urbana, vulnerabilidade política e baixa qualidade de vida para seus ocupantes resultam do padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento, legislação e gestão das áreas urbanas. Nos anos que se seguiram à crise financeira e o aumento da dívida externa brasileira, que abalaram a economia do país, decretou-se a falência do Sistema Financeiro da Habitação e as políticas urbanas implantadas pelo Regime Militar.

Por essa razão, ao longo das duas décadas seguintes (1966-1986), a Prefeitura de Porto Alegre, através do Demhab, cumpriu sua função de construir habitações de interesse social, em substituição às sub-habitações existentes,

⁴⁸ *Devemos entender que o espaço construído, ordenado e transformado pela destruição dos becos, a abertura da Avenida Borges de Medeiros e a construção do viaduto suscitava sensações, percepções e a elaboração de representações para aqueles que vivenciavam o processo de mudança na cidade. Sem dúvida, estas vivências eram testadas frente ao consumo de padrões de referência já estabelecidos: as largas avenidas, os viadutos ou o saneamento urbano, com a "varrida dos pobres" do centro da cidade, práticas sociais ligadas ao conceito da cidade moderna e da civilização (Fonte: PESAVENTO, 1995. p. 279).*

adequando-se à nova conjuntura nacional. Também agiu como promotor da assistência social⁴⁹, saúde, cursos profissionalizantes, organização de campanhas beneficentes, entre outros serviços.

Representava uma *mini prefeitura*, sendo conhecido pelo apelido de Prefeitura da periferia, pois atendia um grande número de famílias que eram removidas para áreas periféricas, sem as mínimas condições de infraestrutura; ou seja, sem o fornecimento de água, de luz, de transporte ou de equipamentos de ensino e de saúde (DEMHAB, 2007, p. 30).

No início da década de 1980, Porto Alegre, como outras capitais, começou a vivenciar um período de transição política, onde temas, como abertura, anistia e liberdade de expressão, movimentavam milhares de pessoas que se uniam em manifestações, passeatas e comícios, através do movimento *Diretas já!* Essa representatividade popular fortalecia a valorização da cidadania, pela mobilização de diversos segmentos, no encaminhamento de protestos e reivindicações voltadas à melhoria de políticas sociais e públicas.

O crescimento da mobilização dos movimentos de moradia ampliou a pressão por uma maior participação dos municípios na questão da habitação, pois a consolidação da democracia tornou o poder local o principal interlocutor das organizações populares e o responsável pelo equacionamento das demandas sociais, estando em contato direto com os problemas da população carente. Assim, acentuou-se a tendência de descentralização dos programas habitacionais (BONDUKI, 2008, p. 77).

Apesar da retomada da democracia, em 1986, segundo Bonduki (2008, p. 75), “ocorreu um esvaziamento e pode-se dizer que deixou propriamente de existir uma política nacional de habitação. A política urbana seguiu um rumo errático no âmbito do Governo Federal”. Por isso a promulgação da Constituição de 1988⁵⁰ tornou-se um marco ao consolidar a Política Habitacional como ação governamental descentralizada, garantindo maior autonomia às prefeituras e às

⁴⁹ Sendo órgão assistencialista, terá entre suas realizações: abertura, limpeza, conservação e pavimentação de logradouros, construção de pequenas pontes, construção de reservatórios de água, abertura de poços artesianos, instalação de torneiras (penas, bicas) públicas, fornecimento de água com carros pipas, instalações de redes elétricas, construção de postos policiais, igrejas, maternidades, creches, postos dentários, sedes de associações de moradores, centros de tradições gaúchas, prédios para sede da união de moradores das vilas populares, escolas de artes e ofícios, farmácias, armazéns populares, feiras livres, ambulatórios médicos em carcaças de ônibus. Fornecerá medicamentos e alimentação gratuitamente na sua rede de assistência, criará hortas comunitárias para vender para hospital de Pronto Socorro, Santa Casa de Misericórdia e creches, realizará cursos de corte e costura, de alfabetização, de mecânica e outros; realizará, ainda, campanhas de vacinação contra tuberculose e contra a varíola nas vilas, socorrerá flagelados de enchentes, promoverá exibição de filmes e promoverá outras ações necessárias (Fonte: Arquivos e Inventário do Demhab, 1961).

⁵⁰ Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988.

comunidades, representadas nos Conselhos Municipais. Ainda assim, conforme Bonduki (2008), o Setor Federal responsável pela gestão da política habitacional, esteve subordinado a sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, “caracterizando descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema” (BONDUKI, 2008, p. 75).

Durante esse período, houve muitos projetos, formulações e tentativas de implementação de projetos, em sua maioria, improdutivos. No entendimento de Maricato (2006, p. 212), as “privatizações e o enfraquecimento das políticas públicas sociais” tiveram grande impacto sobre a aplicação de planos eficazes que combatessem o déficit habitacional⁵¹ em nosso país.

Foi a partir da criação do Ministério das Cidades que o Governo Federal reintegrou-se às discussões, aprofundando, em conjunto com a sociedade, um grande debate sobre a política urbana e habitacional, culminando com a promulgação do Estatuto das Cidades⁵², que agrega novas diretrizes e preceitos sobre planejamento e gestão urbana, regularização da propriedade informal e participação social nos planos, entre outros temas. Alarmadas com esse preocupante cenário, as grandes cidades brasileiras, em conjunto com autoridades governamentais, pesquisadores e líderes comunitários, iniciaram o desenvolvimento de projetos voltados às melhorias urbanas, adotados como um forte instrumento de política habitacional e integração social para os indivíduos, moradores de baixa-renda.

Com a necessária visão de repensar o ordenamento da cidade, onde os assentamentos precários configuram-se como uma das manifestações mais evidentes da grande desigualdade social existente no país, diversos mecanismos legais vêm sendo desenvolvidos para o enfrentamento dessas graves questões sociais urbanas e, dependendo da ocupação, irregulares e ambientais.

A Regularização Fundiária surge como um novo caminho, visando à urbanização e à posse da terra para as comunidades que vivem em áreas públicas e sem infraestrutura, onde a complexa relação existente entre o poder público e as

⁵¹ *Déficit Habitacional é o estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias. Desenvolvido em parceria com o Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, por meio do Programa Habitar Brasil/BID (Fonte: Fundação João Pinheiro - Secretaria de Planejamento e Gestão - Governo de Minas Gerais).*

⁵² *Lei Federal Brasileira nº. 10.257/2001.*

comunidades carentes deve ser encarada como uma experiência em contínua construção.

3.1.2. Habitação social⁵³, uma prioridade em Porto Alegre

Ao focar o objeto de estudo sobre a comunicação existente no processo de regularização urbana, esta pesquisa penetra em um terreno permeado por conflitos, fruto da incompatibilidade entre diferentes grupos e a desigualdade social existente. A periferia porto-alegrense, como cenário desse embate, expõe a fragilidade de seus personagens, deixando transparecer o lado negativo do desenvolvimento urbano: a transformação das comunidades populares em vilãs, responsáveis pelo processo de déficit habitacional e degradação espacial da cidade. Poucos sabem, mas a vida em uma ocupação irregular é um somatório de problemas, como a falta de infraestrutura básica, energia elétrica, sistema de esgoto e coleta de lixo, componentes fundamentais no processo de urbanização.

Com a responsabilidade de quem desempenha o papel de Relatora Especial da Organização das Nações Unidas - ONU, para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik (2006) acredita que, uma vez ausentes dos mapas e dos cadastros de prefeituras, inexistentes nos registros de propriedade nos cartórios, esses assentamentos têm uma inserção no mínimo ambígua nas cidades onde se localizam.

Excluídos do Marco Regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade (ROLNIK, 2006, p. 199).

Partindo da necessária visão de repensar o reordenamento da cidade, diversos mecanismos legais vêm sendo desenvolvidos para o enfrentamento destas graves questões urbanas.

⁵³ Consideramos como habitação de interesse social 'aquela que visa retirar seus moradores das áreas marginais urbanas, proporcionando-lhes novas e melhores moradias, para integrá-los na vida econômica e cultural da comunidade' (Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br >. Acessado em 15.10.2011).

Porto Alegre, através do Departamento Municipal de Habitação – Demhab, vem implantando uma política habitacional com base nas demandas institucionais, defendidas no Orçamento Participativo - OP, beneficiando as comunidades de baixa-renda, ao promover ações de moradia digna e regular, através dos projetos de regularização urbana e ambiental. A meta do órgão é a qualificação das condições de moradia das famílias que residem em locais impróprios, como áreas de risco, insalubres, ou destinadas ao desenvolvimento da cidade.

Dessa forma, cada projeto urbanístico destinado à manutenção das famílias em locais seguros, além das unidades habitacionais, são complementados com equipamentos públicos (creches, escolas e postos de saúde), além de outras medidas que garantem a geração de emprego e renda. As famílias de baixa renda, beneficiadas pelo Demhab, têm o direito de moradia garantido por meio de dois tipos de contratos legais⁵⁴, a saber: Concessão do Direito Real de Uso - CDRU e Direito de Superfície. Atualmente, o Demhab trata prioritariamente da regularização de núcleos e vilas irregulares, agindo em três programas habitacionais:

1. Programa de Regularização Fundiária - PRF: atua nas ocupações irregulares consolidadas sobre áreas públicas e privadas, com o objetivo de garantir a permanência e a qualidade de vida das famílias no local em que residem. O PRF oportuniza o acesso aos equipamentos comunitários e geração de trabalho e renda;

2. Programa de Reassentamento: caracterizado pela produção de novos empreendimentos, dotados de infraestrutura básica e solução habitacional para as famílias, cujos domicílios se encontram em áreas impróprias para moradia, além de facilitar o acesso às políticas públicas, na implementação de serviços e equipamentos comunitários;

3. Programa de Incentivo ao Cooperativismo: auxilia as cooperativas regularmente constituídas e cadastradas, na realização de obras de infraestrutura de suas áreas, através do Orçamento Participativo - OP.

⁵⁴ O CDRU trata de contrato familiar, com duração de 30, 60 ou 90 anos, renovável sempre que necessário. Não é permitida a venda, troca ou empréstimo da casa, que pode ser transferida por meio de herança. Nesta modalidade, o beneficiário paga uma contribuição social de acordo com a renda familiar. Já o contrato de superfície torna o morador o dono da casa e de todas suas benfeitorias, podendo ser transferida através de herança ou vendida após o pagamento de, no mínimo, 1/3 do valor da unidade habitacional. O valor da casa, baseado no custo da obra, pode ser parcelado em até 20 anos (Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em : <www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acessado em 15.10.2011).

Para as comunidades de baixa-renda, uma vez conquistada⁵⁵ a demanda de regularização urbana no OP, tem início o seu processo de relação com a Prefeitura, definindo o cronograma de reuniões com as equipes técnicas, que abrem seu processo de relacionamento com as comunidades beneficiadas. Visitas e reuniões comunitárias são agendadas com o objetivo de repassar informações técnicas, desde a definição da área, passando pela planta do empreendimento, até a construção das casas, formato da nova vida para a qual essas famílias irão ingressar.

3.2. Movimentos sociais e cidadania

A vivência comunitária configura-se como um elemento importante nesta pesquisa. Afinal, é neste contexto que vai se encontrar subsídios para a análise da cidadania como espaço simbólico de articulação histórica, legitimado pelas práticas sociais de cada indivíduo. A compreensão de cidadania oferece muitas vertentes, como a definida por Tönnies (1995, p. 239), para quem a essência dos valores comunitários estaria relacionada à ligação humana, orgânica, onde, pela afirmação recíproca, encontra-se alguma espécie de comunidade.

Em teoria, a sociedade consiste num grupo humano que vive e habita lado a lado de modo pacífico, como na comunidade, mas, ao contrário desta, seus componentes não estão ligados organicamente, mas organicamente separados. Enquanto, na comunidade, os homens permanecem essencialmente unidos, na sociedade eles estão essencialmente separados, apesar de tudo que os une (TÖNNIES, 1995, p. 252).

Na verdade, o conceito histórico de cidadania remonta à antiguidade greco-romana (berço da democracia). Ao longo do tempo esse conceito incorporou novos significados, confundindo-se, por vezes, com a história dos direitos humanos, mas, acima de tudo, reafirmando valores de igualdade, dignidade e justiça social.

⁵⁵ *Pedro Demo define participação enquanto conquista, pois não significaria outra coisa senão um processo (Fonte: DEMO, 1999, p. 18).*

Assim, o simples ato de dialogar configura-se como pressuposto da liberdade, logo, da cidadania política, razão pela qual a *polis*⁵⁶ exercitava sua essência democrática com base nas opiniões. Para Vernant (2002), a cidade estava centralizada na *ágora*⁵⁷, a praça pública, um espaço para o debate e a discussão dos problemas de interesse comum a todos. No mundo antigo, o exercício da liberdade confundia-se com a participação ativa e direta como guia para os assuntos públicos. Entretanto, essa liberdade não se estendia à vida privada. Na verdade, como afirma Carvalho (2002), tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Temos, como direitos civis, aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; os direitos políticos referem-se ao direito de votar e ser votado. Finalmente, esclarece Carvalho (2002), há os direitos sociais, "que garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria".

Por essa razão, o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos, podendo usufruir um mínimo de bem-estar, cerne da justiça social. Sem esses direitos o cidadão seria marginalizado ou excluído da vida social, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Marshall (1967) entende que o conceito de cidadania desenvolveu-se lentamente na Inglaterra, inicialmente com os direitos civis, no século XVIII, posteriormente com os direitos políticos, no século XIX, e finalmente, com os direitos sociais, estabelecidos no século XX.

⁵⁶ A polis possui o significado de Estado na Grécia antiga, um Estado ou sociedade caracterizado por um senso de comunidade (Fonte: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa). Para Chauí (2005), os gregos inventaram a política (palavra que vem de polis, que, em grego, significa cidade organizada por leis e instituições) porque instituíram práticas pelas quais as decisões eram tomadas a partir de discussões e debates públicos e eram adotadas ou revogadas por voto em assembleias públicas; porque estabeleceram instituições públicas (tribunais, assembleias, separação entre autoridade do chefe da família e autoridade pública, entre autoridade político militar e autoridade religiosa) e, sobretudo, porque criaram a ideia da lei e da justiça como expressões da vontade coletiva pública e não como imposição da vontade de um só ou de um grupo, em nome de divindades. O aspecto legislado e regulado da cidade - da polis - servirá de modelo para a Filosofia propor o aspecto legislado, regulado e ordenado do mundo como um mundo racional (Fonte: Chauí, 2005).

⁵⁷ Ágora, com a polis, isto é, a cidade política, surge a palavra como direito de cada cidadão de emitir em público sua opinião, discuti-la com os outros, persuadi-los a tomar uma decisão proposta por ele, de tal modo que surge o discurso político como a palavra humana compartilhada, como diálogo, discussão e deliberação humana, isto é, como decisão racional e exposição dos motivos ou das razões para fazer ou não fazer alguma coisa (Fonte: Chauí, 2005).

O direito do cidadão nesse processo de seleção e mobilidade é o direito à igualdade de oportunidade. Seu objetivo é eliminar o privilégio hereditário. Basicamente, é o direito de todos de mostrar e desenvolver diferenças ou desigualdades; o direito igual de ser reconhecido como desigual. Nos estágios iniciais do estabelecimento de tal sistema, o efeito maior reside, é lógico, na revelação de igualdades latentes – permitir que o jovem desprovido de recursos mostre que é tão capaz quanto o rico. Mas o resultado final é uma estrutura de status desiguais distribuídos, de modo razoável, a habilidades desiguais (MARSHALL, 1967, p. 101).

Do ponto de vista semântico, a palavra cidadania, cujo significado filosófico difere do seu uso cotidiano, pode ser entendida como a situação legal dos indivíduos como membros de uma nação. No contexto filosófico, a cidadania reveste-se de um ideal de pertencimento ou participação numa comunidade, o reconhecimento como integrante de um grupo ou sociedade, com direitos e deveres reconhecidos. Essa dualidade entre o social e o político reforça a discussão sobre o real significado de cidadania. A abordagem avança no sentido da apropriação dos valores comunitários, antes apenas no nível local, validados através da outorga popular. O poder da decisão, quando as camadas mais carentes são conclamadas a participar, pode ser compreendido que, no curso da história, a importância desses direitos vem sendo alterada, permitindo que cada sociedade construa sua metodologia de acesso à cidadania a partir da adoção de uma ou mais dimensões.

Por outro lado, ser cidadão significa ter direitos e deveres, desde a promulgação da Carta dos Direitos Humanos – Organização das Nações Unidas - ONU, em 1948⁵⁸, cuja premissa básica indica que todos os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor, com direitos à saúde, lazer, educação e, especificamente direcionado a essa pesquisa, o direito à habitação e à informação. Na concepção de Marshall (1967), acima de tudo, a cidadania deve estar vinculada à estrutura ocupacional, operando como um instrumento de estratificação social e suas consequências, onde o *status* adquirido, por meio da

⁵⁸ A Declaração dos Direitos do Homem, promulgada em 10 de dezembro de 1948 é um documento que define os direitos individuais e coletivos do homem, conforme preâmbulo: “A presente Declaração Universal Dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta ‘Declaração’, se esforce através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição” (Fonte: Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU – 1948).

educação, legitima e rotula o indivíduo por toda a vida, porque foi conferido por uma instituição destinada a dar aos cidadãos seus justos direitos.

Nesse sentido, ao analisar a produção social do espaço urbano, o filósofo francês Henri Lefebvre⁵⁹ insere o homem como gestor de sua história, ao planejar as políticas da cidade. Assim, é possível compreender que a cidadania como o direito à cidade, avançou em 1968, com Lefebvre, ao desencadear uma proposta política voltada à cidade como elemento de reivindicação social, oferecendo a possibilidade de que as pessoas retornassem à condição de protagonistas no espaço em que vivem. Esse pensamento abre uma nova dinâmica social, reforçando o sentido de cidade como o ambiente adequado para a construção da vida coletiva.

A fundamentação teórica de Lefebvre buscou aprofundar os meandros da vivência atual, enfocando o cotidiano na sociedade moderna, ou seja, o direito à cidade permite que uma sociedade tenha igual liberdade e condições para realizar seus próprios desejos. Em seu livro "O direito à cidade"⁶⁰, o autor repudia a postura determinista e metafísica do urbanismo modernista: evidência de que os problemas da sociedade não podem ser todos reduzidos a questões espaciais, muito menos à prancheta de um arquiteto.

Naquele mesmo período, quando no Brasil estava se discutindo em encontros, seminários e colóquios acadêmicos os novos movimentos sociais, tinha-se bem claro de que fenômeno se estava tratando.

Gohn (2002) entende que os movimentos sociais populares urbanos, particularmente os vinculados às práticas da Igreja Católica, na ala articulada à Teologia da Libertação, mantiveram em seu cerne as práticas sociais diferenciadas e um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta.

De outra parte, Demo (1995) adverte que a participação pode expressar um sentimento utópico, ao idealizar excessivamente as relações de poder:

⁵⁹ Henri Lefebvre (1901-1991), filósofo e sociólogo francês defendeu temas como o 'direito a cidade, o direito dos cidadãos com a mesma, bem como o fato desta cidade ser uma obra dos cidadãos'. De acordo com Vêras (2010), com Lefebvre o pensamento urbanístico ganha um papel estratégico, verdadeiro precursor capaz de orientar a revolução das novas condições sociais. Lefebvre dá valor à cotidianidade – vida social regulada pelas ideologias – como luta contra o Estado, oposição do espontâneo (reprodução da força de trabalho) contra a repressão das instituições. Desta maneira, a forma urbana seria um suporte material para dar base à utopia social.

⁶⁰ A obra 'O direito à cidade' (*Le droit à la ville*) foi publicada em 1968 por Henri Lefebvre.

É importante ressaltar esta problemática, porque tornou-se moda vender com demasiada facilidade propostas participativas, tais como planejamento participativo, educação comunitária, organização democrática, etc. sem se levar a sério que a participação é uma forma alternativa de poder, não sua eliminação (DEMO, 1995, p. 151).

Nesse sentido, o autor observa que a redemocratização passou a ser um tema recorrente, referendando os diversos processos de mudanças sociais ocorridos no Brasil.

Filomena (2006) enfatiza que, em consequência, o Estado contemporâneo (sua estrutura administrativa e seu modo de gestão) precisou ser adaptado a uma nova realidade, na qual a população organizada (com suas identidades e necessidades sociais) passou a disputar com os grupos econômicos, as instituições civis e os partidos políticos a divisão e o gerenciamento dos bens, dos conceitos e dos serviços por ele representados.

Surgiram no aparato estatal espaços públicos institucionalizados, concebidos sob o signo de uma governança eficiente, que propiciam um diálogo entre a sociedade civil e a administração pública, através de conselhos e outros meios de contribuição, deliberação e legitimação de opinião para os investimentos propostos pelos gestores, principalmente no âmbito local: fatores que contribuíram de forma significativa para a consolidação dos preceitos democráticos no Brasil e para uma visão mais ampla dos preceitos de governabilidade. Aliás, no caso brasileiro, são nas unidades federadas e principalmente no âmbito dos poderes locais – nos municípios – onde as experiências democráticas baseadas em articulações entre os agentes do Poder Executivo e a sociedade obtiveram resultados significativos (FILOMENA, 2006, p. 21).

O processo de amadurecimento, fruto da conscientização popular que o novo momento político do Brasil redescobria, abriu espaço para que os diversos movimentos sociais deliberassem a respeito de seus problemas e de suas demandas. O vento da democracia possibilitou uma sociedade diferenciada, permitindo o confronto de ideias e opiniões, através do resgate dos direitos políticos, fortalecendo o pensamento organizado no atendimento de suas reivindicações.

Festa e Silva (1986, p. 11) concordam com essa reflexão, afirmando que os movimentos sociais não ocorreram por acaso. Eles têm origem nas “contradições sociais que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos, negados pela classe no

poder”. No Brasil, muitos dos esforços voltados à reivindicação e conquista de direitos tiveram reflexo na Constituição aprovada em 1988, quando novos instrumentos foram disponibilizados para o cidadão como forma de garantir, com sua participação, a construção e a própria manutenção desses valores.

Para Peixoto (2011), a Constituição também previu uma maior participação da população na fiscalização das ações públicas, com a exigência da criação de conselhos específicos de áreas de grande interesse, como os conselhos de educação e de saúde. Parece inegável que ainda se vive em um país que carece de justiça social, resultado de uma sociedade extremamente desigual. Passadas mais de duas décadas, ecoam ainda as palavras do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães, no discurso intitulado ‘Constituição Cidadã’. O pronunciamento de 27 de julho de 1988 ressalta o caráter social da Carta Magna, ao afirmar que a governabilidade estava no social.

Pode-se depreender que transformações ocorridas no cenário político brasileiro acabaram por influenciar as mudanças de paradigmas dos movimentos sociais em geral que, antes, limitavam-se à busca do estado democrático de direito. Agora, seu grau de exigência abre um leque de reivindicações que abrangem saúde, educação, geração de renda e habitação. Ao reconhecer suas carências, a visão de coletivo incorpora-se, ao indivíduo isolado, adquirindo força para a busca das soluções de seus problemas, tendo como ponto de convergência o Estado.

Nesse sentido, ressalta-se o pensamento de Gohn (2008, p. 444), ao considerar o movimento social como um “sujeito social coletivo que não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural”. Assim, no entendimento da autora, as identidades são móveis e variam segundo a conjuntura, evidenciando um processo de socialização da identidade que vai sendo construída.

3.2.1. A cidadania enquanto reivindicação de direitos

Ao buscar a construção da cidadania, os moradores discutem em conjunto seu papel, enquanto fomentadores da inclusão e desenvolvimento social. Para Covre (1994), a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor.

Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor (COVRE, 1994 p. 10).

Observa-se, então, uma intrincada e dinâmica relação, onde a distribuição do poder é desigual, respeitando a lógica de que o ser humano também é diferente, incluindo suas práticas não lineares de reivindicação coletiva, perante o Estado ou as regras do mercado vigente.

Demo (2005, p. 76) entende que a cidadania deve ser empregada com o sentido de “fazer prevalecer o bem comum, para o qual o bom funcionamento do Estado e do mercado é condição instrumental decisiva”. A necessária compreensão de que o surgimento dos movimentos sociais populares deu-se a partir de uma ação coletiva, na busca por empregos, educação, saúde e moradia. Uma função historicamente exercida, nas vilas populares de Porto Alegre, por lideranças ou associações de moradores, onde a presença do líder comunitário equivale à do representante político.

É possível, então, entender-se a figura do líder comunitário como aquele indivíduo que se destaca em seu grupo, exercendo representatividade através da motivação, organização e responsabilidade, sempre vinculando o conceito de cidadania à noção de direitos. Inclui-se nesse referencial a participação de modo direto ou indireto na formação dos governos e administrações, principalmente no direito de votar e de ser votado. A cidadania, como instrumento de representação da identidade, fortalece o conceito de aceitação como ser social, sobretudo no que se refere aos direitos universais de determinados grupos da população.

Nessa perspectiva, Peruzzo (2005) reforça a ideia de que o direito do cidadão depende da força organizativa e mobilizadora das pessoas, da articulação e organização social por elas criadas. Parece evidente, mas é importante recordar que cada uma dessas ações está baseada nos princípios da igualdade e na liberdade.

Ao buscar uma referência em Marshall (1967, p. 63), percebe-se que sua visão clássica sobre os direitos funde-se com a cidadania, pelo princípio básico de que todos os indivíduos são considerados como cidadãos, reconhecidamente “beneficiários dos direitos universalmente dispostos pelo Estado e seus pares”. Para o autor, o elemento social se refere a “tudo o que vai desde o direito a um

mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”.

Costa e Duarte (2004) também referenciam a noção de direitos à cidadania. Afinal, ela está presente na luta pelo reconhecimento de novos direitos, que se tornam historicamente necessários, como também por seu reconhecimento e por sua implementação tendo em vista a promoção do bem comum. A compreensão de que ser cidadão é respeitar e participar das decisões da sociedade, visando à melhoria de suas vidas e a de outras pessoas, também incluem o desenvolvimento da nação.

Bordenave (1994, p. 17) enfatiza que a participação é própria da natureza humana, “tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje”, por isto o futuro do homem só se dará “numa sociedade participativa”.

3.2.2. A cidadania representada na mobilização social

As premissas constitucionais, aliadas a mecanismos de fortalecimento da participação popular, vêm ganhando espaço na elaboração, implementação e, sobretudo, na fiscalização das políticas públicas.

Contudo, Avritzer (2006) entende que, no caso do Brasil, o clientelismo, a falta de capacidade de pressão da população e a distribuição desigual de bens públicos em nível local são algumas das questões com as quais as formas fixas de democracia não são capazes de lidar de forma adequada.

De outra parte, a superação da pobreza, na opinião de Demo (2003), necessita, em primeiro lugar, que o pobre participe e não seja somente beneficiário. Na maioria das vezes, elaborando programas, desconhecendo a real necessidade, os técnicos ou os políticos oferecem soluções de fora para dentro. Para o autor, a função do Estado e de qualquer cidadania comprometida com a justiça social é compreender que a participação do pobre não é apêndice interessante, mas alma do negócio.

Aí, porém, começam outros problemas. O pobre que participa, incomoda o Estado e os doadores. Deixando a condição de simples pedinte, comparece com a perspectiva dos direitos, exigindo justiça. Para o sistema, é mais conveniente um pobre que apenas pede auxílio e com ele se contenta, do que um pobre que se põe a controlá-lo. Política social de sujeitos que se confrontam dialeticamente é muito mais complicada e exigente, e pode chegar onde o sistema não desejaria: a saber, a contestá-lo radicalmente. Já não basta distribuir benefícios (DEMO, 2003, p. 32).

Com efeito, os movimentos são plenamente sociais. Para Durham (2004), isso não acontece apenas por suas características internas, mas inclusive pelo fato de estarem voltados ‘para fora’, estabelecendo novos canais de comunicação dos indivíduos com a sociedade e o Estado. Sem isso, seriam antes seitas do que movimentos. Para a autora, este reconhecimento mútuo dos indivíduos como pessoas, que se dá internamente, exige uma reação complementar derivada do caráter necessariamente público do processo, através do reconhecimento dos movimentos pela sociedade e pelo Estado.

Por meio de tal processo reflexivo o indivíduo se faz consciente e capacitado para adaptar-se a esse processo, tanto quanto para modificar seus resultados em qualquer ato social, graças à sua adaptação a ele. A persistência da sociedade e da cooperação entre grupos coletivos depende dessa característica de exercitar de forma imaginária os cursos possíveis da ação, a fim de que, desse modo, os agentes sejam capazes de selecionar os comportamentos que possam facilitar o ajustamento aos diferentes comportamentos, assim como a cooperação mútua (DURHAM, 2004, p. 292).

A busca do reconhecimento social passa necessariamente pelo resgate da autoestima e a valorização dos próprios indivíduos, através de suas entidades representativas. Com o crescimento do associativismo, as próprias comunidades referendam a capacidade reivindicatória do indivíduo, tornando difícil aos governos ignorar a representação popular.

Essa nova concepção de participação política surge como um novo cenário dentro do contexto social, abrindo um espaço restrito àqueles que anteriormente sequer tinham direitos perante o próprio Estado, mas que passaram a adquirir sua autonomia, tão importante para o processo de emancipação social. Também a esfera pública municipal deve submeter suas políticas e suas contas a esses conselhos, sobretudo para acessar os recursos federais que envolvem a celebração de contratos e convênios. Por essa razão, Peixoto (2011) classifica o

incentivo à participação como o caminho para suprir o afastamento do modelo representativo dos seus representados. Somente através da participação política os cidadãos podem alcançar a sua autonomia, tão importante para a emancipação social.

Segundo Gohn (2003), a participação é um processo de vivência que imprime sentido e significado a um movimento social, desenvolvendo uma consciência crítica e gerando uma cultura política nova. A defesa da democracia participativa a partir dos movimentos sociais como critério legitimador da própria democracia e como canal de manifestações das classes oprimidas é uma necessidade do Estado Democrático de Direito, bem como uma clara e evidente forma de desenvolvimento.

Nesses últimos anos, a criação de conselhos na esfera pública, nacional ou municipal, adquiriu uma amplitude sem precedentes, segundo Mateos (2011), servindo para aumentar, tanto a eficácia e abrangência das ações públicas, como a capacidade de formulação dos movimentos sociais.

Só as 73 conferências nacionais temáticas realizadas para debater políticas públicas envolveram, em seus vários níveis, cerca de cinco milhões de pessoas. Mais da metade dos conselhos nacionais de políticas públicas que contam com participação popular foram criados ou ampliados nos últimos oito anos (MATEOS, 2011, p. 20).

Seguindo esse raciocínio, é possível caracterizar a década de 1980 como um período de fortalecimento do associativismo, sobretudo em Porto Alegre, onde foi verificado um aumento do número de associações de moradores e Conselhos Populares, em cada região da cidade⁶¹. Esses segmentos sociais organizados foram conclamados a discutir a formulação de políticas públicas, agindo como facilitadores nesta relação entre a população e o poder público, dividindo a responsabilidade na condução da coisa pública. É possível compreender que essa integração atinge um novo patamar nas relações entre Estado e sociedade, quando

⁶¹ *As associações comunitárias proliferaram como parte de um movimento associativo generalizado de reação ao autoritarismo[...] Em todos os casos, estas associações foram a expressão de uma mudança no padrão associativo, reivindicando autonomia de organização em relação ao Estado (Fonte: AVRITZER, 2002b, p. 572).*

a participação de segmentos sociais nas políticas sociais permite que a população participe das decisões de seu dia a dia.

Nesse período também se consolidaram diversas associações e entidades locais, destacando as ações de Associações de Moradores, de Movimentos de Luta por Moradia Popular, desde Mutirões Habitacionais ou construídos a partir da mobilização popular.

3.2.3. A cidadania através dos conselhos populares

Schlithler e Kisil (2008) enfatizam que a tendência para liderar não é um atributo de todos, mas certamente, muitas pessoas não desenvolvem sua capacidade de liderança por falta de oportunidade. Por isso, o exercício da representatividade não é uma tarefa simples.

A complexidade derivada da relação existente entre o poder público e as comunidades das vilas populares deve ser encarada como uma experiência em contínua construção, incluindo a preservação de seus valores nesse processo de transformação social.

Ao refletir sobre a substituição dos valores culturais presentes em cada comunidade, Freire (1985) afirma que o pensamento mágico não é ilógico nem é pré-lógico. Ele possui uma estrutura lógica interna e reage até onde pode ao ser substituído mecanicistamente por outro. Para o autor, esse modo de pensar como qualquer outro está indiscutivelmente ligado a uma linguagem e a uma estrutura como a uma forma de atuar.

Para Borba e Cunha (2002, p. 85), a origem está ligada ao chamado movimento de moradores, em atividade no início dos anos 1980. Nesse período, as associações de bairro começavam seu processo de alianças regionais, cuja aglutinação resultou na fundação da União de Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA. Com a implantação do Orçamento Participativo - OP, em 1989, foram criadas as Regiões do Orçamento Participativo - ROP⁶², com o objetivo de

⁶² As Regiões de Planejamento do Orçamento Participativo são: Humaitá, Noroeste, Lomba do Pinheiro, Leste, Norte, Nordeste, Partenon, Restinga, Glória, Cruzeiro, Cristal, Extremo-Sul, Centro-Sul, Eixo-Baltazar, Sul e Centro. A partir de 2007, com a divisão da região Humaitá o número de regiões foi alterado para 17 sendo criada a região Ilhas (Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acessado em 15.10.2011).

promover a cooperação direta da população na definição das prioridades para os investimentos.

Também foram definidas dezesseis regiões, agrupadas em oito regiões de planejamento. Sua estrutura é composta por órgãos do Executivo Municipal, organizações autônomas em relação à administração municipal (tais como Conselhos Populares e Uniões de Vilas). A sua operacionalização é extraída de acordo com as decisões nas Assembleias Regionais e Plenárias Temáticas e o Fórum de Delegados (um colegiado de caráter consultivo e fiscalizador).

3.2.4. A lógica do Orçamento Participativo

A partir da década de 1980, em Porto Alegre, o crescimento dos Movimentos Sociais foi fundamental nas conquistas pela melhoria na qualidade de vida de diversos segmentos populares, reafirmando o seu comprometimento ao direito à cidadania, ao mesmo tempo em que se iniciava a participação coletiva dentro da gestão pública e nos processos políticos decisórios, como o próprio Orçamento Participativo - OP.

Assim, ideias como a do OP e de outros mecanismos de democracia participativa, instituídos no município de Porto Alegre, somados às orientações políticas gerais do governo, resultam de certa forma das experiências daquela época e dos debates que aconteciam no âmbito partidário e na sua base social (FILOMENA, 2006, p. 22).

Na concepção de Costa (2007), a proposta da Administração Municipal buscou conjugar ações junto às populações marginalizadas, desenvolvendo o sentimento de pertencer à cidade, através da participação dos cidadãos, para que fosse possível o exercício da cidadania.

Um dos canais de interlocução responsável pelas conquistas e melhorias nas comunidades, bem como pela implantação de políticas públicas, foi o Orçamento Participativo. Constatamos que, indubitavelmente, a ação direta exercida através do Orçamento Participativo se revelou muito positiva no desenvolvimento da consciência e da prática política dos cidadãos que se apropriam de informações e do controle sobre o Estado (COSTA, 2007, p. 78).

Via de regra, as ações públicas, desenvolvidas pelos governos locais, decorre da política de utilização dos recursos financeiros para seu custeio. Esse mecanismo legal, conhecido como processo orçamentário, envolve um planejamento estabelecido no Plano Plurianual, determinado pelas diretrizes orçamentárias. Neste momento, o administrador público define onde os recursos destinados para o cumprimento das políticas estabelecidas como prioridade de governo serão aplicados. O OP surgiu como um instrumento de gestão, que possibilitou ao cidadão interferir nas políticas públicas diretamente, inserindo legalmente o sistema participativo na administração municipal. Um novo cenário democrático foi concebido, onde as experiências entre os agentes do poder Executivo e a sociedade obtiveram resultados significativos, especialmente no que se refere ao incentivo do exercício da cidadania. O início da participação comunitária na gestão pública de Porto Alegre, no recente período de redemocratização do país, é o reflexo das muitas vertentes ideológicas comprometidas com a transformação social.

Na opinião de Fedozzi (2007, p. 13), “o OP se constituiu, a partir de 1989, como a espinha dorsal dessa história recente e, como tal, vem atraindo o interesse de diversos agentes dos movimentos urbanos, dos partidos políticos e dos atores internacionais”. Resultado da construção de interpretações teóricas, os desafios complexos enfrentados pelo OP, em sua origem, tinha como meta o fortalecimento da ação coletiva e da consciência social, ferramentas essenciais para a qualidade do contrato de cogestão estabelecido entre as comunidades e o governo. Fedozzi (2007) ressalta a importância da inclusão de outros agentes ainda pouco presentes no OP, seja de segmentos específicos (jovens, idosos, pessoas com deficiência, setores de extrema pobreza – ou representativos de organizações temáticas da cidade); tudo isso conectado ao difícil desafio de superar a fragmentação entre o OP e as demais instâncias da ampla rede participativa construída junto à Administração de Porto Alegre.

Assim, ao analisar a estreita relação que envolve duas realidades tão distintas, os técnicos e as comunidades, na busca de alternativas que agreguem eficácia ao processo de comunicação, verifica-se a necessidade do diálogo como elemento fundamental. A troca de informações, através de uma visão transdisciplinar, respeitando as peculiaridades de cada grupo, será importantíssima

na busca de referenciais que auxiliem a compreensão deste complexo modelo de comunicação.

3.2.5. Cidadania como direito à valorização cultural

O crescimento sobre a importância da consciência social e do direito do cidadão, fruto de iniciativas de mobilização social, em busca da corresponsabilidade de gestão com o poder público e a sociedade, alcança uma rede de movimentos e organizações diversificadas em seus objetivos imediatos, mas que apresentam muitos pontos em comum.

De acordo com Peruzzo (2005, p. 20), “a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social”. Compreende-se, assim, que, no âmbito do desenvolvimento comunitário, a responsabilidade social reforça o direito que todos têm de se comunicar, sendo que tal direito necessita de garantias de acessibilidade à informação, e, é claro, a possibilidade de interferir nas ações sociais desenvolvidas pelo poder público. Esse processo inclui, como afirma Peruzzo (2005), uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, o de construir uma sociedade mais justa com a participação ativa do cidadão comum como protagonista de seu progresso. Um progresso que deveria ser incorporado à própria cultura comunitária, que, em sua forma contemporânea, a sociedade desconhece que o conceito de comunidade está diretamente vinculado ao sentimento de união e pertencimento.

A sociedade, hoje é caracterizada por Durham como uma “pluralidade de pessoas isoladas, com interesses particulares, entre as quais se estabelece um vínculo de natureza racional, cada qual buscando obter vantagens pessoais” (DURHAM, 2004, p. 221). A autora considera que comunidade implica viver em um espaço comum, onde todos estão sujeitos às mesmas condições culturais, estando presos ao mesmo estilo de vida. Um universo comum.

O elemento essencial da estrutura comunitária é a participação de todos numa mesma cultura, cujo conteúdo total é abarcado por cada indivíduo. Todos acreditam nos mesmos mitos, praticam os mesmos cultos, conhecem as mesmas técnicas, manejam instrumentos idênticos, obedecem as mesmas normas (DURHAM, 2004, p. 223).

Logo, a formação cultural de um grupo social exige uma reconstituição da realidade, tomando como base a própria consciência que os indivíduos têm sobre ela. Muitas comunidades organizadas vêm conseguindo sua participação no processo decisório de políticas públicas. Tais medidas ainda estão voltadas às políticas orçamentárias e urbanas, que, por vezes, desconhecem a bagagem cultural comunitária, mesmo representada pelos Conselhos Municipais, legalmente constituídos. Porém, quando essa representatividade transcende os limites comunitários, desconsiderando sua identidade cultural, percebe-se a fragilidade na transparência⁶³ desse exercício de participação, resumindo-se a meros elementos informativos, invariavelmente, impostos pelas autoridades públicas.

3.2.6. A função social do arquiteto

Os arquitetos, em sua essência profissional, têm como função projetar e ordenar os espaços, sejam eles internos ou externos, conforme critérios que vão desde a funcionalidade, conforto e estética, projetando e acompanhando cada obra até o final de sua construção. Conforme a Legislação Federal⁶⁴ entre as atribuições do arquiteto e urbanista estão a elaboração de projetos de edificações e o planejamento urbano e territorial.

Partindo dessa definição legal, é interessante também acrescentar a definição proposta por um mestre da arquitetura brasileira, Lucio Costa⁶⁵ (1995), sobre a própria razão da arquitetura:

⁶³ *Um dos principais fundamentos da transparência dos atos governamentais é a garantia do acesso do cidadão às informações coletadas, produzidas e armazenadas pelas diversas agências estatais. Por garantia, entende-se aqui não apenas o reconhecimento desta prerrogativa, mas também o provimento para a efetivação deste acesso (Fonte: CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. In: Revista Informática Pública, v 2, nº. 02, Belo Horizonte: Prodabel, 2000, p. 43-56).*

⁶⁴ *Lei Federal nº. 5194/1966.*

⁶⁵ *Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa (1902-1998), arquiteto e urbanista considerado pioneiro na arquitetura modernista, sendo mundialmente reconhecido pelo seu projeto do Plano Piloto de Brasília.*

Arquitetura é antes de mais nada construção, mas, construção concebida com o propósito primordial de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção. E nesse processo fundamental de ordenar e expressar-se ela se revela igualmente arte plástica, porquanto nos inumeráveis problemas com que se defronta o arquiteto desde a germinação do projeto até a conclusão efetiva da obra, há sempre, para cada caso específico, certa margem final de opção entre os limites - máximo e mínimo - determinados pelo cálculo, preconizados pela técnica, condicionados pelo meio, reclamados pela função ou impostos pelo programa, - cabendo então ao sentimento individual do arquiteto, no que ele tem de artista, portanto, escolher na escala dos valores contidos entre dois valores extremos, a forma plástica apropriada a cada pormenor em função da unidade última da obra idealizada (COSTA, 1995, p. 204).

Essas definições ilustram a importância do arquiteto e urbanista como um profissional que tem o poder de conceber, através de seus projetos, a construção e a reestruturação do espaço, de modo a garantir a qualidade de vida humana, compatibilizando-a com o meio ambiente que a envolve. Quando se fala em qualidade de vida humana, certamente se está evidenciando o próprio desenvolvimento da vida em sociedade. Nesse caso, é fundamental que o arquiteto e urbanista tenha, no ato de planejar, além da criatividade e senso crítico, sensibilidade para compreender as necessidades de seus clientes de forma a traduzi-las corretamente em seus projetos.

Em se tratando de habitação de interesse social, muitos e delicados fatores estão envolvidos. A dimensão do trabalho executado ultrapassa a arquitetura teórica convencional ao abrir espaço para a função técnico-social, sem desconhecer seu valor artístico.

Vilanova Artigas⁶⁶ (1999) entende a arquitetura como arte (forma) e finalidade (função). "Essa finalidade é exatamente a necessidade social da arquitetura representar alguma coisa no campo da sociedade" (ARTIGAS, 1999, p.187).

Por essa razão, os arquitetos, ao compreenderem a importância da visão social na arquitetura, enquanto promotora da satisfação de atividades humanas, devem envolver a sociedade e o poder público na preservação dos valores da cidadania, superando as barreiras existentes, como legado para as próximas

⁶⁶ João Batista Vilanova Artigas (1915-1985) é segundo a União Internacional dos Arquitetos, o arquiteto mais premiado do Brasil. Um dos primeiros profissionais a reconhecer o papel social da arquitetura moderna.

gerações. Uma arquitetura verdadeiramente social necessita do envolvimento comunitário em cada etapa para que os resultados apresentados sejam positivos, conforme o grau de satisfação dos futuros moradores. Ela está calcada no respeito às relações existentes entre os diversos assentamentos, não eximindo o poder público de sua responsabilidade social ao construir a cidade, considerando a diversidade humana e melhor qualidade de vida para as pessoas envolvidas. Nesse sentido, convém lembrar que o Ministério das Cidades tem realizado esforços para que as famílias em situação de vulnerabilidade social concretizem o sonho de uma casa nova. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA⁶⁷, prevê zerar o déficit por novas moradias e a inadequação habitacional até 2023.

Mas, infelizmente, essa perspectiva não é suficiente para afirmar que esteja sendo produzida uma arquitetura socialmente eficaz e adequada aos condicionantes socioculturais comunitários. Nesse delicado momento que cabe ao arquiteto social aceitar o desafio de planejar a cidade, integrando os saberes coletivos nascidos no interior das ocupações irregulares, relacionados com suas necessidades e conveniências que não podem ser resolvidas de forma individual.

Ao ouvir a comunidade o profissional terá a certeza de que cada contribuição recebida no processo de comunicação, acerca da apresentação do projeto será um espaço de sugestões e orientações, que deverão até mesmo, facilitar a sua aceitação. É preciso compreender que quanto maior a participação neste processo de troca de informações, através da comunicação, mais intensa será a construção dos saberes, através da participação social. O produto final será enriquecido ao receber uma geração plural, referendada por meio da participação efetiva dos grupos sociais envolvidos.

Assim, é importante que os arquitetos trabalhem visando o crescimento funcional e estético das cidades, sem esquecer de observar os conceitos que promovam a inclusão social no reconhecimento das diferentes identidades

⁶⁷ Fonte: Comunicado nº 118 - O planejamento da habitação de interesse social no Brasil: desafios e perspectivas 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111025_comunicadoipea118.pdf> acessado em 15.03.2012.

comunitárias como forma de garantir uma melhor qualidade de vida para seus moradores.

3.3. O processo de comunicação social como prática transdisciplinar

Inicialmente, é importante diferenciar o conceito de transdisciplinaridade e de interdisciplinaridade. Na interdisciplinaridade, existe a integração de dois ou mais componentes curriculares na construção do conhecimento, enquanto que na transdisciplinaridade eles interagem entre si, formando um pensamento organizador que perpassa o conjunto. Não existem fronteiras entre conceitos e teorias, não havendo, por conseguinte, lugar para as certezas absolutas. A produção da cidade é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade, reflexo da história viva de cada povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas.

Nicolescu (2001) entende que o prefixo *trans* diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer outra disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. Considerando a relação com as comunidades de baixa-renda como objeto de nossa pesquisa, a comunicação não pode ser encarada simplesmente como elemento de transmissão e recepção de informações.

É preciso revisar esse conceito, dando ao processo de comunicação um novo sentido, respeitando a mudança de paradigma, inclusive pela evolução tecnológica. É necessário valorizar as qualidades destes atores sociais que, ao vivenciarem sua realidade, conferem ao conjunto deste trabalho um sentido de responsabilidade social. A união de esforços particulares é responsabilidade coletiva.

O campo da Comunicação, ao adotar uma visão transdisciplinar, circula por diferentes áreas do conhecimento, garantindo-lhe versatilidade, através de seus múltiplos cruzamentos, dentro do universo científico, classificado por Bordieu (1997) como um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas, inscritas em certo sistema de categorias de pensamento. Esse tipo de relação permite a transparência do conhecimento, quando o diálogo se torna resultado da

convivência do entendimento das necessidades e do compartilhamento de experiências. Afinal, ouvir as pessoas, além de um ato de respeito, fornece a matéria-prima da inter-relação pessoal e comunitária, permitindo a transparência do diálogo. Porém, mesmo considerando os avanços da ciência social e o estudo do conhecimento, é possível observar que o processo de incomunicação dificulta a simples leitura do mundo real onde, segundo Wolton (2006, p. 49), “tudo é visível, mas cada vez menos compreensível”. Ao identificar a presença dos profissionais nas comunidades mais carentes de Porto Alegre, apresentando seus projetos técnicos, é possível compreender que a comunicação transdisciplinar é um elemento-chave nesta transmissão de conhecimentos mútuos, através da interação dos saberes. Cada profissional deverá ter condições para desempenhar o papel de multiplicador neste processo de desenvolvimento, classificado como comunicação cidadã. É necessário penetrar no universo dessas populações marginalizadas, desprovidas de determinado conhecimento, buscando, em sentido metafórico, abrir suas bagagens a fim de interpretar suas necessidades, garantindo-lhe o direito à informação e à manifestação de sua opinião.

Com esse mesmo sentido, Certeau (1998) percebe que, apesar das ciências sociais estudarem a linguagem, símbolos e tradições que compõem a cultura de um povo, ainda faltam elementos formais que lhes permitam examinar as maneiras com que cada indivíduo se apropria dessas bagagens em seu cotidiano. A partir dessa abordagem, será possível evidenciar a realidade social presente no relacionamento entre o poder público e as comunidades de baixa-renda, explorando algumas potencialidades que possam facilitar o diálogo. O formato da comunicação transdisciplinar convida para a união do saber comum, ou seja, o conhecimento a partir de múltiplas disciplinas integradas de forma interativa, sem abdicar de suas especificidades.

3.3.1. A epistemologia⁶⁸ no processo de comunicação social

A discussão sobre os vários enfoques da comunicação deve, necessariamente, levar à compreensão da importância do conhecimento como estrutura básica entre o fluxo de informação e o público a quem esse é dirigido. A comunicação, como ciência, utiliza os preceitos da epistemologia para compreender o fenômeno perceptivo presente na identificação dos principais componentes do processo: o emissor, a mensagem e o ouvinte.

Por essa razão, esta pesquisa, ao conceber a importância da epistemologia no processo de comunicação, buscou abordar se a forma e a organização das mensagens repassadas pelos técnicos da habitação estão de acordo com os aspectos particulares das comunidades de baixa-renda que deverão receber e interpretar as informações no momento da apresentação dos projetos urbanísticos e arquitetônicos. Necessita-se confrontar os saberes técnicos ou científicos com as ideias oriundas do pensamento comunitário ou senso comum.

A história mostra que alguns filósofos tentaram apoiar com argumentos essa ideia do senso comum e que outros defenderam o contrário. Desde a antiguidade, Platão⁶⁹ já entendia o conhecimento como uma crença verdadeira e justificada. O filósofo grego concebeu, cinco séculos antes da Era Cristã, que o conhecimento teórico é o conjunto das diversas informações que explicam o mundo natural e social que nos rodeia. Para Platão, esse conhecimento consiste em descrever e explicar uma realidade que está em constante movimento. No exato momento em que se determina algo, esse já se transformou, fazendo parte do passado.

Essa definição leva a uma compreensão de que o conhecimento possui minimamente, dois lados: um subjetivo e outro objetivo. Ou, como descreveu Platão, a crença ou a verdade. Assim, é possível compreender que o conhecimento não é absoluto, mas o produto de um conjunto de verdades subjetivas, particulares ou relativas. Fortalece-se ao entendimento de que um indivíduo tem sua

⁶⁸ Epistemologia significa o estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história; teoria da ciência (Fonte: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

⁶⁹ Platão (427 a.C. – 348 a.C.), filósofo grego, considerado o mais importante discípulo de Sócrates, sintetizou suas doutrinas num sistema próprio de compreensão do homem e do universo.

apropriação particular para cada objeto, assim, sua maneira subjetiva de captar o conhecimento, se dá a partir do reconhecimento sensorial (sensitivo). De forma objetiva, ele usa o raciocínio lógico, respeitando o seu grau de evolução intelectual.

Na busca de compatibilizar as vertentes do conhecimento (objetividade e subjetividade) surge uma dúvida: como conceber o significado de conhecimento científico, aplicando-o na vida prática, reconhecendo-o no cotidiano comunitário em que vivem os indivíduos de baixa-renda?

É preciso deixar claro que não é objetivo desta pesquisa o aprofundamento no campo filosófico sobre as diversas correntes que se dedicaram à compreensão do conhecimento, mas, sim, buscar o entendimento sobre como as dinâmicas epistemológicas atuais podem estar relacionadas com o objeto de análise deste trabalho. Ao compreender a importância da transdisciplinaridade do saber comum, é preciso abrir espaço para uma nova percepção, a partir da qual a ciência não exclui ou incorpora, mas integra todos os elementos presentes em cada sistema. Onde o todo compreende uma macro unidade, tendo suas partes ligadas a ele, ou, como refere Morin (2003, p. 260), “têm dupla identidade, identidade própria que permanece (portanto, não redutível ao todo) identidade comum, a da sua cidadania sistêmica”.

A concepção transdisciplinar permite articular novos conhecimentos e saberes, com ideias que surgem nas próprias transformações contemporâneas, evidenciando que a relação existente no processo de comunicação entre os técnicos do poder público e o complexo universo das comunidades de baixa-renda pode estar baseada em práticas totalmente desconectadas com a realidade contemporânea. Ao reconhecer a dificuldade presente nessa dinâmica, é dever do pesquisador também compreender de que forma é possível reordenar o processo, reconhecendo as limitações epistemológicas tradicionais na transmissão do conhecimento.

Santos (1989) entende que a hegemonia incondicional do saber científico levou à marginalização de outros saberes vigentes na sociedade, que, em épocas remotas, foram responsáveis pela sabedoria prática, ainda que restrita a camadas privilegiadas da sociedade. O autor enfatiza que a vocação técnica e instrumental do conhecimento científico tornou possível a “sobrevivência do homem a um nível nunca atingido”, e ainda que, sem a contribuição de outros saberes, “aprendemos

a sobreviver no mesmo processo e medida em que deixamos de saber viver” (SANTOS, 1989, p. 169). Para Santos (1989), é possível haver um reordenamento entre a comunicação feita através do conhecimento instrumental (ciência), e àquela que se utiliza o saber comunitário (senso comum), desde que o desnivelamento existente seja atenuado. O raciocínio feito pelo autor considera como primeira ruptura o fato de que os dois formatos epistemológicos (ciência e senso comum) devam coexistir para a geração de um novo, de maneira a contribuir mutuamente, levando a um processo de emancipação cultural.

Ao considerar a dupla ruptura no processo epistemológico, Santos propõe que um novo conhecimento seja desenvolvido a partir do saber comum.

A começar, deverá ter-se presente em que consiste a dupla ruptura e o que se pretende com ela [...] isto significa que, do meu ponto de vista, deixou de ter sentido criar um conhecimento novo e autônomo em confronto com o senso comum (primeira ruptura) se esse conhecimento não se destinar a transformar o senso comum e a transformar-se nele - segunda ruptura (SANTOS, 1989, p. 168).

A segunda ruptura pregada pelo autor está referenciada na presente pesquisa, ao evidenciar as relações sociais existentes entre o poder público e as comunidades socialmente excluídas. Entre a prática institucional e a prática social há uma complexa relação entre o saber técnico em confronto com o saber comunitário.

3.3.2. A complexidade presente nos processos comunicativos

Para melhor compreensão da importância dos processos comunicativos presentes nas comunidades pesquisadas, fez-se necessário revisar alguns conceitos. Entre eles, a visão de que os moradores dos aglomerados populares, que vivem precariamente, são os mesmos atores que devem abastecer as informações fundamentais para a elaboração de um projeto eficaz. Afinal, são eles que detêm o conhecimento sobre quais são suas necessidades e o que pode ser melhorado. O processo de interação pressupõe a troca de informações constantes, sendo que o primeiro passo para entrar na realidade de cada comunidade está baseado no relacionamento recíproco. Essa ação só será possível com o

conhecimento mútuo, dinâmico, quando os indivíduos irão construir a sociedade através de sua interação, transmitindo a essência de seu conhecimento.

A complexidade da relação existente entre os técnicos e os moradores das comunidades de baixa-renda de Porto Alegre deve ser encarada como uma experiência em contínua construção, com a devida manutenção desses valores no processo de transformação social, e, acima de tudo, respeitando as diferenças existentes. A reprodução autêntica da diversidade, descortinada através de sua apropriação em seu cotidiano, marcada pelos direitos da habitação e da comunicação, propicia uma relação que não está restrita apenas à necessidade de abrigo. Seu conceito é mais amplo, significa ter direito a um formato de vida adequado, com segurança, conforto, dignidade e saúde.

Canclini⁷⁰ (2002, p. 41) afirma que “uma das novidades dos estudos urbanos e de comunicação é a tendência a entender a cidade em relação aos processos de comunicação e a vinculação desses à trama urbana”. Ou seja, a cidade deixa de ser compreendida apenas como cenário para a habitação e o trabalho, como mero espaço de “organização espacial, lugar de assentamento da indústria e dos serviços”.

Ao trabalhar com grupos de indivíduos carentes, é obrigação do arquiteto ou do urbanista propor projetos em conjunto com cada morador, detentor de um direito que garantirá a certeza de sua satisfação, promovendo, dentro de suas possibilidades, o bem-estar de uma família. Um grande número de variáveis concorre para a compreensão dos fenômenos que cercam a relação entre o comportamento humano e seu ambiente (construído ou natural) ou, em outras palavras, o morador e sua casa. Essas limitações, relacionadas ao papel do arquiteto na solução de problemas importantes, que envolvem dimensões comportamentais (individuais e coletivas), influenciam a tomada de decisões acerca dos aspectos relevantes à constituição dos espaços arquitetônicos e urbanísticos.

⁷⁰ Néstor García Canclini (1939), antropólogo argentino (radicado no México) contemporâneo. Considerado um dos maiores investigadores em comunicação, cultura e sociologia da América Latina.

Pode-se dizer que esse conceito tem aprisionado a identidade do arquiteto numa redoma – e é um importante índice dessa espécie de sofisticada alienação o fato de sermos um caso único de profissão, mesmo entre as artes plásticas, em que o vanguardismo como movimento paradoxalmente continuado e episódico, forjador de tradições e revolucionador pela superação e confirmação do passado, tem sido usado como critério de construção da identidade profissional do arquiteto (BARRETO, 1999, p. 88).

A partir dessa visão, será possível admitir que esse processo, composto por uma gama de alternativas, somente terá sucesso se houver uma escolha de uma linguagem adequada para cada transmissão de mensagem. É necessário um pensamento que reúna os conhecimentos, respeitando suas diferenças e, acima de tudo, reconhecendo as individualidades.

Considerando a história de vida que originou a ocupação de cada família, é perceptível que sua trajetória inicial tenha sido forjada na irregularidade, na ausência de direitos e controle sobre a ocupação do solo. Mesmo à margem da sociedade, essas comunidades convivem e ocupam o mesmo território urbano. A construção de suas vidas, de suas identidades, sempre pertencerá a um todo maior do qual todos fazem parte. Sua história e seus valores culturais, ainda que fragmentados, apenas terão o reconhecimento quando for considerada sua ligação direta com o todo, ou seja, com a sociedade. É impossível para aquele que planeja a habitação social desconhecer a possibilidade de interagir com as comunidades na promoção de uma nova vida. Torna-se fundamental compreender que a linguagem pode e deve ser adaptada, sem padrões rígidos, para uma melhor compreensão.

A visão de que é necessária uma atenção especial na relação comunitária, onde muitas pessoas que hoje ocupam a marginalidade, já estiveram inseridas na cidade formal, e que de lá saíram pelas dificuldades sociais impostas, é fundamental. Deve-se ter a consciência de que a sociedade está presente em cada indivíduo enquanto um todo, através de sua linguagem, sua cultura, suas normas. Ou seja, cada um integra o mesmo contexto político-social e urbano. As distorções estão justamente refletidas nos contrastes brasileiros. São duas cidades convivendo em paralelo. De um lado, a cidade, onde é formal e a inclusão é lógica e de outro, a cidade da exclusão. A construção de forma participativa talvez seja a alternativa que melhor preserve a autonomia de cada comunidade envolvida, dentro de um plano que promova o desenvolvimento socioeconômico necessário à

sua manutenção. A produção do conhecimento deixa de ser concebida em apenas um sentido, uma vez que seus efeitos retornam realimentados diretamente nas causas. Por essa razão, ao entender a dinâmica do conhecimento, é possível afirmar que seu retorno retroage sobre os anteriores, agindo na criação de novas realidades.

O processo de conscientização, através da comunicação, é lento, mas, ao mesmo tempo, se promovido de forma eficaz, poderá produzir um efeito multiplicador, resultando na compreensão coletiva de forma perene e duradoura. Uma participação solidária que vise o aperfeiçoamento do processo de inclusão, onde justamente encontra-se a diversidade de pensamentos, que tem, na prática, a garantia do exercício de seus direitos. Aceitar a ideia de que, na representação de um segmento tão fragilizado socialmente, as desigualdades econômicas, culturais e étnicas podem ser superadas, o curso desse processo interativo, através da socialização de informações, revela uma capacidade de renovação dialógica, expressa nas relações do poder público com as associações de moradores e os movimentos organizados.

3.3.3. A comunicação como identidade social

Discutir a comunicação como instrumento da cidadania, envolvendo populações de baixa-renda, certamente não é uma tarefa simples. A questão do acesso à informação, como integrante dos direitos humanos, remete-nos obrigatoriamente ao sentido de conjunto, de construção, de participação. Um processo de comunicação que tem como base o resgate histórico de mobilização entre os grupos sociais, classificados por Beltrão como marginalizados⁷¹, está presente tanto no âmbito urbano quanto rural.

Martín-Barbero (2000), através de seus estudos sobre comunicação e cultura, buscou uma alternativa que possibilitasse a interação social, considerando o processo de mediação, não apenas na recepção das mensagens midiáticas, mas

⁷¹ Luis Beltrão conceitua marginal como um indivíduo à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e fundiram totalmente: “Então tínhamos em mira, apenas grupos marginalizados cultural e geograficamente. Hoje pensamos que as pesquisas se devem estender a outros setores excluídos, sem acesso aos ‘mass mídia’, pela sua posição filosófica e ideológica contrária as normas culturais e dominantes, setores que se poderiam classificar de contra culturais” (BELTRÃO, 1980, p. 39).

também nas interações culturais, presentes nos movimentos sociais e grupos populares.

O semiólogo espanhol (2000) destaca que a mediação significa que, entre estímulo e resposta, há um espesso espaço de crenças, costumes, sonhos, medos e tudo o mais que configura a cultura cotidiana.

Mesmo considerando que os fundamentos de seus estudos versem sobre o fenômeno da comunicação massiva, Martín-Barbero (2000) questiona a emergência dos novos sujeitos sociais, entendendo que não existe comunicação sem cultura, nem cultura sem comunicação, e que todos os elementos devem ser analisados em conjunto: emissor, mensagem, canal e receptor. É, pois, dever do pesquisador considerar que somente a união de esforços particulares e a responsabilidade coletiva irão permitir uma abordagem eficaz da comunicação para comunidades de baixa-renda no atual contexto social e urbano em que se encontra o Brasil. Ao adotar um formato de linguagem que facilite a compreensão das comunidades desfavorecidas, na busca de seus direitos e melhores condições de vida, será possível desatar alguns nós estabelecidos pelas relações sociais, através da própria comunicação.

Preti (1999) observa que a definição de uma linguagem específica pode revelar suas ligações, seja em nível cultural ou popular, onde o *falante comum* tem o poder de compatibilizar cada diferença existente dentro do processo de comunicação.

De que maneira poderíamos diferenciar os falantes urbanos cultos dos falantes chamados comuns? Dependendo da situação de interação, podem-se identificar aqueles por apresentarem certas marcas provenientes de sua cultura linguística, em decorrência de seu grau de escolaridade. Não são certamente índices absolutos, específicos, pois, dependendo das circunstâncias (convívio com falantes cultos, por exemplo), podem estar presentes também nos falantes comuns e, com isso, estamos propondo a relatividade da classificação de dialetos sociais e registros (PRETI, 1999, p. 25).

A comunicação não deve ser encarada simplesmente como elemento de transmissão e recepção de informações, valorizando as qualidades desses atores sociais que, ao vivenciarem sua realidade, conferem ao conjunto desse trabalho um sentido de responsabilidade social. É preciso revisar esse conceito, dando ao

processo de comunicação um novo sentido, respeitando a mudança de paradigma, inclusive por causa da evolução tecnológica.

Os organismos governamentais, sustentados por um fluxo de informação deficiente, devem assumir uma nova postura, adaptando-se ao formato de relacionamento social, baseado na interação e no compartilhamento das ideias.

3.3.4. Resgate conceitual do processo de comunicação

A comunicação configura um fenômeno sociocultural cada vez mais complexo pela profusão de suportes tecnológicos de que se vale, e pelas tentativas esboçadas por grupos de poder para controlar sua engrenagem. Seu conceito estrutural tem como critério orientador o fluxo que caracteriza o fenômeno, “estabelecendo distinção entre a estrutura do processo – Comunicação – e o seu objeto precípua – Informação” (MARQUES DE MELO, 1970, p. 31).

Por essa razão, é necessário realizar um breve resgate sobre o conceito de comunicação e sua trajetória como ciência, a começar pela origem etimológica da palavra. De origem latina, *communicare* tem o significado de *colocar em comum*. Ou seja, a essência da comunicação é pôr em comum ideias, sentimentos e/ou pensamentos.

A comunicação pode assumir também um caráter biológico quando relacionada com a atividade sensorial, um “fenômeno próprio do ser vivo”, como afirma Maturana (2001 p. 58). O universo da Comunicação incorpora, assim, um caráter transdisciplinar, garantindo, segundo Armand e Michèle Mattelart (2005), um campo próprio para a observação, seja na esfera científica, seja humana. Os autores consideram esse um campo de observação científica historicamente inscrito entre redes físicas e imateriais, entre o biológico e o social, a natureza e a cultura, considerando “os dispositivos técnicos e o discurso, a economia e a cultura, as perspectivas micro e macro, o local e o global, o ator e o sistema, o indivíduo e a sociedade, o livre-arbítrio e os determinismos sociais” (MATTELART e MATTELART, 2005, p. 10).

Por outro lado, o conceito de comunicação passa a pertencer ao campo da Sociologia como função integradora na organização social, conhecendo seus estilos de vida, interesses e objetivos culturais.

Giddens (1991) afirma que muitos foram os pesquisadores, com estudos voltados para o campo da comunicação, que centraram suas investigações nos conflitos do relacionamento humano, provavelmente gerados pela expansão dos meios de comunicação de massa e seu envolvimento nos processos humanos de relacionamento. Ao analisar a história desse processo comunicativo, é possível compreender as razões que fazem tantos pesquisadores influentes formularem suas teorias, buscando fortalecer o conhecimento como meio de ligação, aproximando a cultura das novas tecnologias, agindo como mediador entre elas e os diversos públicos envolvidos nesse processo. Para Canclini (2004), boa parte dessas pesquisas visam repensar as articulações entre cidade e comunicação, representadas nas diferentes formas de abordar o mesmo tema.

Estudar as diferenças e preocupar-se com sua unidade tem sido uma clara tendência dos antropólogos. Os sociólogos acostumaram-se a observar os movimentos que igualam ou aumentam nossas diferenças. Os especialistas em comunicação, pensam sobre as diferenças e as desigualdades como inclusão e exclusão. Conforme a ênfase dada em cada ciência, os processos culturais são percebidos de modo diferenciado (Canclini, 2004, p. 32)⁷².

Na verdade, a observação do autor parece indicar que o avanço globalizado, no campo da comunicação, não é um mero processo de homogeneização, mas uma forma de regulamentar as diferenças e igualdades presentes nas diversas etapas da evolução humana. Uma questão que suscita aos pesquisadores retornar ao passado, desde as mais remotas raízes dos códigos da comunicação humana, é compreender suas formas mais primitivas, sejam através de gritos ou grunhidos, gestos, ou pela interação desses elementos.

Na visão de Bordenave (1994, p. 24), a origem dos processos de comunicação admite que o humano primitivo “comunicava os acontecimentos na mesma ordem em que eles se davam”, representando-os através de pictogramas, em suas cavernas. O autor entende que, em qualquer situação, a história mostra que os homens encontraram a forma de associar um determinado gesto a um certo

⁷² Texto original: *Estudiar las diferencias y preocuparse por lo que nos homogeneiza ha sido una tendencia distintiva de los antropólogos. Los sociólogos acostumbran detenerse a observar los movimientos que nos igualan y los que aumentan la disparidad. Los especialistas en comunicación suelen pensar las diferencias y desigualdades en términos de inclusión y exclusión. De acuerdo con la énfasis de cada disciplina, los procesos culturales son leídos con claves distintas (CANCLINI, 2004, p. 32).*

objeto ou ação. A transição da Pré-história para a História se dá no final da Idade dos Metais, com o aparecimento da escrita, na Mesopotâmia e no Egito (3.000 a.C.). Pelos séculos seguintes, a linguagem se desenvolveu transmitida oral ou visualmente, até o surgimento da escrita.

Historicamente, os modelos de comunicação têm como base Aristóteles e seu texto, *Retórica*⁷³, diferenciados apenas pela complexidade apresentada por cada vertente. Berlo (2003) entende que Aristóteles identificou três ingredientes no processo de comunicação: quem fala, o discurso e a audiência.

Aristóteles definiu o estudo da retórica (comunicação) como a procura de “todos os meios disponíveis de persuasão”. Discutiu outros possíveis objetivos de quem fala, mas deixou nitidamente fixado que a meta principal da comunicação é a persuasão, a tentativa de levar outras pessoas a adotarem o ponto de vista de quem fala (BERLO, 2003, p. 07).

Certamente, a humanidade deu um grande passo tecnológico com a invenção do papel para o registro de sua memória. A evolução da comunicação seguiu seu curso, atravessando civilizações e impérios até a era do humanismo clássico, Idade Média e Renascimento, onde a linguagem ordinária era quase exclusivamente voltada à comunicação, preferivelmente, à escrita.

Nesse sentido, a comunicação tornou-se eficaz, através do discurso, quando as palavras, habilmente combinadas por meio da gramática e da retórica, agem como códigos capazes de transmitir ideias. Importante referir que, na época do Renascimento, a prerrogativa da comunicação, leitura e escrita pertenciam aos monges, bem como o acesso ao conhecimento, restrito aos interesses políticos e religiosos da época. Assim, desde a teoria formulada por Lasswell⁷⁴, com a base

⁷³ Aristóteles, em seu texto *Retórica*, atestava o valor do passado enquanto um poderoso recurso argumentativo de ordem comparativa. Ao discorrer sobre o convencimento através do Exemplo, o autor destaca que ele pode ser manipulado a partir de duas variedades: ou como menção dos fatos passados recentes (através de dados históricos de conhecimento geral) ou pela invenção aos fatos pelo orador (tais como nas fábulas ou nos paralelos ilustrativos). Aristóteles sublinha, no entanto, que, embora as fábulas tenham a vantagem de ser comparativamente fáceis de inventar, o uso do passado recente possui um poder de convencimento mais acentuado. Para o filósofo, a vantagem argumentativa do uso das fábulas e dos acontecimentos factuais do passado recente é criar a impressão, na plateia, de que “o futuro será tal como foi o passado” (Fonte: CASADEI, 2009).

⁷⁴ Harold Dwight Lasswell (1902-1978) é considerado o pai da moderna Ciência Política, tem uma importância decisiva nos estudos dessa área, até hoje. É considerado como um dos mais importantes pensadores da Teoria da Comunicação.

aristotélica, passando pela readequação proposta por Nixon⁷⁵, a comunicação continuou sendo compreendida como um fluxo linear. Uma via de mão única, onde a fonte, como detentora do poder decisivo sobre qual mensagem enviar, é transmitida como um sinal até encontrar o seu receptor.

Somente em 1949, com Shannon⁷⁶ e Weaver⁷⁷, esse paradigma da comunicação é rompido, através do desenvolvimento de um novo modelo, enfatizando a interatividade do receptor e a presença do *ruído*. O significado de *ruído* é de algo que interfere no sinal, entre sua transmissão e sua recepção, não previsto pela fonte, sugerindo problemas de interpretação de seu significado. Surge, com esse modelo, a necessidade de um codificador e de um decodificador semânticos. Bordenave (1994), por acreditar que a própria natureza, ao longo do processo de evolução, encarregou-se de preparar cada indivíduo para a comunicação, através dos sentidos, como executores dos processos de emissão e recepção. Para o autor,

os elementos básicos da comunicação estão baseados na realidade ou situação onde ela se realiza e sobre qual tem um efeito transformador; nos interlocutores que dela participam; nos conteúdos ou mensagens que elas compartilham; e finalmente, nos meios que empregam para transmiti-los (BORDENAVE, 1994, p.40).

Essa evolução exige, necessariamente, um processo de *troca*, no qual as diferenças constituem a singularidade de cada uma delas, propiciando a construção e a apropriação de novos saberes, a partir de uma comunicação em cadeia. A escolha da melhor linguagem será a ferramenta mais adequada para que haja uma compreensão satisfatória.

⁷⁵ Raymond B. Nixon (1904-1997), fundador da International Association for Media and Communication Research (IAMCR) é editor da revista *Journalism Quarterly*, a mais antiga publicação periódica do campo comunicacional. Exerceu papel destacado na sedimentação da comunidade norte-americana de ciências da comunicação.

⁷⁶ Claude Elwood Shannon (1916-2001), engenheiro eletricitista e matemático, considerado o fundador da teoria da informação.

⁷⁷ Warren Weaver (1894-1978), matemático e pesquisador científico, diretor da Rockefeller Foundation's Natural Science Division.

3.3.5. Uma nova forma de compreender a comunicação

Uma mensagem ou informação, na concepção de Martino (2010, p. 16), não é comunicação, senão um modo relativo: “ao adquirir as características socioculturais do ambiente social ao qual pertence, o homem terá na linguagem a representação de sua realidade”. Ou seja, a concepção de interpessoalidade é fundamental para qualquer arquiteto e urbanista, quanto mais aquele que tenha como dever de ofício profissional relacionar-se com comunidades de baixa-renda das vilas populares. Uma nova filosofia de *pensar e agir*, onde o técnico abdique da exclusividade do saber, abrindo espaço também para o aprendizado mútuo, uma conjugação de fatores de alcance múltiplo, através da flexibilidade presente no relacionamento dialógico. Nesse formato, saber comunicar passará a depender dos conhecimentos pré-existentes, originados no contexto da interpessoalidade, ao promover a troca de informações entre duas ou mais pessoas. Em se tratando de relacionamento interpessoal, deve-se considerar o retorno ou *feedback*⁷⁸, fundamental na análise da forma com que as informações estão afetando um ou mais integrantes de um determinado grupo. Sem essas informações, é quase impossível ter o controle sobre grau de evolução e a satisfação de cada um no processo.

Segundo Moscovici (2003, p. 34), “as relações interpessoais desenvolvem-se em decorrência do processo de interação”, não ocorrendo diretamente com a competência técnica de cada pessoa, onde os profissionais competentes, individualmente, podem render muito abaixo de sua capacidade por influência do grupo ou situação de trabalho.

Na opinião de Casado (2002), o homem, como ser social, possibilitou e garantiu a vida social através dos diferentes sistemas de comunicação que desenvolveu. Ao interagir com seus semelhantes, utilizando um código comum, inteligível, o homem fez mais do que informar e ser informado sobre as coisas do mundo: ele agregou novas formas de organização do próprio pensamento, ampliando a consciência de si próprio, de seu lugar no mundo e de sua responsabilidade social.

⁷⁸ Expressão de origem inglesa que, em comunicação, tem o sentido de retorno e consiste na informação sobre o desempenho, conduta, ou ação executada, objetivando reorientar ou estimular comportamentos futuros mais adequados.

Assim, adotar uma linguagem de fácil compreensão deveria ser algo natural para que qualquer organização identificasse as necessidades de seu público-alvo. Seu atendimento deveria pressupor uma comunicação simples e adequada, por vezes diferenciada daquela linguagem normalmente empregada.

3.3.6. A comunicação e a interatividade humana

Ao abordar a estreita relação que envolve realidades tão distintas - os técnicos e as comunidades carentes - esta pesquisa enseja a busca de uma alternativa teórica que agregue eficácia no processo de comunicação, através do reconhecimento da importância do verdadeiro diálogo. A troca de informações, através da interatividade, respeitando as peculiaridades de cada grupo, será fundamental na busca de referenciais que auxiliem a compreensão desse complexo modelo de comunicação.

De acordo com o pensamento de Marques de Melo (2007b), convém observar as diferenças existentes entre a comunicação interpessoal e a grupal:

De um lado, os atos de comunicação interpessoal (tradicionalmente objetos de estudos das ciências da linguagem ou das ciências do comportamento) e os atos de comunicação grupal (geralmente privilegiados pelas ciências da educação ou pelas ciências da administração) (MARQUES DE MELO, 2007b, p. 23).

Na busca desse entendimento, é possível compreender que as pessoas de hoje vivem em um mundo de intensas transformações. A sociedade caminha ao encontro de novas ações nos campos sociais e político e, a comunicação, como facilitadora do saber, acompanha essa busca pelo conhecimento, baseada na valorização dos aspectos culturais. Feitosa (1987) afirma que, para uma comunicação eficiente, é necessário que haja empatia por parte do emissor e um envolvimento integral com o receptor.

Ao concordar com esse conceito, Pinto (1978, p. 63) evidencia a importância identitária da língua, ao defender que “qualquer tentativa de descrição da comunicação que exclua o aspecto social é considerada inócua e ineficiente”. Trata-se de um campo onde a linguagem não é, apenas, um meio neutro de transmitir ideias, mas construtivo da realidade social. Para a autora, a realidade

social não é apenas um conceito abstrato, ele compõe o conjunto de atos repetidos dentro de um sistema regulador.

Diversos segmentos adquiriram uma posição destacada no mundo moderno, tanto que foi desenvolvida a ideia de que se está vivendo em plena *sociedade da informação*⁷⁹, individual ou coletivamente. O processo de formação da identidade social dá sustentação e entendimento para que o indivíduo construa a si mesmo e ao outro como seres sociais. Por outro lado, pode determinar ao indivíduo o sentimento de pertencimento a certos grupos sociais, bem como o reconhecimento do seu significado emocional.

A força da linguagem segue caracterizando e influenciando os processos de comunicação do homem contemporâneo. Porém, com o passar dos anos, segundo Hohlfeldt (2007, p. 01), conceituar comunicação tornou-se uma tarefa difícil, tal a plurissignificação do termo. O autor exemplifica o processo de busca para consolidação para esse conceito, citando o professor norte-americano, Littlejohn⁸⁰, que refere em uma de suas obras⁸¹ a existência de onze diferentes possibilidades de abordagem sobre o termo.

Com tantas variáveis possíveis em sua conceituação, a comunicação pode ser definida, também, pela externalização de múltiplos sentimentos, aplicados às diversas ações do relacionamento social humano, como sugerem Mattelart e Mattelart (2005). Por essa razão, ao contextualizar o processo de comunicação adotado para as famílias que vivem na irregularidade urbana e, portanto, vulneráveis socialmente, percebe-se a obrigatoriedade de fortalecer o

⁷⁹ Para Stockinger (2001), a sociedade da informação está a tornar-se uma realidade. O seu surgimento ocorre no meio de uma época de mudanças sociais de alta velocidade, a nível mundial, presentes em todos os cantos do globo. Sistemas e redes sociais de comunicação, ligadas a personalidades, organizações e comunidades ativas e interativas, operam em novas estruturas, que geram transformações nas atividades humanas, nos mundos pessoal, público e do trabalho. Esses sistemas estão desde já ligados, inseparavelmente, a um desenvolvimento tecnológico de ambientes de informação e comunicação, até bem pouco tempo inimaginável. Via mídia e multimídia, eles se acoplam a novas formas de convívio social que requerem ainda a sua aprendizagem consciente.

⁸⁰ Stephen W. Littlejohn (Ph.D., da Universidade de Utah) atualmente é Professor Adjunto de Comunicação e Jornalismo da Universidade do Novo México. (Fonte: University of New Mexico. Disponível em: <<http://www.unm.edu/~cjdept/departament/profiles/littlejohn.html>> acessado em 18.03.2012).

⁸¹ **LITTLEJOHN, Stephen W. Fundamentos teóricos da comunicação humana**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 38. apud **HOHLFELDT, Antônio. Novas tendências nas pesquisas da Folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos estudos culturais**. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisas sobre Folkcomunicação, no âmbito da XXV Intercom, Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista14/artigos%2014-1.htm>> Acessado em: 15.04.2011.

relacionamento humano em cada atividade ali realizada. É preciso conhecer as características das vilas populares para absorver seus conhecimentos de vida.

Ao entender que “a linguagem só existe como linguagem de um povo”, Habermas (1968, p. 31) reproduz o conceito de Hegel⁸² sobre a “razão da utilização e símbolos representativos como primeira determinação ao espírito abstrato”. Para o filósofo germânico (1968) é na dimensão do espírito real que a língua assume seu papel, fazendo parte da tradição cultural. O autor entende que a consciência, uma vez externada, interage com outras, transformando-se automaticamente em uma nova, diferente. Assim, uma língua se torna verdadeira ao expressar a ideia do coletivo, preservando as individualidades formadoras de seu conteúdo.

Essa interação, baseada na convivência, de acordo com Martino (2010), fornecerá informações preciosas para uma comunicação eficaz, em que o código nada mais é que uma organização, um processo que o autor classifica como os “traços materiais dispostos, arranjados, sobre o suporte e, portanto, tornando-se uma informação” (MARTINO, 2010, p. 18).

Trabalhar com a linguagem adequada para as comunidades de baixa-renda significa desenvolver mecanismos de apoio para que elas possam compreendê-la e utilizá-la como uma ferramenta de integração, revertendo a lógica perversa⁸³ presente nesse formato de relação social estabelecida.

A linguagem passa a ocupar um papel fundamental para o técnico que tem como objetivo abrir espaço no universo fechado da exatidão dos projetos urbanísticos e arquitetônicos. É necessário dedicar uma visão mais humana a esse grupo de pessoas especiais que, devido à sua condição de vida e de exclusão social, tem na incompreensão sua dificuldade maior.

Esta abordagem reside em um processo de troca, agregando à função prática, a necessária interpretação das diversas formas da produção do conhecimento, seja ele técnico ou oriundo do empirismo comunitário. Um processo

⁸² Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo clássico, autor de um esquema dialético no qual o que existe de lógico, natural, humano e divino oscila perpetuamente de uma tese para uma antítese, e de volta para uma síntese mais rica.

⁸³ Bourdieu foca o combate ao Neoliberalismo, colocando como alternativa a ele a responsabilidade social dos intelectuais e do Estado; a cultura dominada pelo mercado estaria criando uma sociedade mais perversa. Chama a atenção para a necessidade de um papel mais atuante dos intelectuais para a vida pública e, do Estado, na tentativa de garantir os interesses de todos. Aponta para a necessidade de identificação com o espaço e tempo de onde fala, pois mostra um sentido para a realidade que estamos enfrentando e que nos faz refletir. Um certo universalismo é apenas um nacionalismo que invoca o universal (Fonte: BENEDETTI, 2008 p.20).

que necessita o envolvimento do arquiteto com as comunidades de baixa-renda, construído de forma interativa com os moradores, como preconizou Hassan Fathy⁸⁴ (1980), ao reforçar o verdadeiro significado de habitação e, ao mesmo tempo, preservando a identidade de seus moradores e, conservando suas histórias de vida.

O reconhecimento desta identidade é uma peça fundamental no relacionamento, segundo o raciocínio de Paiva e Bocco (2000, p. 491), na redução das dificuldades de comunicação, ao compreender e conhecer os “elementos culturais sujeitos à diversidade”, bastando, para tanto, utilizar a linguagem adequada.

3.3.7. O diálogo como superação de barreiras

Dialógica significa duas lógicas, dois princípios. O diálogo consiste na aceitação de que podem existir múltiplas visões a respeito de qualquer argumento. Vygotsky (1991) afirma que o diálogo pressupõe da parte dos interlocutores um conhecimento do assunto suficiente para permitir o discurso como um processo de cooperação mútua, ampliando as capacidades individuais. Para o autor, o diálogo é uma cadeia de reações, constituído de respostas e réplicas, onde a interação é condição indispensável que enriquece as relações pelo acréscimo de novos elementos e valores sociais, relações essas como as presentes no universo das comunidades de baixa-renda com sua diversidade cultural.

A proposição do diálogo é a melhor alternativa para eliminar toda e qualquer barreira que dificulte as condições de comunicação com a comunidade. Permite a aproximação de patamares sociais e a consequente abertura para um relacionamento favorável. Sabe-se que a contrastante realidade vivida por esses grupos traz consigo um leque de histórias urbanas emblemáticas, que revela o tensionamento existente na formação das vilas populares, enquanto espaço urbano. Muitos deles, isolados, escondidos em sua marginalidade, são ignorados graças a um processo de segregação, como reféns do contexto urbanístico e

⁸⁴ Hassan Fathy (1900 - 1989), arquiteto egípcio que pesquisou as construções rurais da sua região. A partir de estudos de campo, organizou a interlocução entre arquitetos e usuários, em métodos de elaboração de projetos.

social. Porém, se por outro lado, existe a cultura particular, presente em cada comunidade carente, por outro, deve-se considerar que o arquiteto e urbanista também carrega sua bagagem e seu conhecimento técnico, baseado na legislação vigente.

Dessa forma, é necessária a presença do diálogo mediante a utilização dos saberes individuais de cada conhecimento, funcionando como uma via consensual que equalizou as práticas sociais e respeita as diversidades existentes. O conhecimento local, como elemento-chave no intercâmbio de conteúdos, integrados de forma multidisciplinar, deve respeitar vivências, assimetrias e singularidades.

Desse modo, ela poria em comunicação essas duas culturas que acabariam por constituir os dois pólos da cultura. Novas humanidades emergiriam assim, do intercâmbio entre dois pólos culturais. Essas humanidades revitalizariam a problematização, o que permitiria a plena emergência dos problemas globais e fundamentais, onde necessariamente, cada futuro cidadão, para chegar à especialização, terá de passar, então, pela cultura. (MORIN, 2003, p. 97).

3.4. A cultura popular na vida cotidiana

A forma de comunicação que a grande maioria das camadas pobres da população utiliza está associada ao cotidiano, ao coloquial. Não há preocupação na escolha de termos adequados para falar ou mesmo com a gramática. O cotidiano se encontra no espaço comunitário.

Conforme Peruzzo e Volpato (2009, p. 02), “o local, a comunidade, a família, por nos serem próximos, tendem a representar segurança e proteção de proporções globais”. Os autores (2009) evidenciam que essas comunidades, estruturadas com base em harmonia e solidariedade, seriam espaços de abrigo e amparo em meio às turbulências da vida urbana. Parece claro que essa forma de comunicar, antes de tudo, reflete o ambiente social onde vivem. Afinal, o uso de um vocabulário que não é próprio de sua cultura dificultaria, ou mesmo impediria, o relacionamento com seus amigos ou vizinhos. Deve ser lançado um olhar compreensivo sobre a produção da linguagem que acompanha a construção da cidade, tendo presente que essa produção urbana pertence ao cotidiano dos cidadãos que nela vivem. Como afirma Milanez (2008, p. 10), “agindo não apenas

como formadores de identidades, mas expressando desigualdades, diferenças e contradições”.

Maffesoli (2004) compreende a socialização não só como algo ligado à comunicação, mas também às relações sociais instauradas no cotidiano entre os sujeitos. A relação com o social fortalece o compartilhamento de seus interesses comuns. O autor concebe a comunicação como o *cimento social*, que une as pessoas e as mantém em sintonia coletiva, de acordo com o que o autor denomina princípio da relação:

A comunicação é cimento social. Talvez eu fale tão pouco de comunicação porque para mim essa noção está implícita na socialidade⁸⁵. A comunicação é a cola do mundo pós-moderno. Dito de outra forma, a comunicação é uma forma de reencarnação desse velho simbolismo, simbolismo arcaico, pelo qual percebemos que não podemos nos compreender individualmente, mas que só podemos existir e compreendermo-nos na relação com o outro (MAFFESOLI, 2004, p. 20).

Hall (2005), ao referenciar as culturas nacionais, fornece subsídios para a busca da origem da identidade cultural das comunidades. Respeitando a escala territorial, tem-se que a construção dos sentidos cotidianos influencia e organiza, tanto as ações, quanto a concepção que eles têm de si próprios. Analogamente ao pensamento de Hall (2005), a cultura nacional, ao produzir sentidos com os quais um povo se identifica, também se reveste deste poder, presente nas histórias que são contadas. Nas “memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2005, p. 51).

Corroborando esse conceito de cultura, é possível avaliar, como essencial, o reconhecimento da variedade linguística presente no cotidiano das comunidades na construção da linguagem. Através dela, os indivíduos criam vida, enquanto sujeitos, sendo no contexto das formações sociais, históricas e ideológicas que os discursos adquirem significado próprio. Assim, ao vivenciar a história de seu cotidiano, o surgimento de histórias (reais ou fictícias) torna-se uma prática bastante comum nas comunidades. Essas interações sociais, apropriadas pelas vozes circulantes, tornam-se elemento importante na representação cultural e social, perpetuando o conhecimento, referendado na própria experiência.

⁸⁵ A expressão ‘socialidade’ utilizada por Maffesoli é caracterizada por MAIA (2005) como o relativismo do viver, pelo dado de grandeza e de trágico contidos no cotidiano. Não podemos esquecer da importância do mundano na formação de nossas sociedades.

Hall (2005) afirma que não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça: uma mesma cultura tenderá sempre a unificá-los numa identidade, como se pertencessem à mesma família. Uma visão de que é no diálogo cotidiano que é construído o novo saber, importante na produção de uma identidade.

3.4.1. A cultura como identidade

A vinculação da cultura ao conceito de identidade garante que, apesar da variação linguística presente, os valores comunitários conseguem ser expressos por outras formas. Entretanto, é necessário conceber que, se a produção do conhecimento particular constitui um elemento importante no processo de identidade cultural, é somente a partir da sensibilidade intercultural forjada nas diferentes comunidades que tem o poder de gerir as diferenças culturais, reconhecendo e aceitando suas diferenças.

Nesse sentido, Melucci (2001) evidencia que o processo social é o produto de ações, escolhas ou de decisões, e que o significado desse fenômeno varia conforme o sistema de relações sociais presente, ou seja, sentimento de pertencimento coletivo é um processo de construção contínua, respeitando os conflitos que os cercam. O autor afirma que esses conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-cultural, influenciando também as áreas culturais: “Eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58).

Assim, a cultura passa a ser compreendida como um forte elemento identitário no desenvolvimento das relações comunitárias, baseado em valores, sentimento de vizinhança e pertencimento recíproco. Um sentimento que denota a construção simbólica, fruto de suas múltiplas representações, estimulando os *saberes locais*.

Partindo da compreensão sobre a importância da cultura no ambiente comunitário, como representação de bagagem tradicional, adquirida ao longo do tempo, é necessário também evidenciar a linguagem utilizada como um elemento fundamentalmente humano nesse percurso de vida.

Heidegger (1995) avançou sobre o tema, contribuindo na conceituação sobre a manifestação da linguagem como preservação do pensamento humano em sua essência.

Tradição não é uma pura e simples outorga, mas a preservação do inicial, a salvaguarda de novas possibilidades da língua já falada. É esta que encerra o informulado e o transforma em dádiva. A tradição da língua é transmitida pela própria língua, e de tal maneira que exige do homem que, a partir da língua conservada, diga de novo o mundo e por aí chegue ao aparecer do ainda não apercebido (HEIDEGGER, 1995, p. 40).

Ainda referenciando os valores culturais, incluindo a capacidade de pertencimento territorial, Reale (2010) considera que o fato da linguagem se distribuir entre múltiplas e distintas formas significa dizer que ela tem algo em comum, ou, desempenha o papel fundamental distintivo do ser humano.

[...] pois linguagem também é cultura, isso porque o homem pensa, raciocina, transforma, produz histórias através de sinais, escrita, símbolos; apenas o que muda é a forma da linguagem (fala) devido aos fatores geográficos e regionais (REALE, 2010).

Assim, a língua falada nas comunidades de baixa-renda, entendida como elemento representativo ou identitário, aceita as deficiências culturais e a ausência de um padrão linguístico alternativo, genuíno, ainda que distante do adotado pela academia.

3.4.2. Competência padrão ou código linguístico

Em um mundo cada vez mais globalizado, deter o conhecimento é essencial. A preocupação com o ensino da língua no Brasil tem sido constante ao longo das últimas décadas, conferindo ao aprendizado da linguagem uma competência valiosa de acesso ao saber.

O termo competência foi utilizado pela primeira vez nos anos 50 do século XX, por Noam Chomsky. O conceito adotado pelo filósofo norte-americano transfere essa competência ao conhecimento que o indivíduo possui em produzir e compreender frases. Para Chomsky (1998), a gramática de uma determinada língua adquire eficácia na medida em que explica de forma completa e exata aquilo que o *falante* da língua sabe. É possível, pois, admitir esse *saber* como o produto

da bagagem adquirida pelo indivíduo ao longo de sua vida, reproduzindo em sua forma de se expressar, seus valores sociais, culturais e históricos. Callou (2008) reforça esse entendimento, ao enfatizar que no uso de uma língua é imprescindível considerar a variação dos fenômenos sociais envolvidos.

A existência de usos comuns, de uma base linguística internalizada, mesmo em indivíduos de origem social e geográfica distintas, não pode ser deixada de lado, embora língua falada e língua escrita possuam, em princípio, características e regras próprias. A primeira seria mais flexível, relaxada, não-controlada e, a segunda, mais rígida, mais formal, impessoal e controlada. Em todas as línguas, é inequívoca uma tendência à unicidade no escrito e à multiplicidade no oral, modalidade que se caracteriza por ser menos homogênea e apresentar variações de uso de todo tipo: estruturais, de redes sociais /geográficas, de gênero, etnia, faixa etária, registro (CALLOU, 2008, p. 58).

Para Moncau (2010), um padrão linguístico muito irreal, muito distante da realidade vivida da língua, é a origem do confronto entre a maneira de falar das pessoas, por vezes, de forma codificada, provocando conflitos linguísticos. Para a autora, o indivíduo, ao comparar seu modo de falar com aquilo que aprende na escola ou com o que é codificado, vê a distância que existe entre essas duas entidades e passa a achar que seu modo de falar é feio, é errado.

É impossível desassociar o saber da atividade intelectual. Afinal, ambos têm estreita ligação com a linguística em geral. Porém, é equivocado confundir a capacidade de compreensão e inteligência de um indivíduo com o conhecimento de outro, forjado nos bancos escolares. Refletindo as razões que levam à formação deste fenômeno de utilizar uma linguagem restrita, é possível considerar a existência de uma forma de superioridade ou de poder, alcançada através de um código que só alguns conseguem decifrar. O mais grave é quando esta intolerância linguística ultrapassa os domínios legais e se instala no domínio do privado, sobretudo nas camadas mais pobres da sociedade.

Ao considerar a multiplicidade sociocultural que forma as regiões de uma cidade, como Porto Alegre, encontra-se uma língua, em suas diversas formas e variantes, e uma entidade viva e dinâmica. Um verdadeiro código empregado pelos indivíduos para trocar informações ou difundir as suas ideias e pensamentos, suplantando barreiras em seu desenvolvimento.

Neves (2005) recorda que a língua utilizada por uma comunidade apresenta um padrão natural, uma norma em si aglutinadora da heterogeneidade, da multiplicidade e da variação linguística naquele estado de língua. A partir daí, e por via do caráter social da língua, a relação com a norma se encaminha para uma constante busca de qualificação e prestígio. Assim, na mesma intensidade com que os indivíduos compreendem sua importância na sociedade, mais eles fortalecem o peso da língua como afirmação.

Nesse complexo cenário, segundo Roncarati (2008), a língua também está associada a mudanças nas relações de avaliação, em dois níveis: no primeiro, a linguística utilizada pelos próprios membros da comunidade de fala (seu significado social) e, no segundo, a avaliação da mudança pelos próprios linguistas – “a evolução da língua, sem reduzir a eficiência em sua função primordial de comunicar” (RONCARATI, 2008, p. 49).

Na verdade, a avaliação social atribuída às formas ou variantes linguísticas pode aparecer tanto no indivíduo como no nível da comunidade. Porém, quando essas ocorrências acontecem em nível estrutural, através do sistema linguístico, sua aplicação ocorrerá em contextos mais amplos com o decorrer do tempo. A autora resume a questão, afirmando que se desdobra uma luta evolutiva entre as formas novas e as antigas, com as novas se espalhando, tanto de um falante para outro, como de um contexto linguístico para outro. Uma análise que reforça o conceito sobre o ato de comunicar como um acordo de compreensão mútua, entre emissor e receptor, e que o início desse processo requer a percepção sobre a importância do uso de uma linguagem adequada. Essa deve traduzir exatamente as ideias e pensamentos, num processo onde os termos usados compõem um sentido comum, de acordo com as necessidades da expressão.

Por outro lado, pode-se compreender que a gramática utilizada na literatura brasileira apresenta muitos estudos quanto ao formalismo de uma linguagem apurada, nos quais os conceitos de norma padrão, norma culta, padrão culto são usados indistintamente, contribuindo para o fortalecimento de preconceitos à variedade linguística.

Mendonça (2001) concorda com esse pensamento, ao definir que, além de tentar unificar a língua, nossas gramáticas normativas homogeneízam a norma culta, higienizando-a, produzindo e difundindo uma imagem do que deveria ser a

norma escrita formal, tendo por base o modelo dos considerados bons escritores do passado. Mas, afinal, existe um padrão normativo linguístico em um país tão grande como o Brasil, composto por uma diversidade de padrões habituais e coletivos, e suas múltiplas formas de manifestação linguísticas, capazes de distinguir os grupos dentro da comunidade de fala?

Nessa perspectiva, Lucchesi (2008) adota o conceito do funcionamento da língua em sua dimensão sócio-histórica, em que o conceito de norma ocupa uma posição crucial, impondo a distinção entre os padrões de comportamento linguístico (a norma objetiva) e os modelos ideais que regulam esse comportamento (norma subjetiva). Vista por esse ângulo, a norma culta, ou linguagem culta, passa a ser uma expressão empregada pelos linguístas para designar o conjunto de variedades de línguas, efetivamente faladas na vida cotidiana pelos sujeitos cultos, sendo assim classificados os cidadãos nascidos e criados em zona urbana e com grau de instrução superior completo.

A norma culta se distingue da linguagem familiar, da convivência informal entre vizinhos, da língua da cultura e das festas populares, que podemos chamar de linguagem coloquial. A norma culta é regida por um modelo do bom uso da língua, fixado pela tradição literária, dos escritores clássicos, uma língua ideal, codificada nos livros de gramática, que constitui o padrão normativo da língua, ou simplesmente norma padrão. Para Lucchesi (2008), a normatização está muito mais presente nos centros urbanos, onde se concentram os espaços institucionais, do que no campo, onde a linguagem é mais conservadora e mais distante do padrão.

Entende-se, pois, que a produção da habitação social necessita de uma ação formal, por meio da qual as comunidades recebem orientações de um interlocutor técnico especializado que, através do diálogo, faz com que o relacionamento seja completo. Tomando como base essa situação, é fácil entender que a clareza deveria ser componente obrigatório, não apenas da linguagem, mas de todos os materiais produzidos e entregues às comunidades de baixa-renda, permitindo o nivelamento de sua compreensão, através da sua decodificação técnica. As condições em que a fala se produz tem viva influência sobre a forma que ela toma para atender às necessidades do momento.

Neves (2005) revela uma possibilidade de coerção social nos grupos humanos organizados, explicando a normatização da língua por um viés político e ideológico, quando o ideal da língua unificada pode ser entendido não apenas como garantia de estabilidade social, como também atestado de identidade, permanentemente alerta, contra atitudes protecionistas ou de superioridade.

3.4.3. O papel social da variedade linguística

Os estudos da sociolinguística⁸⁶ indicam que a formação de uma língua é heterogênea, múltipla e variável, nunca estanque. Segue seu processo contínuo de construção e reconstrução. Analisada a relação entre os diversos usos da linguagem, desconsiderando a existência de variedades em seu conjunto, reduzem-se as possibilidades de esclarecimento sobre qualquer tipo de informação, como se existisse uma única verdade e todo o alcance de um conceito se limitasse a essa vertente.

Cyranka e Pernambuco (2008) entendem que o caráter de heterogeneidade, inerente a todas as línguas, responde, em qualquer comunidade linguística, pela existência de diferentes falares e registros. Na opinião das autoras, essa é uma consequência da organização das sociedades em grupos de diversificadas condições socioeconômicas. O surgimento das variedades linguísticas é a produção realizada entre os membros de uma mesma sociedade, sendo valorizada ao refletir a hierarquia desses grupos sociais. Dessa forma, são percebidas as razões pelas quais determinados falares são mais desvalorizados do que outros, conforme seus falantes pertençam a uma classe social privilegiada.

Paiva e Bocco (2000) identificam alguns elementos culturais sujeitos à diversidade. Inicialmente, para as autoras, as crenças, dentro de sua subjetividade, fazem parte da bagagem cultural do indivíduo. A seguir, os próprios valores culturais e normativos. Os primeiros direcionam as escolhas, as incertezas, e reduzem conflitos, decidindo o que deve ser evitado. Os segundos regem o

⁸⁶ Devemos considerar a linguagem como uma expressão que designa uma faculdade humana. Língua, por sua vez, é definida como uma expressão referente a uma, dentre “tantas formas de manifestação concreta dos sistemas de comunicação humanos desenvolvidos socialmente por comunidades linguísticas” (Fonte: MARCUSCHI, 2002).

comportamento a ser seguido. Por fim, seguem as atitudes ou modos aprendidos para responder (reagir) a certas situações, além de uma visão de mundo.

Segundo Garmadi, “falar de uma variedade é apenas reconhecer a existência de um ou de vários conjuntos de diferenças, de uma ou de várias variedades, e recusar estabelecer entre essas variedades uma dada hierarquia” (GARMADI, 1983, p. 29). A entonação, a pronúncia, a escolha vocabular, a preferência por determinadas construções frasais, para Brandão (1991), são os mecanismos morfológicos peculiares e podem servir de índices que identificam diferentes sons. Dessa forma, compreende-se que uma língua, falada ou escrita, reflete a organização dentro de um contexto social, expondo suas diferenças, sejam elas geográficas, sociológicas ou culturais.

Para Martinet (1978), a língua é um instrumento de comunicação, podendo variar de acordo com as relações humanas estabelecidas, identificando cada grupo social ou comunidade, adaptando-se, ao longo do tempo, da maneira mais econômica possível, à satisfação das necessidades comunicativas dos grupos que a usam. A variedade linguística compõe a base comunitária ao utilizar um formato próprio de comunicação como meio de interação particular.

De acordo com Camacho (1988), muitos são os fatores que dão origem a essas variações⁸⁷, com diferentes denominações. Por essa razão, a valorização dessa diversidade deve ser reconhecida como uma forma de comunicação representativa, adotada pelos grupos sociais, onde a produção da linguagem adquire valoração e domínio próprios, como explica Matos e Silva (2001), a fim de se atender às exigências sociais, nas situações comunicativas em que se encontram. Na visão da autora, o poder dominante tende ao não reconhecimento das variedades linguísticas, seja nos níveis populares, seja nos níveis cultos de uso da língua. Ressalta ela que a questão é complexa, uma vez que o domínio e o uso da língua, desta ou daquela variedade, estão intimamente ligados a questões políticas e econômicas.

⁸⁷- *Dialetos* (variações faladas por comunidades geograficamente definidas. Idioma é um termo intermediário na distinção dialeto-linguagem e é usado para se referir ao sistema comunicativo estudado, quando sua condição a iguala à linguagem);

- *Socioletos* (variações faladas por comunidades socialmente definidas. É a linguagem padrão estandardizada em função da comunicação pública e da educação);

- *Idioletos* (variação particular, isto é, o vocabulário especializado e/ou a gramática de certas atividades ou profissões);

- *Etnoletos* (variação para um grupo étnico) (Fonte: CAMACHO, 1988, p. 29).

É possível concluir, então, que pelo equívoco que o sistema convencional comete ao impor a conscientização, através da inteligência coletiva, resulta em um processo contrário à informação, onde o uso de um palavreado difícil favorece a segregação, rompe com o verdadeiro significado científico da produção do saber, através dos diversos componentes identitários de uma comunidade, ou mesmo de tribos, caracterizadas por Maffesoli:

Não há mais uma verdade única, geral, aplicável em qualquer tempo e lugar, mas, ao contrário, uma multiplicidade de valores que se relativizam uns aos outros, se completam, se nuançam, se combatem, e valem menos por si mesmos que por todas as situações, fenômenos, experiências que supostamente exprimem (MAFFESOLI, 2008, p. 56).

Abordar a língua, exclusivamente sob uma perspectiva normativa, contribui para gerar uma série de falsos conceitos e até preconceitos, que vêm sendo desmistificados pela Linguística.

3.4.4. A língua como instrumento de poder

Existem muitas versões que podem justificar o surgimento e o desenvolvimento da linguagem, desde o início da humanidade. A ciência nos mostra que, desde a idade da pedra, o homem sentiu necessidade de se comunicar, seja com gestos, sons primários, guturais, ou mesmo através da arte rupestre do *homo-sapiens*. Provavelmente, naquele período, o homem atingiu um importante grau de desenvolvimento e estabilidade, como ser gregário, com um intenso intercâmbio entre pequenos núcleos dentro de suas comunidades. Com a evolução, a espécie humana desenvolveu seu processo de interação, descobrindo a comunicação através das ideias, possível somente com esta ferramenta abstrata, chamada linguagem.

Ao longo da história, muitos estudos foram realizados sobre os sistemas linguísticos, de acordo com o enfoque teórico do pesquisador ou seu campo de interesse. Esse interesse pelo estudo da língua evoluiu ao longo dos séculos de tal forma a nos permitir, hoje, informações que retroagem à Grécia antiga. Porém,

somente a partir do século XX, com Ferdinand de Saussure⁸⁸, é que a linguística adquire seu reconhecimento como ciência. A Linguística entende na língua uma entidade composta de dupla face, ou seja, significado (seu aspecto conceitual) e significante (imagem acústica, o caráter material do signo). Na verdade, os dois termos representam, assim como uma folha de papel, a indissociabilidade desses dois conceitos.

Não há, nas línguas, significado sem significante, e vice-versa. Para Saussure (2006), o valor de uma palavra reside na propriedade que tem de valorizar uma ideia, dando-lhe representação de valor linguístico.

Mas se assim é, em que difere o valor do que se chama significação? Essas duas palavras serão sinônimas? [...] O valor tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência. É necessário, contudo, esclarecer esta questão, sob pena de redizer à língua a uma simples nomenclatura (SAUSSURE, 2006, p. 133).

Na verdade, os desdobramentos pós-saussureanos alçaram a linguística a um posto importante, ao descrever as particularidades presentes em cada língua e ampliando o conhecimento, através de teorização própria, a respeito da estrutura e do funcionamento da linguagem humana, de um modo geral. Esta contribuição em especificar as particularidades e o funcionamento da língua foi fundamental para qualificar a compreensão dos estudos linguísticos presentes neste complexo sistema que integra a sociedade humana. Por essa razão, Saussure refere-se à língua como um tesouro, cuja única regra de uso é receber e memorizar o seu código.

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe por completo (SAUSSURE, 2006, p. 21).

Corroborando essa ideia, Gnerre (1994) afirma que a linguagem não é usada somente para veicular informações, mas que, na verdade, ocupa uma “posição central de comunicar”, adquirindo valor quando realizada no contexto

⁸⁸ Ferdinand de Saussure (1857-1913), filósofo suíço, cujas teorias desenvolveram a linguística enquanto ciência autônoma. Seu pensamento exerceu grande influência sobre o campo da teoria da literatura e dos estudos culturais.

social e cultural apropriado. Os estudos sobre a natureza da linguagem de Bakhtin (2006) revelam suas relações com a sociedade ao considerar que a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema abstrato das línguas, nem no psiquismo individual do falante.

É necessário compreender a própria filosofia da língua, como os sistemas de normas sociais, definidos por Bakhtin (2006), relacionando a questão social à “consciência subjetiva dos indivíduos que participam da coletividade regida por essas normas”.

São assim os sistemas de normas morais, jurídicas, estéticas (tais normas realmente existem) etc. Certamente, essas normas variam. Diferem pelo grau de coerção que exercem, pela extensão de sua escala social, pelo grau de significação social, que é função de sua relação mais ou menos próxima com a infraestrutura etc. Mas, enquanto normas, a natureza de sua existência permanece a mesma (BAKHTIN, 2006, p. 92).

Pode-se identificar a significação do social e sua utilização específica e cotidiana por um determinado grupo ou comunidade, que o autor considera como a *língua nativa*, percebida de modo totalmente diverso das outras, ou seja, “a palavra nativa percebida como um irmão, como uma roupa familiar, ou melhor, como a atmosfera na qual habitualmente se vive e se respira. Ela não apresenta nenhum mistério”(BAKHTIN, 2006, p. 102).

Assim sendo, é necessário identificar a comunicação voltada às famílias de baixa-renda como produto dessas relações cotidianas, conferindo um sentido particular à percepção desses indivíduos sobre sua vida na sociedade. Significa, como enfatizam Paiva e Bocco (2000), compreender de que forma as pessoas se comportam, de acordo com suas percepções de mundo, incluindo sua experiência de vida e bagagem cultural.

Uma linguagem, por vezes, forjada nas raízes mais profundas de uma comunidade, segundo o entendimento de Bakhtin (2006, p. 102), “transforma-se exteriormente ou desprende-se de seu uso cotidiano”. Uma linguagem dita popular, presente nas mais diversas situações cotidianas de cada indivíduo, seja nas conversas informais entre amigos, programas de televisão, inclusive nas anedotas, bem compreendidas na interpretação de Paulo Freire (1985, p. 09), “mostra o mundo de carências das populações periféricas, geradas pelas carências impostas e apresentadas como algo natural”.

Assim, esta pesquisa, ao basear-se na experiência profissional do autor, voltada às comunidades de baixa-renda, evidencia as dificuldades em iniciar um processo comunicativo quando existe a imposição do conhecimento da língua culta. Na verdade, o próprio uso de expressões técnicas, em detrimento de outras formas alternativas, seguramente traz fortes consequências, como a exclusão e o sentimento de inferioridade. Muitas são as razões pelas quais o emprego de uma linguagem culta, em nosso país, apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade. A mais forte talvez resida na carência do ensino fundamental⁸⁹, em parte fruto de políticas públicas de educação equivocadas⁹⁰, mas também devido à grande extensão territorial do país.

Nesse sentido, Bagno afirma que a questão não é apenas a linguagem utilizada, mas o respeito à própria pessoa na sua “integridade física, individual e social” (BAGNO, 2007, p. 143). É possível compreender que a complexidade no estudo da língua, como parte essencial da linguagem, envolve questionamentos que suscitam a análise de outras ciências, como a Psicologia, a Antropologia etc. Nesse sentido, reconhece-se a língua como um elemento sociocultural, que adquire valor, não apenas como meio de conhecimento, mas também como símbolo do próprio conhecimento.

Ao reconhecer a importância da comunicação através da linguagem, é possível compreender porque, mesmo uma pessoa dita culta, dificilmente se expressa em seu dia a dia usando a forma purista. Ao contrário, por vezes, a fluidez em uma conversação se dá através da liberdade de uso da gíria e do palavreado mais chulo. A marca desses formatos de linguagem é a heterogeneidade. A diversidade transcende os limites geográficos das comunidades, pois está presente no contato cotidiano, nas músicas, nos jornais etc.

⁸⁹ Segundo a UNESCO, o Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os Objetivos de Educação para Todos até 2015, apesar de ter apresentado importantes avanços no campo da educação ao longo das duas últimas décadas (Fonte: UNESCO – disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all>> acessado em: 20.05.2011).

⁹⁰ A preocupação com a qualidade da educação básica ofertada figura entre os principais focos de atenção dos gestores públicos do Brasil e entre as maiores causas de mobilização da sociedade civil [...] Diversos estudos já investigaram o que é possível fazer dentro das escolas para melhorar os resultados escolares e, posteriormente, o desempenho de mercado de trabalho, seja por meio da melhora da infraestrutura escolar, professores e diretores melhor qualificados e de outras atividades oferecidas em escolas. Não é comum, entretanto, encontrar políticas educacionais que tenham impactos importantes sobre os resultados educacionais (Fonte: Ministério da Educação).

Tem-se, então, que a língua é também um instrumento de representação comportamental, praticado por um grupo específico, permitindo variações em seu interior, mas unida através dos laços de convivência. Por essa proximidade cotidiana, os sujeitos terminam por adotar modos de falar muito semelhantes, distinguindo-se de outros indivíduos. É necessário ter o cuidado de compreender que essa linguagem coloquial ou popular, mesmo associada à simplicidade (decorrente da espontaneidade, da própria informalidade cotidiana), não deve ser confundida com a gíria⁹¹.

Esse, na verdade, é um tipo de linguagem especial, em que determinados grupos sociais utilizam palavras não convencionais para designar outras realidades formais da língua com o intuito de codificação ou, mesmo, de distinguir o grupo dos demais, criando um jargão próprio. Como vocabulário de grupo, ela surge entre os mais diversos grupos sociais, constituindo uma marca identificadora desses grupos.

Parece evidente que todas as línguas naturais possuem recursos próprios, necessários para a comunicação entre seus falantes. Se uma língua não possuir um vocabulário extenso num determinado domínio, significa que os seus falantes não necessitam dessas palavras; caso contrário, ao tomar contato com novas realidades ou novas tecnologias, os falantes dessa língua serão fatalmente levados a criar novos termos ou a tomá-los emprestados.

À luz da competência linguística, é possível avaliar esse tipo de comunicação como uma variante do povo, aplicada nas mais diversas microrregiões da cidade, como bares, mercados ou fábricas. Seguramente, não são todos os indivíduos de uma sociedade que têm acesso a conteúdos de referência culta, geralmente considerada a língua padrão, na visão de Gnerre (1994, p. 06), “associada tipicamente a conteúdos de prestígio”.

⁹¹ Conforme Preti (1984), quando esses grupos sociais restritos, pelo contato com a sociedade, vulgarizam seu comportamento e sua linguagem, perde-se o signo de grupo. Para o autor, no caso da gíria, ela se incorpora à linguagem popular, tornando-se o que costumamos chamar de gíria comum, segundo alguns estudiosos mais ortodoxos, constituindo-se simplesmente como parte do vocabulário popular. Mesmo a gíria sendo expressão social através da língua, ela se dissemina entre todas as classes.

3.4.5. Ideologia linguística: poder e submissão

De acordo com o pensamento de Modesto (2009, p. 01), relacionar o fator ideológico (um termo de significado tão profundo em sua interpretação) à linguagem nem sempre é uma tarefa simples, pois a ideologia penetra em setores insuspeitáveis, seja na educação familiar ou mesmo escolar, impedindo de todas as formas a flexibilidade entre o pensar e o agir, determinando as repetições de fórmulas prontas e acabadas. Por outro lado, reflete o autor, é exatamente nesses mesmos espaços em que é veiculada a ideologia que se inicia o processo de conscientização. A ideologia é entendida por Chauí (1984) como um instrumento de dominação, que tende a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. A filósofa segue seu pensamento, denominando a ideologia como um ocultamento da realidade social, através do qual “os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas” (CHAUÍ, 1984, p. 08).

Para Fiorin (2007), possuir o conhecimento linguístico é deter também a capacidade de manipulação, reafirmando que o saber não está ligado unicamente ao domínio gramatical. Manipular⁹² equivale a manejar, conduzir uma pessoa ou grupo de pessoas como se fossem objetos, a fim de dominá-los facilmente. Quando o meio utilizado é a linguagem, a situação adquire função ambivalente. Afinal, a linguagem é um dos maiores dons da humanidade, mas também o mais arriscado. Assim sendo, a manipulação, no âmbito da linguagem, ao permitir o poder de formular e alterar conceitos, conforme a especificidade de seu vocabulário torna-se de fácil ou difícil compreensão. A linguagem deve ser analisada de forma a conhecer qual a identidade do autor e suas intenções com o texto. Ao examinar a

⁹² O verbo manipular significa, ao mesmo tempo, habilidade e destreza na atividade com as mãos e, também, tornar falso, adulterar, enganar e, ainda tem um sentido criativo que é o da capacidade de mudar, alterar e modificar. Relacionado à comunicação, o verbo manipular, do qual deriva a palavra manipulação, ganhou, ao longo do tempo, um significado específico que é o de ludibriar, iludir, tapear, usar uma determinada mensagem para atingir objetivos previamente estabelecidos. Com o passar dos tempos, novas técnicas de influenciar pessoas foram desenvolvidas, aprimoradas e passadas de geração em geração, bem como utilizadas com intenções diversas. A necessidade de imposição de um pensamento e consequente subordinação de um indivíduo a um ideal ou objetivo tem fascinado oradores de todos os tempos, levando-os a aprimorar seus próprios discursos. Acompanhando essa evolução, esses meios se tornaram conhecidos de todos e, portanto, perdem em parte sua eficiência. Surge, assim, a segunda parte desse processo: o aparecimento de novas técnicas imperceptíveis que, assim, cumprem sua função sem maiores transtornos, que são formas alternativas de manipulação que lidam diretamente com o subconsciente das pessoas (Fonte: Duarte, Jorge. glossário Comunicação e cidadania - Unilegis, 2008 - Disciplina Comunicação Pública no Legislativo. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/noticias/RelacoesPublicas/publicacoes/Gloss%C3%A1rio.pdf> > acessado em 08.05.2011).

linguagem e a ideologia por trás das palavras, é importante lembrar que não existe conhecimento *neutro*, portanto, um texto ou um discurso, é sempre a expressão de um ponto de vista a respeito da realidade. De acordo com Lucchesi (2008, p. 63), “à heterogeneidade real do comportamento linguístico dos indivíduos contrapõe-se a homogeneidade artificial do padrão normativo ideal”.

Assim, é necessário explicitar, na pesquisa o significado da norma, uma vez que o ensino fundamental permanece baseado na tradição normativo-prescritiva da língua. Eugene Coseriu⁹³ entende a norma como um conjunto de possibilidades concretas ou abstratas de uma língua, ou melhor, como as formas de expressão consagradas individualmente ou em comunidade. A norma, inicialmente seria o resultado das ações concretas, produzidas em caráter coletivo da língua, referendado por seu caráter social.

No Brasil, reforça Marcondes (2004, p. 03), grande parte dos falantes, por não ter acesso à educação básica e, desse modo, não dominar a norma prescritiva, faz apenas o bom uso da língua como norma popular (objetiva), não aprendida na escola, estando sujeita a inúmeros preconceitos linguísticos. Em outras palavras, a sociedade, devido às constantes inovações e ao incremento de novos conhecimentos, deve aceitar o uso da comunicação (e a própria língua) como elemento formador da aprendizagem, passando a respeitar e a interagir com as diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas.

A marginalização da língua afasta o sujeito do acesso a informações importantes, privando-o de seus direitos de cidadão. Uma espécie de ideologia, não oficial, mas encontrada em determinados setores da sociedade, defende que sempre existirá um grupo que detém o poder e que considera que seu modo de falar é a forma de comunicação mais interessante e, por essa razão, quer vê-la imposta aos demais. Comparando trajetórias de vida tão distantes, entre uma classe social privilegiada, que tem à sua disposição boas escolas, livros e informação eletrônica, e, de outro, o morador das comunidades carentes, é possível compreender o reflexo da diferença de poder gerada por esse processo,

⁹³ *Eugenio Coseriu (1921- 2002), foi um renomado professor romeno exercendo uma grande influência no domínio da linguística geral e da filosofia da linguagem.*

evidenciando a razão pela qual os mais pobres desenvolveram sua própria linguagem.

No entendimento de Gnerre (1994), da mesma forma que o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e neutras, deve-se considerar também que o código aceito, oficialmente, pelo poder, é apontado como neutro e superior. E todos os cidadãos têm de reproduzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder. A língua configura-se como um bem precioso, ou melhor, poderoso. É através dela que se formam as relações de poder e dominação, as igualdades e as desigualdades. Através da força de uma língua, o indivíduo pode fazer parte de um grupo hoje, mas amanhã ser excluído.

Ao reconhecer o poder exercido pela linguagem, em sua célebre aula inaugural na *École de France*⁹⁴, Barthes (2007) afirmou que a língua, como instrumento de soberania da classe dominante, é um conjunto de vozes autorizadas, que se outorgam o direito de fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância, impondo suas representações mais particulares para que sejam aceitas como verdades universais.

Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe (BARTHES, 2007, p. 10).

O autor afirma que a linguagem, por seu caráter classificatório, é o objeto em que se inscreve o poder, extemporâneo e inexorável. Por vezes, opressivo na forma de suas várias instituições, mesmo as opiniões correntes, oferece sua estrutura a serviço de um poder, seja ele qual for. Para Barthes (2007), a língua é, antes de tudo, *fascista*: a linguagem é o objeto em que se inscreve o poder. Mais que impedir que se fale algo, ela obriga a falar algo, utilizando-se da expressão como meio, permitindo apenas algumas liberdades condicionais.

⁹⁴ Livro publicado em 1953, onde Barthes retoma os conceitos de signo, tais como foram postulados pelos primeiros autores que escreveram sobre o tema, como sejam, Pierce e Saussure (proveniente da Linguística).

Mas o exemplo não é a própria coisa, e a coisa languageira não pode ser tida e contida nos limites da frase. Não são somente os fonemas, as palavras e as articulações sintáticas que estão submetidos a um regime de liberdade condicional, já que não podemos combiná-los de qualquer jeito (BARTHES, 2007, p. 22).

3.4.6. Código linguístico: analfabetismo ou preconceito social?

Na verdade, o preconceito linguístico é uma forma velada de preconceito social. É possível compreendê-lo melhor ao perceber que falar bem é uma regra da mesma natureza das regras de etiqueta ou das regras de comportamento social. Os que dizemos que falam errado são apenas cidadãos que seguem outras regras, mas que não têm poder para ditar quais são as mais elegantes.

Dessa forma, se cada técnico, ao utilizar um vocabulário específico (aprendido nos meios acadêmicos e propagado no universo fechado dos escritórios), acreditar que poderá ser compreendido facilmente pelas comunidades mais carentes, estará próximo de incorrer em um grave equívoco social. Ao contextualizar essa situação para a realidade das comunidades mais pobres de Porto Alegre, será possível encontrar algumas das razões que as levam à estigmatização dos indivíduos que escrevem ou falam de forma errada a língua culta. No entanto, essa segregação cultural acaba punindo esse grupo de pessoas ao se expressarem de acordo com os valores adquiridos na sua vivência comunitária, refletindo sua realidade dentro das ocupações irregulares.

Surge, dessa forma, a dificuldade de comunicação dos indivíduos de baixa-renda, refletida no processo de exclusão, e sua incapacidade de compreensão da linguagem utilizada, fruto de um sistema educacional deficiente.

Outra forma de preconceito reside na vinculação do conhecimento simples ao conceito de letramento, como se bastasse apenas o domínio da língua para que um indivíduo adquirisse pleno desenvolvimento sociocultural. Certamente, esta pesquisa não prega a eliminação do aprendizado básico, ao contrário, ela reafirma que a má distribuição de renda e o sistema educacional deficiente são frutos de políticas públicas, conduzidas de forma equivocada no Brasil, razão pela qual o grau de analfabetismo nas comunidades carentes atinge praticamente a todas as faixas etárias, conforme o Censo do IBGE – 2010.

Ao circular nas proximidades das vilas populares de Porto Alegre, é possível compreender como um indivíduo que habita estes lugares pode ser

rotulado e aliado dos processos sociais, ao ter sua identidade e cultura relegada a um plano inferior, reforçando, em sua segregação, o estereótipo de insociabilidade.

Combater os estereótipos é, pois, uma tarefa essencial, porque neles, sob o manto da naturalidade, a ideologia é veiculada, a inconsciência dos seres falantes com relação a suas verdadeiras condições de fala (de vida) é perpetuada [...] mas a luta contra o estereótipo e seu reino é certamente a tática mais segura para evitar que o discurso coalhe nas ilusões da naturalidade e nas tentações do autoritarismo (BARTHES, 2007, p. 199).

A desconstituição desses estereótipos, criados e reproduzidos pela sociedade, é também papel do poder público, através de uma proposta de relacionamento que compreenda as dificuldades culturais, presentes nas comunidades carentes e que as ultrapasse.

3.5. Utilizando os preceitos da Educomunicação e da Folkcomunicação

A busca pela comunicação, através do diálogo, acompanhou a trajetória de vida de Freire, com sua pedagogia aplicada aos desvalidos, e de Beltrão, no direito de expressão dos grupos marginalizados.

Esta pesquisa, ao considerar a inserção social como instrumento de democratização, entende o diálogo presente em Freire e Beltrão como o principal mecanismo na transposição dos obstáculos que impedem a qualificação dos processos comunicativos entre o poder público e as comunidades de baixa-renda que ocupam as áreas irregulares de Porto Alegre. Assim, a revisão teórica deste trabalho, prossegue sua breve incursão por conceitos referenciais, no âmbito da comunicação, buscando subsídios através de duas teorias importantes na temática da inclusão social: o diálogo pedagógico presente na Educomunicação de Paulo Freire⁹⁵ e a Folkcomunicação, de Luiz Beltrão⁹⁶, representada na vida que brota do interior das comunidades mais pobres.

Conforme Hohlfeldt (2010), uma reflexão a respeito das aproximações possíveis entre Paulo Freire e Luiz Beltrão não é gratuita. Porém, além do fato de

⁹⁵ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), educador e filósofo pernambucano, com destacada participação na área da educação popular. De grande atividade intelectual, desempenhou a função de Consultor especial para assuntos de educação no Ministério de Educação e Cultura.

⁹⁶ Luiz Beltrão de Andrade Lima (1918-1986), pesquisador pernambucano, educador e divulgador científico. Produziu conhecimento midiático ancorado na vivência profissional. Tornou-se também o primeiro Doutor em Comunicação do Brasil (Universidade de Brasília, 1967).

pertencerem à mesma geração e nascerem exatamente no mesmo estado, uma característica marcante em seus trabalhos é a necessidade de uma relação dialógica nos processos comunicativos, a fim de que o conhecimento seja absorvido por completo.

Para Freire (1980 apud HOHLFELDT, 2010) a comunicação envolve a participação dos sujeitos no ato de pensar, implicando em uma reciprocidade incapaz de ser rompida. O filósofo considera que a “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1980 apud HOHLFELDT, 2010, p. 189). No entendimento de Hohlfeldt (2010), Beltrão também considera a importância do diálogo, afinal a comunicação se realiza “plenamente, porque é de dupla mão, é dialógica” (HOHLFELDT, 2010, p. 193).

A Folkcomunicação é, por natureza e estrutura, um processo artesanal e horizontal, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal, já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez, conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa (BELTRÃO, 2001 apud HOHLFELDT, 2010 p. 168).

Hohlfeldt (2010) reforça os projetos e ações complementares no pensamento de Beltrão e Freire destacando que, os teóricos avançaram no processo de integração com os grupos marginalizados, “reconhecendo-lhes meios de autoafirmação, de diálogo e de reconhecimento junto aos segmentos de elite letrada, econômica e cultural” (HOHLFEDT, 2010, p.187). É, pois, notório que, para Freire e Beltrão, a comunicação realizada de forma tradicional mantém os grupos excluídos/marginalizados da sociedade no estado de consciência ingênua e alienação.

O posicionamento de Freire (1987) reforça que no contexto capitalista, a educação atende apenas aos interesses comerciais, fazendo com que os oprimidos, ao serem excluídos do processo, não compreendam a realidade em que vivem.

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em *seres para outro*. Sua solução, pois, não está em *integrar-se*, em *incorporar-se* a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se *seres para si* (FREIRE, 1987, p. 35).

A própria expressão, *marginalizados*, utilizada por Freire, encontra similaridade nos estudos propostos por Beltrão, onde a audiência *folk* passa a ser composta, igualmente, por grupos socialmente marginalizados e o líder de opinião surge como canal de comunicação nesse diálogo com a sociedade.

3.5.1. A Educomunicação

A partir das transformações globais, na perspectiva da comunicação e da informação, muitas práticas vêm sendo revisadas no sentido de conectar as diferentes áreas do conhecimento, permitindo que a humanidade possa compartilhar cada novo saber adquirido. Essa importância decorre das relações cotidianas que as sociedades desenvolveram, muito em função do seu crescimento cultural, ao ampliar o leque de produção do conhecimento, garantindo que a informação ultrapasse as fronteiras geográficas e alcance as mais longínquas nações espalhadas pelo globo.

Por essa razão, os recentes estudos desenvolvidos, relacionando a educação com a comunicação, vêm indicando a necessidade de uma revisão nesse processo construtivo, caracterizado pela produção do conhecimento, a partir do envolvimento comunitário. Uma nova concepção, aplicada ao campo da comunicação, torna possível o aprendizado através do descobrimento do potencial criativo, existente em cada indivíduo, invertendo a ordem hierárquica da difusão do saber, através do envolvimento comunitário.

O termo Educomunicação foi cunhado, inicialmente, por Mário Kaplún⁹⁷, que pensou a comunicação integrada à educação como um novo campo de intervenção na promoção de mudanças políticas e sociais. Kaplún (1984) evidencia a ideia da comunicação como promotora de desenvolvimento cidadão, ao considerar que o diálogo assume fundamental importância neste processo de inclusão social.

⁹⁷ Mário Kaplún (1923-1998), comunicador argentino, foi um dos primeiros a empregar o termo Educomunicação para instituir o campo da Educação para a Comunicação – ou da leitura crítica dos meios de comunicação. Foi o precursor da Comunicação Educativa e Popular no continente latino-americano, numa perspectiva de favorecer a recepção participativa.

Estes grupos mostram que a democracia orgânica e participativa deve ser construída a partir de baixo, com as pessoas como o protagonista central. Assim, a democratização da comunicação deve iniciar (e terminar) com um diálogo participativo com as pequenas comunidades (Kaplun, 1984, p. 10)⁹⁸.

A comunicação alia-se à educação, agindo como instrumento de organização, fortalecendo a ideia do coletivo, mas respeitando as individualidades, preservando a realidade social de cada um deles.

Soares (2004)⁹⁹ coloca a Educomunicação como um conjunto das ações voltadas, não apenas ao planejamento, mas também à implementação e à avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos. O autor (2004, p. 01) acredita na qualificação do “coeficiente comunicativo das ações educativas” ao desenvolver o espírito crítico dos usuários, utilizando para tanto a informação nas práticas educativas.

Com a necessária perspectiva de ampliar capacidade de expressão das pessoas, através da inclusão social e do conhecimento, a Educomunicação vem transformando o conceito do ensino, não apenas no Brasil, mas em diversos pontos do mundo.

Um conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem através do diálogo franco e aberto (SOARES, 2004, p. 24).

O educador passa a ser, então, aquele profissional que demonstra capacidade para coordenar projetos no campo da inter-relação Educação/ Comunicação. Soares (1999, p. 01) enfatiza que, entre as atividades desenvolvidas, destacam-se a implementação de programas de educação para a comunicação (favorecendo ações que permitam que grupos de pessoas se

⁹⁸ Texto original: “Estos grupos nos muestran que una democracia organica y participativa debe construirse desde abajo, con el pueblo como protagonista central. Así, la democratización de la comunicación debe comenzar (y terminar) en el diálogo participativo del pequeño grupo local” (KAPLÚN, 1984, p. 10).

⁹⁹ Ismar de Oliveira Soares (1965), Coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. Professor titular da Universidade de São Paulo. Membro de Comitê Gestor da Lei Educom, da Prefeitura de São Paulo.

relacionem adequadamente com o sistema de meios de comunicação) e o assessoramento a educadores quanto ao adequado uso dos recursos da comunicação como instrumentos de expressão da cidadania.

A Educomunicação, na definição de Delors¹⁰⁰, desponta como um processo simultâneo: “A educação deve transmitir, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber - fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro” (DELORS, 2003, p. 98). Na concepção do relator internacional, compete a ela (educação) encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informação que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimentos individuais e coletivos. Para Delors (2003), a educação deve transmitir, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saber fazeres evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

Outro estudioso do tema, Donizete Soares (2006), refere-se a um campo de pesquisa de reflexão e de intervenção social, cujos objetivos, conteúdos e metodologia são essencialmente diferentes, tanto da educação escolar, quanto da comunicação social. Assim, o neologismo Educomunicação, que inicialmente sugere a simples união de Educação e Comunicação, na verdade “destaca de modo significativo um terceiro termo, a ação” (SOARES, 2006, p. 03).

Esse é um pensamento que condiciona à Educomunicação um significado particularmente importante, ao expressar que tanto o verbo educar quanto o comunicar, adquirem sua valorização como formas de conhecimento, através de sua ação como educadores ou construtores das áreas do saber. A concepção que une os valores da educação e da comunicação, de acordo com o autor, surge como uma forma inovadora de refletir acerca da confluência existente entre essas duas áreas, o que faz surgir uma categoria até então inexistente nas comunidades: o educador. Assim, é possível compreender a Educomunicação como a construtora de cidadania, a partir do direito individual, da expressão e da comunicação. Muitos teóricos compreenderam a necessidade de se pensar um novo modelo de comunicação, onde as discussões passassem a incorporar as relações sociais, seus interesses e necessidades.

¹⁰⁰ Jacques Delors (1925) é autor e organizador do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado: *Educação, um Tesouro a descobrir* (1996), em que se exploram os Quatro Pilares da Educação.

Ao unir essas duas correntes, a Educomunicação se transforma numa grande aliada para que todo o indivíduo, mesmo o de menor cultura, como o morador das comunidades populares, supere suas dificuldades e adquira capacidade de intervir na realidade em que vive. Nesse panorama, a Educomunicação surge como elemento formador das bases sócio-culturais, um importante instrumento na formação da consciência democrática no campo do conhecimento. Ela pode ser considerada como uma via de inserção social ao procurar desconstituir as práticas alienantes e possibilitar o resgate da experiência de vida, a partir das narrativas cotidianas de cada comunidade, como legítimo direito humano.

Tratando-se de Educomunicação, a pesquisa destaca, uma vez mais, a grande contribuição de Paulo Freire e sua proposta diferenciada, enfatizando os fundamentos éticos no aprendizado como elemento transformador dos indivíduos segregados socialmente. A trajetória de Freire marcou uma ruptura na história pedagógica, no campo da educação popular contemporânea, ao comprometer-se fortemente para a formação de uma sociedade democrática.

3.5.2. A Educomunicação de Freire

Com livros editados em diversas línguas, Freire idealizou um método de alfabetização que preconiza o diálogo com as pessoas simples, fundamentado na didática que permita a assimilação do objeto de estudo fazendo dele uma prática real em contraposição à educação bancária¹⁰¹, tecnicista e alienante.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz 'comunicados' e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção 'bancária' da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1987, p. 33).

¹⁰¹ Paulo Freire denominava "educação bancária ao modelo tradicional de prática pedagógica pois entendia que ela objetivava a transmissão passiva de conteúdos do professor, assumindo o papel daquele que, supostamente, tudo sabe diante do aluno, assumido como aquele que nada sabe. "Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber" (FREIRE, 1987).

Considerado um dos grandes pensadores da história da Pedagogia mundial, o educador buscou a compreensão de que o objetivo maior da educação é a conscientização do outro. Freire enfatiza o papel da comunicação como transformadora dos homens em sujeitos, tendo na educação o elemento compartilhado para a construção de conhecimentos. A comunicação será o produto das relações dialéticas entre os indivíduos e seu mundo. A educação passa a ser o passaporte para a liberdade e o conhecimento, seu bilhete de embarque. Seu livro principal é *Pedagogia do oprimido*, que embasa os conceitos de boa parte do conjunto de sua obra, sobretudo no sentido de transformar as parcelas menos favorecidas (e oprimidas) da sociedade em agentes da sua própria libertação, através da educação.

O legado de Freire conjuga a essência da pedagogia às práticas transdisciplinares, buscando um diálogo capaz de suscitar o desejo da construção de um mundo melhor, através das transformações sociais, enfatizando as práticas educativas.

Para Casali (2008), Paulo Freire empreende um processo educativo, cultural e político para que o indivíduo excluído (e que por essa razão não reconhece o valor da própria vida) se torne protagonista da sua própria prática e, conseqüentemente, do seu próprio reconhecimento.

Reconhecendo-se pelo olhar dos outros que, na comunidade de oprimidos como ele, puseram-se a caminho de superar sua condição de dominados, assumindo-se como capazes de transformar as condições que negavam a sua humanidade (CASALI, 2008, p. 09).

A Teoria do Conhecimento de Freire surgiu na década de 1960, a partir da cultura do silêncio, imposta aos analfabetos, sendo necessário que a construção de um novo formato de educação, que desse voz a esses grupos excluídos, fosse desenvolvido. Essa cultura do silêncio, assim denominada pelo filósofo, caracteriza-se pela ausência de participação social nos processos decisórios.

A transformação de uma sociedade será, por isto mesmo, tão mais radical quanto seja um processo intra-estrutural que toma, assim, a estrutura como dialetização entre a infra e a supraestrutura. Muito da negatividade do que costumamos chamar cultura do silêncio, típica das estruturas fechadas, como a do latifúndio, penetra, com seus sinais visíveis, na nova estrutura do assentamento (FREIRE, 1981, p. 27).

Assim, pode ser compreendido porque os pressupostos de Paulo Freire ganharam força em vários países, ao adaptarem sua proposta de transformação do aprendizado, a partir das experiências apresentadas em seu Método Educacional.

Esse Método, composto por três etapas (investigação, tematização e problematização), está baseado no princípio de que a educação deve partir da realidade que envolve o indivíduo, a fim de que ele compreenda, de fato, qual a sua posição dentro do contexto social, a partir de quatro premissas: as palavras geradoras (levantamento do universo vocabular), a silabação (divisão silábica), as palavras novas e, finalmente, a conscientização.

A partir dessa proposta, Freire concebe um formato educacional integrador, questionando o sistema tradicional vigente que tinha, nas cartilhas, seu instrumento didático básico para a alfabetização, através da repetição de palavras ou frases soltas. Para o filósofo, a produção do saber só é válida com a finalidade integradora e emancipadora, questionando a importância da ligação entre conteúdo e conhecimento vinculado, tendo como base a experiência pessoal de cada grupo.

O pensamento freireano possui a necessária compreensão de que os grupos oprimidos devem ser levados em conta, terem voz: a associação entre teoria e prática, considerando a participação do sujeito que aprende de forma dialógica com seus diferentes, através de um processo cooperativo de aprendizagem, é seu princípio fundamental.

Portanto, o diálogo é um caminho para a construção do conhecimento que, em Freire, fundamenta-se a partir de uma filosofia pluralista, produzindo ideias em busca da reflexão como análise crítica sobre a realidade do problema.

Na concepção do filósofo, “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação” (FREIRE, 1987, p. 47). Freire concebe que o processo educativo não se concretiza isoladamente, mas, sim, a partir da ação conjunta entre os homens para a construção do conhecimento transformador da realidade existente.

A educação é um encontro humilde, onde todos sentem-se iguais. No lugar do encontro não existe ninguém com o saber absolutamente ignorante, mas homens que procuram compreender melhor a realidade para transformá-la (FREIRE, 1979, p. 37).

O educador promoveu um estudo precioso sobre a alfabetização de trabalhadores, pregando a utilização de um linguajar próprio, aproximando a educação da realidade cotidiana. Seu método, preconizando o processo educativo informal, tem como objetivo formar cidadãos conscientes, através de um processo educativo que se configura também como um ato político, ao capacitar o indivíduo como sujeito ativo na sociedade.

Assim sendo, o diálogo passa a compor um produto histórico na construção de uma nova consciência que, de acordo com Freire (1987, p. 09), “incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma”, procurando comunicar-se com o outro. Abre-se, assim, um novo cenário, em que não é mais possível desassociar a educação da bagagem histórica de uma comunidade, e que repassar o conhecimento deixa de ser uma tarefa exclusiva da escola. A prática do diálogo passa a ser dividida com outros setores da sociedade na formação da cidadania responsável, de maneira que todos sejam partícipes da construção de conhecimentos. Essa ideia é compartilhada por Sartori (2006), que entende a perspectiva do compartilhamento como outra maneira de ver a comunicação, na troca e de entendimento entre as pessoas. Do mesmo modo que Paulo Freire, Sartori considera que esse formato de comunicação é fundamental nas relações humanas, assim como a inter-relação de seus elementos básicos no processo educativo. A compreensão de que para haver conhecimento é necessária uma relação social igualitária, que permita o diálogo entre os sujeitos envolvidos, resulta em uma prática social transformadora.

Assim, é possível perceber que a união destas duas ciências, educação e comunicação, chamada Educomunicação, abre um campo de conhecimento dialógico, antes inexistente, onde o educador, segundo Freire, não é mais o que apenas educa, “mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 1987, p. 79).

3.5.3. A Folkcomunicação

A cultura brasileira, na visão de Gobbi (2007), é o resultado de fusões e intercâmbio de culturas antigas, como as indígenas, imigrantes ou mesmo da

“própria migração de norte a sul, de leste a oeste, desse país de dimensões continentais” (GOBBI, 2007, p. 69).

A comunicação traduz um conjunto de signos e significações, referenciando a história específica de cada grupo, sua trajetória de vida e suas peculiaridades, como patrimônio subjetivo da sociedade. Ainda, de acordo com Gobbi (2007), esse patrimônio social, suas formas, cores e valores é recheado de importância peculiar que garante a preservação do passado e permite a construção do futuro. As manifestações culturais de um povo possibilitam demonstrar as composições global, participativa e interativa dos múltiplos cenários em contato uns com os outros.

Ao preservar esses valores, a Folkcomunicação pode ser vista como a primeira Teoria das Ciências da Comunicação e da Informação genuinamente brasileira, surgida a partir de duas iniciativas pioneiras: a primeira delas foi a fundação do Instituto de Ciências da Informação - ICINFORM¹⁰² e a segunda, a publicação do primeiro periódico de estudos e pesquisas científicos denominado *Comunicação do país, Comunicações & Problemas*¹⁰³. Essa publicação, decorrente dos estudos de Luiz Beltrão (em sua tese de doutorado, teve como proposta apresentar objetos, desenhos e fotografias depositados pelos devotos nas igrejas, com nítida intenção de divulgar ou informar seus atos religiosos), um tipo de comunicação que já vinha sendo competentemente estudado pelos antropólogos, sociólogos e folcloristas, mas negligenciado pelos comunicólogos.

Como base de seus estudos, Beltrão utilizou os preceitos de Lazarsfeld¹⁰⁴ a respeito da influência dos formadores de opinião¹⁰⁵ no processo de comunicação

¹⁰² Instituto de Ciências da Informação – ICINFORM, criado por Luiz Beltrão em 1963, foi o primeiro instituto acadêmico no país dedicado à investigação sistemática, permanente e continuada dos fenômenos gerados pelas indústrias de bens simbólicos, através da edição da primeira revista acadêmica brasileira no campo da comunicação: *Comunicação e Problemas* (Fonte: Portal Luiz Beltrão disponível em <http://www2.metodista.br/unesco/luizbeltrao/luizbeltrao.htm>).

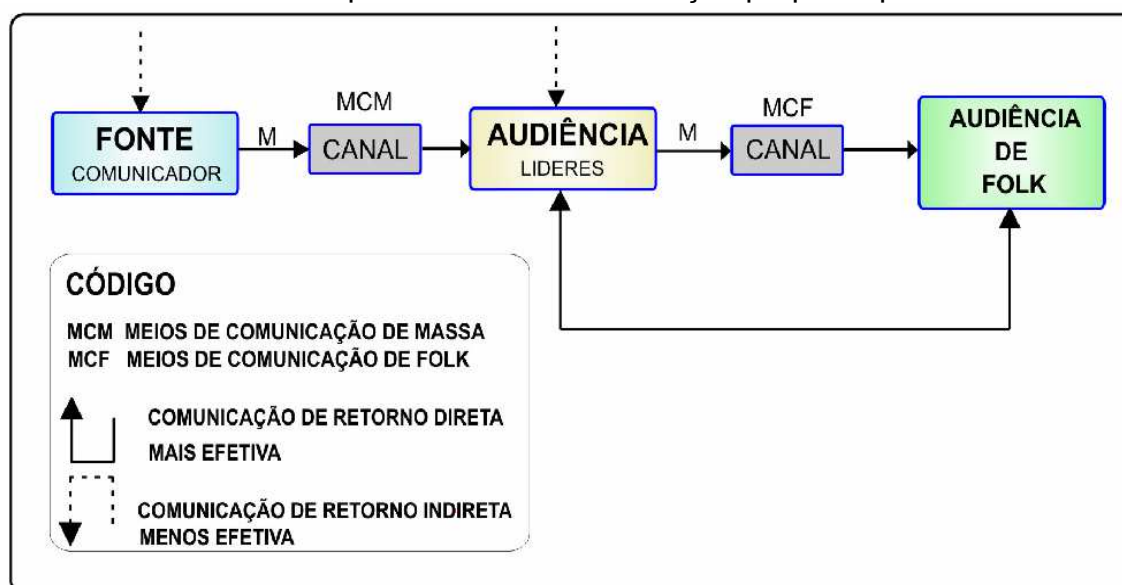
¹⁰³ Artigo sobre o ex-voto publicado por Luiz Beltrão na revista *Comunicações & Problemas* (julho de 1965), editada pelo Instituto de Ciências da Informação - ICINFORM, da Universidade Católica de Pernambuco – provocava o olhar dos pesquisadores da comunicação para um tipo de objeto que já vinha sendo competentemente estudado pelos antropólogos, sociólogos e folcloristas, mas negligenciado pelos comunicólogos.

¹⁰⁴ Paul Felix Lazarsfeld (1901-1976), sociólogo austríaco, considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX, responsável por grandes contribuições metodológicas e científicas no campo dos estudos de opinião pública, marketing político e mídia de massa.

coletiva, onde a mensagem passa por um intermediário antes de chegar até sua audiência final. Por essa razão, o pesquisador brasileiro classificou o sujeito intermediário como líder de opinião, ao servir como comunicador, transmitindo cada mensagem através de um canal folk¹⁰⁶, ou audiência folk.

Na concepção de Cervi (2007, p. 39), o “líder de opinião é um ator integrante do processo de formação e transformação da opinião pública [...], considerada como resultado da interação entre indivíduos”. Os grupos sociais passam, assim, a utilizar seus próprios métodos de transmitir a informação, tendo na figura do mediador, uma pessoa que consegue decodificar e retransmitir as mensagens a partir de uma linguagem compreendida pela maioria dos moradores da comunidade.

Quadro 05 – Esquema da Folkcomunicação proposto por Beltrão



Fonte: Luiz Beltrão (1980).

¹⁰⁵ Para Lazarsfeld, o processo da comunicação coletiva recebe a influência dos formadores de opinião, ou seja, indivíduos que servem como referência para os demais e que, devido ao seu conhecimento, passam a ser transmissores das informações veiculadas pelos meios de massa.

¹⁰⁶ Termo traduzido da língua inglesa, que significa: povo, popular, tradicional (Fonte: Dicionário Houaiss da língua portuguesa).

Marques de Melo (2007b) reforça que, apesar de sua universalidade, a Folkcomunicação constitui-se como sistema de expressão cultural das classes subalternas ou dos grupos marginalizados. Para o autor, ela se caracteriza pela “utilização de mecanismos artesanais de difusão simbólica para expressar, em linguagem popular, mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural” (MARQUES DE MELO, 2007b, p. 21).

A representatividade da cultura brasileira expressa pela Folkcomunicação, segundo Benjamin (2008, p. 287), despertou o interesse da comunidade científica, e passou a ser ensinada e pesquisada nas universidades, graças ao “recurso de diversas técnicas de pesquisa em uso nas ciências humanas e ciências da linguagem”. Segundo o autor, essas técnicas terão sucesso se utilizadas isoladamente ou em combinações variadas, aliadas à experimentação e à criatividade, sem prejuízo do rigor científico nas investigações. Por esta razão, muitos trabalhos resultaram na publicação de estudos provenientes de pesquisas de campo, de reflexões teóricas e das aplicações de metodologias próprias da pesquisa. Benjamin (1999) reforça a necessidade de reconhecer a importância da comunicação interpessoal e grupal - inclusive pelos seus aspectos de mediação - tanto entre a população de cultura *folk*, como nos demais segmentos da sociedade.

Graças a esta cumplicidade cultural, que Trigueiro (2005) denomina produtos folkmediáticos, acontecem as negociações dialéticas, conflituosas e paradoxais mais importantes no mundo globalizado. Comparando a realidade existente na comunicação entre os técnicos do poder público e as populações de baixa-renda, é perceptível que a dinâmica do processo é mediada por indivíduos da própria comunidade, desempenhando a função de operadores das redes de comunicação cotidiana, como classificada por Trigueiro (2005), onde se inventam e reinventam novas manifestações culturais populares.

Beltrão passou a considerar esses mediadores como agentes da Folkcomunicação, cumprindo o papel de mediadores dos processos de recepção das mensagens midiáticas que circulam nos vários estágios de difusão entre os grupos de referência. Trata-se de processos de comunicação popular preservados pelas comunidades rústicas do Brasil rural e dos subúrbios metropolitanos, que agem como recodificadores das mensagens da grande mídia.

Para Marques de Melo (2008), esses indivíduos não apenas reciclam a linguagem, mas intervêm no conteúdo das mensagens, reinterpretando-as segundo os padrões de comportamento vigentes nesses agrupamentos periféricos, adaptando as normas de conduta do grupo social, atravessando as mudanças comportamentais da sociedade, porém mantendo a unidade do grupo como forma de sobrevivência.

Assim, ao buscar os referenciais da Folkcomunicação para esta pesquisa, foi considerada a sua relevância como forma de comunicação presente no universo dos grupos marginalizados, tão próximo às realidades encontradas na periferia de Porto Alegre.

Compreendendo a importância desses princípios, a análise dos diferentes contextos socioculturais (nos quais estes grupos marginalizados estão inseridos) evidencia questões importantes, presentes em sua essência comunicativa e que devem estar, obrigatoriamente, relacionadas com o formato de comunicação utilizado pelos técnicos do Demhab. Dessa maneira, ao desconsiderar o potencial da comunicação popular, alguns técnicos desprezam também a cultura local, oriunda da realidade das vilas populares brasileiras, reproduzindo o discurso impessoal presente em boa parte das repartições públicas.

Benjamin (2008) reforça a necessidade de que os órgãos públicos capacitem seus técnicos a fim de que esses sejam habilitados a elaborar os projetos e auxiliar os grupos populares. Por essa razão, ao evidenciar a população comunitária como frequentadora das reuniões, deve ser considerado que sua grande maioria é composta por indivíduos de cultura diversa, mas que, se bem orientados, poderão se tornar intermediários da informação ou líderes de opinião, como preconizado por Beltrão.

Estes grupos se concentram em favelas, construções populares de baixo custo ou nenhum custo em áreas periféricas dos centros urbanos [...] A habitação, em si, também gera doenças e incapacidade para o trabalho e para a integração / ascensão social de tais indivíduos (BELTRÃO, 1980, p. 56).

A Folkcomunicação considera a existência de novas possibilidades para a comunicação, preservando a identidade social e cultural dos indivíduos, ao mesmo tempo em que permite a troca de valores existentes como expressão de ideias. Preserva o aspecto natural em detrimento da frieza institucional. A

Folkcomunicação pressupõe o diálogo como instrumento de negociação, comunicação e entendimento. Ao empregarmos os ensinamentos de Beltrão, descobriremos as formas com que o indivíduo, não afetado diretamente pela mídia, pode se comunicar em sociedade.

3.5.4. A Folkcomunicação de Beltrão

Pioneiro da pesquisa científica sobre os fenômenos comunicacionais, Luis Beltrão, em seus estudos sobre a Folkcomunicação (a partir de 1967), passa a acompanhar a trajetória de indivíduos à margem dos centros de poder e decisão: os marginalizados. Os estudos de Beltrão são referência no pensamento comunicacional brasileiro e latino-americano. Ao dedicar parte de sua vida à compreensão da comunicação no âmbito científico, o pesquisador priorizou o Brasil e sua brasilidade, ao interpretar a realidade de seu cotidiano.

Assim, ao estudar esses processos, o pesquisador verificou a forma com que estes grupos marginalizados relacionava-se com a sociedade, revelando uma visão particular de sua gente, muito diferente da institucionalizada pelo poder. A proposição de Beltrão é que o folclore seja apreciado como linguagem do povo, e não apenas analisado pelo aspecto artístico, ou seja, as mensagens contidas na cultura popular são perfeitamente compreendidas pelos indivíduos que têm em seu cotidiano a condição básica para que se estabeleça um processo comunicativo.

Para Tarsiano (2010, p. 25), grande parte da audiência não é atingida pela comunicação de massa, porque “as mensagens não são elaboradas a partir de pressupostos inerentes à cultura dos grupos aos quais são destinadas”. Assim, a situação se agrava com o uso de uma linguagem por vezes incompreensível. Diante dessa realidade, Beltrão (1980) concebeu o conceito da Folkcomunicação, favorecendo aos diversos grupos situados à margem do sistema político e de comunicação social.

Segundo Marques de Melo (2003), o tema abordado por Beltrão, não apenas resgata suas raízes teóricas, explicitando as ideias seminais em que se fundamenta, mas formula um modelo para descrever o sistema de comunicação alternativa. Isso lhe permite construir com maior segurança o conceito dessa nova disciplina. Conceitualmente, Folkcomunicação, para Beltrão (2004), é um processo

de intercâmbio de mensagens através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente à cultura popular, constituindo-se entre suas manifestações, promoção de mudança social.

Na concepção de Beltrão, a comunicação não se limita somente aos que dominam a arte erudita e a ciência acadêmica. Ela está na frente das conversas às portas de rua, na barbearia, no barzinho, nas manifestações vinculadas aos grupos, com um propósito comum: adquirir sabedoria e experiência para sobreviver e aperfeiçoar a espécie e a sociedade.

Esses segmentos, denominados por Beltrão (1980) como grupos urbanos marginalizados, habitam as áreas isoladas (carentes de energia elétrica, vias de transporte eficientes e meios de comunicação industrializados), constituindo as classes subalternas, desassistidas, subinformadas e com mínimas condições de acesso à mobilidade local. Em sua essência, esses indivíduos possuem um vocabulário reduzido, porém, particularíssimo, acrescenta o autor. Sua capacidade de transmissão/recepção de novos conhecimentos não ultrapassa o limite imediato de sua linguagem cotidiana.

Beltrão (1980, p. 40) enfatiza a importância do formato da comunicação presente nesses grupos, afirmando que os preceitos da Folkcomunicação “se destinam a um mundo em que palavras, signos, gráficos, gestos e atitudes, linhas e formas mantêm relações muito tênues com o idioma e com a escrita”.

No entendimento de Schmidt (2004), a preocupação de Beltrão estava direcionada aos processos que esses sujeitos criaram e estabeleceram para se comunicar, para transmitir seus valores, suas referências, seu conhecimento e seu sentimento. Muitos desses indivíduos encontram-se nas comunidades em que vivem dentro das associações de moradores, desempenhando um importante papel, não apenas como líderes reivindicadores de direitos, mas também como decodificadores das informações que chegam até o grupo.

Contextualizando para o campo da habitação, Beltrão (1980) reconhece a concentração desses grupos marginais nos aglomerados de moradias periféricas (vilas ou favelas), erguidas sem consentimento dos proprietários, onde as construções não obedecem a qualquer tipo de planejamento:

A habitação, em si, também gera doenças e incapacidade para o trabalho e para a integração / ascensão social de tais indivíduos: em geral tem um só cômodo, construindo-se um prolongamento (puxado) para o fogão e o 'quartinho', em que se banham e atendem às suas necessidades fisiológicas (BELTRÃO, 1980, p.56).

O autor descreve um cenário que se mantém atual ainda hoje, fruto da carência e da exclusão do mercado de trabalho. A expressão contínua da pobreza é, porém, atenuada pela existência de um sentimento solidário, presente em cada comunidade. Devido à ação de alguns indivíduos que se destacam no grupo por sua capacidade mínima de compreensão, agindo como intermediários na difusão da informação, ao pertencerem e conviverem com a mesma realidade, a situação pode ser modificada. Essa visão de Beltrão, direcionada ao acesso à informação pelas comunidades marginalizadas, fundamentou suas observações empíricas, o que originou a teoria da Folkcomunicação, conferindo um papel especial ao líder de opinião.

Beltrão (2001, p. 14), em seus estudos, classifica estes indivíduos como “líderes de opinião que filtram as mensagens segundo os padrões consensuados nos grupos primários”, ou seja, pessoas simples, que conseguem coordenar o pensamento de outras, colocando-as em sintonia com a construção social comunitária. Para o teórico (2001), o papel do líder de opinião tem grande responsabilidade perante o grupo, afinal, é ele que repassa a mensagem e as interpreta de acordo com os códigos particulares da comunidade. Ele adquire importância e reconhecimento ao reforçar um diálogo aberto e ativo, respeitando os interesses comunitários.

Para que a mudança se verificasse, uma outra influência se colocava entre os meios e o grupo afetado – a influência do ‘líder de opinião’ – personagem quase do mesmo nível social e de franco convívio com os que se deixavam influenciar, levando sobre eles uma vantagem: estava mais sujeito aos meios de comunicação do que os seus liderados. Conhecia o mundo – isto é, havia recebido e decodificado as mensagens dos meios, transmitindo-as em segunda mão ao grupo com o qual se identificava (BELTRÃO, 2001, p. 67).

Ao descrever a importância do chamado duplo fluxo da informação e o significado dos líderes de opinião, desenvolvido por Beltrão, Hohlfeldt (2007) reforça o pensamento do autor a respeito da diferença existente entre o fluxo

comunicacional unidirecional tradicional e a Folkcomunicação, sobretudo com a participação dos líderes de opinião.

No entender de Marques de Melo (2001, p. 14), cada liderança exerce um papel importante nas comunidades, “no campo, cidades do interior ou nas periferias metropolitanas, por agentes múltiplos de maneira coletiva”. Este raciocínio de Beltrão nos permite visualizar um presidente de associação de moradores de uma comunidade de baixa-renda, como o líder de opinião, tomando como base seu prestígio e influência diante do grupo, como seu representante nas tomadas de decisão e obtenção de informações de difícil acesso.

Pode-se traçar um paralelo entre os líderes de opinião e os líderes comunitários que, através da convivência e conhecimento do grupo, interagem como mediadores da informação repassada pelos técnicos, ou, como entende Trigueiro (2010), agindo como malhas que operam interligadas por diferentes pontos de vista, de classe social, posições políticas, religiosas e econômicas, no interior da família e nas instituições sociais de uma comunidade.

Para Hohlfeldt (2008), a Folkcomunicação compreende os procedimentos comunicacionais pelos quais as manifestações da cultura popular ou do folclore se expandem e convivem com outras cadeias comunicacionais. O autor entende que elas “sofrem modificações por influência da comunicação massificada e industrializada ou se modificam quando apropriadas por tais complexos” (HOHLFELDT, 2008, p. 82). Nesse sentido, a Folkcomunicação, concebida por Beltrão, preserva a comunicação interpessoal em sua essência, como um processo de intercâmbio de manifestações e ideias presentes nos diversos grupos sociais, fortalecendo sua bagagem cultural e identidade.

A Folkcomunicação é, por natureza e estrutura, um processo artesanal e horizontal, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal, já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa (BELTRÃO, 1980, p. 18).

Assim, tendo consciência da comunicação como um processo que surge do cotidiano, a necessidade de interpretar as diversas linguagens presentes na relação entre o Demhab e as comunidades de baixa-renda adquire um valor maior, ao pensar a natureza destes processos culturais, políticos e sociais como base

deste relacionamento humano. A informação repassada de maneira adequada favorecerá a obtenção dos resultados, na medida em que a comunicação passada for compreendida, não como uma via única de saber, mas como construção mútua e contínua, que permite as trocas necessárias ao relacionamento humano.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se a consolidação dos resultados obtidos através da aplicação de questionário escrito de Grupo Focal (ver Apêndice A) para os moradores das comunidades pesquisadas, composto de cinco questões temáticas, bem como os resultados obtidos com as entrevistas abertas (ver Apêndice B) feitas com os líderes comunitários, a partir de um roteiro contendo as mesmas cinco questões.

Importante recordar que os questionários de Grupo Focal foram aplicados com perguntas abertas, respondidos de forma escrita, em quatro reuniões específicas, duas para cada comunidade pesquisada (Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolate). As reuniões de Grupo Focal foram realizadas dentro das comunidades, com duração aproximada de 1h30min.

As respostas dos participantes não alfabetizados, nas duas vezes em que não foi permitida a sua gravação em áudio, foram transcritas para o papel por um representante da comunidade.

As entrevistas abertas foram realizadas individualmente com os líderes comunitários, possibilitando que cada participante expressasse suas respostas de forma escrita.

Como elemento norteador da técnica de Análise de Conteúdo, os resultados estão apresentados em gráficos específicos, tendo como referência as três categorias previamente definidas:

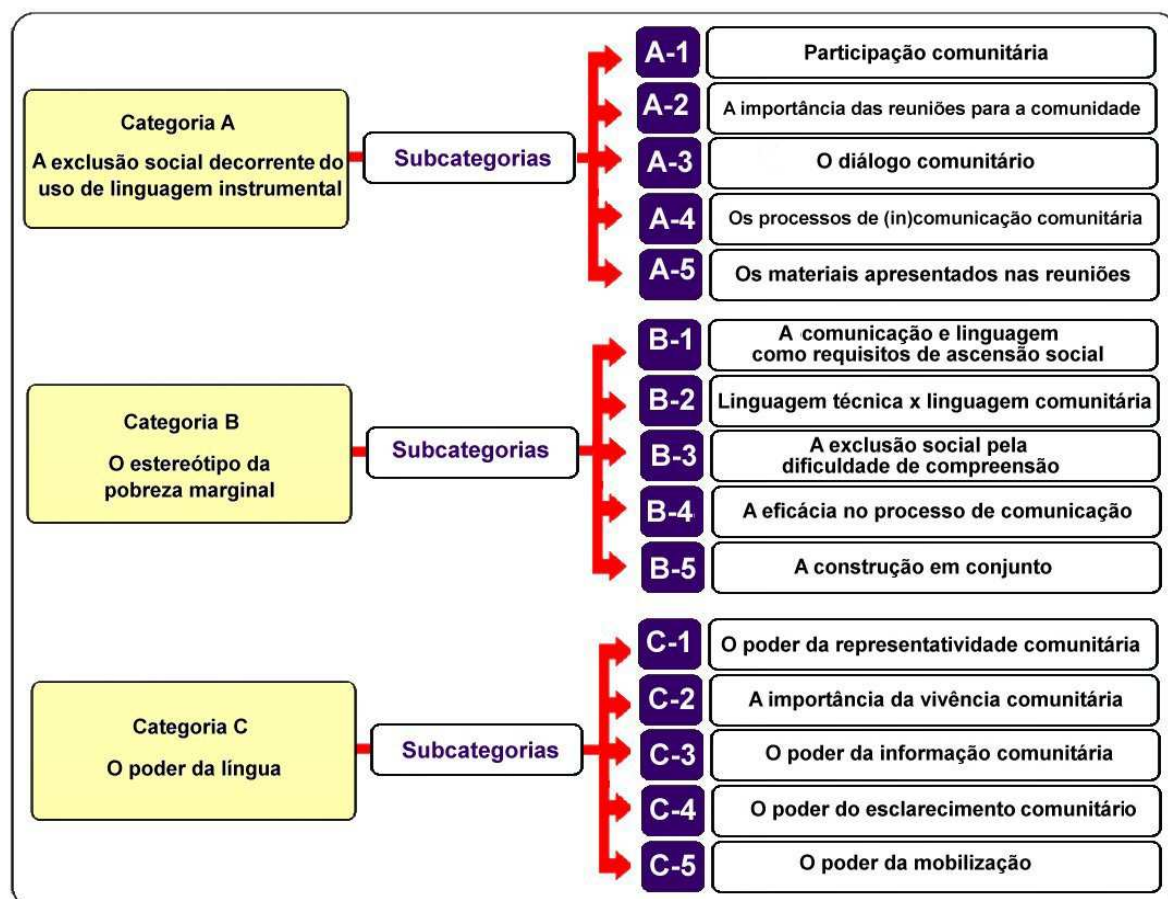
- a) a exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental (a decodificação dos termos técnicos);
- b) o estereótipo da pobreza marginal (a carência cultural relacionada ao grau de pobreza do indivíduo);
- c) o poder da língua (preconceito social ou linguístico?).

Após a tabulação do material coletado, evidenciou-se a necessidade de que cada categoria fosse desmembrada em **cinco subcategorias**, extraídas das respostas dos questionários. Cada subcategoria foi composta por **cinco questões** consideradas fundamentais por seu grau de representatividade, homogeneidade e

pertinência ao tema, conforme a metodologia adotada, seguindo os preceitos de Bardin (1977).

As categorias de pesquisa e seus respectivos desmembramentos em subcategorias estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 06- Divisão das subcategorias de análise



Fonte: o autor.

A apresentação dos resultados por meio dos gráficos teve sua composição baseada na análise quantitativa de cada **categoria** e respectiva **subcategoria**. Nesse sentido, os resultados quantitativos, apresentados através dos gráficos de barras, possibilitaram visualizar de maneira precisa o perfil de cada participante e o reflexo de suas respostas dentro do conjunto pesquisado. Assim, cada gráfico foi elaborado com o objetivo de apresentar os quesitos componentes do perfil do público-alvo (gênero, faixa-etária, escolaridade, estado civil e atividade profissional) separados, por cores, visando qualificar a compreensão do universo pesquisado.

Paralelamente à apresentação dos dados quantitativos, segue-se a análise qualitativa, como forma de avaliar a espontaneidade dos participantes em cada resposta dada, suas expressões corporais e comportamentos distintos dentro do grupo pesquisado.

O produto final dessa análise conjugada (valores quantitativos e qualitativos) permitiu conhecer em profundidade a manifestação pessoal de cada participante perante o tema exposto. Para melhor compreensão, adotou-se algumas convenções, inseridas no quadro a seguir:

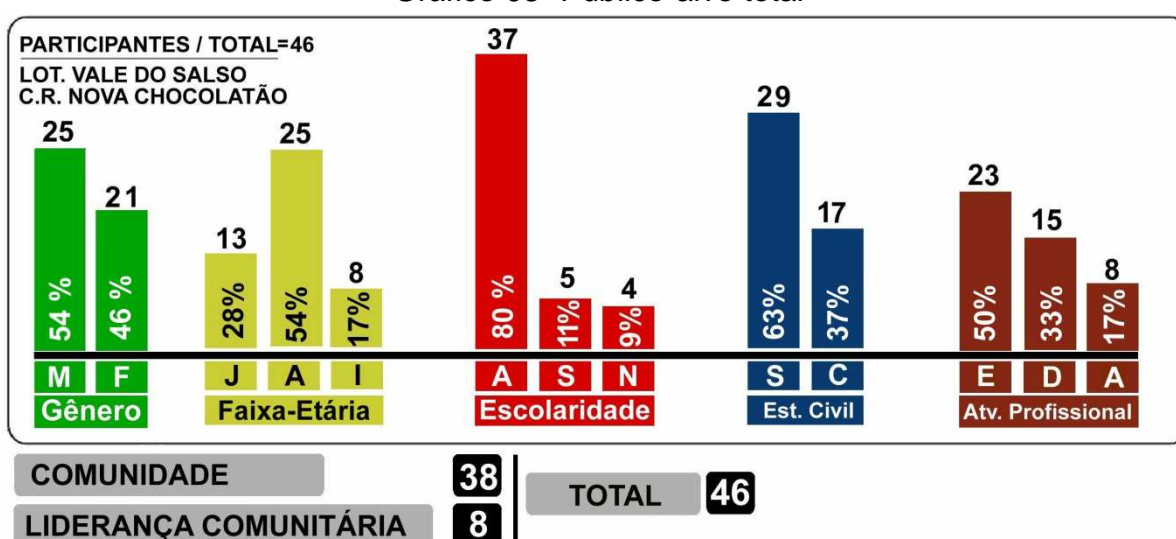
Quadro 07 - Convenções adotadas

M MASCULINO	F FEMININO	
J JOVEM (18 / 25 anos)	A ADULTO (26 / 60 anos)	I IDOSO (61 / 70 anos)
A ALFABETIZADO	S SEMI-ALFABETIZADO	N NÃO ALFABETIZADO
S SOLTEIRO	C CASADO	
E EMPREGADO	D DESEMPREGADO	A APOSENTADO

Fonte: o autor.

No total, a pesquisa envolveu **46 pessoas**, sendo 38 moradores das comunidades (17 do Loteamento Vale do Salso e 21 do Conjunto Residencial Nova Chocolate) e 8 líderes comunitários (4 do Loteamento Vale do Salso e 4 do Conjunto Residencial Nova Chocolate), conforme disposto no gráfico abaixo:

Gráfico 03- Público-alvo total



Fonte: o autor.

A decisão de apresentar os resultados consolidados quantitativamente (valores e percentuais), incluindo as lideranças comunitárias, teve por objetivo obter uma visão global do universo pesquisado.

Importante lembrar que, a fim de garantir o sigilo na coleta de dados, os participantes dos grupos locais são citados na apresentação dos resultados com base em codinomes específicos. Os moradores do Loteamento Vale do Salso adotaram como cognome um elenco de **pedras preciosas**, enquanto que a comunidade do Conjunto Residencial Nova Chocolate optou pela denominação de **corpos celestes**.

Os líderes comunitários entrevistados estão identificados por siglas específicas e numerados sequencialmente de forma que o Loteamento Vale do Salso adotou o formato **Líder (LVS) 1, 2, 3 e 4**, ao passo que, o Conjunto Residencial Nova Chocolate utilizou a expressão **Líder (CRNC)** seguidas da sequência numérica 1, 2, 3 e 4.

Figura 14- Entrevista com o Grupo Focal no Loteamento Vale do Salso



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 15- Entrevista com o Grupo Focal no Conjunto Residencial Nova Chocolate



Fonte: arquivo pessoal do autor.

As entrevistas abertas, realizadas com as lideranças comunitárias, receberam uma análise qualitativa específica e diferenciada para esse segmento, conforme os preceitos da Folkcomunicação de Luiz Beltrão.

Entendendo que os líderes são elementos oriundos das próprias comunidades, quantitativamente, suas respostas receberam o mesmo peso das respostas dos moradores. Porém, qualitativamente, as repostas dos líderes receberam um tratamento diferenciado, tendo em vista o seu papel como representantes (líderes de opinião) desses grupos marginalizados, conforme os preceitos da Folkcomunicação de Luiz Beltrão e cujo resultado será apresentado no decorrer da pesquisa.

4.1. A tabulação dos dados

Após finalização da etapa da aplicação dos questionários abertos de Grupo Focal (comunidades) e das entrevistas abertas (líderes comunitários), os dados foram digitados e tabulados, a fim de que recebessem o tratamento dos dados.

Freitas e Moscarola (2002) enfatizam que a análise inicial parte do simples para o complexo, sendo possível avaliar os resultados das respostas através do processo de análise univariada¹⁰⁷, um método simples que examina a distribuição de casos de apenas uma variável de cada vez. Este formato permitiu classificar todos os casos individuais, conforme as categorias pesquisadas, distribuindo os dados de acordo com a frequência das respostas das comunidades.

Desta forma, cada resposta dada pela comunidade foi examinada minuciosamente, identificando e agrupando suas variáveis para a compor a seguinte tabulação:

4.2. Análise das entrevistas de Grupo Focal

4.2.1. Categoria A: a exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental

As reuniões com a participação dos técnicos são, na maioria das vezes, a única oportunidade que as comunidades têm para participar do desenvolvimento comunitário. Esta convivência configura-se como uma verdadeira ação de cidadania.

De outra parte, as reuniões com os moradores são necessárias, legalmente, em se tratando de programas habitacionais financiados pelo Governo Federal, como o caso das comunidades pesquisadas.

A presente categoria pesquisou a existência da exclusão comunitária, considerando o formato de comunicação presente na relação com os arquitetos do Demhab. Uma análise sobre o sentimento de inclusão social, referido por cada participante, quanto ao grau de informação à respeito do desenvolvimento de seus projetos habitacionais, através da linguagem utilizada no processo.

¹⁰⁷ A análise univariada estuda cada variável de forma isolada e descritiva (frequências, medianas, médias etc).

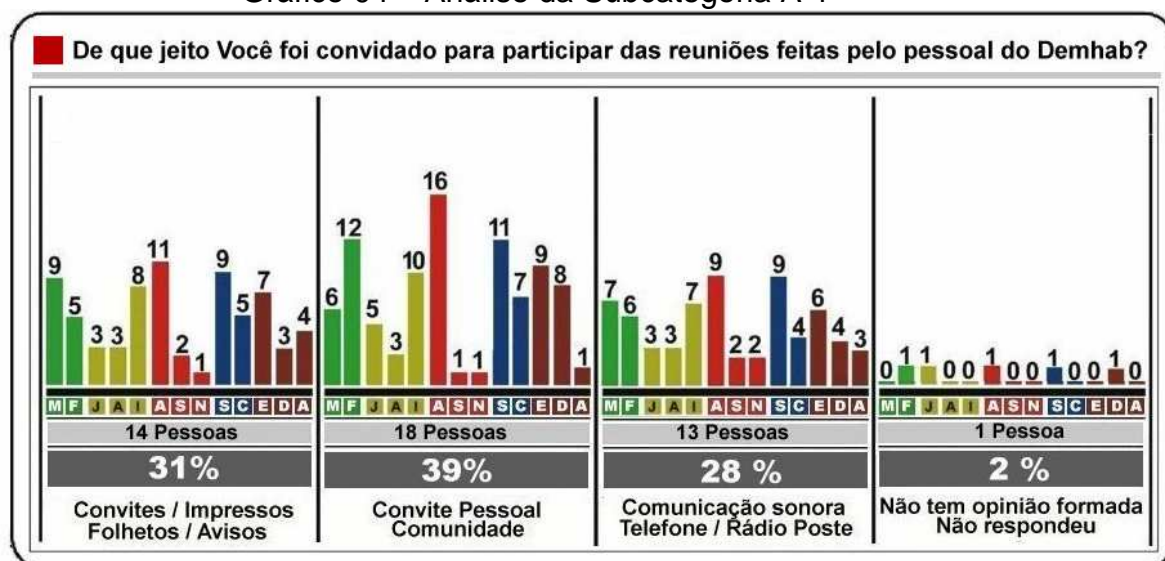
Subcategoria A-1: participação comunitária

Perguntados sobre de que forma as comunidades são orientadas a participar das reuniões, as respostas evidenciaram que os convites pessoais, oriundos da própria comunidade, foram os mais expressivos, superando o próprio convite oficial, realizado formalmente pelo órgão.

A participação por meio impresso foi assinalada por 14 pessoas (31%), o meio sonoro, seja telefone, carro de som ou mesmo o clássico *rádio-poste*, foi lembrado por 13 pessoas (28%), e, finalmente, o convite por meio pessoal foi o mais lembrado por 18 pessoas (39%).

Um elemento que favorece a compreensão deste último resultado pode ser explicado pelo tradicional método de comunicação interno, conhecido popularmente como *boca-a-boca*.

Gráfico 04 – Análise da Subcategoria A-1



Fonte: o autor

Os resultados evidenciam a presença de um sistema comunicativo particular, onde as ferramentas tecnológicas sejam elas impressas ou sonoras, não superam as formas tradicionais de transmitir o aprendizado de todos os dias. O cotidiano comunitário como espaço de intercâmbio de informações entre os indivíduos e seus interesses define o processo livre e espontâneo de comunicação, repassado entre os vizinhos da própria comunidade.

Essa intenção pode ser exemplificada na respostas de alguns moradores questionados:

Terra (CRNC): - “As pessoas passavam nos chamando em casa para participarmos das reuniões”.

Júpiter (CRNC): - “Através da Comunidade”.

Ametista (LVS): - “Através de outras pessoas que tinham participado de outras reuniões”.

Parece ser uma análise simplista, mas o testemunho oriundo de pessoas da comunidade passa a ter um valor superior ao próprio convite formal do poder público. Alguns moradores afirmaram, informalmente, que muitos de seus vizinhos, são pessoas corretas, nas quais depositam inteira confiança.

Essa afirmação demonstra o valor da credibilidade na informação circulantes na comunidade, seja com materiais impressos ou carros de som, elas acabam sendo inteirados dos acontecimentos através dos vizinhos.

Subcategoria A-2: a importância das reuniões para a comunidade

A Prefeitura de Porto Alegre¹⁰⁸ prescreve que em todo o processo de Regularização Fundiária devem acontecer reuniões com a comunidade e suas lideranças, com vistas à apresentação dos projetos, discussão dos entraves e busca de soluções. Essas reuniões compõem uma das etapas da política habitacional do município, e sua missão é fazer com que os moradores conheçam melhor o que será executado dentro da comunidade.

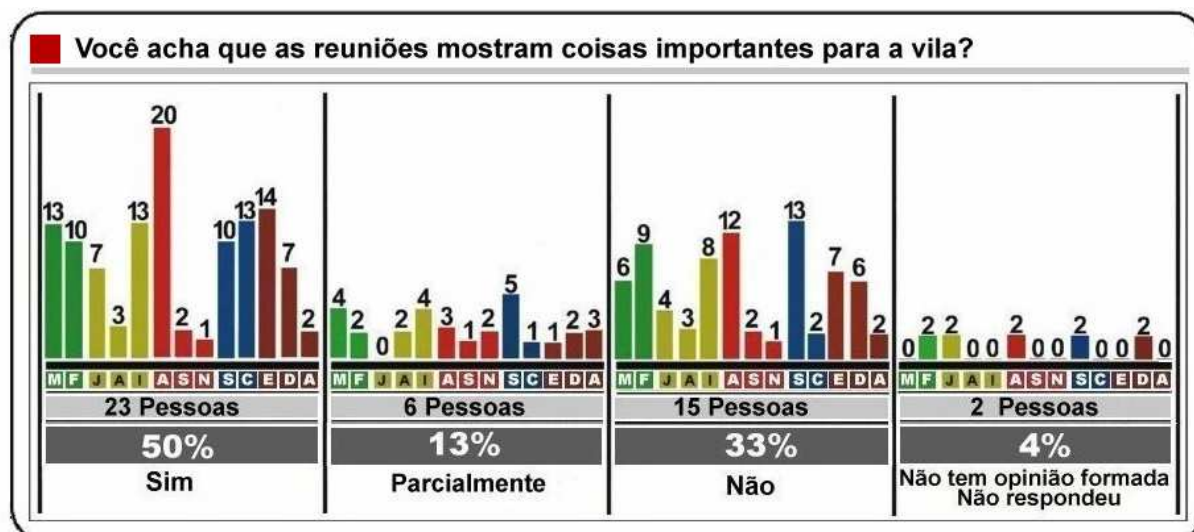
A presente categoria pesquisou se os moradores possuem o mesmo entendimento exposto, quanto à importância das reuniões comunitárias.

Perguntados sobre a importância das reuniões para a comunidade, 23 pessoas (50%) responderam entender totalmente, enquanto 6 (13%) informaram entender de forma parcial. Salvo duas pessoas (4%) que não sabem ou não têm opinião formada sobre o assunto, o dado mais contundente revela o elevado número de moradores, 15 (33%), que afirmaram não acreditar na validade desse

¹⁰⁸ Fonte: *Diagnóstico do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, PMPA, 2009, p.160.*

instrumento como construtor de cidadania. Ou seja, mais da metade dos entrevistados têm dúvidas quanto à importância das reuniões comunitárias.

Gráfico 05 - Análise da Subcategoria A-2



Fonte: o autor

Alguns depoimentos abaixo podem ilustrar a opinião do grupo, surgida muitas vezes como um desabafo sobre as reuniões com os técnicos do Demhab:

Zircônia (LVS): - "Não, pois só falam as mesmas coisas, mas nunca resolvem".

Andrômeda (CRNC): - "Só *lorotas(sic)*. "Eles falaram uma coisa e depois fizeram outra".

Cometa (CRNC): - "Tudo o que falavam não foi cumprido!"

Ametista (LVS): - "Não, porque nunca explicam o que realmente vieram fazer".

Cristal (LVS): - "Sim, para melhorar as condições e muito *blá-blá-blá (sic)*".

É sempre importante recordar que reuniões com a comunidade são necessárias, pois cumprem um papel fundamental na comunicação entre o Poder público e as comunidades, porém, algumas frases discordantes relatam o descrédito sobre sua eficácia. Fica claro que em certas situações, o encontro carece de diálogo.

Muitas pessoas entendem a necessidade da existência das reuniões (inclusive de cunho legal), mas demonstram pessimismo quanto ao valor de suas opiniões dentro de cada encontro com os técnicos.

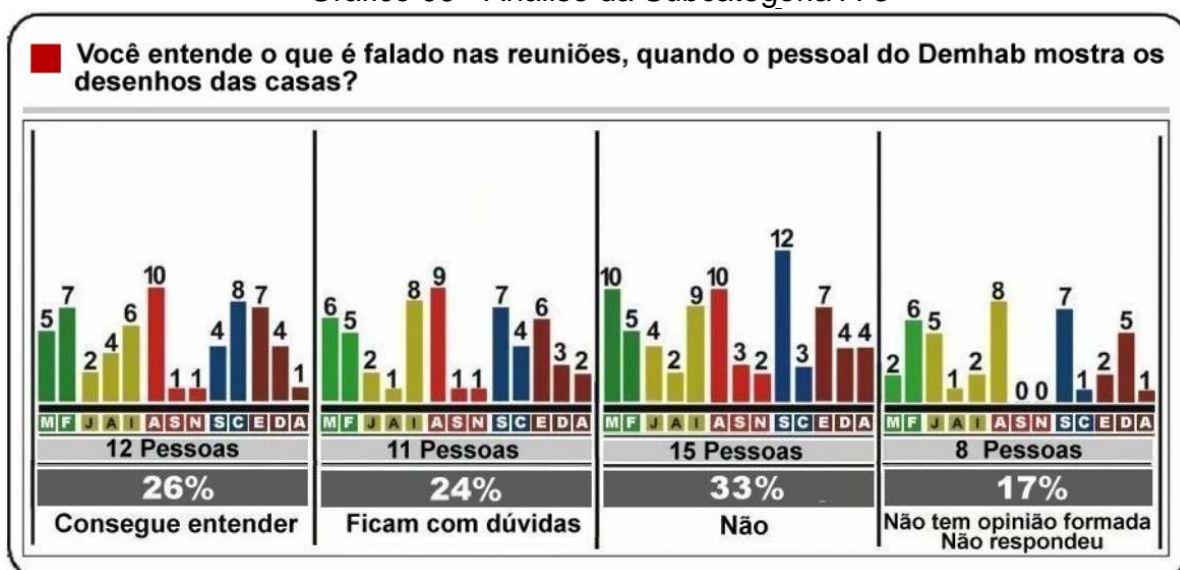
Percebe-se que as reuniões devem funcionar como instrumento de integração de grupos e de comunidades, com vistas à conscientização sobre as modificações que deverão ser efetivadas, visando à concretização do processo de cidadania. Na verdade elas significam verdadeiros fóruns públicos, onde deve ser assegurado o direito à participação comunitária, no momento em que as informações são apresentadas. Uma participação é possível somente através do diálogo. Nesta relação, pode-se afirmar que a simples ideia de diálogo pressupõe, obrigatoriamente, a troca de informações, ou seja, o espaço que serve para o Poder público apresentar suas ideias deve ser o mesmo para que as comunidades encaminhem suas reivindicações.

Subcategoria A-3: o diálogo comunitário

É, a partir do envolvimento das comunidades nas questões da política de habitação de interesse habitacional que os assuntos abordados poderão compreendidos de forma clara e transparente, garantindo de fato os direitos de cidadania.

Questionados a respeito de seu grau de entendimento sobre os assuntos que eram apresentados em cada reunião realizada com os arquitetos do Demhab, sobretudo no momento em que os projetos eram apresentados, apenas 12 pessoas (26%) afirmaram compreender, outras 11 (24%) relataram ficar com dúvidas e 15 pessoas (33%) responderam que não entendiam nada.

Gráfico 06 - Análise da Subcategoria A-3



Fonte: o autor

Uma análise mais apurada sobre esse gráfico evidencia que a maioria dos entrevistados que afirmaram compreender a informação repassada (10 pessoas - 22%) eram alfabetizadas, ou seja, este quesito da pesquisa reforça que o grau de instrução elevado favorece a compreensão dos temas apresentados.

Porém, chama a atenção que o grande número de entrevistados alfabetizados (19 pessoas - 42%) situa-se entre aqueles que afirmam terem dúvidas ou não entenderem nada. Quando apenas 26% dos participantes afirma entender os assuntos técnicos apresentados nas reuniões, vale dizer que em cada três pessoas, apenas uma, considerada instruída, se sente segura e informada sobre como será o futuro de sua moradia.

Esse percentual reforça o entendimento de que cada profissional envolvido, ao ter consciência sobre a importância de comunicar como serão os projetos nas comunidades, deve minimamente se fazer entender, seja nos desenhos ou na decodificação dos termos técnicos empregados. Alguns entrevistados declararam o seguinte:

Jaspe (LVS): - “Raramente, os projetos já vêm pré-construídos. Os mesmos são trazidos somente para nossa aprovação”.

Urano (CRNC): - “Na maioria das vezes é meio confuso”.

Citrino (LVS): - “Nem sempre tudo o que acontece é”.

Asteróide (CRNC): - “A gente olhava no quadro, mas não entendia nada”.

Os depoimentos enfatizam que ausência na socialização das informações como condição fundamental para que cada indivíduo sinta-se inserido no processo decisório, de maneira organizada e qualificada.

É necessário, em relação a cada tipo de público a ser trabalhado, verificar qual a forma de comunicação que melhor se adapta ao seu grau de compreensão, favorecendo a assimilação por indivíduos, que mesmo instruídos, não detêm o conhecimento específico, dessa bagagem profissional em seu dia a dia.

Subcategoria A-4: os processos de (in) comunicação comunitária

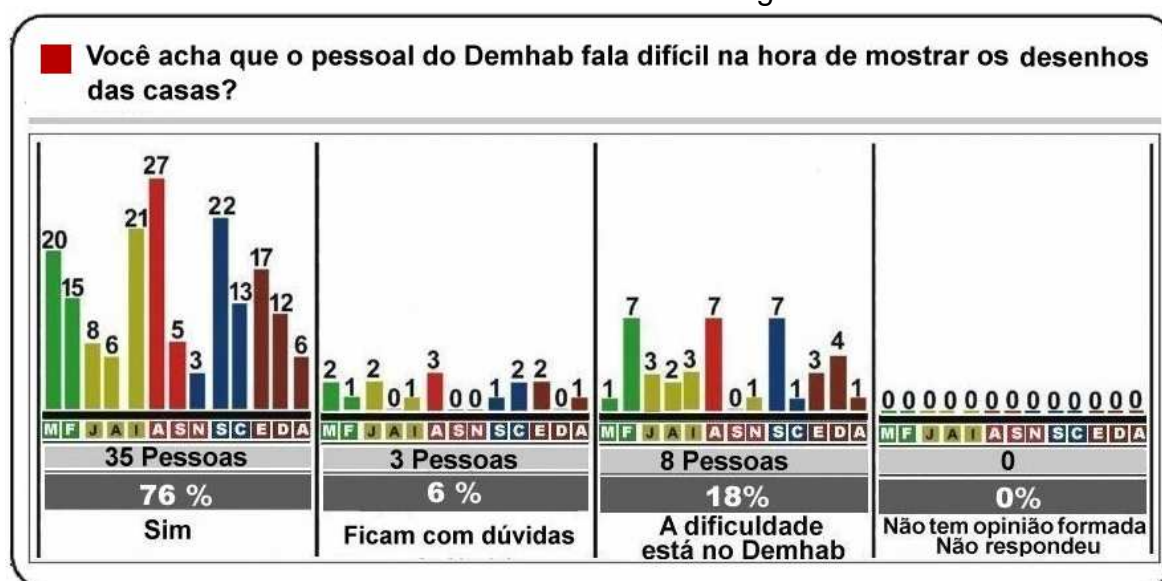
O processo de comunicação informal ou popular é o maior exemplo da mutação referida anteriormente. Ele incorpora uma língua falada no cotidiano e que não é obrigada a seguir os padrões da gramática, possibilitando um formato de comunicação que tem na simplicidade a base do diálogo comunitário.

Na verdade, embora coabite o mesmo plano social com linguagem formal, dita culta, o formato de comunicação utilizado pelas comunidades, ao desconhecer os termos técnicos, busca na adaptação do conhecimento, a sua forma própria de se expressar.

Perguntados se, durante as reuniões com o Demhab, o corpo técnico falava uma linguagem de difícil compreensão, 35 entrevistados (76%) concordaram totalmente, enquanto 3 moradores (6%) admitiram entender parcialmente.

Do restante questionado, 8 pessoas (18%), consideraram que a dificuldade de sua compreensão reside no próprio Demhab.

Gráfico 07 - Análise da Subcategoria A-4



Fonte: o autor.

O gráfico também evidencia um número expressivo de indivíduos alfabetizados (27 pessoas - 59%) que consideram difícil entender a forma com que os técnicos do Demhab se expressam, durante as reuniões de apresentação dos projetos.

A impressão extraída nesta subcategoria é a de que as comunidades acreditam que muitos técnicos parecem reforçar um preconceito contra o conhecimento popular ao não reconhecerem, nas reuniões, que as experiências do cotidiano constituem a vivência popular em seu estado mais puro.

Os resultados negativos refletem a premissa de que a comunicação é base fundamental do relacionamento humano e que, no entanto, muitas vezes, esta ação se torna deficiente pela forma incorreta na transmissão de seu conteúdo.

Diamante (LVS): - “Eu acho bem difícil”.

Alfa-Centaurio (CRNC): - “O pessoal do Demhab falava de forma difícil”.

Galáxia (CRNC): - “Eles enrolavam muito e não dava para entender nada”.

Meteoro (CRNC): - “Não falavam de maneira clara sobre alguns aspectos”.

Esmeralda (LVS): - “Eles usam as palavras difíceis que às vezes as pessoas não entendem, mas como eu estou acostumada a trabalhar com pessoas que falam diferente. Entendo isso”.

As respostas indicam que o ato de comunicar implica em uma ação recíproca e que a linguagem utilizada deve ser clara e adequada aos indivíduos com os quais está se relacionando, a fim de que as ideias sejam transmitidas de forma eficaz.

Subcategoria A-5: os materiais apresentados nas reuniões

Quanto de sua capacidade sensorial um indivíduo pode utilizar, além do raciocínio intelectual, para compreender um material gráfico? Inicialmente ele deverá reconhecê-lo, visualizar integralmente o seu conjunto (texto e imagens), ler o conteúdo, para finalmente poder compreendê-lo. Seguramente, são atividades que a maioria das pessoas faz instantaneamente.

Porém, quando se trata de um material específico, com o qual ele não tem familiaridade, o tempo gasto, provavelmente, será bem maior. A maioria das pessoas, mesmo as instruídas ou alfabetizadas, já apresentou alguma dificuldade ou simplesmente não conseguiu entender algum texto, documento ou capítulo de um livro, ainda que esse tenha sido escrito em português.

Alguns fatores podem explicar esse fenômeno: talvez o texto seja muito longo ou cansativo, ou o seu conteúdo não seja apresentado de forma agradável, ou ainda, o assunto esteja além da capacidade intelectual do leitor.

Contextualizando essa situação com a realidade das comunidades pesquisadas, é importante referir a forma com que são apresentados os materiais nas reuniões com os arquitetos do Demhab. Em síntese, logo após os trâmites burocráticos (leitura de atas, comunicados, relatórios e etc.) os técnicos iniciam sua apresentação utilizando ferramentas da informática para projetar seus arquivos com plantas, levantamentos e fotografias. A apresentação inclui também a exposição de materiais impressos que permitem visualizar documentos de forma mais detalhada.

Tomando como base esses elementos, o técnico deve levar em consideração que devido ao grau de vulnerabilidade a que esses indivíduos estão expostos, todo o conteúdo apresentado caracteriza-se como uma nova etapa no processo de qualificação de cada morador. Ele deve ter a consciência de que o material deve ser claro, objetivo e apropriado ao perfil de cada comunidade,

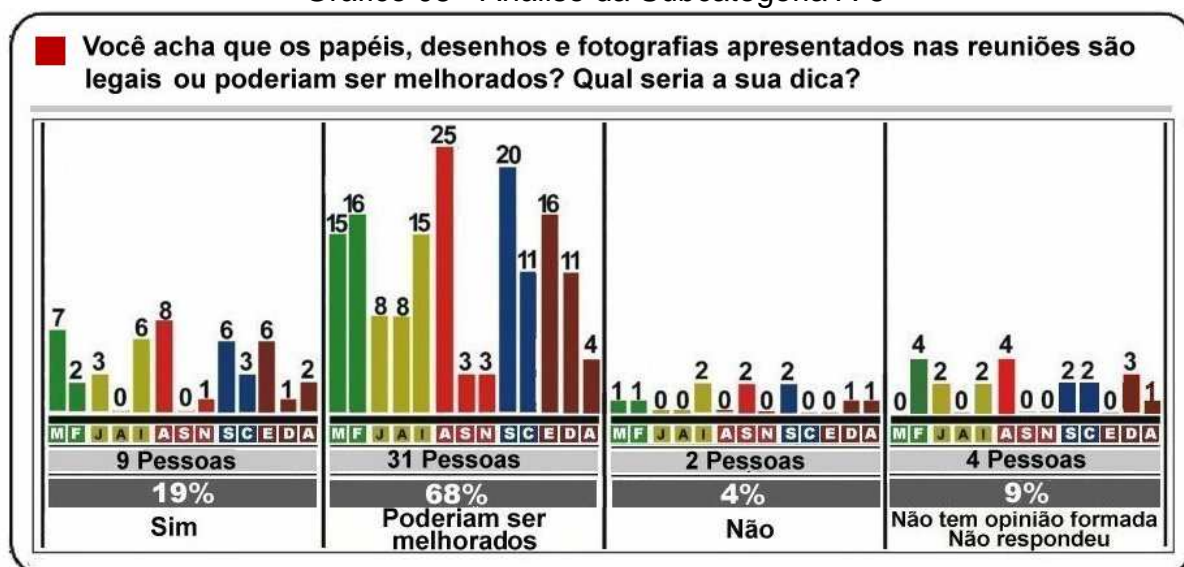
reconhecendo sua função principal de suprir as necessidades de informação de cada participante envolvido.

A presente subcategoria refere-se ao grau de compreensão sobre a eficácia da apresentação dos materiais (impresso ou áudio-visual) pelos técnicos, durante as reuniões com a comunidade.

Os dados do gráfico revelam que nove entrevistados (19%) compreendem a importância do material apresentado e que majoritariamente, 31 pessoas (68%) acredita que ele deve ser melhorado.

Dos valores restantes, quatro pessoas (9%) não sabem ou não têm opinião formada e apenas duas (4%) têm uma visão contrária. Esse baixo resultado negativo é animador, pois, sinaliza que a maioria da comunidade acredita no valor do material apresentado e entregue nas reuniões, porém, gostaria que fosse reformulado, modificado.

Gráfico 08 - Análise da Subcategoria A-5



Fonte: o autor.

Meteoro (CRNC): - “A explicação era clara, mas os desenhos e as fotos não”.

Constelação (CRNC): - “Poderiam ter desenhos mais fáceis”.

Cometa (CRNC): - “Tem que ter uma estrutura e uma planta”.

Ametista (LVS): - “Tem que ser modificada a linguagem para que todos entendam”.

Diamante (LVS): - “Mais esclarecido seria em vídeo”.

Jaspe (LVS): - “Poderiam melhorar colocando linguagens do dia a dia”.

Topázio (LVS): - “Têm plantas que eu não entendo, deveriam ser mais explicadas. Detalhadas”.

Essa breve compilação com posições similares remete a um necessário aprofundamento a respeito das quantidades (por número de citação), a fim de tornar mais precisas as sugestões encaminhadas.

Dessa forma, tem-se que dos 31 entrevistados (68%), que sugeriram de forma objetiva algum tipo de alteração, sete pessoas (23%) fizeram referência a qualidade da linguagem empregada, cinco (16%) fizeram alusão às imagens apresentadas (desenhos e plantas) e três (9,6%) acreditam que inserir vídeos (filmes ilustrativos) qualificariam as apresentações

Esta leitura indica que as comunidades têm consciência de que todo o material apresentado pelos técnicos configura-se num valioso instrumento para troca de conhecimentos, mas que deve, antes de tudo, ser compreendido de forma integral, seja na linguagem ou na parte visual.

A inserção do quesito vídeo é um reflexo da evolução tecnológica que os meios de comunicação, sobretudo, a televisão, agregaram ao cotidiano dessas pessoas. A facilidade da utilização de imagens amadoras nas redes sociais fez com que as comunidades acreditassem na possibilidade de sua exploração, tornando as reuniões mais dinâmicas. Porém, cabe ressaltar que a utilização de vídeos pelos técnicos (produzidos profissionalmente) ao exigirem alto investimento financeiro do poder público, tem sua utilização reduzida.

4.2.2. Categoria B: o estereótipo da pobreza marginal

A exclusão social, derivada da pobreza marginal no Brasil, está diretamente associada a um grupo em situação de vulnerabilidade, porquanto esses indivíduos não usufruem das políticas de governo, permanecendo à margem de valores básicos como saúde, habitação, alimentação, trabalho e educação.

A categoria aqui analisada busca compreender o processo da exclusão social pela educação, dentro das comunidades pesquisadas.

Basta apenas uma breve reflexão nos resultados da presente pesquisa, relacionando pobreza com a linguagem falada pelas populações de baixa-renda para evidenciar as deficiências existentes com o processo educacional e a exclusão social por critérios linguísticos.

Deve-se considerar que um dos instrumentos essenciais do processo de comunicação se dá através da expressão oral ou escrita, elementos presentes no conhecimento real, e que pertencem às estruturas da organização social de uma nação. Ao relacionar a situação de pobreza com o grau de instrução, o primeiro elemento da pesquisa recai no questionamento sobre a existência ou não do preconceito linguístico junto às comunidades de baixa-renda.

Importante recordar que o universo de pesquisa indica que dos 46 entrevistados (100 %), 37 (80%) são alfabetizados, cinco (11%) são semi-alfabetizados e apenas quatro (9%) não são alfabetizados. Na verdade, os números representados pela amostragem refletem que Porto Alegre expressa um índice reduzido de analfabetismo (2,3%)¹⁰⁹. Para avaliar a situação, a pesquisa procurou uma forma de mensurar como se dá essa prática no processo de comunicação junto às comunidades analisadas, tendo como parâmetro a importância do conhecimento da norma culta como fator de seu desenvolvimento social.

Ao considerar que a língua é viva, é correto admitir o surgimento de novas expressões dentro do mesmo idioma. Porém, em um país com tantas desigualdades, o assunto é muito delicado.

Nos últimos meses, instalou-se uma polêmica nos meios acadêmicos e pedagógicos, tendo como cenário, um material aprovado pelo Ministério da Educação¹¹⁰. A obra consagra os erros de gramática e minimiza as diferenças entre a língua culta e a inculta nos bancos acadêmicos.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Bagno (2007) enfatiza que é muito comum encontrar pessoas bem intencionadas, que dizem que a norma padrão conservadora deve ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é um instrumento de ascensão social. Para o autor, não basta o simples domínio da norma culta para que uma pessoa tenha os seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente, ou

¹⁰⁹ Fonte: IBGE – Censo 2010.

¹¹⁰ Livro “Por uma vida melhor” escrito por Heloísa Ramos.

seja, o autor reforça a ideia de que não basta ensinar a norma para uma pessoa pobre para que ela suba na vida.

Na verdade, a busca por um entendimento sobre a questão passa por diversas correntes de pensamento. De pronto, os defensores da importância da norma culta, ao compreenderem a escola como ambiente de desenvolvimento cultural, avaliam que essa ação se configura num atraso para os indivíduos, também na sua ascensão social.

Ao questionar as posições suscitadas pelo referido material, Torquato (2011) indaga se um indivíduo terá uma vida melhor, aprendendo e utilizando uma gramática alternativa, onde a "norma popular se imbrica à norma culta"?

Para o autor, as concessões demagógicas que se fazem em nome de uma educação democrática apenas reforçam a estrutura do atraso que abriga o ensino público básico do País, responsável pelo analfabetismo funcional que atinge um terço da população.

Tendo como base a categoria de análise, a pesquisa indagou aos moradores a sua opinião quanto ao tema da exclusão social e cultural relacionada ao grau de pobreza do indivíduo.

Subcategoria B-1: a comunicação e linguagem como requisitos de ascensão social

Perguntou-se aos moradores se falar corretamente o português, faz uma pessoa ser mais importante do que outras na sociedade. O resultado mostrou que a grande maioria dos entrevistados, 41 pessoas (89%), não concorda com essa premissa e que para elas saber falar corretamente (ou utilizar a norma culta) não faz com que o indivíduo se distinga socialmente dos demais.

Do restante, apenas uma pessoa (2%) entende que existe a possibilidade de alguém ser mais importante que outros por falar corretamente o português, enquanto quatro (9%) concordam que *falar bonitinho*¹¹¹ configura-se como elemento diferenciado no campo social.

¹¹¹ Na concepção das comunidades pesquisadas, a expressão 'falar bonitinho' tem a conotação de usar a linguagem, gramaticalmente, de forma correta. Algumas pessoas das comunidades referem que o indivíduo que 'fala bonitinho' é uma pessoa que tem estudo.

Gráfico 09 - Análise da Subcategoria B-1



Fonte: o autor

O gráfico evidencia um dado social importante quanto à inexistência de preconceito interno, ao mostrar que entre as opiniões discordantes encontram-se 33 pessoas alfabetizadas (72%), estando 21 dessas (46%) empregadas.

O resultado é majoritário, e pode ser ilustrado com algumas respostas, como estas:

Alfa-centauro (CRNC): - “Não, o que acrescenta algo é o acolhimento”.

Ônix (LVS): - “Eu acho que só falar bonito não diz nada”.

Citrino (LVS): - “Não, porque ninguém é melhor do que ninguém”.

Galáxia (CRNC): - “Não, o que as torna melhor são as atitudes”.

Turquesa (LVS): - “Não, o Presidente Lula não falava corretamente e era importante.”

Essas respostas permitem uma reflexão sobre o fenômeno de falar *bonitinho* ou falar difícil, como uma prática antiga que remonta à época em que o acesso ao conhecimento não estava disponível para qualquer cidadão, criando uma divisão hierárquica entre os inteligentes (ricos) e os ignorantes (pobres).

Vale dizer que a sociedade, ao longo de sua evolução em busca da civilização, gerou um formato padrão de comportamento ao definir regras de relacionamento e convivência, baseado na circulação da informação.

Neste cenário, o conhecimento torna-se cada vez mais importante e seu domínio adquire papel fundamental como elemento de inserção social, sobretudo, dentro das comunidades de baixa-renda.

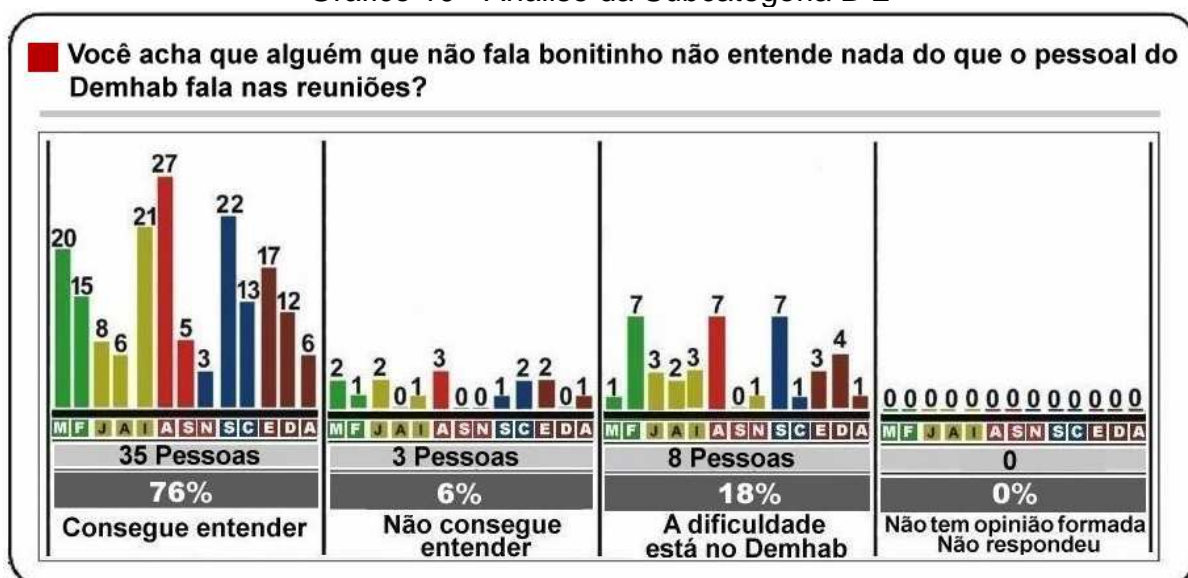
Subcategoria B-2: linguagem técnica x linguagem comunitária

Esta etapa da pesquisa procurou analisar se um indivíduo, sem domínio da norma culta, consegue absorver o conteúdo repassado pelos técnicos do Demhab em cada reunião comunitária. Assim, uma vez mais, a complexidade se faz presente nos processos de comunicação.

O questionamento aplicado tem por objetivo verificar a adequação do formato de comunicação, baseado na linguagem técnica em confronto com a realidade da maioria das pessoas que habitam as comunidades pesquisadas, tendo em vista que o conhecimento específico ou técnico não é uma prerrogativa de todos os indivíduos, de uma forma geral.

Foi perguntado para a comunidade se o fato de uma pessoa não ter cultura seria impeditivo para que ela compreendesse o que é tratado nas reuniões de apresentações de projeto com os arquitetos e engenheiros.

Gráfico 10 - Análise da Subcategoria B-2



Fonte: o autor

Novamente, o gráfico das respostas demonstra, de forma majoritária, que 35 pessoas (76%) afirmam que a falta de cultura não é impedimento para que um

indivíduo consiga compreender o que os técnicos falam. Do restante, três pessoas (6%) acusam dificuldade, e oito (18%) consideram que o problema está na forma como os técnicos repassam as informações.

Parece evidente que as respostas demonstram existir uma dificuldade no processo de comunicação com os técnicos do Demhab, a ponto de dificultar sua relação com uma comunidade, como é o caso dos moradores abaixo:

Cometa (CRNC): - “As pessoas podem entender, mas têm que falar o que deve ser”.

Ametista (LVS): - “Às vezes as pessoas se acham inferiores e por isso não vêm às reuniões”.

Topázio (LVS): - “Podemos entender, falando bonitinho ou não”.

Safira (LVS): - “Vejo muitos quase sem estudo e com muita inteligência e sabedoria”.

Estrela (CRNC): - “Às vezes o próprio Demhab não consegue nos explicar”.

Urano (CRNC): - “Eles deveriam falar melhor. Às vezes as pessoas entendem melhor do que a gente que sabe ler”.

As respostas revelam a forma particular de pensar o saber comunitário.

É necessário pensar também em como harmonizar essa relação de forma a nivelar o conhecimento junto às comunidades, que, via de regra, são os usuários do projeto. Uma importância justificada pelo fato de que a comunicação, baseada apenas na norma culta, em um país com tantas distorções culturais, como o Brasil, induz a uma perigosa barreira sociocultural, levando ao desenvolvimento de um grave preconceito social.

A esse respeito, Bagno (2007) afirma ser curiosa a razão pela qual muitos brasileiros assumem esse mesmo preconceito negativo contra fala de determinadas classes sociais.

A fim de reduzir esse preconceito no campo da comunicação, tem crescido os estudos e experiências que fortalecem a potencialidade da educação nos processos de transformação social. Essa visão passa a ser fundamental na formação social, devendo contribuir para seu desenvolvimento, na medida que conjuga os princípios da educação com a própria comunicação, realizada no interior das comunidades.

Por exemplo: o uso de variações linguísticas surgidas nas comunidades de baixa-renda é um sinal de identidade e a sua compreensão, contribui para que o processo de comunicação seja satisfatório. Logo se trata de uma troca. Mas, em cada reunião, passa a ser primordial que seja estabelecida entre eles uma compreensão de parte a parte, onde cada sujeito tem o seu próprio padrão de valores.

Assim, o comportamento social passa a ser influenciado pelo meio e pelas interações as quais cada indivíduo está inserido, onde o simples fato de viver em uma sociedade pode refletir o padrão de comportamento por ele adotado. Esse ambiente pode ser familiar, escolar, profissional ou mesmo, a vida em comunidade, onde se travam relações através de vínculos pessoais.

Funcionando como uma organização, o ambiente comunitário desenvolve seus códigos de conduta, de forma que os hábitos comuns à maioria passem a serem vistos como uma identidade particular.

Quando as comunidades participam de uma reunião, elas expõem seus valores e suas convenções particulares de vida perante um outro tipo de público, o corpo técnico.

Ao estarem reunidos, em se tratando de apresentações técnicas, a experiência profissional do pesquisador detecta uma insegurança natural neste grupo de pessoas, próprio dos momentos em que devem conviver com situações formais, diferentes das vivenciadas em seu cotidiano comunitário.

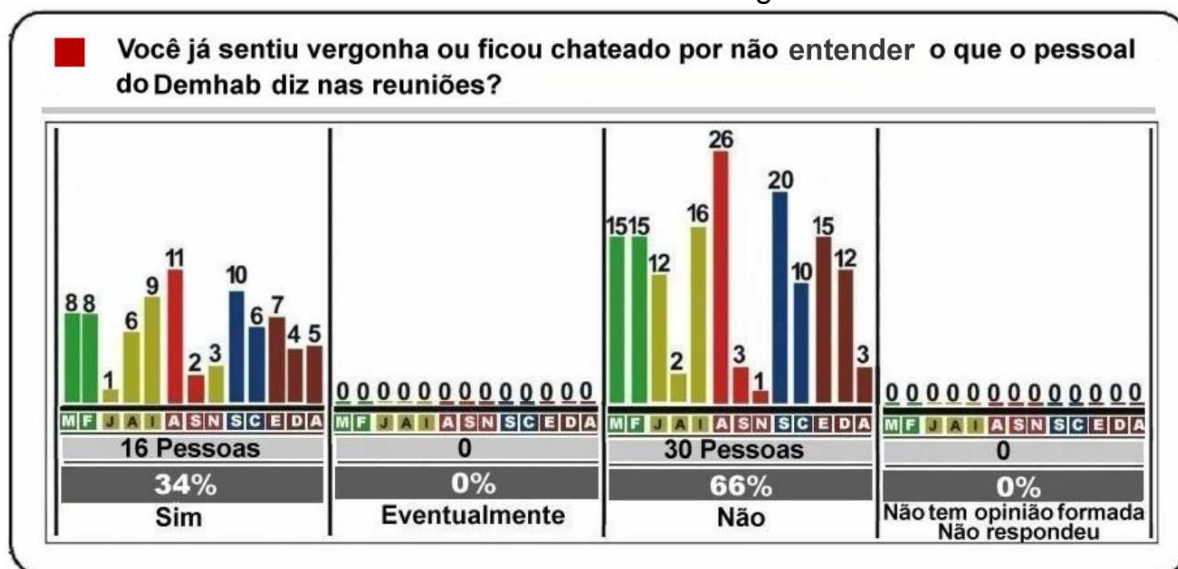
Bagno (2007) reforça que o “falar errado” pode criar uma baixa auto-estima linguística: “Os brasileiros em geral têm vergonha ou medo de falar e de escrever em situações mais formais”. A insegurança, ao se expressar em situações mais cerimoniais, sejam elas orais ou escritas, vem da falta de conhecimento de uma linguagem mais apurada.

Subcategoria B-3: exclusão social pela dificuldade de compreensão

A pesquisa procurou compreender se a alteração de comportamento, detectada nas reuniões, reflete um sentimento de inferioridade perante a condição social do indivíduo, indagando aos entrevistados se em algum momento eles se sentiram constrangidos ou mesmo envergonhados por não entenderem o que era apresentado nas reuniões com os técnicos do Demhab.

As respostas mostraram que 16 pessoas (34%) já se sentiram constrangidas ou envergonhadas, enquanto praticamente o dobro, 30 (66%), relatou não ter passado por uma situação desse gênero durante as reuniões.

Gráfico 11- Análise da Subcategoria B-3



Fonte: o autor

Os resultados revelam o grau de organização e amadurecimento das comunidades pesquisadas, refletido na mobilização em torno da resolução de suas próprias dificuldades, através da união e do coletivo, como espelham as respostas abaixo:

Via-láctea (CRNC): - “Não sinto vergonha, se não entendi, pergunto”.

Asteróide (CRNC): - “Não, porque não saber é a causa de ficar com vergonha, porque quando eu era guri não tive oportunidade de estudar. Não tenho vergonha, não”.

Turquesa (LVS): - “Não, nunca senti porque se eu não conheço alguma palavra difícil eu busco no dicionário”.

Ametista (LVS): - “Não, sempre procuro saber o que está acontecendo”.

Esses depoimentos indicam que, em situações onde o indivíduo tem a possibilidade de expressar suas ideias sem a preocupação de se sentir constrangido ou ameaçado, seguramente ele agirá sem o receio de que qualquer impropriedade dita revelará qualquer sentimento de inferioridade ao reivindicar seu direito à informação.

O direito de informação sobre os projetos técnicos é importante para as comunidades, em se tratando das ações de participação popular na construção da cidadania. Afinal, o que está se apresentando ou discutindo é sobre o futuro de suas vidas.

Vale dizer que a informação produzida pelo poder público e a possibilidade de seu acesso através de uma comunicação eficaz, reforça o direito a que todo o indivíduo tem de participar de forma integral da cidadania.

A importância da comunicação comunitária e seu sucesso está diretamente relacionada com a valorização das informações repassadas, a partir da maior intensidade no uso do conhecimento técnico, nos projetos de habitação social. Cada encontro é uma oportunidade de transmitir a um público ávido de novos saberes as competências transdisciplinares àqueles que foram marginalizados pelas transformações na evolução urbana ao longo das últimas décadas.

Reconhece-se, então, que as reuniões ocupam lugar de destaque no processo de inclusão dos indivíduos que estão à margem da sociedade, e a necessidade de um processo de comunicação eficiente de forma que as informações passadas possibilitem a conscientização comunitária.

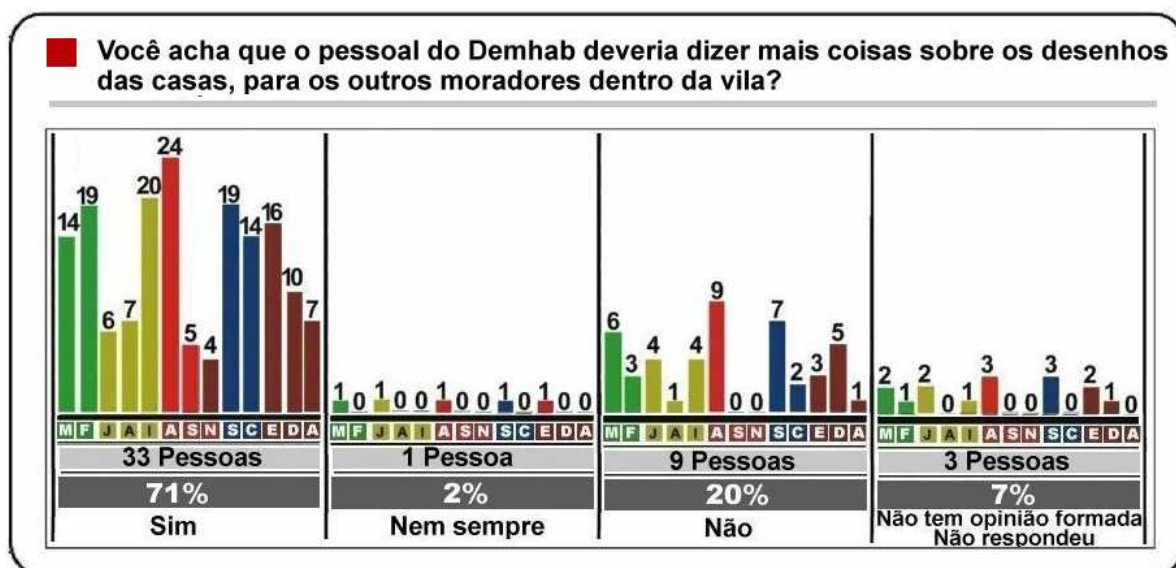
Mas esse processo de comunicação é realmente eficaz? As comunidades recebem todas as orientações que desejam, ou necessitam mais informações sobre como serão os projetos de suas casas?

A próxima questão procurou analisar o que a comunidade pesquisada pensa sobre esse processo de comunicação, uma realidade concreta no cotidiano de cada vila atendida.

Subcategoria B-4: a eficácia no processo de comunicação

Ao serem perguntadas sobre a necessidade de maiores informações sobre os projetos, 33 pessoas (71%) afirmaram que necessitam de mais informações dos técnicos, ao passo que nove pessoas (20%) informaram que para elas as informações recebidas foram suficientes.

Gráfico 12 - Análise da Subcategoria B-4



Esses dados são suficientemente fortes e evidenciam que as reuniões, como elemento do processo de comunicação, não têm atingido seu objetivo no esclarecimento das dúvidas das comunidades. A proporção é desparelha, pois para cada pessoa esclarecida, quatro permanecem com dúvidas.

Um exemplo está na declaração do morador **Jaspe** (LVS) ao afirmar que os projetos já vinham “prontos”, ou como relatou **Estrela** (CRNC): “Eles dizem coisas demais. Não mentir como mentiram para a gente. As promessas que fizeram e não cumpriram”. A leitura dessas respostas leva a um questionamento: se as reuniões foram definidas como o elo de relacionamento entre o poder público e as comunidades, porque ela não está funcionando como deveria?

Uma alternativa de resposta que este trabalho apresenta vai ao encontro do pensamento de Wolton (2010), ao defender as diferenças existentes entre “informar e comunicar”. Para o escritor francês, “a informação é a mensagem, já o ato de comunicar é uma relação muito mais complexa”, e sua prática feita de forma equivocada, não aumenta a comunicação nem a compreensão, ao contrário, leva por um caminho que o autor classifica como incomunicação.

Para Wolton (2010), informar e comunicar são dois desafios importantes, que devem ser construídos através do convívio cultural, ou adaptando à realidade de pesquisa, o saber comunitário.

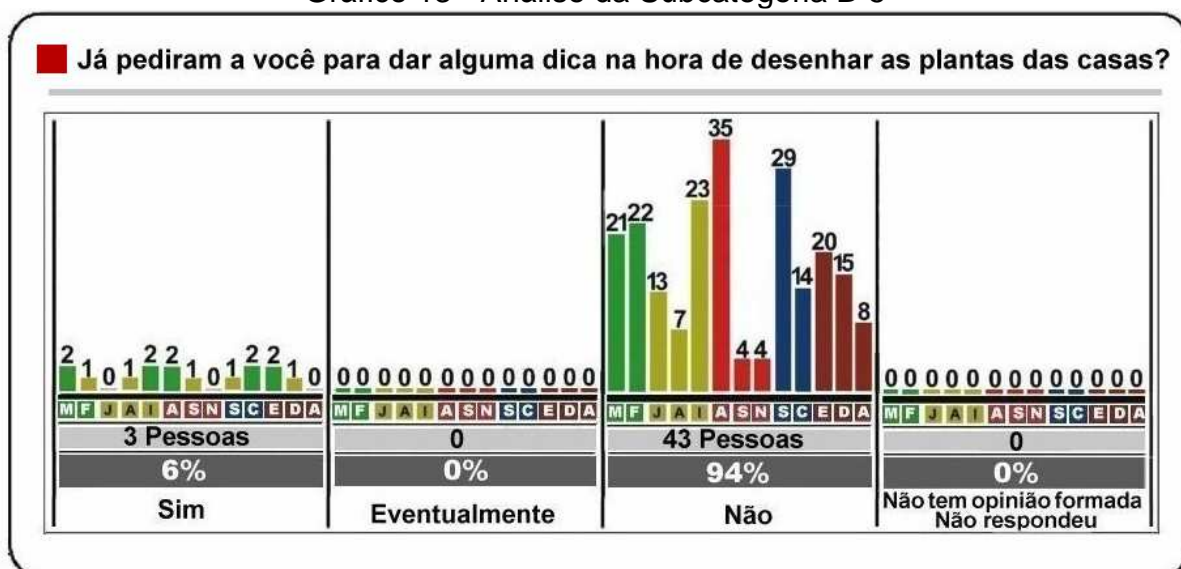
Esse conceito reforça a ideia da construção comum e suas inúmeras possibilidades para a formação de um novo pensamento, com o objetivo de

compatibilizar o conhecimento científico com o desenvolvido em conjunto com os grupos pesquisados. Tendo como realidade essa nova visão participativa, em forma de construção do saber interativo, é importante saber qual a visão das comunidades pesquisadas sobre este assunto, sobretudo, no momento em que os projetos de suas casas estão sendo desenvolvidos.

Subcategoria B-5: a construção em conjunto

Perguntados se, em algum momento, na etapa de projeto, eles foram convidados a participar, criticando ou mesmo dando sugestões, as respostas indicaram que 43 pessoas (94%) nunca foram chamadas neste processo, contra três (6%) que tiveram suas ideias ouvidas.

Gráfico 13 - Análise da Subcategoria B-5



Fonte: o autor

O entendimento comunitário sobre a construção deste saber em conjunto pode ser exemplificado por algumas entrevistas:

Galáxia (CRNC): - “Nunca pediram opinião alguma”.

Topázio (LVS): - “ Pensam que somos *burros*. Pouco estudo, não sabemos nada”.

Alfa-centauro (CRNC): - “Não, a comunidade não foi convidada a participar”.

Andrômeda (CRNC): - “Não, eles não mostravam as plantas”.

Ônix (LVS): - “Não, porque as casas tinham que ser padrão”.

Morin (1999) considera que a busca do ser e do saber revela uma nova forma de compreensão, onde as verdades insofismáveis abrem espaço para a descoberta de novas verdades, corrigindo os erros e aperfeiçoando os acertos, apontando os dois lados, mas, acima de tudo, permitindo que ambas co-existam no mesmo caminho, na construção de um novo conhecimento.

A partir desse novo paradigma evidenciado por Morin (1999), a pesquisa busca provocar uma reflexão na forma em que as comunidades participam de cada etapa do projeto de suas vidas. Uma complexidade presente onde a teia de relações obriga que o técnico pense a ciência, una e múltipla, simultaneamente.

É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno (MORIN, 1999, p. 55).

4.2.3. Categoria C: o poder da língua

A língua, na concepção da sociolinguística, tem sua construção diretamente ligada à liberdade de modificação como um processo que, longe de estar concluído, renova-se constantemente. Trata-se de um produto social, feito no coletivo entre os diversos indivíduos, interagindo mutuamente e apresentando tantas alterações quantas se fizerem necessárias para que se configure, verdadeiramente, como um instrumento de comunicação.

Barthes (2007) já definiu a língua como simplesmente “fascista” ao ser um elemento necessário dentro da representação do mundo e, ao mesmo tempo, obrigando a expressão da realidade através dela.

Segundo Martinet (1978), além da linguagem comunicar e servir para o homem se expressar, ela é o suporte do pensamento humano.

Somos assim levados a situar a linguagem entre as instituições humanas maneira de ver que apresenta inegáveis vantagens: as instituições humanas resultam da vida em sociedade e o mesmo sucede com a linguagem, que é essencialmente um instrumento de comunicação (MARTINET, 1978, p. 05).

Dessa forma, o intelecto humano utiliza a forma verbal como uma maneira de expressar suas ideias e seus pensamentos. Dentro do processo de comunicação, a língua é, pois, uma ferramenta básica para que os indivíduos

possam exteriorizar sua essência. Seguindo esse pensamento, é correto admitir que a mesma linguagem que garante a liberdade das relações pelo simples exercício da função comunicativa humana, exige, por outro lado, a consciência do poder nela investido, quando externada socialmente.

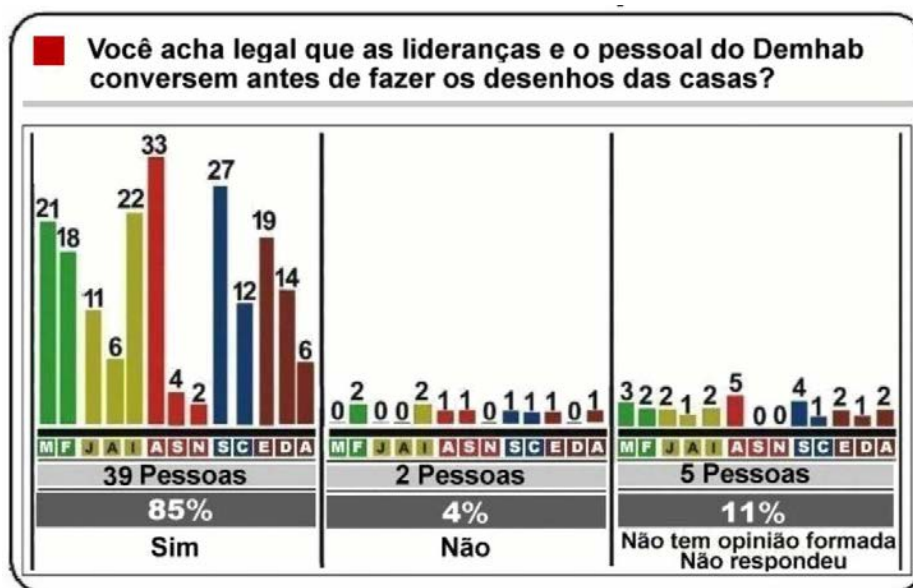
Afinal, dentro do processo comunicativo existe algo comum para o emissor e o receptor, que lhes facilita a compreensão, algo que, segundo Ferreira (2002), tem a ver com o poder do sujeito com sua própria comunicabilidade: uma lógica entregue apenas ao próprio pensamento, e que resulta do modo como cada ser humano vive, o que tem em comum com outros, enquanto exercício repetido e inacabado. Um poder irrestrito, cada vez mais definido a partir do controle sobre a subjetividade humana, através do pensamento mais íntimo ou mesmo o domínio da informação pública, estabelecendo níveis diferenciados sobre a disponibilidade desse conhecimento estratégico, seja no âmbito individual ou coletivo.

É sobre esse exercício humano, refletido no poder da comunicação, que se analisou junto às comunidades, referenciais que levem à existência ou não de elementos que configurem o sentimento de preconceito social ou linguístico.

Subcategoria C-1: o poder da representatividade comunitária

Ao serem indagados sobre qual a importância das lideranças comunitárias conversarem com os técnicos, arquitetos e engenheiros, antes do desenvolvimento dos projetos de suas casas, 39 pessoas (85%) disseram ser importante, e apenas duas (4%) não acharam como interessante.

Gráfico 14 - Análise da Subcategoria C-1



Fonte: o autor

O objetivo do questionamento foi aferir o poder dos líderes como representantes da comunidade, junto à relação com os técnicos do Demhab. A título de ilustração, seguem algumas respostas apresentadas pela comunidade pesquisada:

Ametista (LVS): - “O líder vai nos representar e dizer o que nós esperamos”.

Alfa-centauro (CRNC): - “Sim. A participação ajuda no comprometimento aos moradores”.

Cometa (CRNC): - “Para a gente é uma orientação”.

Jaspe (LVS): - “Sim , para melhorar e colocar a opinião de todos”.

Quartzo (LVS): - “É a maneira mais correta de lidar”.

Terra (CRNC): - “Eu acho que sim, as lideranças se reunirem para conversar antes”.

As respostas demonstram que a maioria dos entrevistados confia nas suas lideranças, entendendo que elas agem como verdadeiros interlocutores no processo, reforçando uma ideia que Beltrão (1980) desenvolveu a partir dos líderes de opinião. O teórico pernambucano analisou o formato de acesso à informação pelas comunidades marginalizadas, e suas observações empíricas o levaram a compreender a importância dos líderes de opinião, que filtram as mensagens

segundo os padrões originados nos grupos primários, no caso dessa pesquisa, as comunidades de baixa-renda.

Os resultados apresentados reforçam o papel do "mediador ativista", identificado por Trigueiro (2006), onde as lideranças originadas na própria raiz comunitária adquirem um novo formato de representação, agindo na melhoria de qualidade de vida desses grupos sociais.

Cada líder de opinião adquire o poder de comunicador *folk* ao absorver as informações e repassá-las aos grupos sociais do local, interligados pelos sistemas interpessoais de comunicação. Cada nova informação trazida pelo líder é incorporada à vida comunitária, como a revisão de um conjunto de novas regras, algumas de fácil, outras de difícil absorção.

A verdade é que elas passam a fazer parte da história de vida de uma comunidade. Se forem consideradas, as comunidades de baixa-renda, que há anos aguardam o direito de mudarem suas vidas através da moradia digna, é possível perceber que diversas modificações sociais surgidas ao longo do tempo contribuíram largamente na forma de sua organização.

Essa alteração é visível no relacionamento coletivo, representado pelos laços de vizinhança e de pertencimento territorial, que via de regra são os elementos formadores da identidade. Ao optar-se pelos os moradores do Conjunto Residencial Nova Chocolate (antiga vila Chocolate), o sentimento histórico de união fica estampado nos vários incêndios ocorridos dentro da comunidade em que elas permaneceram juntas, sofrendo e dividindo as mesmas dificuldades.

Para compreender a história de vida de uma comunidade é necessário respeitar sua tradição, usos e costumes presentes nos tipos ideais da vida comunitária que Tönnies (1995) tão bem descreveu ao diferenciá-las da vida em sociedade, onde as regras são consideradas apenas convenções.

O tema que discute a importância da história de vida como um direito das comunidades, à primeira vista aparenta ser uma abstração, porém, ao considerar o envolvimento de sua representação e experiências adquiridas, seu significado passa a ocupar um papel importante nas relações sociais.

Sabe-se que o passado recente (campos social e cultural), no que se refere à atenção às comunidades, apresenta um cenário precário e permeado por dificuldades, que ultrapassou todos os limites da dignidade humana. Sabe-se

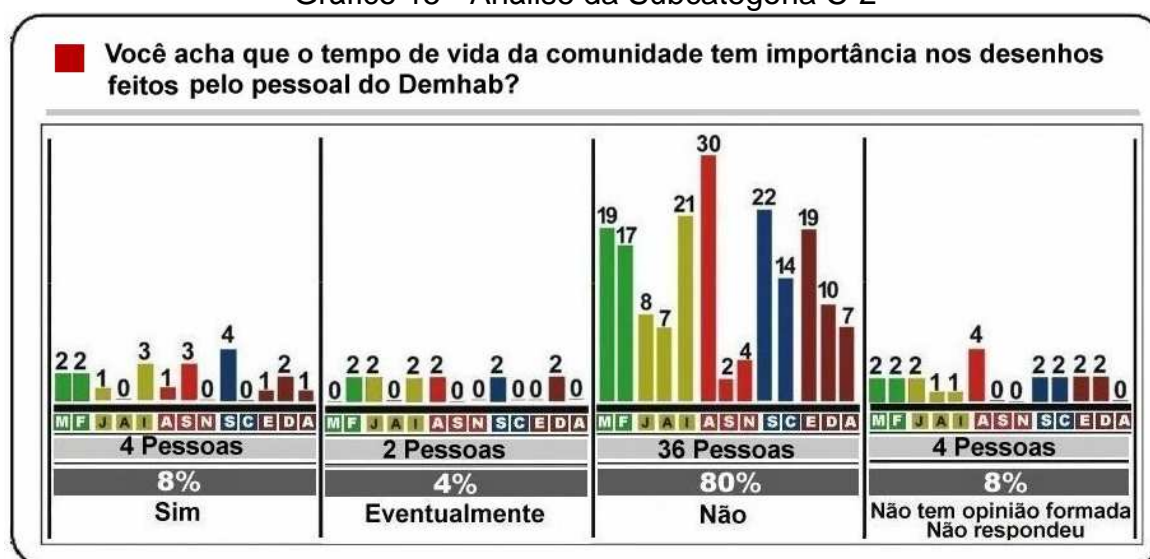
também, que dentro do processo de resgate dos direitos sociais, foram a união e a história de vida de cada comunidade que permitiram que o fortalecimento da cidadania se tornasse realidade.

Mas e as comunidades pesquisadas? Elas entendem que essa vivência social, refletida na história de vida das comunidades, é levada em consideração nos projetos feitos pelos técnicos do Demhab?

Subcategoria C-2: a importância da vivência comunitária

A grande maioria dos entrevistados, 36 pessoas (80%) respondeu que não, quatro (8%) consideraram que sim, e outras duas (4%) entenderam que essa informação é irrelevante para os técnicos, que de forma indiferente fazem os projetos.

Gráfico 15 - Análise da Subcategoria C-2



Fonte: o autor

Os resultados indicam que, de acordo com as comunidades entrevistadas, existe uma negativa à tradição comunitária ao negar a possibilidade de que essas não sejam ouvidas e chamadas a participar de etapas fundamentais em suas vidas.

Desconsiderar a importância de tais processos, aumenta o abismo na relação entre aquele profissional que deve realizar o trabalho e quem vai usufruir dele, o seu cliente.

Ao trabalhar de forma apartada de seu público-alvo, existe uma grande possibilidade de que os processos sejam executados de forma desconectada, desconhecendo situações importantes e que poderiam ser favorecidas com uma proposta de trabalho conjunta com a comunidade.

Essa seria uma oportunidade conjunta de trabalho, abdicar do poder unilateral decisório ao propor um novo processo de construção coletiva, no qual os técnicos, a comunidade e a própria sociedade civil poderão contribuir de forma mais ativa nas definições dos projetos.

Ao adquirir a compreensão que essa re-significação não irá redefinir apenas a paisagem urbana da cidade, mas fortalecer o processo de diálogo cidadão, tendo como elo de ligação o próprio Poder Público Municipal.

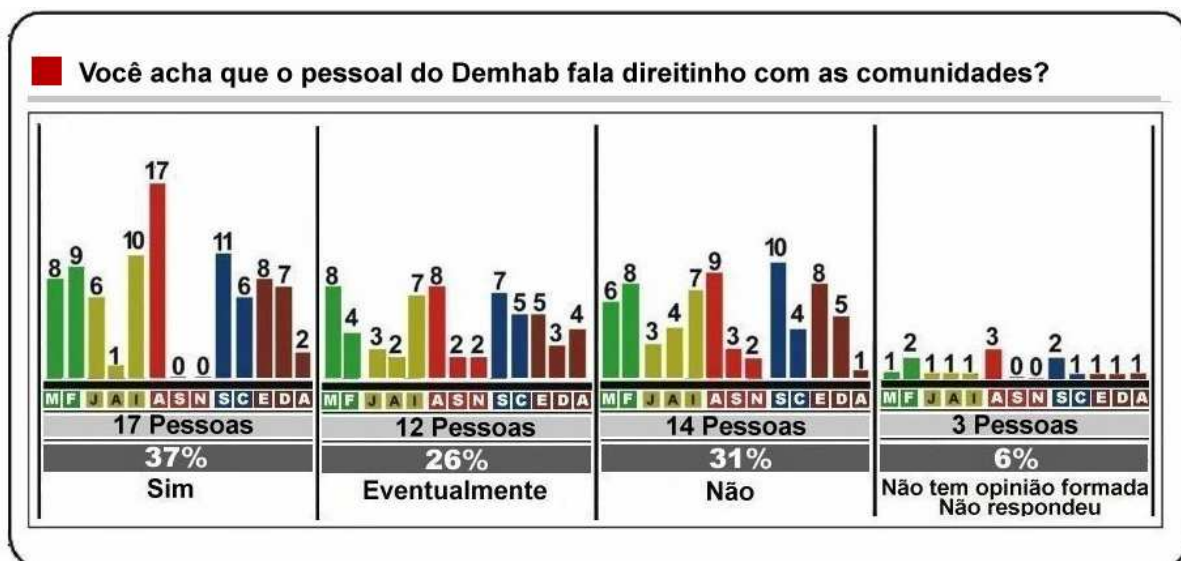
Subcategoria C-3: o poder da informação comunitária

Ao conceber a importância de uma relação que priorize a informação, deve existir, minimamente, uma aproximação dos técnicos, a fim de que se estabeleça uma relação de confiança.

Visando compreender a situação presente nessa relação, foi perguntado aos participantes se o corpo técnico, em cada encontro, repassava as informações de forma clara. Mais, se os técnicos procuravam tirar as dúvidas ou mesmo, explicar melhor os projetos.

Dos participantes ouvidos, 17 pessoas (37 %) responderam que sim, que estavam satisfeitas com a forma de tratamento, ao passo que 14 (31%) disseram que não, enquanto 12 (26%) foram reticentes, trazendo suas dúvidas quanto à frequência dessa ação.

Gráfico 16 - Análise da Subcategoria C-3



Fonte: o autor

Ou seja, apenas 17 pessoas, em um universo de 46 entrevistados foram taxativas de forma positiva, a respeito do tratamento pelo corpo técnico do Demhab.

É importante definir que o sentido de “tratamento” adotado nessa pesquisa não considerou formas ofensivas ou desrespeitosas no relacionamento, no sentimento de aproximação entre os técnicos e as comunidades, mas, ao contrário, teve como base a horizontalidade ressaltada no diálogo Freireano. Um diálogo, onde a linguagem e a comunicação compõem uma proposta de respeito mútuo e confiança, tendo na ética a base de um perfeito relacionamento.

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por essa ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens, ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de lutar por ela é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles (Freire, 1996, p. 17).

Assim, toda a estratégia de comunicação voltada para o desenvolvimento comunitário deverá contar com a participação e a colaboração da comunidade como forma de que ela obtenha novos conhecimentos, a partir do diálogo, em cada reunião. Afinal, é nela que os moradores devem sanar suas dúvidas quanto ao desenvolvimento dos projetos para a melhoria na qualidade de suas vidas.

Sobre esse questionamento, as afirmações que se seguem ajudam a compreender o pensamento das comunidades:

Andrômeda (CRNC): - “São eles que não sabem falar com a comunidade”.

Urano (CRNC): - “Não falam, tem outra linguagem”.

Ônix (LVS): - “Eu acho que eles falam de um jeito que a gente não consegue entender”.

Quartzo (LVS): - “Nem sempre são esclarecidas por quem está explicando”.

Terra (CRNC): - “Eu acho que eles não dão atenção para a comunidade por que ficam por pouco tempo”.

Nebulosa (CRNC): - “Nada era o que a gente dizia. Eles queriam fazer por eles, porque têm mais estudo que a gente. A nossa palavra é nada para eles”.

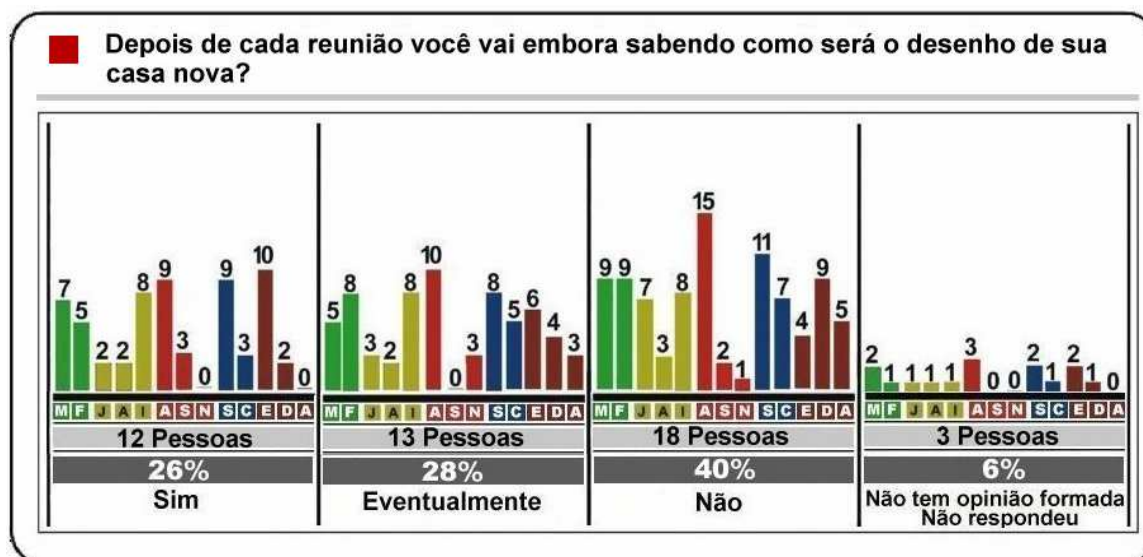
Entende-se que a função das reuniões é o esclarecimento da comunidade, através de uma comunicação adequada, que ofereça a informação necessária sobre os projetos, por instrumentos adequados para que a própria população local possa atuar como elemento ativo das transformações no ambiente onde vivem.

Depois que cada elemento da comunidade volta para suas casas, o que acontece? Que tipo de entendimento eles levam sobre como será o futuro de suas vidas?

Subcategoria C-4: o poder do esclarecimento comunitário

Buscando compreender essa situação de forma concreta, foi perguntado a cada morador da comunidade se, após a sua participação em cada reunião, ele saía sabendo como seria o projeto de sua casa nova.

Gráfico 17 - Análise da Subcategoria C-4



Fonte: o autor

Os resultados sinalizaram que, do total entrevistado, 18 pessoas (40%) afirmaram sair com dúvidas, 13 (28%) entendiam de forma parcial, e as 12 pessoas restantes (26%) indicaram que voltavam para suas casas esclarecidas.

Esses números refletem que ainda existem barreiras de comunicação relacionadas ao fato de que o receptor não recebe a mensagem ou a recebe de forma inadequada. Na verdade, muitos dos problemas comuns que ocorrem nas relações interpessoais acontecem justamente por problemas de comunicação. Ao cruzar este fato com a pesquisa junto às comunidades, o problema pode residir na ineficiência com que a informação é assimilada, gerando um processo equivocado na interpretação e decodificação da linguagem apresentada pelos técnicos.

Nesse caso, a dificuldade de comunicação pode ter agido como um redutor na capacidade de entendimento das mensagens, gerando ruídos que levaram à desinformação generalizada.

Algumas respostas abaixo exemplificam o exposto:

Galáxia (CRNC): - “Vou tentando imaginar o melhor, entendendo ou não”.

Pérola (LVS): - “Vou embora, mas não sei”.

Urano (CRNC): - “Quase nada, eles falavam difícil”.

Ametista (LVS): - “A gente espera mais, muitas vezes ficamos no ar”.

Citrino (LVS): - “Não, porque sempre ficou uma dúvida”.

Plutão (CRNC): - “Nem sempre. É confuso, não falam o que deveriam falar”.

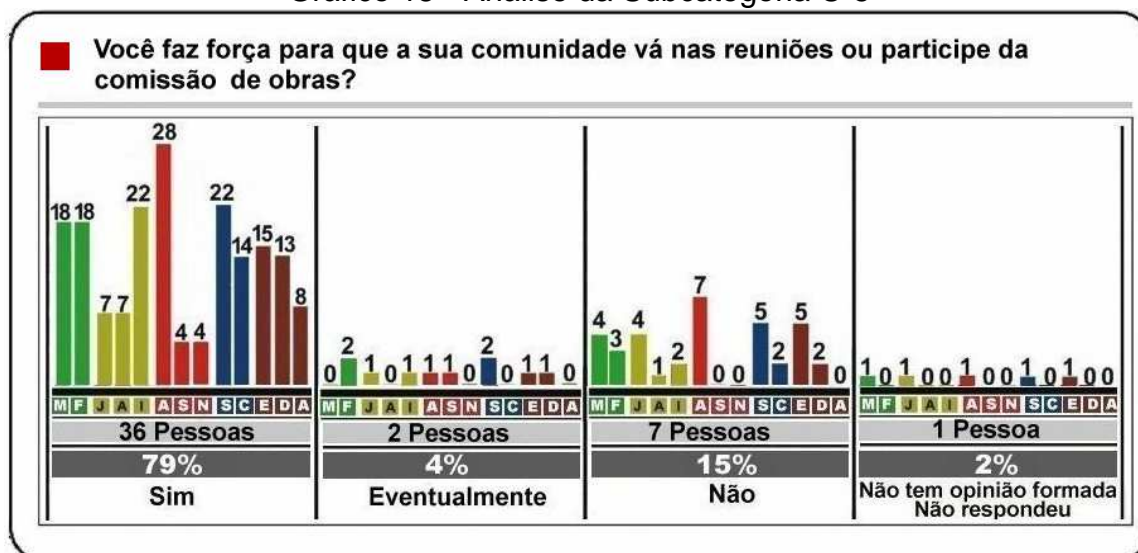
Tem-se, então, que a busca de uma alternativa capaz de atenuar essa situação reside no fortalecimento da participação comunitária como forma de pressão no corpo técnico a fim de obter respostas para demandas comunitárias. Para tanto, essa ação deve refletir uma mobilização eficaz por parte da comunidade, reforçando a importância da participação como instrumento de organização e consciência política e social.

Mas, será que as comunidades têm consciência da importância de sua participação dentro das reuniões?

Subcategoria C-5: o poder da mobilização

A última subcategoria de pesquisa perguntou aos entrevistados se eles motivavam os seus vizinhos a participar das reuniões ou mesmo a integrar a comissão de moradores que fiscalizam os projetos e obras de suas casas.

Gráfico 18 - Análise da Subcategoria C-5



Fonte: o autor

O resultado revelou um dado positivo quanto ao fortalecimento comunitário: 36 pessoas (79%) afirmaram empenhar-se em convidar seus vizinhos para as reuniões. Do restante, duas pessoas (4%) relataram que convidam de forma eventual, ao passo que sete entrevistados (15%) não consideraram importante o

fato de convidar seus vizinhos. É necessário ressaltar que cada resposta dada adquire relevância no processo de mobilização comunitária.

Desta forma, cada indivíduo, considerando os motivos que julga importante para participar das reuniões, ao convidar seus vizinhos, transfere parte de suas expectativas para a comunidade de forma a compartilhar os esforços na busca de soluções para os problemas coletivos, lutando para melhorá-los.

4.3. Análise das entrevistas feitas com as lideranças comunitárias

Esta etapa analisa o conteúdo das entrevistas realizadas com as lideranças comunitárias, conselheiros, presidentes de associação, enfim, os representantes da comunidade junto ao poder público.

Importante referir que esta análise levou em consideração apenas o quesito qualitativo, em primeiro lugar, porque a partir de elementos oriundos das próprias comunidades as respostas dadas em cada entrevista alimentaram a planilha com os valores e percentuais quantitativos. Em segundo lugar, porque ao considerar que cada representante comunitário adquire a função de mediador comunitário, ele automaticamente insere-se como um decodificador que reinterpreta a informação para sua comunidade, classificado por Luiz Beltrão como Líder de Opinião. Dessa forma, as respostas relacionadas com as categorias definidas pela pesquisa foram analisadas sob a ótica do *folkcomunicador* e sua capacidade de interpretação junto à comunidade, a partir das informações transmitidas pelos técnicos. Os líderes, como o próprio Beltrão afirmou, são aqueles que “filtram as mensagens segundo os padrões consensuados nos grupos primários” (BELTRÃO: 2001 p. 14).

4.3.1. Categoria A: a exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental

O resultado da pesquisa mostrou que é imprescindível transgredir no uso da língua culta, adotando uma comunicação compatível e equilibrada, por vezes dramatizada, para que, por meio dessa, favoreça-se ao indivíduo da vila popular a compreensão do objeto proposto, no caso, as informações contidas nos projetos de arquitetura e urbanização.

Subcategoria A-1: participação comunitária

Quanto à maneira como foram convidados, os líderes, por se tratarem de representações comunitárias, citaram a Assessoria Comunitária do Demhab. As respostas foram coincidentes ao indicar que o poder público sempre os convidou oficialmente.

Subcategoria A-2: a importância das reuniões para a comunidade

Este quesito de avaliação reforça que, também para as lideranças, acompanhar o andamento dos projetos não significa simplesmente ficar aguardando passivamente dentro das casas, e que cada reunião simboliza um elemento de interação entre os técnicos e as comunidades. Nesse sentido, cabe ressaltar a resposta de um dos líderes entrevistados:

Líder 4 (LVS): - “A participação da comunidade é crucial para que os projetos atendam às necessidades reais e não somente a leitura de técnicos que muitas vezes desconhecem a realidade da região”.

Líder 2 (LVS): - “Certamente, esclarece muitas dúvidas”.

Líder 3 (LVS): - “Não só para a comunidade, também para o Setor Público”.

De outra parte, o sentido crítico ao formato em que estas reuniões são realizadas, faz com que outros líderes exponham o seguinte pensamento:

Líder 4 (LVS): - “Não, deveriam ser mais detalhadas”.

Líder 2 (CRNC): - “Os moradores não têm acesso”.

Líder 3 (CRNC): - “Os moradores são na maioria das vezes excluídos dos projetos do Demhab, por isso há tantos projetos *meia-boca(sic)*, medíocres, feitos por arquitetos qualificados, mas seguem a risca a cartilha do governo. Falta dignidade ao Demhab quando senta à mesa com as comunidades para mostrarem projetos fracos e medíocres numa linguagem técnica que nem eles próprios se convencem do que estão falando para as pessoas”.

Subcategoria A-3: o diálogo comunitário

Beltrão (1980), ao considerar as classes subalternas, fez uma detalhada classificação entre três grupos: os rurais marginalizados; os urbanos marginalizados e, finalmente, os culturalmente marginalizados, sejam rurais ou urbanos. Assim, como embasamento, esta pesquisa pesquisou o terceiro grupo classificado por Beltrão, os culturalmente marginalizados:

Constituem-se de indivíduos marginalizados por contestação à cultura e organização social estabelecida, em razão de adotarem filosofia e/ou política contraposta a ideias e práticas generalizadas da comunidade. Desse modo, forçada ou voluntariamente, tais grupos se acham apartados dos demais que, entretanto, procuram atrair às suas fileiras, utilizando no proselitismo métodos e meios acessíveis ao público rural e urbano a que se destinam suas mensagens, sejam convencionais ou de folk, que manejam com habilidade e audácia (BELTRÃO, 1980, p. 103).

Visando conhecer as posições dos líderes sobre o formato de comunicação presente no diálogo entre os técnicos e as comunidades pesquisadas, as respostas coletadas evidenciaram diferentes entendimentos:

Líder 2 (CRNC): - “Algumas. Eles não são claros”.

Líder 3 (CRNC): - “O Demhab engrandece muito os seus projetos para as comunidades. Passam uma ideia que não é o que as pessoas querem, mas elas se calam por medo de perderem o que tem, ou represálias por parte do governo.

Líder 2 (LVS): - “Claramente e quando há alguma dúvida pedimos esclarecimentos.

Líder 3 (LVS): - “Às vezes a tecnocracia não consegue transmitir, mas após algumas falas, o retorno serve para ambos.

Algumas posições são efetivamente, contraditórias, porém todas remetem à necessidade de maior esclarecimento, ou seja, os líderes não consideram eficaz o formato de comunicação existente entre os técnicos e as comunidades por eles assistidas.

Subcategoria A-4: processos de (in) comunicação comunitária

Perguntou-se às lideranças se os técnicos utilizavam uma linguagem que pudesse favorecer a comunicação durante as reuniões. Uma vez mais, algumas repostas foram contraditórias, deixando margem quanto à eficácia do processo:

Líder 1 (CRNC): - “Sim”.

Líder 2 (CRNC): - “Sim”.

Líder 3 (CRNC): - “Os técnicos do Demhab falam uma linguagem que as comunidades não entendem, muitas vezes, as pessoas ficam com mais dúvidas porque falam muito difícil. Confundem a cabeça das pessoas e se irritam quando alguém não entende ou quando entendem e perguntam demais, deixando eles sem respostas”.

Líder 1 (LVS): - “Eu, particularmente, consigo entender”.

Líder 2 (LVS): - “Depende de quem vai apresentar”.

Líder 3 (LVS): - “Parcialmente, sim”.

Subcategoria A-5: materiais apresentados nas reuniões

Em cada reunião com a comunidade, o técnico utiliza elementos gráficos (audiovisuais), que facilitam a exposição dos conteúdos que deve apresentar.

Cada material utilizado deve ser compreendido como um instrumento de desenvolvimento assistido, fundamental no processo de comunicação. Mas o que as lideranças entrevistadas pensam do material apresentado:

Líder 1 (CRNC): - “Poderia ser mais declarado (claro)”.

Líder 2 (CRNC): - “Eu acho que poderia ser simplificado e apresentado em tamanho maior”.

Líder 3 (CRNC): - “Podem ser melhorados. Eu acharia melhor se as lideranças comunitárias, que são as representantes da comunidade e sabem o que elas querem, ajudassem nos projetos”.

Líder 4 (CRNC): - “A comunicação é de suma importância e sempre melhorar é importante”.

Líder 1 (LVS): - “São legais. Hoje podemos desenhar no computador verdadeiros projetos com desenhos parecidos com a realidade”.

Líder 3 (LVS): - “Além da tecnologia do *Google Earth*, fotos reais com suas qualidades e deficiências”.

Líder 4 (LVS): - “Poderia ser mais completo em relação a todo o contexto do projeto”.

A maioria das respostas evidencia a importância dos materiais apresentados e indicam que eles devem ser melhorados, porém, chama a atenção que alguns líderes entendem a necessidade da qualificação tecnológica.

A informática e a computação são tão presentes no mundo atual, que a utilização de recursos gráficos de animação, fotográficos e até mesmo utilizando imagens de satélites são elencados por alguns conselheiros. Ou seja, a evolução evidenciada passa também pelo âmbito tecnológico.

4.3.2. Categoria B: o estereótipo da pobreza marginal

Subcategoria B-1: a comunicação e linguagem como requisitos de ascensão social

Adotar os pressupostos da Folkcomunicação significa compreender a importância de um processo alternativo de comunicação, gerado no interior das comunidades, mas, também, reconhecê-lo como elemento de desenvolvimento social desses grupos marginalizados, classificados por Beltrão.

Buscando analisar esse processo entre as comunidades de baixa-renda e o poder público, a pesquisa perguntou aos líderes comunitários se apenas o fato de falar a língua de forma correta (cult) permite que uma pessoa seja tratada de forma diferenciada na sociedade:

Líder 1 (CRNC): - “Acho que sim”.

Líder 2 (CRNC): - “Não”.

Líder 3 (CRNC): - “Na minha opinião não. Tem que ter verdade e clareza no que é falado.

Líder 4 (CRNC): - “Falar o português correto é uma coisa. Complicar o português é outra coisa. Não acho que seja mais importante”.

Líder 1 (LVS): - “Não, beleza ou palavras bonitas não convencem”.

Líder 3 (LVS): - “Um *blá-blá-blá* (sic) de alto nível é legal, mas a pessoa tem que saber onde ela está”.

Líder 4 (LVS): - “Não, apenas teve oportunidades distintas”.

Subcategoria B-2: linguagem técnica x linguagem comunitária

Muito embora a linguagem técnica faça parte dos projetos em qualquer organização, sua utilização deve ser aplicada conforme o grau de exigência de sua necessidade.

Beltrão (1980), ao detectar as manifestações presentes nas chamadas classes subalternas, compreendeu que era fundamental trabalhar a comunicação, compatibilizando a sabedoria e os valores dos grupos comunitários com o conhecimento da chamada cultura intelectual ou norma culta.

Alguns líderes comunitários, questionados sobre qual a possibilidade de entendimento, por parte das comunidades, daquilo que os técnicos apresentam com o uso de linguagem específica ou materiais diversos nas reuniões, responderam:

Líder 1 (CRNC): - “Acho que é possível”.

Líder 2 (CRNC): - “Se eles fossem mais claros nas explicações, sim”.

Líder 3 (CRNC): - “Algumas vezes esta é a ideia que é passada”.

Líder 4 (CRNC): - “Errado, a pessoa deve sempre receber a informação correta, independente da linguagem”.

Líder 4 (LVS): - “Teoria não é prática. Deve haver ambos e quem não sabe. prende. Basta querer”.

Subcategoria B-3: exclusão social pela dificuldade de compreensão

Esta análise acompanha o delicado processo de desenvolvimento nacional: a exclusão social. Lembrando que a noção de exclusão social apresentada nesta pesquisa está ligada diretamente à diminuição ou ausência de vida, de qualidade social, o que influencia no processo da conquista da cidadania. Ou seja, viver de forma segregada e precária, sem acesso a um mínimo de dignidade social.

Do ponto de vista da comunicação social, classificar a exclusão social também remete aos fundamentos pioneiros de Beltrão, na superação das barreiras que isolam os grupos sociais através de uma comunicação equivocada e redutora dos direitos cidadãos. Para o teórico, precursor da Folkcomunicação, a

“Comunicação é o problema fundamental da sociedade contemporânea” (BELTRÃO, 2001, p. 53).

Muitas vezes, esta relação de poder do conhecimento, relacionado com a forma como é transmitido, pode gerar situações de conflito, criando problemas no relacionamento, por vezes até constrangimento.

Mas e o que os líderes comunitários pensam a este respeito, considerando a sua relação com os técnicos, arquitetos e engenheiros do Demhab?

Líder 2 (CRNC): - “Já me senti constrangido”.

Líder 3 (CRNC): - “A impressão que dá é que eles fazem questão de mostrar que são superiores a nós. Muitas vezes somos até humilhados quando vamos até eles, nos recebem com descaso e nos desprezam por ter de nos atenderem: pessoas de vila e eles de nível acadêmico.

Líder 4 (CRNC): - “Não, porque se eu não entendo, pergunto”.

Líder 1 (LVS): - “Não entendi um termo técnico e por ser representante da comunidade fiquei com vergonha de perguntar”.

Líder 2 (LVS): - “Não, eu sou comunicativa, portanto não fico com dúvidas”.

Líder 3 (LVS): - “Eu pergunto, *cato*. Vou atrás da informação”.

Subcategoria B-4: a eficácia no processo de comunicação

Na busca da eficiência, um processo de comunicação deve conhecer e respeitar o público com o qual vai interagir. Lembrar sempre de apresentar o conteúdo com clareza, respeitando a limitação do receptor, suas características, interesses e expectativas. Acredita-se que o mesmo princípio deve valer nas reuniões comunitárias, onde os técnicos devem levar em consideração as possíveis dificuldades de compreensão de grupo social envolvido.

Algumas respostas dadas pelos líderes comunitários expressam até que ponto as colocações acima são adotadas pelos técnicos:

Líder 1 (CRNC): - “Acho que poderia se declarar mais”.

Líder 2 (CRNC): - “Eu acho que o Demhab deveria orientar a comunidade fazer coisas”.

Líder 3 (CRNC): - “Eles deveriam ir nas vilas e conhecer todas as situações para depois fazerem os desenhos”.

Líder 4 (CRNC): - “Falta apoio técnico e linguagem diferenciada para a comunidade entender”.

Líder 3 (LVS): - “O ideal seria 100%, mas quem não participa, acompanha, mas não deixa de saber”.

Subcategoria B-5: a construção em conjunto

A construção do conhecimento na ótica de Paulo Freire (1987) se inicia pelo sujeito e tem como base o diálogo permanente, respeitando o pensamento social, seja individual ou coletivo.

Para Freire, este respeito, ao saber popular, implica necessariamente o respeito ao contexto cultural, ao local. Assim, para a execução bem sucedida de um projeto é necessária, antes de tudo, uma questão de eficácia na comunicação local, onde o diálogo é condição necessária para penetrar os diversos níveis do saber comum.

Por outro lado, ao evidenciar que a “participação reclama comunicação”, Beltrão (1974) incorpora os preceitos da Folkcomunicação ao saber popular, contribuindo na identificação e valorização das lideranças como intérpretes e difusores das mensagens de interesse dos grupos minoritários. Aproveitando o argumento de valorização das lideranças, a pesquisa perguntou aos representantes da comunidade se alguma vez eles tinham sido convidados a participar da elaboração dos projetos. As respostas foram estas:

Líder 1 (CRNC): - “Nunca pediram”.

Líder 2 (CRNC): - “Não”.

Líder 3 (CRNC): - “Nunca, eles já vêm com o projeto pronto e têm que aceitar na verdade ninguém reclama muito, aceitam.

Líder 4 (CRNC): - “Não, nunca”.

Líder 1 (LVS): - “Não”.

Líder 2 (LVS): - “Não”.

Líder 3 (LVS): - “Projeto de casa embrião, mutirão”.

Líder 4 (LVS): - “Não”.

Os resultados apresentados, repetindo o mesmo índice das entrevistas realizadas com os moradores (o que descarta uma coincidência), mostram que

aproximadamente 90% das respostas dadas pelos líderes foram negativas. Dos oito líderes entrevistados, apenas um, referiu ter sido convidado para opinar sobre um projeto de casa em mutirão.

4.3.3. Categoria C: o poder da língua

Subcategoria C-1: o poder da representatividade comunitária

Este quesito diz respeito à importância que a liderança classifica o seu próprio papel como representantes da comunidade. É sabido que, quanto maior o envolvimento das lideranças comunitárias na busca de melhores condições de vida para os moradores, melhores são os índices de participação e mobilização social agregadas.

Os líderes devem estar compromissados com o bem estar da sua comunidade, escutando, orientando, refletindo e agindo com a legítima autoridade de quem foi nascido e criado no mesmo local, com a vivência e conhecimento necessários para desempenhar este papel. Mas, será que os líderes entendem que são valorizados dentro da comunidade?

Líder 1 (CRNC): - “Acho que sim”.

Líder 2 (CRNC): - “Com certeza, sim. Isto se chama participação”.

Líder 3 (CRNC): - “Isso é o que deveria ser feito, afinal de contas os moradores são mais capacitados para ajudar, pois são eles que vão usufruir”.

Líder 1 (LVS): - “Sim”.

Líder 2 (LVS): - “Sim, com certeza. Ambos teriam muito mais ânimo, criatividade”.

Líder 3 (LVS) :- “Sim”.

Subcategoria C-2: a importância da vivência comunitária

A história de uma comunidade é seu registro de identidade. Quando uma comunidade luta para atingir seus objetivos ela automaticamente adquire consciência de seu poder, reunindo forças para superar suas dificuldades. Porém,

para que isso aconteça é necessário um período de tempo para que ela atinja sua maturidade.

Pois, esse tempo, que forja o desenvolvimento do núcleo comunitário, da mobilização em torno de objetivos comuns, é à base de um grupo social organizado.

Os moradores já referenciaram em suas respostas, afirmando que o poder público não leva em consideração esse pré-requisito no momento da concepção dos projetos, mas e os líderes, o que pensam?

Líder 1 (CRNC): - "Acho que a comunidade é importante".

Líder 2 (CRNC): - "Eu acho que a comunidade tem dúvida.

Líder 3 (CRNC): - "O Demhab tem que se atualizar nos seus projetos e acompanhar a evolução da comunidade. Fazer desenhos mais modernos e inteligentes".

Líder 4 (CRNC): - "Não acredito, pois o que vejo não condiz com uma história considerada da comunidade".

Líder 1 (LVS): - "Acho que não devemos modificar repentinamente o modo que as pessoas vivem".

Líder 2 (LVS): - "É difícil dizer, creio que sim".

Líder 3 (LVS): - "As culturas são parecidas, mas existem particularidades, detalhes étnicos".

Líder 4 (LVS): - "Não (nem sempre ou poucas vezes)".

Mais uma vez os resultados foram praticamente unânimes e, infelizmente, demonstram que também os líderes não consideram a hipótese de que o poder público aceite suas sugestões no momento de desenvolver os projetos.

Impossível falar em vivência ou identidade comunitária sem que seja lembrado o pensamento de Beltrão que, ao considerar os moradores de uma comunidade ou agentes dos meios populares (como ele referia), buscou a construção de uma identidade brasileira, através da Folkcomunicação.

Subcategoria C-3: o poder da informação comunitária

Produzido pelos próprios moradores, a comunicação comunitária vem a cada dia ganhando mais força ao enaltecer o saber do povo. A interatividade do

processo, reforçado com a presença dos líderes, ao prestar serviços à comunidade, incentiva a mobilização ao mesmo tempo que valoriza a cultura local.

Quando a informação deve vir de fora, como a dos técnicos, arquitetos e engenheiros responsáveis pela habitação de interesse social, como os líderes participam?

Perguntados sobre o formato de comunicação presente na relação com o corpo técnico, eram transmitidas de forma clara, alguns líderes responderam:

Líder 1 (CRNC): - “Mais ou menos”.

Líder 2 (CRNC): - “Quando a comunidade for partidária, sim”.

Líder 3 (CRNC): - “Não. Eles marginalizam as comunidades de vila. Achem que pelo fato de as pessoas não terem cultura, são *burras(sic)*”.

Líder 1 (LVS): - “Sim, mas usa muitas palavras técnicas”.

Líder 2 (LVS): - “Depende muito do representante que acompanha a comunidade”.

Líder 3 (LVS): - “O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social ajudou na aproximação, *quebrou-se mais o gelo*”.

As respostas mostram um grande percentual de desconfiança quanto à eficácia desse formato de comunicação. Porém, pela primeira vez, um entrevistado levantou um questionamento do ponto de vista político. Foi um fato isolado, portanto, não se configura como uma categoria verificada *a posteriori*, porém é necessária a sua referência.

Subcategoria C-4: o poder do esclarecimento comunitário

As reuniões, como espaço de interação, reforçam a importância da necessidade da troca de informações, onde a comunidade é protagonista, participante na construção de sua cidadania.

Na verdade, a eficiência deste processo interativo reside no formato de comunicação presente entre os técnicos e a comunidade, visando à melhoria dos procedimentos, técnicas e métodos, a fim de qualificar a informação sobre os projetos de suas casas. O maior desafio dos líderes de opinião nesse processo não somente é passar a informação, mas fazer com que a comunidade saiba interpretá-

la. Sobre esse quesito os líderes responderam se, ao final das reuniões, além dos moradores, também eles entendiam as informações passadas pelo corpo técnico:

Líder 1 (CRNC): - “Não”.

Líder 2 (CRNC): - “Não, nunca”.

Líder 3 (CRNC): - “Sim, saia com muitas dúvidas. Mas como a opinião e indicação das pessoas não conta muito, as dúvidas não são esclarecidas e só aumentavam.”

Líder 4 (CRNC): - “Às vezes”.

Líder 1 (LVS): - “Sim, porém o desenho da casa dá uma visão imaginária, mas quando a obra ficar pronta a realidade será diferente”.

Líder 2 (LVS): - “Conforme o técnico que acompanha, muito desenvolvida e esclarecedora”.

Líder 3 (LVS): - “Na primeira é difícil, mas o processo do diálogo, ambos devem utilizar”.

Líder 4 (LVS): - “Em termos”.

Subcategoria C-5: o poder da mobilização

O último quesito analisado envolve a força da mobilização comunitária.

A união comunitária é fruto de uma ação plural, onde diversos segmentos devem estar envolvidos no processo de construção da cidadania.

O papel da liderança é coordenar este processo de participação interna, aglutinando os moradores em torno de questões importantes, por vezes polêmicas, em objetivos comuns.

À luz da comunicação, a Folkcomunicação inovou ao adotar as características particulares dos grupos que vivem à margem dos direitos cidadãos, dedicando espaço especial à inserção dos grupos marginais, e ao permitir sua participação com a adoção de várias linguagens, ultrapassando as barreiras sócio-geográficas.

Nesse cenário, a reunião comunitária passa a significar um forte instrumento de participação que necessita da presença maciça dos moradores. Qual a participação dos líderes comunitários neste processo de convencimento comunitário? As respostas foram as seguintes:

Líder 1 (CRNC): - “Com certeza, sim. A comunidade deve estar presente”.

Líder 2 (CRNC): - “A desmobilização é culpa do governo”.

Líder 3 (CRNC): - “Sim. Mas as pessoas desacreditam muito no governo, por isso elas não têm animo para participar, até pelo desprezo que há entre a comunidade e o Governo (Demhab)”.

Líder 4 (CRNC): - “Sim, quando nos é informado, mas dificilmente estas informações chegam até a comunidade”.

Líder 1 (LVS): - “Sim”.

Líder 2 (LVS): - “Sim, mas poucos têm interesse pelo coletivo”.

Líder 4 (LVS): - “Sim”.

Os dados finais evidenciam que os líderes procuram fazer a sua parte, mas algumas referências ao descrédito do poder público preocupam, pois acabam por desestimular a participação comunitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho teve por objetivo evidenciar a importância do referencial humano nos processos comunicacionais, refletida na relação entre as comunidades do Loteamento Vale do Saldo e do Conjunto Residencial Nova Choclatão com os arquitetos responsáveis pelos projetos de habitação de interesse social de Porto Alegre. Ao considerar a urgência da revisão desse processo, sob a ótica das comunidades beneficiadas, a presente pesquisa reforçou o papel do arquiteto, não apenas como técnico, mas como agente social promotor da cidadania.

Relacionando o conceito de cidadania, através do direito à comunicação e o direito à moradia, demonstrou-se a necessidade do diálogo transdisciplinar como elemento de validação da participação comunitária. Assim, o fundamento teórico desta pesquisa adotou os pressupostos contidos nos preceitos da Educomunicação de Paulo Freire e na Folkcomunicação, através dos ensinamentos de Luiz Beltrão.

A história recente mostra que o Brasil das últimas décadas passou por grandes mudanças em seus padrões socioeconômicos. Houve um retrocesso nos indicadores de desigualdade devido ao aumento das oportunidades sociais e resgate dos direitos da cidadania. Este panorama favorável foi fruto de ações coletivas que tornaram capazes recuperar a dignidade de uma população em situação de vulnerabilidade social, a partir das políticas de geração de renda, educação, saúde e acesso à moradia adequada. O quesito habitação de interesse social envolve uma complexa realidade ao abranger diversas etapas que antecedem a entrega das casas, necessitando do acompanhamento dos técnicos em cada momento dessa relação com as comunidades atendidas.

Ao identificar os principais pontos de análise nesse processo, a pesquisa detectou o sentimento de exclusão dos moradores na dinâmica de produção dos seus projetos. Essa situação, somada à dificuldade de comunicação entre os arquitetos e os moradores em questão, configurou-se como os maiores entraves no cumprimento das demandas propostas na política habitacional de Porto Alegre. A ausência do diálogo, denunciada pelos moradores ao longo da pesquisa, serviu para desqualificar o processo de comunicação existente, obrigatório em qualquer relação em que se preveja a participação comunitária como elemento referencial da participação popular.

A interpretação das respostas tornou-se um sinalizador valioso no processo, ao apresentar elementos que possibilitaram responder as questões de pesquisa, propostas no início da investigação, quais sejam:

De que forma as comunidades de baixa-renda recebem as informações a respeito dos projetos executados pelo Demhab e qual o grau de eficiência desse relacionamento, tomando como base o processo de comunicação estabelecido? A comunicação entre o poder público e as comunidades atendidas acontece de fato? E, finalmente, é possível admitir a inclusão social dessas comunidades, considerando o formato de comunicação que vem sendo praticado?

Através da visão dialógica de Freire, foi possível interpretar a forma de comunicação entre as comunidades de baixa-renda e os técnicos que executam os projetos do Demhab, bem como verificar o grau de eficiência desse relacionamento. Sempre analisando esse processo de comunicação pela ótica das comunidades, a pesquisa identificou que as lideranças comunitárias desempenham funções similares a dos líderes de opinião, assim denominados por Beltrão. Essa constatação permitiu estudar a dinâmica interna das comunidades, através da perspectiva de seus representantes.

A investigação aprofundou o tema a partir de três categorias de análise, assim dispostas:

- a) a exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental;
- b) o estereótipo da pobreza marginal, relacionando a carência cultural ao grau de pobreza do indivíduo; e
- c) o poder da língua (preconceito social ou linguístico?).

A partir da união desses elementos, foi possível penetrar no interior das comunidades, colhendo depoimentos importantes, seja a partir dos questionários de Grupo Focal ou nas entrevistas com as lideranças. Os resultados permitiram comprovar que, para as comunidades do Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolate, reconhecer o que está escrito em uma planta de arquitetura significa interpretar as informações para poder empregá-las de forma adequada.

A fim de facilitar a explicação dos pontos de conflito, cada categoria foi dividida em subcategorias, tornando o processo de avaliação mais detalhado. Importante, pois, referir que as considerações aqui apresentadas, respeitaram a

análise dessas subcategorias, avaliando o relacionamento das comunidades de baixa-renda com os técnicos do poder público sob o viés da comunicação comunitária.

A análise da primeira categoria tratou da exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental, aprofundando o tema através do formato de comunicação presente na relação entre as comunidades e os arquitetos do Demhab. Ao considerar a linguagem empregada nas reuniões comunitárias, essa subcategoria detectou a existência de barreiras devido aos componentes técnicos agregados (conceitos e símbolos) às atividades desenvolvidas pelo poder público em cada comunidade. Uma dura realidade, onde os participantes deveriam receber uma atenção especial, dada a sua fragilidade cultural, mas que, em sua dificuldade de compreensão, passam a ser ignorados e desprezados pela sociedade.

Com base nesse cenário, a subcategoria A-1 analisou a inclusão social através da participação comunitária nas reuniões com os técnicos do Demhab. O cotidiano comunitário como espaço de interação e de vivência comum é também o retrato da solidariedade. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou, a partir das respostas do Grupo Focal, a presença do sentimento de união comunitária. Os moradores afirmaram que apesar de serem convidados para as reuniões pelo Demhab por material impresso, telefonemas, carro de som ou mesmo a antiga rádio-poste, o sistema do boca a boca ainda foi o meio mais eficaz de mobilização da comunidade, não apenas pela simplicidade do gesto, mas pelo grau de confiabilidade dos indivíduos que os praticaram.

A importância do diálogo comunitário, explicitada na subcategoria A-2, com a troca de informações entre os moradores das comunidades pesquisadas e os técnicos, consolidou a ideia Freireana sobre a necessidade do diálogo como livre acesso ao conteúdo transmitido pelos arquitetos. Uma ação promotora de cidadania, através do relacionamento mútuo e espontâneo, fortalecendo o conceito de uma convivência saudável entre os saberes técnico e o popular.

A apreciação da subcategoria A-3 reafirmou o conceito de que o processo de comunicação informal ou popular é a melhor representação dos valores comunitários. Ao incorporar uma linguagem que não está presa aos padrões da gramática, ela permite um formato de comunicação que tem na simplicidade a base do diálogo cotidiano. Nesse sentido, os moradores ressaltaram, de forma

majoritária, que a linguagem empregada pelos técnicos é inacessível, advertindo aos arquitetos de que o ato de comunicar exige clareza da transferência dos conteúdos específicos para não configurar-se como mais um obstáculo dentro do processo.

A avaliação da subcategoria A-4 indicou que os materiais apresentados pelos arquitetos não são bem compreendidos pelas comunidades de baixa-renda, considerando a sua condição cultural. Os dados de pesquisa permitiram avaliar o sentimento do grupo, sobretudo a percepção daqueles indivíduos que não dominam as habilidades de leitura e escrita. Detectou-se que, mesmo os moradores alfabetizados têm dificuldade em absorver as informações passadas pelos técnicos, a partir do material de apoio apresentado (plantas com os projetos e perspectivas, cartazes informativos, fotografias e elementos audiovisuais).

Ao pesquisar a subcategoria A-5, o objetivo foi compreender de que maneira a comunidade pode interferir em seu processo de inclusão social, através da proposição de alternativas e sugestões para a melhoria da relação com os técnicos.

Os resultados alertaram para a necessidade de melhorar o formato das reuniões, evidenciando o desejo da comunidade para que a linguagem empregada fosse adaptada à sua realidade e que as imagens apresentadas (desenhos e plantas) fossem mais bem representadas, incluindo a inserção de vídeos, como ferramenta qualificadora do processo.

Dessa forma, foi possível compreender a dura realidade vivida pelas comunidades que, mesmo fazendo força para superar suas dificuldades, passam a ser ignoradas e desprezadas pela sociedade. Ficou claro, também, que o poder público deveria dar atenção especial a esse relacionamento, considerando o diálogo transdisciplinar como instrumento de desenvolvimento cultural comunitário, um dos pontos que devem ser revisados nesse processo.

A segunda categoria de pesquisa examinou o estereótipo da exclusão social, derivada da pobreza no Brasil, entendendo-a como um dos elementos primordiais da pesquisa, estando diretamente associado ao formato de vida do grupo em situação de vulnerabilidade. Em se tratando do tema habitação social, a dura realidade da exclusão social reproduz o estereótipo da pobreza marginal urbana como um preconceito imposto às comunidades socialmente segregadas

nas áreas periféricas de Porto Alegre. Esses indivíduos, a partir da regularização de sua situação social nos projetos habitacionais, passaram a dispor do acesso de todos os serviços públicos, incluindo o direito à informação.

A subcategoria B-1 avaliou o entendimento das comunidades sobre a importância de falar corretamente, como requisito para a sua ascensão social, relacionando a pobreza desses grupos marginalizados com o seu grau de instrução. Para esse fim, a pesquisa parametrizou o universo analisado, detectando que, do seu total, 80% eram alfabetizados, e verificou, a partir das respostas dos moradores, que o uso da norma culta como fator de seu desenvolvimento social não é levado em consideração pelos moradores das comunidades pesquisadas. Na visão deles, esse conhecimento adquirido não se traduz em valorização social e o poder de uma pessoa não está no conhecimento da língua ou no seu jeito de falar.

Sempre buscando compreender o estereótipo da pobreza relacionada ao grau de conhecimento popular, a subcategoria B-2 examinou se a comunidade entende que um indivíduo com pouca ou nenhuma instrução consegue absorver o conteúdo repassado pelos técnicos do Demhab, em cada reunião comunitária. Os moradores rechaçaram essa ideia ao reforçar que o fato de não dominar corretamente a língua não lhes coloca em posição de inferioridade perante os técnicos, e que as dificuldades existentes residem na própria maneira do Demhab se comunicar.

A análise da subcategoria B-3 percorreu o mesmo caminho ao apreciar a existência de alguma alteração de comportamento no relacionamento entre os moradores das comunidades e os arquitetos do Demhab, durante as reuniões. Foi constatado que a comunidade reconhece a necessidade da relação com os arquitetos, mas, ao mesmo tempo, exige que sua opinião seja ouvida, independentemente do grau de instrução presente nesse processo de participação comunitária.

Como enfatizado nesta pesquisa, a função precípua das reuniões comunitárias reside na possibilidade que os moradores têm de receber as orientações necessárias dos arquitetos sobre como serão os seus projetos. A pesquisa questionou sua eficiência, considerando os processos de comunicação voltados à habitação social, e constatou, a partir dos resultados apresentados na subcategoria B-4, que a falta de informação relatada pelos participantes se

confunde com a prática de uma comunicação feita de maneira equivocada, conduzindo a uma absorção duvidosa sobre os conteúdos expostos pelos arquitetos. Esses dados evidenciaram que as reuniões, principal instrumento de comunicação nesse processo, não têm atingido seu objetivo de esclarecer as dúvidas das comunidades.

A participação comunitária na política de habitação social, como um fundamento básico da cidadania, foi debatido na categoria B-5 ao referendar as reuniões como espaço aberto para as discussões dos moradores e seus conselhos representativos com os técnicos do poder público. Os resultados demonstraram que as comunidades vêm sendo excluídas do processo de concepção dos projetos de habitação, sinalizado no grau de inconformidade das respostas, evidenciando nos moradores um grave sentimento de desestímulo ao não terem suas ideias aceitas por muitos arquitetos.

A análise da terceira e última categoria, ao examinar a possibilidade do preconceito social através do poder da língua, considerou que, a partir de sua utilização como um instrumento natural no processo de comunicação humana, a linguagem adquire uma força poderosa quando empregada socialmente. Assim, a presente pesquisa evidenciou nessa categoria o poder refletido no processo de comunicação entre as comunidades de baixa-renda e os arquitetos, avaliando de que maneira essa complexa relação pode ser configurada como preconceito social ou linguístico.

O poder da comunicação como fruto de um pensamento que se manifesta de forma viva, através da linguagem, democraticamente, permite a qualquer ser humano exteriorizar suas ideias. Essa afirmação possibilitou compreender, a partir da subcategoria C-1, que a linguagem técnica, utilizada pelos arquitetos, tem influência nesse processo de comunicação também com os representantes das comunidades de baixa-renda. Ao referendarem a importância da participação das suas lideranças nas reuniões, as comunidades evidenciaram um elevado grau de confiança em seus representantes, que neste trabalho, têm conotação idêntica aos líderes de opinião, descritos por Beltrão (2001).

A compreensão da história de uma comunidade pressupõe o conhecimento de seus usos e costumes, respeitando a bagagem cultural que marcou a sua trajetória de vida, a fim de desconstituir muitos dos preconceitos existentes.

A subcategoria C-2 constatou que as comunidades pesquisadas não acreditam que os técnicos do poder público levem em consideração a vivência comunitária no momento da concepção de seus projetos de habitação. Ao acenar negativamente, a maioria dos moradores entrevistados reforça a ideia do preconceito social ao não serem chamados a participar com suas opiniões.

Esta pesquisa, reconhecendo a importância da comunicação, assinalou na subcategoria C-3 a necessidade da aproximação, através do diálogo, entre os arquitetos e as comunidades por eles atendidas, a fim de que se estabeleça uma relação de confiança. A comunidade demonstrou que esse diálogo realmente aconteceu de forma quantitativa, porém, qualitativamente deixou a desejar. Significa admitir que numericamente ele existiu como um direito (uma obrigação legal), mas que, de fato, o diálogo de forma agregadora e participativa foi nulo.

Por sua vez, a subcategoria C-4 examinou o poder do esclarecimento comunitário, a partir do entendimento efetivo dos grupos pesquisados no momento em que são apresentados os projetos pelos arquitetos. Os moradores sinalizaram que ainda existem muitos obstáculos nesse percurso de consolidação da cidadania, através dos processos de comunicação, ao externarem suas dificuldades em interpretar o significado da linguagem utilizada pelos técnicos do poder público.

A urgência sobre a necessidade de alterar esse quadro foi evidenciada através da subcategoria C-5, ao abordar a conscientização dos moradores através da sua mobilização junto ao poder público, a fim de participar mais ativamente no processo habitacional, desde a concepção dos projetos até sua entrega final.

A partir dessa constatação, as comunidades foram instigadas a responder se eles próprios motivavam os seus vizinhos a participar das reuniões, e as respostas apresentaram um resultado alentador: a grande maioria, ao considerar importante resgatar esse poder de participação, afirmou que se empenha em aumentar o número de participantes em cada reunião como um despertar da consciência participativa.

Com relação às entrevistas abertas, realizadas com os líderes comunitários, foi possível verificar que a maioria dos moradores respeita seus líderes, não apenas como representantes legais, mas também pelo sentimento de doação que esses indivíduos desenvolvem nas comunidades.

Na análise das entrevistas feitas com as lideranças comunitárias, pode-se perceber que os líderes de associação de moradores, aos serem entrevistados, evidenciaram que a participação nas reuniões com os arquitetos permitiu aprimorar suas atuações enquanto conselheiros, intensificando o compartilhamento das informações técnicas com os saberes comunitários. Esse pensamento, identificado na subcategoria A-2, é coerente com o conceito de líder de opinião (Folkcomunicação), demonstrando a necessária integração entre as lideranças e os moradores junto ao processo de comunicação com os técnicos do Demhab.

A possibilidade do diálogo, como fator essencial na troca de experiências, foi considerada pelos líderes como uma necessidade no processo de aproximação entre os arquitetos e as comunidades de baixa-renda. Na subcategoria A-3, os entrevistados demonstraram sua discordância quanto à forma com que as informações são repassadas pelos técnicos ao afirmarem que a relação carece de um diálogo alternativo, onde o conteúdo seja transmitido de forma popularmente compreensível.

Por essa razão, os entrevistados preconizaram a urgência de que os arquitetos utilizem uma linguagem que favoreça o processo de comunicação com as comunidades de baixa-renda no momento das reuniões de projeto.

Essa preocupação, que aumenta quando a informação é repassada pelos materiais apresentados nas reuniões (impressos ou áudios-visuais,) tem como dever facilitar o entendimento do conteúdo exposto. Nesse sentido, na categoria A-4 os líderes entenderam que, acompanhando o avanço tecnológico, esses materiais devem evoluir no seu aprimoramento como forma de modernizar e qualificar sua utilização.

A pesquisa evidenciou a necessidade da qualificação dos processos de comunicação, também na subcategoria A-5, ao assinalar que os representantes comunitários, no papel de mediadores, demonstraram apreensão com os técnicos do Demhab por eles deixarem os moradores sem informação.

Na análise da subcategoria B-1, ficou demonstrado que os líderes não consideram primordial o uso da língua culta para que os indivíduos se destaquem socialmente

De fato, muito embora a linguagem técnica seja própria dos projetos de habitação social, sua utilização deve ser aplicada conforme sua necessidade.

Partindo dessa definição, os líderes evidenciaram na categoria B-2 que o entendimento por parte dos moradores seria facilitado se os arquitetos fossem mais claros na sua forma de transmitir os conteúdos, alterando alguns termos técnicos por outros mais usuais.

A análise da subcategoria B-3 tratou da exclusão social, vinculada à dificuldade de compreensão do indivíduo. Os líderes destacaram que a relação entre a comunidade e os arquitetos necessita ser revisada, a fim de evitar o seu desgaste, mantendo os níveis de respeito mútuo.

Tal qual evidenciado na Folkcomunicação, a eficiência dos processos de comunicação que os indivíduos, culturalmente marginalizados, têm como prerrogativa conhecer e respeitar o público com o qual se deve interagir. Na subcategoria B-4 os líderes enfatizaram que os arquitetos, durante o processo de comunicação, acabam não respeitando os interesses e as expectativas dos moradores ao não considerarem as suas dificuldades de compreensão.

Uma compreensão mútua e que dever ser concebida em conjunto, dividindo o poder presente no momento de sua construção. Seguindo o argumento de valorização das lideranças, na subcategoria B-5 verificou-se que os representantes das comunidades não têm sido convidados pelos técnicos a dar sua opinião no momento da concepção dos projetos.

Analisando a Categoria C: o poder da língua, questionou-se a importância que as lideranças comunitárias atribuem ao seu próprio papel como representantes das comunidades de baixa-renda. Nesse contexto, os líderes afirmaram reconhecer o valor de sua representatividade e o valor que os moradores lhe atribuem.

A importância da vivência comunitária nos projetos foi o tema abordado na subcategoria C-2, onde os líderes comunitários demonstraram que o poder público não considera a bagagem de vida dos moradores como pré-requisito ao conceber os projetos em que eles próprios vão habitar.

A relação sobre a forma de transmissão dos conteúdos como um poder de comunicação, por parte dos arquitetos, foi abordada na subcategoria C-3. Nela as lideranças comunitárias demonstraram pessimismo e desconfiança sobre a eficácia desse procedimento por parte dos técnicos, ressaltando novamente que o poder da informação deve ser caracterizado pela aceitação das ideias dos moradores.

A subcategoria C-4, ao considerar as reuniões como locus de intercâmbio das informações, enfatiza que a marca de sua eficiência reside na interação entre os seus participantes. Sobre esse quesito, alguns líderes responderam que, ao final das reuniões, além dos moradores, também eles sentiam-se confusos com as informações passadas pelo corpo técnico.

Ao evidenciar o poder da mobilização comunitária, a subcategoria C-5 entende o seu valor como uma ação plural entre os diversos segmentos da comunidade, com o objetivo de melhorar as condições de vida e o desenvolvimento da cidadania. Em suas respostas, os líderes comunitários ratificaram esse pensamento, enfatizando a importância do convencimento comunitário como forma de fazer valer sua necessidade de informação sobre os seus projetos de habitação.

Ao finalizar essa rápida digressão sobre o pensamento dos moradores ou pela visão apurada dos líderes comunitários, a presente pesquisa procurou demonstrar que o processo de comunicação somente terá sua qualificação a partir da preocupação dos arquitetos do poder público em adotar uma linguagem adequada em sua relação com as comunidades de baixa-renda.

Entende-se que os arquitetos devem transmitir a informação de maneira que favoreça a apresentação dos conteúdos técnicos para um público tão específico quanto o das comunidades em grau de vulnerabilidade social. A pressuposição por parte dos arquitetos de que o conhecimento técnico – apreendido nos meios acadêmicos e propagado no universo fechado dos escritórios de arquitetura e urbanismo – pode ser assimilado (ou minimamente compreendido) por cada morador de uma comunidade carente permite entender as dificuldades presentes nesse tipo de comunicação.

Fica evidente, a partir das afirmações da comunidade, que esse procedimento seria uma grande oportunidade que o ente público teria de abdicar da decisão unilateral dos projetos, no que se refere aos conceitos comunitários, dividindo o poder decisório e trabalhando de maneira conjunta com a comunidade. É imprescindível transgredir no uso da língua culta, adotando uma comunicação compatível e equilibrada, e até dramatizada, se necessário. Com o avanço dos recursos tecnológicos, é possível empregar uma tecnologia mais moderna e adequada que favoreça a compreensão por parte dos indivíduos das comunidades de baixa-renda.

Ao analisar o comportamento dos pesquisados, tendo a comunicação como agente de inclusão social, a presente pesquisa reconheceu o sentimento de angústia dos moradores na busca de uma relação adequada com os técnicos, que lhes possibilite saber, de maneira correta, como serão os projetos que irão mudar as suas vidas. Tem-se, então, que a busca de uma alternativa capaz de atenuar essa situação passa pelo fortalecimento da participação comunitária, como forma de pressionar o corpo técnico, a fim de obter respostas adequadas para demandas comunitárias. Para tanto, essa ação deve refletir uma mobilização eficaz por parte da comunidade, reforçando a importância da participação como instrumento de organização e consciência política e social.

O resultado dessa complexa relação será a valorização social desses atores, que, a partir de sua vivência comunitária, conferiram ao conjunto desse trabalho o cunho de responsabilidade social, unindo esforços particulares e coletivos na busca da inserção cidadã através do direito à informação.

A pesquisa reforçou, igualmente, a necessidade de abrir ao diálogo as ideias advindas das comunidades mais pobres, reforçadas pela compreensão de que não cabe somente ao intelectual produzir o conhecimento. Essa condição implica aceitar a heterogeneidade do saber como uma maneira de indicar o retorno à prioridade dos mecanismos de sociabilidade como condição existencial desses grupos marginalizados. Esse é o novo paradigma que se apresenta para um mundo em permanente formação e transformação, como o vivido atualmente.

Por essa razão, a pesquisa recomenda que em cada reunião com os técnicos do Demhab seja estabelecida a compreensão mútua do processo, onde cada sujeito tem o seu próprio padrão de valores. Afinal, cada indivíduo tem um entendimento diferente para determinada situação e saber interpretá-los deve fazer parte dos procedimentos que devem ser adotados pelo poder público no relacionamento com as comunidades por ele atendidas.

Recomenda-se, também, ampliar as habilidades de recepção das próprias comunidades, a partir da exposição de materiais adequados, que favoreçam a compreensão do conteúdo de maneira eficiente, visando qualificar o resultado final. Cientes de que o ato de comunicar envolve processos distintos, a presente pesquisa aconselha que os técnicos do poder público ouçam o que as comunidades têm a dizer, considerando igualmente a forma natural utilizada na

transmissão de suas ideias: expressões gestuais ou faciais que podem revelar o grau de compreensão presente em cada indivíduo.

Por fim, fica também a sugestão para que o arquiteto dialogue. Relembrando os preceitos de Freire e Beltrão, expostos nesse trabalho, falando clara e abertamente para transmitir as informações para cada grupo em situação de vulnerabilidade social. Poderão, dessa forma, ser evitados conflitos no processo de comunicação, eliminando as barreiras de compreensão, presentes nas dificuldades de um grupo de pessoas, que devido ao seu histórico de abandono social não está acostumado aos padrões técnicos de linguagem.

Tem-se certeza de que cada novo empreendimento social produzido pelo Demhab será enriquecido com o envolvimento de todos os membros da comunidade, através da conscientização sobre a importância da comunicação, garantindo não apenas o direito à informação, mas a construção de sua própria identidade.

6. REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex. **Gestão habitacional e mutirão**. In: **ABIKO**, Alex e **ALBIERI**, Loredana. Mutirão habitacional . São Paulo: EPUSP, 1996.

AFONSIN, Bêtanina e **FERNANDES**, Edésio (orgs.) **Regularização da terra e moradia: o que é e como implementar**. São Paulo: Pólis, 2002.

ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.

AVRITZER, Leonardo. **O orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre e Belo Horizonte**. In Evelina Dagnino (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.

_____. **Modelos de liberação democrática: uma análise do orçamento participativo**. In: **SANTOS**, Boaventura (Org). **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, p. 561-592.

_____. **Reforma política e participação no Brasil**. In: **AVRITER**, Leonardo, **ANASTASIA**, Fátima (orgs.) Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.35-44.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: O que é, como se faz**. 49ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEDETTI, Ieda e **BÁRCARO**, Fernanda. **A cultura e o novo solo histórico: reflexões sobre nosso tempo** in **Saber acadêmico** - Revista Multidisciplinar da Uniesp, Nº 06. São Paulo: UNIESP, 2008, p.12-22.

BARRETO, Frederico Flósculo. **Projeto Arquitetônico de Funções Complexas**. In: **GOUVÊA**, Luiz et. al. **Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: INEP, 1999, p. 61-100.

BARTHES, Roland .**Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2003.

_____. **Aula**. 14ª edição. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____. **Mitologias**. 4ª edição, São Paulo: Cultrix, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo. Editora: Hucitec. 12ª ed, 2006.

BELTRÃO, Luiz. **Comunicação popular e Região no Brasil**. In: **Marques de Melo**, José, (org) **Comunicação / incomunicação no Brasil**, São Paulo: Loyola UBC, 1976.

_____. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

_____. **Folkcomunicação: Teoria e metodologia.** São Bernardo do Campo: Umesp, 2004.

BENEDETTI, Ieda. **A cultura e o novo solo histórico:** reflexões sobre nosso tempo. In: **Revista Multidisciplinar da Unesp.** V.06, nº 06. São Paulo: Saber acadêmico, 2008 p.12-22.

BENJAMIN, Roberto. **A nova abrangência da Folkcomunicação.** In: **PCLA.** Revista Científica Digital, v.01, nº 01, 1999.

BERLO, David. **O processo da comunicação:** introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORBA, Sheila; **CUNHA**, Carla. **Dilemas da gestão cooperativa:** o caso da / na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: **Cadernos Metrôpole:** Observatório das Metrôpoles, nº 07. São Paulo: EDUC, 2002.

BORGES, Camila e **SANTOS**, Manoel. **Aplicações metodológicas da técnica de grupo focal:** fundamentos metodológicos, potencialidades e limites in: **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto, 2002.

BORDENAVE, Juan. **O que é comunicação.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Tradução Maria Luíza Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRANDÃO, Sílvia. **A geografia linguística no Brasil.** São Paulo: Ática, 1991.

CALLOU Dinah. **Preconceito linguístico e cânone literário:** a propósito de norma, correção e preconceito linguístico do presente e passado. In: **Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro: UFF, 2008, p.57-73.

CAMACHO, Rafael. **A variação linguística.** In: **Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus.** Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1988.

CAMPOS, Regina. **Pesquisa, Educação e Formação Humana:** Nos Trilhos da História, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

CANCLINI, Néstor. **Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação.** In: **Opinião Pública.** v.07, nº1, Campinas: CESOP -Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, 2002, p.40-53.

_____. **Diferentes, desiguales y desconectados:** mapas de la interculturalidad. 1ª ed. Barcelona: Gedisa editorial, 2004.

CARVALHO, José. **Cidadania no Brasil:** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASADEI, Eliza. **Jornalismo e figuras de retórica:** O uso da história como mobilização persuasiva, nº 02. **Revista Rhêtorikê.** São Paulo: ECA, 2009, p.17-38.

CASADO, Tania. **O papel da comunicação impessoal.** In: **Fleury**, Maria et al (orgs.) **As pessoas na organização.** São Paulo: Gente, 2002.

CASALI, Alípio. Paulo Freire e outras correntes do pensamento e ação: o Pensamento Complexo, Teologia da Libertação, Justiça Restaurativa, Teatro do Oprimido e Planejamento Estratégico e Situacional. In: **O Pensamento de Paulo Freire como matriz integradora de práticas educativas no meio popular.** Ciclo de seminários. São Paulo: Instituto Pólis, 2008, p.09-20.

CELLARD, André. A análise documental. In: **POUPART, et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. In: **Revista Informática Pública**, v 2, nº 02, Belo Horizonte: Prodabel, 2000, p. 43-56.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagens e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2010.

CERVI, Emerson. Líder de Opinião. In: **GARDINI, Sérgio; WOITOWICZ, Karina (Orgs.). Noções Básicas de Folkcomunicação: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões.** Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007, p. 39-43.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia? São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____ **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2005.

CHOMSKY, Noam. Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas. Tradução Lucia Lobato. Brasília: Editora UnB, 1998.

COSTA, Lúcio. Considerações sobre arte contemporânea. In: **COSTA, Lúcio, Registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Antônio; DUARTE, Cláudio. Educação para os direitos humanos. Belo Horizonte: Modus Faciendi; Brasília: 2004.

COSTA, Maria Eugênia. Grupo focal. In: **DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (org.). Métodos e técnicas da pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Editora Atlas, 2005.

COSTA, Gisele. Um Estudo sobre Cidadania e Políticas Públicas em Porto Alegre. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 03, nº 04, Taubaté: Universidade de Taubaté, 2007, p. 75-103.

COVRE, Maria: O que é cidadania? São Paulo: Brasiliense, 1994.

CYRANKA, Lucia e PERNAMBUCO, Dea: A língua culta na escola: uma interpretação sociolinguística. In: **Instrumento: Revista Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora**, nº 10. Juiz de Fora: UFJF, 2008, p. 17-28.

DEM HAB - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social: Diagnóstico do setor habitacional de Porto Alegre. II Etapa. Porto Alegre: Demhab, 2007.

DEMO, Pedro. Sociologia: uma introdução crítica. Atlas: São Paulo, 1995.

_____ **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 4ª edição, São Paulo, Cortez, 1999.

_____ **Pobreza política, direitos humanos e educação**. In: **SOUZA JR.**, Geraldo; **SOUZA**, Nair (orgs.) **Educando para os direitos humanos**: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade, Brasília: Unb, 2003, p.27.

_____ **Impasse Neoliberal** in **O público e privado**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, nº 06: Fortaleza: UECE, 2005, p. 73-107.

_____ **Inclusão marginal**. In: **Educação Profissional**: Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 3, nº 01, 2008, p. 81-93.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2003.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade** In: **DUARTE**; Barros, **JORGE**, Antonio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2009, p 62-83.

DURHAM, Eunice. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FATHY, Hassan. **Construindo com o povo**: arquitetura para os pobres. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

FEDOZZI, Luciano. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre**: análise histórica de dados - perfil social e associativo, avaliação e expectativas, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FEITOSA, Vera, **Comunicação na Tecnologia**: manual de redação científica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERNANDES, Marlene. **Agenda Habitat para Municípios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

FERREIRA, João Whitaker. **Globalização e Urbanização Subdesenvolvida**. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.14, nº 04. São Paulo: Fundação SEADE, 2000, p.10-20.

FESTA, Regina e **SILVA**, Carlos. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FILOMENA, César. **O agonismo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade civil e do sistema administrativo estatal**: a experiência da Administração Popular em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PPGCS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2006.

FIORIN, José Luiz. **Introdução a linguística I**:objetos teóricos São Paulo: Contexto, 2003.

_____ **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ **Educação e mudança**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARMADI, Juliette. **Introdução à sociolinguística,** Lisboa: Dom Quixote, 1983.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade** tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas em pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GOBBI, Maria Cristina. **Folkcomunicação:** Uma Década de Contribuição da Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação. In: **Anuário Unesco Metodista de Comunicação Regional**, v.11, nº 11. São Paulo: UESP, 2007, p. 53-66.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002, p.281.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** In: **Caderno CRH**, v. 21, nº 54. Salvador: UFBA, 2008, p. 439-455.

GONDIM, Sonia. **Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa:** Desafios Metodológicos. In: **Revista Paideia**, Belo Horizonte: FUMEC, 2003, p 149-161.

GUNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário.** Brasília: UnB, 2003.

GUTFREID, Cristiane e ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Identidade gaúcha e cinematografia regional na mídia impressa local.** In: **Logos:** cinema, imagens e imaginário. - Vol. 1, Nº 24 . Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, 2006, p.28-37.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como ideologia.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 1968.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Modernidade.** 8ª edição. 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Língua de tradição e língua técnica,** Lisboa, Portugal: Vega, 1995.

HOHLFELDT, Antônio. **A Comunicação enquanto diálogo em Paulo Freire e Luiz Beltrão.** In: **FERREIRA, Giovandro (et. al.) Teorias da comunicação:** trajetórias investigativas. Porto Alegre, Edipucrs, 2010, p.183-198.

_____. **Contribuição aos Estudos acadêmicos da Folkcomunicação.** In: **MARQUES DE MELO, José; TRIGUEIRO, Osvaldo (orgs).** **Luiz Beltrão: Pioneiro das ciências da comunicação no Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Intercom, 2008.

KAPLÚN, Mario. **Comunicación entre Grupos: el Método del Cassette-Foro**, Ottawa: CuD, 1984.

KLEIMAN, Ângela. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Campinas, SP: Cefiel/Unicamp, 2005.

LAKATOS, Eva; **MARCONI**, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, Telma; **MIOTO**, Regina. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. In: **Rev. Katálisis**, v.10, Florianópolis: UFSC, 2007.

LUCCHESI, Dante. **Norma linguística e realidade social**. In: **BAGNO**, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.63-90.

_____. **A diversidade e a desigualdade linguística no Brasil**. In: **Português: um nome, muitas línguas**. v.08. Brasília: MEC-TV Brasil, 2008.

LUDKE, Menda; **ANDRÉ**, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Carlos. **Difícil tradução: arquitetura e o problema da linguagem** In: **Letras Periódico Cultural**, Belo Horizonte, nº 24, setembro 2008.

MACKLIN, Ruth. **Bioética, vulnerabilidade e proteção**. In: **Garrafa**, Volnei; **Pessini**, Léo (orgs.) **Bioética: poder e injustiça**. São Paulo: Loyola; 2003, p. 58-70.

MAFFESOLI, Michel. **A comunicação sem fim: teoria pós-moderna da comunicação**. In: **MARTINS**, Francisco; **SILVA**, Juremir (orgs.) **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 20-32.

_____. **Elogio da razão sensível**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e ensino, uma questão pouco ‘falada’**. In: **DIONÍSIO**, Angela e **BEZERRA**, Maria Auxiliadora (Orgs.). **O livro didático de português**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação Social: Teoria e Pesquisa**. Petrópolis, 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **O ensino da comunicação**. In: **MATTOS**, Sérgio. **Comunicação Plural**. Sala de aula 4. Salvador: EDUFBA, 2007a, p.17-31.

_____. **Folkcomunicação** In: **GARDINI**, Sérgio; **WOITOWICZ**, Karina (Orgs.). **Noções Básicas de Folkcomunicação: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões**. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007b, p. 21-24.

_____**Introdução** in **BELTRÃO**, Luiz. **Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

_____**Mídia e Cultura Popular.** História, taxionomia e metodologia da Folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

MARICATO, Erminia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** In: **Estudos Avançados**, v.17, nº 48, São Paulo: USP, 2003, p. 151-166.

_____**O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano** in **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília: IPEA. 2006, p.211-220.

MARSHALL, Thomas. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro. Zahar, 1967.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia.** Rio: Editora UFRJ, 1997.

MARTIN-BARBERO, Jesus e **BARCELOS**, Claudia. **Diálogos Midiológicos: comunicação e mediações culturais.** In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.23, nº 01. São Paulo: INTERCOM, 2000, p. 151-163.

MARTINO, Luiz. **De qual comunicação estamos falando?** In: **HOHLFELDT**, Antônio et al (orgs), **Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2010.

MARTINET, André. **Elementos de linguística geral.** Lisboa: Martins Fontes, 1978.

MATEOS, Simone. **Participação Popular: a construção da democracia participativa.** In: **Desafios do Desenvolvimento**, v.8, nº 65. São Paulo: IPEA, 2011, p. 18-33.

MATOS E SILVA, Rosa. **Contradições no ensino de Português: A língua que se fala versus à língua que se ensina.** São Paulo: Contexto, 2001.

MATTELART, Armand e **MATTELART**, Michèlle. **História das teorias da comunicação.** 8ª ed. São Paulo: Loyola 2005.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.58.

MENDONÇA, Marina. **Língua e ensino: políticas de fechamento.** In: **MUSSALIM**, Fernanda; **BENTES**, Anna Christina. (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras** vol. II, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 233-64

MENEGUELLI, João. **Constituição 20 Anos: Estado Democracia e Participação Popular.** In: **Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular.** Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2009.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MILANEZ, Nilton. **Retrato de Família: Imagens e Memórias do Sujeito na Mídia.** In: Caderno de resumos. 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso. Maringá: GEDUEM, 2008.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O desafio da pesquisa social**. In: **MINAYO**, Maria Cecília; **GOMES**, Suely, **GOMES**, Romeu (orgs). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORAES, Aldovan e **ANTON**, Flávio. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. 2º edição, Porto Alegre: Demhab, 1999.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Cabeça bem feita**. Repensar a reforma, repensar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal**: Treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

NEVES, Maria Helena. **A língua portuguesa em questão: uso, padrão e identidade linguística**. Universidade Mackenzie: Araraquara: Unesp, 2005.

NICOLESCU, Basarab. **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: Unesco, 2001.

NOVELLI, Ana Lucia. **Métodos Pesquisa de Opinião**. In: **DUARTE**, Jorge; **BARROS**, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p 164 -179

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAIVA, Maria da Graça e **BOCCO**, Laura. **Língua, cultura e o educador de línguas: uma releitura conceitual**. In: **INDURSKY**, Freda (orgs.) **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000, p. 486-490.

PATTO, Maria Helena. **A família pobre e a escola pública**: anotações sobre um desencontro. In: **Revista Psicologia USP**, v.03. São Paulo: USP, 1992, p.107-121.

PEIXOTO, Henrique. **Efeitos da Participação Popular na Política Fiscal dos Grandes Municípios Brasileiros** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PPGED, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, Gilberto. **Habitação e infraestrutura urbana em Salvador e região metropolitana**. In: **CARVALHO**, Inaiá, **PEREIRA**, Gilberto (orgs.). **Como anda Salvador**. Salvador: Letra Capital, 2009, p.137 -155.

PERUZZO, Cicília. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v.2, nº 03, São Paulo: ALAIC, 2005, p. 18-41.

PESAVENTO, Sandra. **Muito além do espaço**: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos históricos**, v 8, nº. 16, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1995. p 279-290.

PINTO, Edith (org). **O Português do Brasil**: textos críticos e teóricos, I-1820/1920, II – 1920/1945, fontes para a teoria e a história. São Paulo: EDUSP, 1978.

PIRES, Marcelo e BOLL, Armindo. A folkcomunicação como alavanca para o fortalecimento do poder em comunidades populares. In: **Território da folkcomunicação.** MACIEL, Betânia; MARQUES DE MELO, José (Orgs.). Natal: UFRN, Departamento de Comunicação Social, 2011, p.68-81.

PRETI, Dino. A gíria e outros temas. São Paulo: T.A. Queiroz Edusp, 1984.

_____. **O discurso oral culto.** 2ª ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 1995, p. 235.

REA, Louis e PARKER, Richard. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RICHARDSON, Roberto. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: **Ensaio: políticas sociais, acompanhamento e análise.** Brasília: IPEA, 2006, p.199 – 210.

RONCARATI, Cláudia. Prestígio e Preconceito Linguísticos. Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense, nº 36, Rio de Janeiro: UFF, 2008, p. 45-56.

RUDIO, Franz. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

SANTOS, Boaventura. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SARTORI, Ademildes. Inter-relações entre comunicação e educação: a Educomunicação e a gestão dos fluxos comunicacionais na educação à distância. In: **UNirevista.** v. 01, nº3, São Leopoldo:Unisinos, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHLITHLER, Célia; KISIL, Marcos. Desenvolvimento de lideranças comunitárias: Reflexões e sugestões. São Paulo: IDIS, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SERRA, Joaquim. Manual de Teoria da Comunicação. Covilhã: UBI, 2007.

SIGNORINI, Inês. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: **BAGNO, Marcos (org.). Linguística da norma.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da Educomunicação.** In: **Comunicação & Educação, ECA / USP, v.8, nº 23.** São Paulo: ECA / USP - Editora Segmento, 2002, p.16-25.

SOUZA, Cecília. Participação comunitária e educação para a saúde: uma proposta metodológica de ensino, pesquisa e extensão. In: **Revista PSICO.**- v. 36, n. 1, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2005,p. 65-72.

STROHAECKER, Tânia. A urbanização no Rio Grande do Sul: uma análise preliminar. In: **Rio Grande do Sul:** paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Ufrgs, 2004.

TARSIANO, Paulo. Luiz Beltrão, visionário sedutor. In: **Anuário Unesco Metodista de Comunicação Regional**, v. 14, nº 14, São Paulo: UMSP, 2010, p.17-29.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. In: **MIRANDA, Orlando de. Para ler Ferdinand Tönnies.** 1ª. ed. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 231-352.

TRIVINÕS, Augusto. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

VÉRAS, Maura. A vida social e sua concha: notas sobre Henri Lefebvre e a cidade. In: **Revista Ponto-e-Vírgula**, nº 7: São Paulo: Pucsp, 2010, p. 01-27.

VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. São Paulo: Edusp, 2002.

VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VILLAÇA, Flávio. O que todo o cidadão precisa saber sobre Habitação. São Paulo: Global, 1986.

WOLTON, Dominique. É preciso salvar a comunicação. São Paulo: Paulus, 2006.

_____ **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ABREU FILHO, Silvio. Porto Alegre como Cidade Ideal. Planos e Projetos Urbanos para Porto Alegre, p.03.
Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/074.pdf>> acessado em:15.10.2011.

ARTIGAS, Vilanova. Caminhos da Arquitetura.São Paulo: Cosac & Naify, 1999.

_____ **A representatividade da cultura brasileira expressa na Folkcomunicação.** In: **Revista Latina de Comunicación Social**, v.05, nº 08-09, 1999, p. 280-288.
Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/75/73>> acessado em: 14.03.2010.

BONDUKI, Nabil - Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Revista Eletrônica de Arquitetura. Rio de Janeiro, 2008.
Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> acessado em 05.06. 2010.

FREITAS, Henrique e MOSCAROLA, Jean. Da observação à decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. In: **RAE - eletrônica**, Volume 1, Número 1, 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1159&Secao=INFORMAÇÃO&Volume=1&Numero=1&Ano=2002>> acessado em 12.10.2010

HOHLFELDT, Antônio. Novas tendências nas pesquisas da Folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos estudos culturais. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisas sobre Folkcomunicação, no âmbito da XXV Intercom, Salvador, 2002.

Disponível em: < <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista14/artigos%2014-1.htm>> Acessado em: 15.04.2011.

Teorias da comunicação: A recepção brasileira das correntes do pensamento hegemônico. Trabalho apresentado ao Grupo Temático Teoria e Metodologia da Comunicação - VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – INTERCOM - Passo Fundo, 2007.

Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0486-4.pdf>> acessado em: 18.03.2011.

MAIA, João. Michel Maffesoli e a cidade partilhada. In: **Revista FAMECOS**. Nº 26. Porto Alegre: Edipucrs, 2005, p.77-85. Disponível em:

<<http://www.scribd.com/doc/17274834/Michel-Maffesoli-e-a-cidade-partilhada>> acessado em 15.09.2010.

MARCONDES, Iara. REVISTA LETRA MAGNA. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, v. 01, nº 01, 2004. Disponível em: < <http://www.letramagna.com/iaraluciamarcondes.pdf> > acessado em: 10.06.2010.

MARQUES DE MELO, José. Luiz Beltrão: pioneiro dos estudos de folk-comunicação no Brasil. In: **Revista Latina de Comunicación Social**, 21, 1999.

Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a1999dse/46beltrao.htm>> acessado em: 14.03.2010.

Folkcomunicação: contribuição brasileira à Teoria da Comunicação. In: **Revista Internacional de Folkcomunicação**, nº 01, 2003. (p.28-40) Disponível em:< <http://www2.metodista.br/unesco/revistafolkcom/Revista.pdf> > acessado em: 07.03.2011

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova [online], nº 17, 1989 p. 49-66. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451989000200004&lng=en&nrm=iso> acessado em 14.07.2010.

MODESTO, Artarxerxes. Linguagem, Ideologia e Preconceito Linguístico na Sociedade. Revista Revela. Periódico de Divulgação Científica da FALS, v.2, nº 04, 2009. Disponível em: < www.fals.com.br/revela > Acessado em: 15.04.2011.

MONCAU, Joana. Preconceito que cala, língua que discrimina. Brasil de Fato, 2010.

Disponível em:

<http://www.forumplp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2019:preconceito-que-cala-lingua-que-discrimina&catid=100:dh&Itemid=280> acessado em: 05.03.2011.

REALE, Miguel. Cultura e Linguagem.

Disponível em: <<http://www.miguelreale.com.br/artigos/cultling.htm>>. acessado em: 10.02.2010.

PERUZZO, Cicília e VOLPATO, Marcelo. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. Artigo apresentado no II Colóquio binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf>> acesso em: 07.05.2010

SAULE JR., Nelson e UZZUO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: Habitat International Coalizion *Ciudades para todos*. 2009. Disponível em: <<http://www.hichicnet.org/content/a%20trajectoria%20N%20Saule%20K%20Uzzo.pdf>> acessado em 10.10.2010.

SCHMIDT, Cristina. Folkcomunicação: Uma Metodologia Participante e Transdisciplinar. In: **Revista Internacional de Folkcomunicação**, 2004. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/revista%20folkcom/Revista3.pdf> acessado em: 17.04.2011.

SOARES, Donizete. Educomunicação: O que é isto? Portal Gens, Instituto de Cultura, 2006. Disponível em : <http://portalgens.com.br/baixararquivos/textos/educunicacao_o_que_e_isto.pdf> acessado em :17.05.2012.

SOARES, Ismar. O Perfil do Educomunicador. Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, 1999. Artigo eletrônico disponível em: < <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/29.pdf> > acessado em: 06.05.2010

_____ **Afinal, o que é Educomunicação?** Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, 2004. Artigo eletrônico disponível em: <<http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/>> acessado em: 17.04.2010.

STOCKINGER, Gottfried. Para uma Teoria Sociológica da Comunicação. Editoração Eletrônica UFBA / Facom, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/stockinger-gottfried-teoria-sociologica-comunicacao.pdf>> acessado em: 12.05.2010

TREZZI, Humberto. Zero Hora mostra o pesadelo chamado Vila Chocolateão, Zero Hora digital, 2009. Disponível em:<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/04/zero> > acessado em: 18.07.2010

TRIGUEIRO, Osvaldo. A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos. In: **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, 2005. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.pdf> > acessado em: 14.04.2010.

culturais da audiência da televisão. In: **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, 2006.

Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-folkcomunicacao.pdf>>
acessado em: 14.04.2006.

O ativista midiático da rede folkcomunicacional. In: **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, 2006.

Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-ativista-midiatico.pdf>>
acessado em: 14.04.2006.

TORQUATO, Gaudêncio. **A espertocracia educacional.** In: **Biblioteca Digital do Senado Federal**, 2011.

Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/200240>> acessado em 15.10.2012

ANEXOS

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Meu nome é Fernando Biffignandi e sou Mestrando do Programa de Pós-Graduação na Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Estou realizando uma pesquisa sobre os processos de comunicação presentes na relação entre as comunidades de baixa-renda de Porto Alegre os técnicos responsáveis pelos projetos de habitação de interesse social, intitulada:

COMUNICANDO PARA COMUNIDADES DE BAIXA-RENDA: DECODIFICANDO CONCEITOS URBANOS

A investigação terá o propósito único de contribuir com o processo de inclusão social, voltada à construção da moradia, mas vinculada às expectativas das comunidades que ali deverão habitar, trabalhando a comunicação como elemento fundamental para o êxito de cada operação.

O referido estudo enfocará o processo de comunicação existente entre os técnicos e os moradores, traduzindo seus anseios e necessidades, facilitando a compreensão das comunidades sobre a informação transmitida em cada projeto urbanístico.

Os dados a serem levantados serão utilizados tão somente em sala de aula, sem fins comerciais. Sua participação pode ser cancelada a qualquer momento, basta apenas comunicar através do telefone 3231.7231.

Este trabalho de Pesquisa, aproximando a prática da teoria, está sob a responsabilidade da professora Dra. Beatriz Dornelles (biacpd@pucrs.br), que está à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador, através do fone 51 3289.7231 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 3320 3345.

Eu, _____, RG nº _____

declaro ter sido informado e concordo em participar como voluntário do projeto de pesquisa acima descrito na seguinte modalidade:

Entrevista ☐ / Grupo Focal ☐

Porto Alegre, _____

Pesquisado

Pesquisador

Nome e assinatura da Pesquisadora supervisora

Comitê de Ética em Pesquisa
CEP - PUCRS



ANEXO B**Parecer da Comissão Científicas FAMECOS / PUCRS**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

PARECER

Projeto de Mestrado: Comunicando para comunidades de baixa-renda: decodificando conceitos urbanos

Autor: Mestrando Fernando Biffignandi

Profª Orientadora: Drª. Beatriz Dornelles

PPG em Comunicação Social/PUCRS

O projeto insere-se na área da Comunicação e já passou por Banca de Qualificação constituída, além da orientadora, pelos professores doutores Antônio Hohlfeldt (PPG em Comunicação Social/PUCRS) e Marcos Diligenti (PPG em Arquitetura/PUCRS). O projeto indica um valor social importante, está bem construído metodologicamente e utiliza autores adequados ao tema. Pelo fato de utilizar dois grupos focais, necessitará aprovação do Conselho de Ética da PUCRS (CEP).

Porto Alegre, 20 de novembro de 2012


Prof. Dr. DORIS FAGUNDES HAUSSEN
Presidente da Comissão Científica
FAMECOS/PUCRS

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3569 – Fax: (51) 3320-3619
E-mail: famecos@pucrs.br

ANEXO C

Declaração de ciência e concordância – Vale do Salso

Porto Alegre, 1º de Novembro de 2012.

Ao Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS

Prezados Senhores:

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de Pesquisa intitulado "**Comunicando para comunidades de baixa-renda: decodificando o urbanismo**" proposto pelo(s) pesquisador(es) Beatriz Domelles e Fernando Biffignandi.

O referido projeto será realizado no Loteamento Vale do Salso e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,



Enilton Mirapalheta
Presidente
Associação de Moradores do
Vale do Salso

ANEXO D**Declaração de ciência e concordância – Conjunto Residencial Nova Chocolate**

Porto Alegre, 1º de Novembro de 2012.

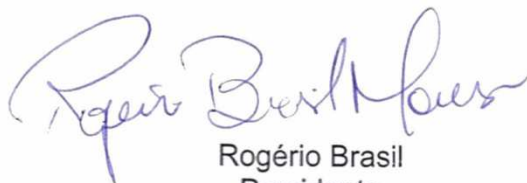
Ao Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS

Prezados Senhores:

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de Pesquisa intitulado **"Comunicando para comunidades de baixa-renda: decodificando conceitos urbanos"** proposto pelos pesquisadores Beatriz Dornelles e Fernando Biffignandi.

O referido projeto será realizado no(a) Condomínio Residencial Nova Chocolate, e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,



Rogério Brasil
Presidente
Associação de Moradores do
Condomínio Nova Chocolate

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário de Grupo Focal aplicado às comunidades

	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
COMUNICANDO PARA COMUNIDADES DE BAIXA-RENTA: DECODIFICANDO O URBANISMO		
<small>TÍTULO DA PESQUISA</small> FERNANDO BIFFIGNANDI <small>PESQUISADOR</small>	PROF. BEATRIZ DORNELLES <small>ORIENTADOR</small>	JAN/2013 <small>DATA</small>

	COMUNIDADE
IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE - GRUPO FOCAL	
Nome: _____ Codinome: _____ Sexo: M () F () Idade: _____ Escolaridade: _____ Estado civil: _____ Endereço: _____ Atividade: _____ Entrevistador(a): _____ Data: ____/____/____	
CATEGORIA A A exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental	
01- De que jeito Você foi convidado para participar das reuniões feitas pelo peçoal do Demhab ? 02- Você acha que as reuniões mostram coisas importantes para a vila? 03- Você entende o que é falado nas reuniões, quando o peçoal do Demhab mostra os desenhos das casas ? 04- Você acha que o peçoal do Demhab fala difícil na hora de mostrar os desenhos das casas ? 05- Você acha que os papéis , desenhos e fotografias apresentados nas reuniões são legais ou poderiam ser melhorados? Qual seria a sua dica ?	
CATEGORIA B O estereótipo da pobreza marginal	
01- Você acha que uma pessoa falar bonitinho faz dela melhor que as outras pessoas? 02- Você acha que alguém que não fala bonitinho não entende nada do que o peçoal do Demhab fala nas reuniões? 03- Você já sentiu vergonha ou ficou chateado por não entender o que o peçoal do Demhab diz nas reuniões? 04- Você acha que o peçoal do Demhab deveria dizer mais coisas sobre os desenhos das casas , para os outros moradores dentro da vila? 05- Já pediram a você para dar alguma dica na hora de fazer o desenho das casas ?	
CATEGORIA C O poder na língua	
01- Você acha legal que as lideranças e o peçoal do Demhab conversem antes de fazer os desenhos das casas ? 02- Você acha que o tempo de vida de uma comunidade tem importância nos desenhos feitos pelo peçoal do Demhab ? 03- Você acha que o peçoal do Demhab fala direitinho com as comunidades? 04- Depois de cada reunião você vai embora sabendo como será o desenho de sua casa nova? 05- Você faz força para que a sua comunidade vá nas reuniões ou participe da comissão de obras?	

APÊNDICE B

Entrevista aplicada às lideranças comunitárias



	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
COMUNICANDO PARA COMUNIDADES DE BAIXA-RENTA: DECODIFICANDO O URBANISMO		
<small>TÍTULO DA PESQUISA</small> FERNANDO BIFFIGNANDI <small>PESQUISADOR</small>	<small>ORIENTADOR</small> PROF. BEATRIZ DORNELLES	<small>DATA</small> JAN/2013

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE	COMUNIDADE
<p>Nome: _____ Codinome: _____</p> <p>Sexo: M () F () Idade: _____ Escolaridade: _____ Estado civil: _____</p> <p>Endereço: _____ Atividade: _____</p> <p>Entrevistador(a): _____ Data: ____/____/____</p>	
CATEGORIA A A exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental	
<p>01- De que jeito Você foi convidado para participar das reuniões feitas pelo peçoal do Demhab?</p> <p>02- Você acha que as reuniões mostram coisas importantes para a vila?</p> <p>03- Você entende o que é falado nas reuniões, quando o peçoal do Demhab mostra os desenhos das casas?</p> <p>04- Você acha que o peçoal do Demhab fala difícil na hora de mostrar os desenhos das casas?</p> <p>05- Você acha que os papéis, desenhos e fotografias apresentados nas reuniões são legais ou poderiam ser melhorados? Qual seria a sua dica?</p>	
CATEGORIA B O estereótipo da pobreza marginal	
<p>01- Você acha que uma pessoa falar bonitinho faz dela melhor que as outras pessoas?</p> <p>02- Você acha que alguém que não fala bonitinho não entende nada do que o peçoal do Demhab fala nas reuniões?</p> <p>03- Você já sentiu vergonha ou ficou chateado por não entender o que o peçoal do Demhab diz nas reuniões?</p> <p>04- Você acha que o peçoal do Demhab deveria dizer mais coisas sobre os desenhos das casas, para os outros moradores dentro da vila?</p> <p>05- Já pediram a você para dar alguma dica na hora de fazer o desenho das casas?</p>	
CATEGORIA C O poder na língua	
<p>01- Você acha legal que as lideranças e o peçoal do Demhab conversem antes de fazer os desenhos das casas?</p> <p>02- Você acha que o tempo de vida de uma comunidade tem importância nos desenhos feitos pelo peçoal do Demhab?</p> <p>03- Você acha que o peçoal do Demhab fala direitinho com as comunidades?</p> <p>04- Depois de cada reunião você vai embora sabendo como será o desenho de sua casa nova?</p> <p>05- Você faz força para que a sua comunidade vá nas reuniões ou participe da comissão de obras?</p>	

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIOS DAS REUNIÕES DE GRUPO FOCAL COM A COMUNIDADE

SÚMULA DAS RESPOSTAS

	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
COMUNICANDO PARA COMUNIDADES DE BAIXA-RENDIA: DECODIFICANDO O URBANISMO		
<small>TÍTULO DA PESQUISA</small> FERNANDO BIFFIGNANDI <small>PESQUISADOR</small>	PROF. BEATRIZ DORNELLES <small>ORIENTADOR</small>	JAN/2013 <small>DATA</small>

LOTEAMENTO VALE DO SALSO

CONJUNTO RESIDENCIAL NOVA CHOCOLATÃO

CATEGORIA A

A exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental

1- De que jeito Você foi convidado para participar das reuniões feitas pelo pessoal do Demhab?

- | | |
|------------------------|--|
| Diamante (LVS): | - "No portão da casa". |
| Ônix (LVS): | - "Por meio de um convite ou folheto". |
| Ametista (LVS): | - "Através de outras pessoas que tinham participado de outras reuniões". |
| Jaspe (LVS): | - "Comunicação sonora". |
| Pérola (LVS): | - "Através das pessoas". |
| Rubi (LVS): | - "Um amigo falou". |
| Cristal (LVS): | - "Fui convidado pelo vizinho". |
| Topázio (LVS): | - "No portão de casa". |
| Quartzo (LVS): | - "Comunicação sonora". |
| Citrino (LVS): | - "Fui convidado pelo presidente do Vale do Salso". |
| Opala (LVS): | - "Através de outros vizinhos". |
| Jade (LVS): | - "Por bilhetes na caixa de correio". |
| Safira (LVS): | - "Por minha vizinha". |
| Turquesa (LVS): | - "Até agora fui convidada para uma reunião pela comunidade". |
| Hematita (LVS): | - "Minha vizinha convidou. É bom participar". |

Zircônia (LVS):	- "Em meu ponto de vista é muito importante participar. Minha vizinha me convidava".
Esmeralda (LVS):	- "Pela comunidade".
Alfa-centauro (CRNC):	- "O Demhab convidava por convites personalizados".
Lua (CRNC):	- "Panfletagem".
Galáxia (CRNC):	- "Entregavam panfletos".
Meteoro (CRNC):	- "Entregavam bilhetes".
Andrômeda (CRNC):	- "Através de cartazes".
Via-Láctea (CRNC):	- "Com cartazes".
Cometa (CRNC):	- "Com cartazes".
Estrela (CRNC):	- "Eles iam nos chamar pessoalmente".
Estrela-Dalva (CRNC):	- "Chamamento (por aviso)".
Urano (CRNC):	- "Avisada".
Plutão (CRNC):	- "Avisada".
Marte (CRNC):	- "Por vizinhos".
Terra (CRNC):	- "As pessoas passavam nos chamando em casa para participarmos das reuniões".
Júpiter (CRNC):	- "Através da comunidade".
Saturno (CRNC):	- "Comunicados pelo Demhab".
Cosmo (CRNC):	- "Eu comparecia porque meus amigos convidavam".
Mercúrio (CRNC):	- "Por aviso sonoro ou telefone".
Asteróide (CRNC):	- "Eles passaram com os folhetos fazendo o convite".
Nebulosa (CRNC):	- "Por telefone me avisavam, e eu gostava de participar. Eu era uma espécie de líder da rua em que morava".
Galáctico (CRNC):	- "Através da comunidade, da rádio poste ou telefonema".
Constelação (CRNC):	- "Por convite ou telefone".

02- Você acha que as reuniões mostram coisas importantes para a vila?

Diamante (LVS)	- "Sim".
Ônix (LVS)	- "Sim".
Ametista (LVS)	- "Não, porque nunca explicam o que realmente vieram fazer".
Jaspe (LVS)	- "Ocasionalmente".
Pérola (LVS)	- "Sim. Trouxeram um monte de coisas".
Rubi (LVS)	- "Sim. Tudo blá-blá-blá".
Cristal (LVS)	- "Sim, para melhorar as condições e muito blá-blá-blá".

Topázio (LVS)	- "Sim, reunião explicativa".
Quartzo (LVS)	- "São importantes, mas com muita descrição".
Citrino (LVS)	- "Sim. Eu acho porque tem coisas que eram importantes".
Opala (LVS)	- "Claro".
Jade (LVS)	- "Claro, quando sou convidado".
Safira (LVS)	- "Não".
Turquesa (LVS)	- "Sim".
Hematita (LVS)	- "Não".
Zircônia (LVS)	- "Não, pois só falam as mesmas coisas, mas nunca resolvem".
Esmeralda (LVS)	- "É muito importante sim".
Alfa-centauro (CRNC)	- "As reuniões eram bem objetivas e eficientes".
Lua (CRNC)	- "Não".
Galáxia (CRNC)	- "Eram importantes, mas ninguém prestava a atenção".
Meteoro (CRNC)	- "Eram importantes, mas as pessoas não participavam muito".
Andrômeda (CRNC)	- "Só lorotas. Eles falaram uma coisa e depois fizeram outra".
Via-Láctea (CRNC)	- "Só falavam abobrinhas".
Cometa (CRNC)	- "Tudo o que falavam não foi cumprido".
Estrela (CRNC)	- "Não, eles não pediam nossas opiniões".
Estrela-Dalva (CRNC)	- "Quase tudo".
Urano (CRNC)	- "Alguma coisa".
Plutão (CRNC)	- "Penso que para mim foi".
Marte (CRNC)	Não respondeu.
Terra (CRNC)	- "Sim. Começaram a trazer coisas boas e importantes, mas depois não foi bem, porque as pessoas perderam a vontade de ir".
Júpiter (CRNC)	- "Sim".
Saturno (CRNC)	- "Sim".
Cosmo (CRNC)	- "Não ia".
Mercúrio (CRNC)	- "Não".
Asteróide (CRNC)	- "Sim"
Nebulosa (CRNC)	- "As vezes".
Galáctico (CRNC)	- "Não sei dizer".
Constelação (CRNC)	- "As vezes sim, as vezes não".

03- Você entende o que é falado nas reuniões, quando o pessoal do Demhab mostra os desenhos das casas?

- Diamante (LVS):** - "Não entendia".
- Ônix (LVS):** - "Não".
- Ametista (LVS):** - "Às vezes".
- Jaspe (LVS):** - "Raramente, os projetos já vêm pré-construídos. Os mesmos são trazidos somente para nossa aprovação".
- Pérola (LVS):** - "Não sei, porque eu não vou".
- Rubi (LVS):** - "Sim. Muito participei".
- Cristal (LVS):** - "Não participei de reunião".
- Topázio (LVS):** - "Às vezes eu entendo, às vezes não".
- Quartzo (LVS):** - "Em alguns casos sim, em outras, deixaram a desejar".
- Citrino (LVS):** - "Nem sempre tudo o que acontece, é".
- Opala (LVS):** - "Entendo um pouco".
- Jade (LVS):** - "Entender, eu entendo, quando sou convidada".
- Safira (LVS):** - "Entender, eu entendo, mas esta é a primeira vez que participo".
- Turquesa (LVS):** - "Não participei da reunião".
- Hematita (LVS):** - "Não me lembro".
- Zircônia (LVS):** - "Não, pois nunca fui convidado a uma".
- Esmeralda (LVS):** - "Com certeza não".
- Alfa-centauro (CRNC)** - "Perfeitamente. As reuniões eram muito produtivas".
- Lua (CRNC):** - "Sim".
- Galáxia (CRNC):** - "Não frequentava".
- Meteoro (CRNC):** - "Algumas coisas".
- Andrômeda (CRNC):** - "Em todas as reuniões eles nunca falaram nada sobre os projetos das casas".
- Via-Láctea (CRNC):** - "A gente nunca ouviu falar das casas nas reuniões".
- Cometa (CRNC):** - "Nunca foi falado como seriam as casas".
- Estrela (CRNC):** - "Algumas vezes entendíamos, outras não".
- Estrela-Dalva (CRNC):** - "Sim".
- Urano (CRNC):** - "Na maioria das vezes é meio confuso".
- Plutão (CRNC):** - "Muitas coisas não sei dizer".
- Marte (CRNC):** **Não respondeu.**
- Terra (CRNC):** - "Sim, eu entendo as reuniões do Demhab, mas as pessoas

- muitas vezes não entendem".
- Júpiter (CRNC):** - "Sim".
- Saturno (CRNC):** - "Sim".
- Cosmo (CRNC):** - "Não ia".
- Mercúrio (CRNC):** - "Meio confuso".
- Asteróide (CRNC):** - "A gente olhava no quadro, mas não entendia nada".
- Nebulosa (CRNC):** - "Não, não entendia".
- Galáctico (CRNC):** - "Sim, quando não entendia eu procurava pesquisar".
- Constelação (CRNC):** - "Não. Tenho dificuldade".

04- Você acha que o pessoal do Demhab fala difícil na hora de mostrar os desenhos das casas?

- Diamante (LVS):** - "Eu acho bem difícil".
- Ônix (LVS):** - "Acho que sim".
- Ametista (LVS):** - "Sim, porque são palavras técnicas".
- Jaspe (LVS):** - "Sim, termos técnicos são exemplificados".
- Pérola (LVS):** - "Eu acho, um pouco".
- Rubi (LVS):** - "Até que não, mas o Demhab poderia melhorar".
- Cristal (LVS):** - "Sim".
- Topázio (LVS):** - "Eu acho difícil. Às vezes eu entendo. Têm palavras difíceis".
- Quartzo (LVS):** - "Tudo depende da Assistente Social".
- Citrino (LVS):** - "Sim, porque nem sempre as pessoas entendem".
- Opala (LVS):** - "Não são claros".
- Jade (LVS):** - "Às vezes".
- Safira (LVS):** - "Sim".
- Turquesa (LVS):** - "Não entendo".
- Hematita (LVS):** - "Pode ser".
- Zircônia (LVS):** - "Não sei".
- Esmeralda (LVS):** - "Eles usam as palavras difíceis que às vezes as pessoas não entendem, mas como eu estou acostumada a trabalhar com pessoas que falam diferente. Entendo isso".
- Alfa-centauro (CRNC)** - "O pessoal do Demhab falava de forma difícil".
- Lua (CRNC):** - "Sim".
- Galáxia (CRNC):** - "Eles enrolavam muito e não dava para entender nada".
- Meteoro (CRNC):** - "Não falavam de maneira clara sobre alguns aspectos".
- Andrômeda (CRNC):** - "Eles não mostravam nada para nós entendermos".

- Via-Láctea (CRNC):** - "Não falavam nada, só da conta que tinham que pagar".
- Cometa (CRNC):** - "Não entendia quase nada, só mostravam o mapa".
- Estrela (CRNC):** - "Eles não explicavam direitinho".
- Estrela-Dalva (CRNC):** - "Confuso. Às vezes entendia. Aqui a gente não ganha nada".
- Urano (CRNC):** - "Boa, mas o problema é que, às vezes, a fala é difícil de entender".
- Plutão (CRNC):** - "Às vezes a linguagem era difícil. Parecia mentira".
- Marte (CRNC):** - "Difícil".
- Terra (CRNC):** - "Sim. Às vezes era difícil entender o Demhab. Às vezes eu ficava com dúvida".
- Júpiter (CRNC):** - "Não entendia".
- Saturno (CRNC):** - "Não entendia".
- Cosmo (CRNC):** - "Não entendia quase nada".
- Mercúrio (CRNC):** - "Com certeza, fiquei em dúvida".
- Asteróide (CRNC):** - "Eles falavam difícil, sim. Até porque quando eles chegaram para nos tirar de lá e vieram com uma Ordem (judicial) e não um pedido".
- Nebulosa (CRNC):** - "Não, falavam de um lado para o outro e a gente não entendia nada".
- Galáctico (CRNC):** - "Não sei, as vezes eles tentavam falar na língua do povo".
- Constelação (CRNC):** - "Sim, era difícil entender o que era falado".

05- Você acha que os papéis, desenhos e fotografias apresentados nas reuniões são legais ou poderiam ser melhorados? Qual seria a sua dica?

- Diamante (LVS):** - "Mais esclarecido seria em vídeo".
- Ônix (LVS):** - "Acho que são legais".
- Ametista (LVS):** - "Tem que ser modificada a linguagem para que todos entendam".
- Jaspe (LVS):** - "Poderiam melhorar colocando linguagens do dia a dia".
- Pérola (LVS):** - "Eles são legais, mas poderiam melhorar um pouco".
- Rubi (LVS):** - "Sim, é fácil de entender".
- Cristal (LVS):** - "Sim, são legais".
- Topázio (LVS):** - "Têm plantas que eu não entendo, deveriam ser mais explicadas. Detalhadas".
- Quartzo (LVS):** - "Poderia ser mostrado em vídeo".

- Citrino (LVS):** - "Sim, poderiam mais específicos e bem mais legível que as pessoas entendessem".
- Opala (LVS):** - "São apresentados muitos bem".
- Jade (LVS):** - "Sim".
- Safira (LVS):** **Não respondeu.**
- Turquesa (LVS):** - "Não tenho resposta".
- Hematita (LVS):** - "Pode ser melhorado".
- Zircônia (LVS):** - "São legais, também poderiam usar vídeos".
- Esmeralda (LVS):** - "Sim, eles tinham que reunir a comunidade toda, escolhendo um tema para que todo mundo entenda".
- Alfa-centauro (CRNC)** - "O material era bem apropriado".
- Lua (CRNC):** - "Que poderiam melhorar".
- Galáxia (CRNC):** - "Eles deveriam simplificar mais, sabendo que a maioria da comunidade não tem estudo".
- Meteoro (CRNC):** - "A explicação era clara, mas os desenhos e as fotos não".
- Andrômeda (CRNC):** - "Eles não mostraram nada para a gente. Eu acho que eles deveriam dar a cópia das plantas".
- Via-Láctea (CRNC):** - "Trazer a gente, mostrar e explicar".
- Cometa (CRNC):** - "Tem que ter uma estrutura e uma planta".
- Estrela (CRNC):** - "Eles entregavam. Eu acho que está bom, pois não ia fazer nada com os papéis".
- Estrela-Dalva (CRNC):** - "Poderia ser melhor".
- Urano (CRNC):** - "Legal, sim".
- Plutão (CRNC):** - "Tem alguma coisa que podia ser melhor".
- Marte (CRNC):** **Não respondeu.**
- Terra (CRNC):** - "Eu entendo, mas às vezes não entendo nada. Poderia melhorar".
- Júpiter (CRNC):** - "Poderiam ser melhores".
- Saturno (CRNC):** - "Sim, mais claro".
- Cosmo (CRNC):** **Não respondeu.**
- Mercúrio (CRNC):** - "Tudo mais esclarecido".
- Asteróide (CRNC):** - "Deveriam ser melhorados".
- Nebulosa (CRNC):** - "Não, não ajudava em nada. Eu ia lá só para comparecer e ganhar a casa".
- Galáctico (CRNC):** - "Poderiam ser melhorados. Os trabalhos que eles faziam

poderiam ser menos resumidos".

Constelação (CRNC): - "Poderiam ter desenhos mais fáceis".

CATEGORIA B

O estereótipo da pobreza marginal

01- Você acha que uma pessoa falar bonitinho faz dela melhor do que as outras pessoas?

- | | |
|-----------------------------|--|
| Diamante (LVS): | - "Não, desde que eu entenda". |
| Ônix (LVS): | - "Eu acho que só falar bonito não diz nada". |
| Ametista (LVS): | - "Não, ele é igual as outras pessoas". |
| Jaspe (LVS): | - "Não". |
| Pérola (LVS): | - "Eu acho que não, porque ninguém é melhor que o outro". |
| Rubi (LVS): | - "Não, normal". |
| Cristal (LVS): | - "Não, todos são iguais". |
| Topázio (LVS): | - "Não desde que a gente entenda o que estão dizendo". |
| Quartzo (LVS): | - "Não é problema". |
| Citrino (LVS): | - "Não porque ninguém é melhor do que ninguém". |
| Opala (LVS): | - "Eu acho que não". |
| Jade (LVS): | - "Sim, e como". |
| Safira (LVS): | - "Com certeza, não". |
| Turquesa (LVS): | - "Não, o Presidente Lula não falava corretamente e era importante". |
| Hematita (LVS): | - "Não". |
| Zircônia (LVS): | - "Sim". |
| Esmeralda (LVS): | - "Torna importante, ela é bem aceita em qualquer lugar". |
| Alfa-centauro (CRNC) | - "Não, o que acrescenta algo é o acolhimento". |
| Lua (CRNC): | - "Não". |
| Galáxia (CRNC): | - "Não, o que as torna melhor são as atitudes". |
| Meteoro (CRNC): | - "Não, isto não faz o caráter de ninguém. Muita gente simples também pode". |
| Andrômeda (CRNC): | - "Não, eles não falam tão bonitinho assim". |
| Via-Láctea (CRNC): | - "Mesma coisa que nós". |
| Cometa (CRNC): | - "Todo mundo é igual, o estudo não faz ninguém diferente". |
| Estrela (CRNC): | - "Não, porque as pessoas falam bonitinho são piores que a |

- gente”.
- Estrela-Dalva** - "Eu acho que deveria falar mais simples”.
- (CRNC):**
- Urano (CRNC):** - "Não, deviam falar melhor e tratar melhor”.
- Plutão (CRNC):** - "Não”.
- Marte (CRNC):** - "Não”.
- Terra (CRNC):** - "Eu acho que não, porque nos todos somos iguais e não é fala bonita que as entende”.
- Júpiter (CRNC):** - "Não, todos iguais”.
- Saturno (CRNC):** - "Não, todos são iguais”.
- Cosmo (CRNC):** - "Às vezes”.
- Mercúrio (CRNC):** - "Não, cada um pensa de uma maneira”.
- Asteróide (CRNC):** - "Não, eu acho que na vida falar bonito é fazer floreado. Pode falar feio, mas fazer as coisas certas”.
- Nebulosa (CRNC):** - "Não, porque a palavra deve vir do coração”.
- Galáctico (CRNC):** - "Não. O importante é o respeito, a disciplina”.
- Constelação (CRNC):** - "Claro que não. Não tem nada a ver”.

02- Você acha que alguém que não fala bonitinho não entende nada do que o pessoal do Demhab fala nas reuniões?

- Diamante (LVS):** - "Sim, podemos entender”.
- Ônix (LVS):** - "Eu acho que não precisa falar bonito para entender alguma coisa”.
- Ametista (LVS):** - "Às vezes as pessoas se acham inferiores e por isso não vêm às reuniões.”
- Jaspe (LVS):** - "Não”.
- Pérola (LVS):** - "Eu acho que quem não fala bonito é mais inteligente que o outro”.
- Rubi (LVS):** - "Não tem nada a ver”.
- Cristal (LVS):** - "Não, podem ter vergonha”.
- Topázio (LVS):** - "Podemos entender o Demhab, falando bonitinho ou não”.
- Quartzo (LVS):** - "Claro que não”.
- Citrino (LVS):** - "Claro que não”.
- Opala (LVS):** - "Eu acho que eles entendem”.
- Jade (LVS):** - "Sim”.
- Safira (LVS):** - "Vejo muitos quase sem estudo e com muita inteligência e

	sabedoria”.
Turquesa (LVS):	- "Também não”.
Hematita (LVS):	- "Não”.
Zircônia (LVS):	- "Não. Se o Demhab explicar para as pessoas elas entendem”.
Esmeralda (LVS):	- "Não, têm pessoas muito inteligentes só que elas não conseguem se expressar”.
Alfa-centauro (CRNC)	- "Todas as pessoas têm condições de entender o Demhab”.
Lua (CRNC):	- "Não, não acho”.
Galáxia (CRNC):	- "As pessoas não entendem muitas vezes porque são mal-educadas”.
Meteoro (CRNC):	- "Entende, sim”.
Andrômeda (CRNC):	- "Não falam bonito (o Demhab) e não sabem nada”.
Via-Láctea (CRNC):	- "Não, acho que não precisa estar no mesmo nível. O Prefeito só aparece para voto”.
Cometa (CRNC):	- “As pessoas podem entender, mas tem que falar o que é deve ser”.
Estrela (CRNC):	- "As vezes o próprio Demhab não consegue nos explicar. Também acontece de se acharem melhor por estarem de roupas melhores.”
Estrela-Dalva (CRNC):	- "Falar devagar e mais simples”.
Urano (CRNC):	- “Eles deveriam falar melhor. Às vezes as pessoas entendem melhor do que a gente que sabe ler”.
Plutão (CRNC):	- "Falar simples e a verdade”.
Marte (CRNC):	- "Às vezes têm pessoas que sabem”.
Terra (CRNC):	- "Às vezes as pessoas que não sabem ler e escrever sabem mais do que as que sabem”.
Júpiter (CRNC):	- "Não, nada me difere de algo”.
Saturno (CRNC):	- "Sim, porque depende da cultura de cada um”.
Cosmo (CRNC):	- "Às vezes o próprio Demhab não consegue explicar o que estava falando quando também se acham porque estão com roupas ou calçados melhores”.
Mercúrio (CRNC):	- "Não”.
Asteróide (CRNC):	- "Não. Não adianta falar bonitinho e fazer as coisas erradas. O importante não é falar errado, mas fazer as coisas certas”.
Nebulosa (CRNC):	- "Não”.

Galáctico (CRNC): - "Não".

Constelação (CRNC): - "Não".

03- Você já sentiu vergonha ou ficou chateado por não entender o que o pessoal do Demhab diz nas reuniões?

Diamante (LVS): - "Fico, por que tenho dificuldade".

Ônix (LVS): - "Eu acho que sim".

Ametista (LVS): - "Não, sempre procuro saber o que está acontecendo".

Jaspe (LVS): - "Sim, devido ao constrangimento ocasionado pelo retorno a pergunta".

Pérola (LVS): - "Não, eu não fico".

Rubi (LVS): - "Não, nem um pouco".

Cristal (LVS): - "Não, tento entender".

Topázio (LVS): - "Sim, às vezes por não entender".

Quartzo (LVS): - "Não, porque caso aconteça comigo vou a luta".

Citrino (LVS): - "Sim, porque as pessoas não explicam as coisas que não têm significado".

Opala (LVS): - "Mas é claro".

Jade (LVS): - "Olha eu não, porque nunca fiquei até o fim".

Safira (LVS): - "Claro, nunca somos chamados. A comunidade precisa de ajuda. Falta muita coisa aqui!"

Turquesa (LVS): - "Não, nunca senti porque se eu não conheço alguma palavra difícil eu busco no dicionário".

Hematita (LVS): - "Não".

Zircônia (LVS): - "Fico muito chateado quando não me convidam".

Esmeralda (LVS): - "Fico realmente, e acabo desistindo até da própria reunião".

Alfa-centauro (CRNC) - "Fico chateado quando o Demhab não se coloca na posição dos moradores".

Lua (CRNC): - "Ficava".

Galáxia (CRNC): - "Ficava chateada".

Meteoro (CRNC): - "Sim, às vezes saia das reuniões com algumas dúvidas".

Andrômeda (CRNC): - "Sim, porque eles não falam de modo cômodo".

Via-Láctea (CRNC): - "Não sinto vergonha, se não entendi, pergunto".

Cometa (CRNC): - "Um fala uma coisa, outro, outra (coisa) e ninguém entende nada".

Estrela (CRNC): - "Eles falaram que iam me ligar, mas até hoje estou esperando".

- Estrela-Dalva (CRNC):** - "Não se preocupavam com a fala".
- Urano (CRNC):** - "Não entendia muitas vezes, muitas coisas. Prometeram e não fizeram".
- Plutão (CRNC):** - "Não, muitas coisas não fizeram. Nós não entendíamos".
- Marte (CRNC):** - "Não".
- Terra (CRNC):** - "Sim, eu ficava chateada quando eu não entendia então eu perguntava para o meu marido".
- Júpiter (CRNC):** - "Tem que se interessar melhor".
- Saturno (CRNC):** - "Não, porque entendo do assunto".
- Cosmo (CRNC):** - "Não".
- Mercúrio (CRNC):** - "Não".
- Asteróide (CRNC):** - "Não, porque não saber é a causa de ficar com vergonha, porque quando eu era guri não tive oportunidade de estudar. Não tenho vergonha, não".
- Nebulosa (CRNC):** - "Sim, porque eles diziam uma coisa e faziam diferente com a gente do lado deles".
- Galáctico (CRNC):** - "Ficava, porque em algumas reuniões a gente não entendia bulhufas nenhuma e ainda ficava perdendo tempo, porque não estava trabalhando, então eu ficava bem chateado".
- Constelação (CRNC):** - "Sim".

04- Você acha que o pessoal do Demhab deveria dizer mais coisas sobre os desenhos das casas, para os outros moradores dentro da vila?

- Diamante (LVS):** - "Não participei das reuniões".
- Ônix (LVS):** - "Não".
- Ametista (LVS):** - "Não, porque as pessoas não participam de reunião".
- Jaspe (LVS):** - "Não, pois os projetos já vinham prontos".
- Pérola (LVS):** - "Não, eu acho que não".
- Rubi (LVS):** - "Não foi".
- Cristal (LVS):** - "Não, algumas pessoas eram mais quietas".
- Topázio (LVS):** - "Não participo".
- Quartzo (LVS):** - "As pessoas não pegam junto, são acomodadas".
- Citrino (LVS):** - "Não, porque alguns não tinham desempenhado juntos".
- Opala (LVS):** - "Claro".
- Jade (LVS):** - "Olharam a minha casa e nunca disseram nada".

- Safira (LVS):** - "Com certeza".
- Turquesa (LVS):** - "Sim".
- Hematita (LVS):** - "Sim".
- Zircônia (LVS):** - "Sim".
- Esmeralda (LVS):** - "Certamente".
- Alfa-centauro (CRNC)** - "Sim. Deveria ser esclarecido com maiores pormenores".
- Lua (CRNC):** - "Não é o suficiente".
- Galáxia (CRNC):** - "Acho que eles deveriam ter feito uma maquete".
- Meteoro (CRNC):** - "Acho que deveriam dar explicações mais claras".
- Andrômeda (CRNC):** **Resposta ilegível.**
- Via-Láctea (CRNC):** - "Mais reuniões e explicar mais".
- Cometa (CRNC):** - "Sim, lógico. Explicar mais".
- Estrela (CRNC):** - "Eles dizem mais coisas. Não mentir como mentiram para a gente. As promessas que fizeram e não cumpriram".
- Estrela-Dalva (CRNC):** - "Deveria explicar mais".
- Urano (CRNC):** - "Deviam explicar".
- Plutão (CRNC):** - "Devia explicar mais".
- Marte (CRNC):** - "A maioria não se interessa".
- Terra (CRNC):** - "Eu acho que o Demhab poderia explicar mais e melhor".
- Júpiter (CRNC):** - "Deveriam falar na língua do Povo".
- Saturno (CRNC):** - "Sim, falar mais português".
- Cosmo (CRNC):** - "Não".
- Mercúrio (CRNC):** - "Sim".
- Asteróide (CRNC):** - "Sim".
- Nebulosa (CRNC):** - "Sim, com certeza".
- Galáctico (CRNC):** - "Sim, está faltando um pouco mais de dialogo nesta parte aí".
- Constelação (CRNC):** - "Muito mais".

05- Já pediram a você para dar alguma dica na hora de desenhar as plantas das casas?

- Diamante (LVS):** - "Não fui convidado".
- Ônix (LVS):** - "Não, porque as casas tinham que ser padrão".
- Ametista (LVS):** - "Não, nunca, pois as casas são padrão".
- Jaspe (LVS):** - "Não".
- Pérola (LVS):** - "Não, nunca fui julgado".

Rubi (LVS):	- "Não, nem uma vez".
Cristal (LVS):	- "Não".
Topázio (LVS):	- "Pensam que somos burros. Pouco estudo, não sabemos nada".
Quartzo (LVS):	- "Não, comigo nunca aconteceu".
Citrino (LVS):	- "Não, nunca me pediram".
Opala (LVS):	- "Não".
Jade (LVS):	- "Não".
Safira (LVS):	- "Não".
Turquesa (LVS):	- "Não".
Hematita (LVS):	- "Não pediam".
Zircônia (LVS):	- "Não".
Esmeralda (LVS):	- "Não".
Alfa-centauro (CRNC)	- "Não, a comunidade não foi convidada a participar".
Lua (CRNC):	- "Não, nunca".
Galáxia (CRNC):	- "Nunca pediram opinião alguma".
Meteoro (CRNC):	- "Sim, participei de reunião assim".
Andrômeda (CRNC):	- "Não, eles não mostravam as plantas".
Via-Láctea (CRNC):	- "Não, nunca".
Cometa (CRNC):	- "Não, nunca. Nas reuniões se tivessem de fazer alguma obra deveriam comunicar".
Estrela (CRNC):	- "Não".
Estrela-Dalva (CRNC):	- "Não, nem sabia. Não passavam as informações".
Urano (CRNC):	- "Não, nem sabia que podia".
Plutão (CRNC):	- "Nem dão bola. Não perguntam nada".
Marte (CRNC):	- "Acho que não".
Terra (CRNC):	- "Eu já pedi para ver o desenho, mas eles mostraram porque era o meu projeto".
Júpiter (CRNC):	- "Não".
Saturno (CRNC):	- "Não porque são projetos internos deles".
Cosmo (CRNC):	- "Não".
Mercúrio (CRNC):	- "Não perguntaram nada".
Asteróide (CRNC):	- "Nunca nos pediram sugestão".
Nebulosa (CRNC):	- "Quando nos mostraram, as casas já estavam prontas. Elas iam ficar assim ou assado".

- Galáctico (CRNC):** - "Sim".
- Constelação (CRNC):** - "Para mim, nunca".

CATEGORIA C

O poder na língua

01- Você acha legal que as lideranças e o pessoal do Demhab conversem antes de fazer os desenhos das casas?

- Diamante (LVS):** - "Sim, é importante se explicar".
- Ônix (LVS):** - "Eu acho que é um instrumento válido".
- Ametista (LVS):** - "O líder vai nos representar e dizer o que nós esperamos".
- Jaspe (LVS):** - "Sim, para melhorar e colocar a opinião de todos".
- Pérola (LVS):** - "Eu acho legal e importante".
- Rubi (LVS):** - "Sim, é bom porque entendem melhor".
- Cristal (LVS):** **Não respondeu.**
- Topázio (LVS):** - "Sim, para nós entendermos o desenho das casas".
- Quartzo (LVS):** - "É a maneira mais correta de lidar".
- Citrino (LVS):** - "Sim, eu acho porque antes de ter um projeto tem que ter uma casa concreta".
- Opala (LVS):** - "Isto é ótimo, falar antes".
- Jade (LVS):** - "Não acho".
- Safira (LVS):** - "É o justo".
- Turquesa (LVS):** - "Não sei dizer".
- Hematita (LVS):** - "Não sei".
- Zircônia (LVS):** - "Sim".
- Esmeralda (LVS):** - "Os líderes eles trabalham para eles. Tudo que é de bom para as vilas eles guardam para si próprios".
- Alfa-centauro (CRNC)** - "Sim. A participação ajuda no comprometimento aos moradores".
- Lua (CRNC):** - "Sim, é importante".
- Galáxia (CRNC):** - "Acho importante saberem a opinião do povo".
- Meteoro (CRNC):** - "Sim, é importante, mesmo que não tenha peso".
- Andrômeda (CRNC):** - "Não falavam com a liderança".
- Via-Láctea (CRNC):** - "Não falavam com liderança nenhuma".
- Cometa (CRNC):** - "Para a gente é uma orientação".

- Estrela (CRNC):** - "Não sei. Eles deviam ter uma conversa. Eu gostaria".
- Estrela-Dalva (CRNC):** - "Sim, deveriam".
- Urano (CRNC):** - "Sim, eles deveriam".
- Plutão (CRNC):** - "Sim, explicar antes".
- Marte (CRNC):** - "Sim, seria bom eles conversarem".
- Terra (CRNC):** - "Eu acho que sim, as lideranças se reunirem para conversar antes".
- Júpiter (CRNC):** - "Sim, que ouçam nossas ideias do povo".
- Saturno (CRNC):** - "Sim, porque eles gostariam de ser comunicados se fosse com eles".
- Cosmo (CRNC):** - "Sim, seria muito importante e mudaria algumas coisas para melhor".
- Mercúrio (CRNC):** - "Sim".
- Asteróide (CRNC):** - "Não sei, não conversam e primeiro eles fazem, para depois conversar".
- Nebulosa (CRNC):** - "Às vezes um puxava para o nosso lado e outro, para o outro, lado, então até se discutia entre eles ali. Se tivesse uma reunião antes, não teria debate".
- Galáctico (CRNC):** - "Acho essencial. Ajuda muito".
- Constelação (CRNC):** - "Claro. É muito necessário".

02- Você acha que o tempo de vida de uma comunidade tem importância nos desenhos feitos pelo pessoal do Demhab?

- Diamante (LVS):** - "Poderia".
- Ônix (LVS):** - "Eu acho que sim".
- Ametista (LVS):** - "Acho que deve ser aprimorado".
- Jaspe (LVS):** - "Sim, pois a estrutura deve ser projetada para adaptações e mudanças".
- Pérola (LVS):** - "Eu acho que tem importância".
- Rubi (LVS):** - "Sim, com certeza".
- Cristal (LVS):** **Não respondeu.**
- Topázio (LVS):** - "Teria que ter mudanças, melhorar mais".
- Quartzo (LVS):** - "Nós queremos melhorias, não dificuldades".
- Citrino (LVS):** **Resposta ilegível.**
- Opala (LVS):** - "Deve ser aprimorada".

Jade (LVS):	- "Não".
Safira (LVS):	- "Não tenho opinião formada".
Turquesa (LVS):	- "Não".
Hematita (LVS):	- "Não sei".
Zircônia (LVS):	- "Não".
Esmeralda (LVS):	- "Se for uma comunidade boa é lucro até para o Prefeito para lutar pela comunidade".
Alfa-centauro (CRNC)	- "O projeto deveria ser o resultado do diálogo entre o arquiteto e a realidade do morador".
Lua (CRNC):	- "Quanto mais tempo melhor".
Galáxia (CRNC):	- "Eles fizeram o desenho de acordo com o espaço cedido e cada um escolheu sua casa".
Meteoro (CRNC):	- "Eles distribuíram aleatoriamente, depois as pessoas foram trocando".
Andrômeda (CRNC):	- "Não. O Demhab nunca falou dos desenhos antes".
Via-Láctea (CRNC):	- "Deveriam ouvir mais".
Cometa (CRNC):	- "Deveriam falar mais".
Estrela (CRNC):	- "Deveria, porque passamos por muitas coisas, tragédias com incêndios, alagamento e outros".
Estrela-Dalva (CRNC):	- "Deveria ter importância".
Urano (CRNC):	- "Não".
Plutão (CRNC):	- "Não".
Marte (CRNC):	- "Nunca que fez".
Terra (CRNC):	- "Eu acho que quanto mais tempo, melhor para entender".
Júpiter (CRNC):	- "Todos devem ser escutados, respeitados. Pode melhorar".
Saturno (CRNC):	- "São vidas que dependem disto".
Cosmo (CRNC):	- "Não".
Mercúrio (CRNC):	- "Não. Todos são moradores iguais a nós, mesmo os que chegaram agora".
Asteróide (CRNC):	- "Não".
Nebulosa (CRNC):	- "Eu creio que não".
Galáctico (CRNC):	- "Sim, com certeza, mas não foi levado nada em consideração".
Constelação (CRNC):	- "Acho que eles deveriam ouvir a história dos mais antigos"

03- Você acha que o pessoal do Demhab fala direitinho com as comunidades?

- Diamante (LVS):** - "Falam direitinho, mas é difícil entender do projeto".
- Ônix (LVS):** - "Eu acho que eles falam de um jeito que a gente não consegue entender".
- Ametista (LVS):** - "O pessoal deve ser mais claro".
- Jaspe (LVS):** - "Falar, falam, mas explicar é complicado".
- Pérola (LVS):** - "Eu acho que sim".
- Rubi (LVS):** - "Sim, porque entendemos bem".
- Cristal (LVS):** **Não respondeu.**
- Topázio (LVS):** - "Sim, algumas palavras são explicadas".
- Quartzo (LVS):** - "Nem sempre são esclarecidas por quem está explicando".
- Citrino (LVS):** - "Sim, falam parcialmente (mas claro)".
- Opala (LVS):** - "Eu entendo muito bem".
- Jade (LVS):** - "Não sei, fui a uma (reunião) só".
- Safira (LVS):** - "Sendo a primeira vez que participo, estou achando bom, com bastante clareza".
- Turquesa (LVS):** - "Sim".
- Hematita (LVS):** - "Não sei".
- Zircônia (LVS):** - "Não".
- Esmeralda (LVS):** - "Não, eles não apareciam".
- Alfa-centauro (CRNC)** - "O pessoal do Demhab veio pouco até a comunidade, quando veio fez bem".
- Lua (CRNC):** - "Algumas coisas sim, outras, não".
- Galáxia (CRNC):** - "Falam de acordo com a educação deles e eu entendo".
- Meteoro (CRNC):** - "Sim, mas eles poderiam dar mais atenção".
- Andrômeda (CRNC):** - "São eles que não sabem falar com a comunidade".
- Via-Láctea (CRNC):** - "Sim, falavam algumas coisas".
- Cometa (CRNC):** - "Falou direitinho, o Advogado".
- Estrela (CRNC):** - "Sim, falavam".
- Estrela-Dalva (CRNC):** - "Depende das condições, conforme entende cada um".
- Urano (CRNC):** - "Não falam, têm outra linguagem".
- Plutão (CRNC):** - "Não, a linguagem é diferente".
- Marte (CRNC):** - "Sim. Tem pessoas que não entendem, mas ninguém é inferior".
- Terra (CRNC):** - "Eu acho que eles não dão atenção para a comunidade por

- que ficam por pouco tempo”.
- Júpiter (CRNC):** - "Não, poderiam ser mais explicadas”.
- Saturno (CRNC):** - "Não”.
- Cosmo (CRNC):** - "Nem tanto”.
- Mercúrio (CRNC):** - "Não”.
- Asteróide (CRNC):** - "Alguns. Tinham aqueles que sabiam conversar e outros não”.
- Nebulosa (CRNC):** - "Não. Nada era o que a gente dizia, eles queriam fazer por eles, porque têm mais estudo que nos. A nossa palavra é nada para eles”.
- Galáctico (CRNC):** - "A língua povão eles tentam falar, mas nem todos conseguem. É uma língua que todas as pessoas poderiam entender”.
- Constelação (CRNC):** - "Acho que não”.

04- Depois de cada reunião você vai embora sabendo como será o desenho de sua casa nova?

- Diamante (LVS):** - "Sim, porque foi explicado na obra”.
- Ônix (LVS):** - "Acho que saio sempre com muita dúvida”.
- Ametista (LVS):** - “A gente espera mais, muitas vezes ficamos no ar”.
- Jaspe (LVS):** - "Não, pois o projeto só aguarda nossa aprovação”.
- Pérola (LVS):** - “Vou embora, mas não sei”.
- Rubi (LVS):** - "Sim, satisfeito”.
- Cristal (LVS):** **Não respondeu.**
- Topázio (LVS):** - "Sim, porque foi bem explicado. Alguma coisa em dúvida, mas entendi”.
- Quartzo (LVS):** - "Não saí satisfeito porque sempre havia contensão de verba”.
- Citrino (LVS):** - "Não, porque sempre ficou uma dúvida”.
- Opala (LVS):** - "Vou embora com o desenho na minha cabeça”.
- Jade (LVS):** - "Que casa?”
- Safira (LVS):** **Não respondeu.**
- Turquesa (LVS):** - "Às vezes”.
- Hematita (LVS):** - "Não tenho nada”.
- Zircônia (LVS):** - "Não”.
- Esmeralda (LVS):** - "Nas reuniões em que eu participei, sempre entendi”.
- Alfa-centauro (CRNC)** - "Sim, normalmente após as reuniões havia conclusões importantes”.
- Lua (CRNC):** - "Não frequentava as reuniões”.

- Galáxia (CRNC):** - "Vou tentando imaginar o melhor, entendendo ou não".
- Meteoro (CRNC):** - "Não, eu não sabia. Somente nas últimas reuniões eles mostravam os projetos".
- Andrômeda (CRNC):** - "Não, eles não mostravam nada para nós".
- Via-Láctea (CRNC):** - "Saia sabendo que ia para um lugar melhor".
- Cometa (CRNC):** - "Algumas reuniões eram claras".
- Estrela (CRNC):** - "Saia satisfeita, pois eles explicavam".
- Estrela-Dalva (CRNC):** - "Não, sempre confusão".
- Urano (CRNC):** - "Quase nada, eles falavam difícil".
- Plutão (CRNC):** - "Nem sempre. É confuso, não falam o que deveriam falar".
- Marte (CRNC):** - "Acho que não".
- Terra (CRNC):** - "Sim, às vezes eu não entendia nada praticamente, eles não explicavam bem".
- Júpiter (CRNC):** - "Meio boiando, meio desligados".
- Saturno (CRNC):** - "Sim, porque eles não eram claros".
- Cosmo (CRNC):** - "Não".
- Mercúrio (CRNC):** - "Sem saber o que pensar. Com dúvidas".
- Asteróide (CRNC):** - "Não, nós não tivemos os projetos das casas. Eles botaram a gente na Kombi trouxeram para cá, mostraram as casas e disseram: Esta aqui vai ser a tua casa!"
- Nebulosa (CRNC):** - "Não, ela (a reunião) só dizia que nos iríamos ganhar uma casa melhor e isso aí!"
- Galáctico (CRNC):** - "Na maioria das vezes, sim".
- Constelação (CRNC):** - "Muitas vezes, sim".

05- Você faz força para que a sua comunidade vá nas reuniões ou participe da comissão de obras?

- Diamante (LVS):** - "Faço força, mas tenho mais problemas do dia-a-dia".
- Ônix (LVS):** - "Eu faço força porque eu gosto de participar".
- Ametista (LVS):** - "Sim, eu tento, mas as pessoas são muito preguiçosas".
- Jaspe (LVS):** - "Sim, divulgando horários".
- Pérola (LVS):** - "Eu faço força para avisar as pessoas".
- Rubi (LVS):** - "Fazemos o melhor, não é?"
- Cristal (LVS):** **Não respondeu.**
- Topázio (LVS):** - "Sim, eu convido: Vamos à reunião?"



Quartzo (LVS):	- "Eu faço esforço para a melhoria da comunidade".
Citrino (LVS):	- "Não, mas para a melhoria da vila eu ajudo".
Opala (LVS):	- "Eu procuro participar de todas".
Jade (LVS):	- "Sim, claro".
Safira (LVS):	- "Até faria, pois a união faz a força".
Turquesa (LVS):	- "Sim".
Hematita (LVS):	- "Seria bom".
Zircônia (LVS):	- "Sim. Mas se eu fosse convidado eu faria que fossem".
Esmeralda (LVS):	- "Várias vezes eu já tentei, mas eles (a comunidade) jogavam a gente para escanteio".
Alfa-centauro (CRNC)	- "Não".
Lua (CRNC):	- "Não".
Galáxia (CRNC):	- "Não, porque esta não é uma comunidade unida".
Meteoro (CRNC):	- "Às vezes, mas eles não se importam muito em participar".
Andrômeda (CRNC):	- "Quando eu sabia que tinha reunião, eu falava".
Via-Láctea (CRNC):	- "A gente avisa, mas quem quer ir vai. Quem não quer não vai. Ai não se pode fazer nada".
Cometa (CRNC):	- "Vou de casa em casa chamar. Se quiser ir, vai".
Estrela (CRNC):	- "Não, porque não tinha tempo".
Estrela-Dalva (CRNC):	- "Sim, convidado, mas eles não querem participar".
Urano (CRNC):	- "Eu faço, mas têm muitos que não querem ir".
Plutão (CRNC):	- "Bastante força".
Marte (CRNC):	- "Sim, várias vezes. Quando tinha reunião eu nunca perguntava na hora. Se não entendia, perguntava para alguém".
Terra (CRNC):	- "Sim, eu faço força, mas a comunidade é muito desunida. As pessoas preferem ficar em casa sentadas no sofá".
Júpiter (CRNC):	- "Sim, mas não adiantava muita coisa".
Saturno (CRNC):	- "Não, porque me cabe saber sobre os assuntos que me interessam".
Cosmo (CRNC):	- "Não, porque não ia".
Mercúrio (CRNC):	- "Sim, em conjunto é importante".
Asteróide (CRNC):	- "Vale sim. Quando se convida o pessoal vai direito".
Nebulosa (CRNC):	- "Vai a massa toda, unida. Com certeza, vai".
Galáctico (CRNC):	- "Sim, com certeza. A gente faz convite boca-a-boca, panfleto.

De toda a forma a gente procura fazer com que as pessoas fiquem sabendo que existe aquele evento na comunidade”.

Constelação (CRNC): - "Sim, eu também convido bastante”.

APÊNDICE D

ENTREVISTAS COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS SÚMULA DAS RESPOSTAS

	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
COMUNICANDO PARA COMUNIDADES DE BAIXA-RENDAS: DECODIFICANDO O URBANISMO		
<small>TÍTULO DA PESQUISA</small> FERNANDO BIFFIGNANDI <small>PESQUISADOR</small>	PROF. BEATRIZ DORNELLES <small>ORIENTADOR</small>	JAN/2013 <small>DATA</small>

LOTEAMENTO VALE DO SALSO CONJUNTO RESIDENCIAL NOVA CHOCOLATÃO

CATEGORIA A

A exclusão social decorrente do uso de linguagem instrumental

01- De que jeito Você foi convidado para participar das reuniões feitas pelo pessoal do Demhab?

- | | |
|-----------------------|--|
| Líder 1 (LVS) | - "Telefone, assessor comunitário e panfletos". |
| Líder 2 (LVS) | - "Através do Centro Administrativo Regional e por telefone". |
| Líder 3 (LVS) | - "Através de convite oficial para acompanhar a comunidade e se necessário realizar intervenções junto ao Demhab". |
| Líder 4 (LVS) | - "Na maioria das vezes por telefone. A participação da comunidade é crucial para que os projetos atendam às necessidades reais e não somente a leitura de técnicos que muitas vezes desconhecem a realidade da região". |
| Líder 1 (CRNC) | - "Convite/telefone do Demhab". |
| Líder 2 (CRNC) | - "Telefone". |
| Líder 3 (CRNC) | - "Fui convidada através de telefone, não pelo Demhab, mas por terceiros, pois quanto menos pessoas questionarem melhor". |
| Líder 4 (CRNC) | - "Não, nunca. Acho até não se faz questão que o cidadão participe e se esclareça". |

02- Você acha que as reuniões mostram coisas importantes para a vila?

- Líder 1 (LVS)** - "A participação da comunidade é crucial para que os projetos atendam às necessidades reais e não somente a leitura de técnicos que muitas vezes desconhecem a realidade da região"
- Líder 2 (LVS)** - "Certamente, esclarece muitas dúvidas".
- Líder 3 (LVS)** - "Não só para a comunidade, também para o Setor Público".
- Líder 4 (LVS)** - "Não, deveriam ser mais detalhadas".
- Líder 1 (CRNC)** - "Algumas sim, outras, não".
- Líder 2 (CRNC)** - "Os moradores não têm acesso".
- Líder 3 (CRNC)** - "Os moradores são na maioria das vezes excluídos dos projetos do Demhab, por isso há tantos projetos meia-boca(sic), medíocres, feitos por arquitetos qualificados, mas seguem a risca a cartilha do governo. Falta dignidade ao Demhab quando senta à mesa com as comunidades para mostrarem projetos fracos e medíocres numa linguagem técnica que nem eles próprios se convencem do que estão falando para as pessoas".
- Líder 4 (CRNC)** - "Não, a maioria, ou seja, 99%, não entendem o que está sendo passado e nem como vai ser".

03- Você entende o que é falado nas reuniões, quando o pessoal do Demhab mostra os desenhos das casas?

- Líder 1 (LVS)** - "Sim".
- Líder 2 (LVS)** - "Claramente e quando há alguma dúvida pedimos esclarecimentos".
- Líder 3 (LVS)** - "Às vezes a tecnocracia não consegue transmitir, mas após algumas falas, o retorno serve para ambos".
- Líder 4 (LVS)** - "Sim".
- Líder 1 (CRNC)** - "Não".
- Líder 2 (CRNC)** - "Algumas. Eles não são claros".
- Líder 3 (CRNC)** - "O Demhab engrandece muito os seus projetos para as comunidades. Passam uma ideia que não é o que as pessoas querem, mas elas se calam por medo de perderem o que tem, ou represálias por parte do governo".
- Líder 4 (CRNC)** - "Não, nunca participei de uma reunião com o Demhab na

comunidade”.

04- Você acha que o pessoal do Demhab fala difícil na hora de mostrar os desenhos das casas?

- Líder 1 (LVS) - “Eu, parcialmente entendo”.
- Líder 2 (LVS) - "Depende de quem vai apresentar”.
- Líder 3 (LVS) - "Parcialmente, sim”.
- Líder 4 (LVS) - "Não”.
- Líder 1 (CRNC) - "Sim”.
- Líder 2 (CRNC) - "Sim”.
- Líder 3 (CRNC) - “Os técnicos do Demhab falam uma linguagem que as comunidades não entendem, muitas vezes, as pessoas ficam com mais dúvidas porque falam muito difícil. Confundem a cabeça das pessoas e se irritam quando alguém não entende ou quando entendem e perguntam demais, deixando eles sem respostas”.
- Líder 4 (CRNC) - "Sim, não só acredito como vivencio no Conselho (CMDUA)”.

05- Você acha que os papéis, desenhos e fotografias apresentados nas reuniões são legais ou poderiam ser melhorados? Qual seria a sua dica?

- Líder 1 (LVS) - “São legais. Hoje podemos desenhar no computador verdadeiros projetos com desenhos parecidos com a realidade”.
- Líder 2 (LVS) - "Deveriam dar um pouco mais de atenção aos moradores, pois são eles que vivem o dia-a-dia”.
- Líder 3 (LVS) - “Além da tecnologia do Google Earth, fotos reais com suas qualidades e deficiências”.
- Líder 4 (LVS) - “Poderia ser mais completo em relação a todo o contexto do projeto”.
- Líder 1 (CRNC) - “Poderia ser mais declarado (claro)”.
- Líder 2 (CRNC) - “Eu acho que poderia ser simplificado e apresentado em tamanho maior.
- Líder 3 (CRNC) - “Podem ser melhorados. Eu acharia melhor se as lideranças comunitárias, que são as representantes da comunidade e sabem o que elas querem, ajudassem nos

- projetos”.
- Líder 4 (CRNC)** - “A comunicação é de suma importância e sempre melhorar é importante”

CATEGORIA B

O estereótipo da pobreza marginal

01- Você acha que uma pessoa falar bonitinho faz dela melhor do que as outras pessoas?

- Líder 1 (LVS)** - "Não".
- Líder 2 (LVS)** - "Não, beleza ou palavras bonitas não convencem".
- Líder 3 (LVS)** - “Um blá-blá-blá (sic) de alto nível é legal, mas a pessoa tem que saber onde ela está”.
- Líder 4 (LVS)** - "Não, apenas teve oportunidades distintas”.
- Líder 1 (CRNC)** - “Acho que sim”.
- Líder 2 (CRNC)** - "Não".
- Líder 3 (CRNC)** - “Na minha opinião não. Tem que ter verdade e clareza no que é falado.
- Líder 4 (CRNC)** - “Falar o português correto é uma coisa. Complicar o português é outra coisa. Não acho que seja mais importante”.

02- Você acha que alguém que não fala bonitinho não entende nada do que o pessoal do Demhab fala nas reuniões?

- Líder 1 (LVS)** - "As pessoas que não falam bonitinho às vezes entendem mais do que os outros”.
- Líder 2 (LVS)** - "Teoria não é prática. Deve haver ambos e quem não sabe aprende, basta querer”.
- Líder 3 (LVS)** - "Não, algumas casas autoconstruídas não racham e não caem”.
- Líder 4 (LVS)** - "Não”.
- Líder 1 (CRNC)** - “Acho que é possível”.
- Líder 2 (CRNC)** - “Se eles fossem mais claros nas explicações, sim”.
- Líder 3 (CRNC)** - "Algumas vezes esta é a ideia que é passada”.
- Líder 4 (CRNC)** - “A pessoa deve sempre receber a informação correta, independente da linguagem”.

03- Você já sentiu vergonha ou ficou chateado por não entender o que o pessoal do Demhab diz nas reuniões?

- Líder 1 (LVS) - "Não entendi um termo técnico e por ser representante da comunidade fiquei com vergonha de perguntar".
- Líder 2 (LVS) - "Não, eu sou comunicativa, portanto não fico com dúvidas".
- Líder 3 (LVS) - "Eu pergunto, cato. Vou atrás da informação".
- Líder 4 (LVS) - "Não".
- Líder 1 (CRNC) - "Sim".
- Líder 2 (CRNC) - "Já me senti constrangido".
- Líder 3 (CRNC) - "A impressão que dá é que eles fazem questão de mostrar que são superiores a nós. Muitas vezes somos até humilhados quando vamos até eles, nos recebem com descaso e nos desprezam por ter de nos atenderem: pessoas de vila e eles de nível acadêmico.
- Líder 4 (CRNC) - "Não, porque se eu não entendo, pergunto".

04- Você acha que o pessoal do Demhab deveria dizer mais coisas sobre os desenhos das casas, para os outros moradores dentro da vila?

- Líder 1 (LVS) - "Sim".
- Líder 2 (LVS) - "Com certeza. Moradores são os usuários do Demhab".
- Líder 3 (LVS) - "O ideal seria 100%, mas quem não participa, acompanha, mas não deixa de saber".
- Líder 4 (LVS) - "Sim, é uma necessidade muito importante".
- Líder 1 (CRNC) - "Acho que poderia se declarar mais".
- Líder 2 (CRNC) - "Eu acho que o Demhab deveria orientar a comunidade fazer coisas".
- Líder 3 (CRNC) - "Eles deveriam ir nas vilas e conhecer todas as situações para depois fazerem os desenhos".
- Líder 4 (CRNC) - "Falta apoio técnico e linguagem diferenciada para a comunidade entender".

05- Já pediram a você para dar alguma dica na hora de desenhar a planta das casas?

- Líder 1 (LVS) - "Não".
- Líder 2 (LVS) - "Não".
- Líder 3 (LVS) - "Projeto de casa embrião, mutirão".
- Líder 4 (LVS) - "Não".

- | | |
|-----------------------|---|
| Líder 1 (CRNC) | - "Nunca pediram". |
| Líder 2 (CRNC) | - "Não". |
| Líder 3 (CRNC) | - "Nunca, eles já vêm com o projeto pronto e têm que aceitar na verdade ninguém reclama muito, aceitam. |
| Líder 4 (CRNC) | - "Não, nunca". |

CATEGORIA C

O poder na língua

01- Você acha legal que as lideranças e o pessoal do Demhab conversem antes de fazer os desenhos das casas?

- | | |
|-----------------------|--|
| Líder 1 (LVS) | - "Sim". |
| Líder 2 (LVS) | - "Sim, com certeza. Ambos teriam muito mais ânimo, criatividade". |
| Líder 3 (LVS) | - "Sim". |
| Líder 4 (LVS) | - "Existem diferenças de comportamento e de postura entre os técnicos do Demhab e os técnicos que conheço e com os quais tive contato, que conseguem estabelecer vínculo com os líderes e a comunidade". |
| Líder 1 (CRNC) | - "Acho que sim". |
| Líder 2 (CRNC) | - "Com certeza, sim. Isto se chama participação". |
| Líder 3 (CRNC) | - "Isso é o que deveria ser feito, afinal de contas os moradores são mais capacitados para ajudar, pois são eles que vão usufruir". |
| Líder 4 (CRNC) | - "Falta mais informação e quanto ao relacionamento é amistoso". |

02- Você acha que o tempo de vida da comunidade tem importância nos desenhos feitos pelo pessoal do Demhab?

- | | |
|----------------------|--|
| Líder 1 (LVS) | - "Acho que não devemos modificar repentinamente o modo que as pessoas vivem". |
| Líder 2 (LVS) | - "É difícil dizer, creio que sim". |
| Líder 3 (LVS) | - "As culturas são parecidas, mas existem particularidades, detalhes étnicos". |
| Líder 4 (LVS) | - "Não (nem sempre ou poucas vezes)". |

- Líder 1 (CRNC)** - “Acho que a comunidade é importante”.
- Líder 2 (CRNC)** - “Eu acho que a comunidade tem dúvida”.
- Líder 3 (CRNC)** - "O Demhab tem que se atualizar nos seus projetos e acompanhar a evolução da comunidade. Fazer desenhos mais modernos e inteligentes”.
- Líder 4 (CRNC)** - “Não acredito, pois o que vejo não condiz com uma história considerada da comunidade”.

03- Você acha que o pessoal do Demhab fala direitinho com as comunidades?

- Líder 1 (LVS)** - "Sim, mas usa muitas palavras técnicas”.
- Líder 2 (LVS)** - "Depende muito do representante que acompanha a comunidade”.
- Líder 3 (LVS)** - "O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social ajudou na aproximação, quebrou-se mais o gelo”.
- Líder 4 (LVS)** - "Sim”.
- Líder 1 (CRNC)** - "Mais ou menos”.
- Líder 2 (CRNC)** - "Quando a comunidade for partidária, sim”.
- Líder 3 (CRNC)** - “Não. Eles marginalizam as comunidades de vila. Aham que pelo fato de as pessoas não terem cultura, são burras(sic)”.
- Líder 4 (CRNC)** - "Não acho, pois os usuários (proprietários) passam a vender suas casas, pois não podem sustentá-las”.

04- Depois de cada reunião você vai embora sabendo como será o desenho de sua casa nova?

- Líder 1 (LVS)** - “Sim, porém o desenho da casa dá uma visão imaginária, mas quando a obra ficar pronta a realidade será diferente”.
- Líder 2 (LVS)** - “Conforme o técnico que acompanha, é muito desenvolvida e esclarecedora”.
- Líder 3 (LVS)** - “Na primeira é difícil, mas o processo do diálogo, ambos devem utilizar”.
- Líder 4 (LVS)** - "Em termos”.
- Líder 1 (CRNC)** - "Não”.
- Líder 2 (CRNC)** - "Não, nunca”.
- Líder 3 (CRNC)** - “Sim, saía com muitas dúvidas. Mas como a opinião e indicação das pessoas não conta muito, as dúvidas não são

esclarecidas e só aumentavam.”

Líder 4 (CRNC)

- “Às vezes”.

05- Você faz força para que a sua comunidade vá nas reuniões ou participe da comissão de obras?

Líder 1 (LVS)

- “Sim”.

Líder 2 (LVS)

- “Muita, porém nem sempre sou contemplada”.

Líder 3 (LVS)

- “Sim, mas poucos têm interesse pelo coletivo”.

Líder 4 (LVS)

- “Sim”.

Líder 1 (CRNC)

- “Com certeza, sim. A comunidade deve estar presente”.

Líder 2 (CRNC)

- “A desmobilização é culpa do governo”.

Líder 3 (CRNC)

- “Sim. Mas as pessoas desacreditam muito no governo, por isso elas não têm animo para participar, até pelo desprezo que há entre a comunidade e o Governo (Demhab).

Líder 4 (CRNC)

- “Sim, quando nos é informado, mas dificilmente estas informações chegam até a comunidade.”